UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
Faculdade de Ciências
Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem

Felipe Augusto Monteiro Cravo

PRECONCEITO SEXUAL E DE GÊNERO SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO: INVESTIGAÇÕES TEÓRICAS E APLICADAS

Bauru
2024

Felipe Augusto Monteiro Cravo

PRECONCEITO SEXUAL E DE GÊNERO SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO: INVESTIGAÇÕES TEÓRICAS E APLICADAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, área de concentração: Aprendizagem e Ensino, como requisito para obtenção do título de Doutor pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP.
Orientadora: Profª. Drª. Ana Claudia Moreira Almeida-Verdu
Co-orientador: Prof. Dr. João Henrique de Almeida

Bauru
2024

Cravo, Felipe Augusto Monteiro.
Preconceito sexual e de gênero sob a ótica da Análise do Comportamento: investigações teóricas e aplicadas / Felipe Augusto Monteiro Cravo. – Bauru, 2024
241 f. : il.

Tese (Doutorado)–Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru
Orientadora: Ana Claúdia Moreira Almeida-Verdu

1. Preconceito sexual e gênero. 2. Análise do Comportamento. 3. Comportamento simbólico. 4. LGBTfobia. 5. Preconceito implícito. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru

Faculdade de Ciências

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE FELIPE AUGUSTO MONTEIRO CRAVO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 29 dias do mês de janeiro do ano de 2024, às 08:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de FELIPE AUGUSTO MONTEIRO CRAVO, intitulada **Preconceito sexual e de gênero sob a ótica da análise do comportamento: investigações teóricas e aplicadas**. A Comissão Examinadora foi constituida pelos seguintes membros: Profa. Dra. ANA CLAUDIA MOREIRA ALMEIDA VERDU (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências - Unesp/Bauru, Profa. Dra. CAROLINA LAURENTI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Universidade Estadual de Maringá, Prof. Dr. ALEX EDUARDO GALLO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento / Universidade Estadual de Londrina, Profa. Dra. ALESSANDRA TURINI BOLSONI SILVA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências - Unesp/Bauru, Profa. Dra. ANA CLAUDIA BORTOLOZZI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Faculdade de Ciências - Unesp/Bauru. Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: **A P R O V A D O** . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. ANA CLAUDIA MOREIRA ALMEIDA VERDU

gov.br Documento assinado digitalmente
ANA CLAUDIA MOREIRA ALMEIDA VERDU
Data: 29/01/2024 13:03:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

À criança que fui, e a tantas outras
vítimas de preconceito.

Este trabalho foi realizado sob o escopo do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE, 2014). Processos FAPESP **2014/50909-8**; CNPQ **465686/2014-1**; CAPES **88887136407/2017-00**, com vigência de **01/01/2017** a **31/01/2023**.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de financiamento **001**.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos vinte e dois anos de estudos, desde a escola até da Universidade, reconheço a incontável contribuição de todas as minhas professoras. Gostaria de agradecer especialmente à Regina, Aldinira, Toninha e Sueli, respectivamente, minhas professoras da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental I (na época ainda eram séries). Infelizmente, eu não lembro de seus sobrenomes, mas recordo vividamente de suas expressões faciais, vozes e gestos naqueles momentos encantados em que técnica e arte se fundiam no ato de ensinar.

Após os anos iniciais, a escola se tornou um ambiente hostil e pouco reforçador, ao passo que as ofensas preconceituosas aumentavam. Mesmo assim, havia algo que eu gostava, e tinha aprendido nos anos iniciais: estudar! Tenho lembranças afetuosas das professoras Lisabeth (História), Silvana (Geografia), Eliane (História), Maria Aparecida (Língua Portuguesa), Vanuza (Geografia), Rita (Física), Lourdes (Matemática). Da quinta série até o terceiro ano do Ensino Médio, estudei majoritariamente na Escola Estadual Genésio Machado (Sorocaba – SP). Nesse período, diversas professoras me auxiliaram e me ensinaram, tanto em meus momentos quietos e retraídos quanto nos inquietos e reativos. Nomeio aquelas que, além de me ensinarem os conteúdos curriculares, conscientes ou não, tornaram-se modelos para a minha atual prática pedagógica. Uma das condições que me motivou até o doutorado foi o desejo de ser professor; estas mulheres, educadoras, me inspiraram neste percurso. Levo comigo, a partir da minha história que a todo momento se presentifica, as influências positivas que recebi das minhas professoras.

Agradeço à minha mãe Débora, pois, faltando apenas dois meses para se formar professora, ela foi obrigada a abandonar o curso de magistério quando eu – recém-chegado neste mundo – fiquei muito doente e precisei de seus cuidados. Mesmo sem nunca ter recebido o título de professora ou exercido formalmente esta profissão, minha mãe me ensinou e me ensina constantemente. Sua didática é outra, porque a ela não foi dado conteúdos programáticos, matrizes curriculares, objetivos específicos de aprendizagem, tampouco tempo para intervalos, férias remuneradas, faltas abonadas. Ela me educa há 31 anos, ininterruptamente, e se nos últimos anos tenho conseguido ter menos lições diárias, é porque coloco em prática tudo que ela me ensinou.

Agradeço ao meu pai, André, que durante anos viabilizou os caminhos para que eu pudesse estudar. Sem romantizar as opressões sociais ou relativizar o sofrimento imposto pelo sistema econômico e político. Deste modo, sou grato a ele por ter me sustentado com três empregos durante os cinco anos da minha graduação em Psicologia. Por meio destes trabalhos, formais e informais, ele conseguiu me sustentar em Poços de Caldas-MG. Sua dedicação e sua crença em meu desenvolvimento foram um farol quando eu ficava à deriva navegando nas profundas águas dos estudos.

Agradeço à minha irmã Mariana, com ela aprendi o ato de cuidar, e hoje por ela sou cuidado. Eu gostaria de ter 1/10 do amor que ela tem em seu coração. Mariana também me ensinou a ensinar. Quando crianças, nós brincávamos de "escolinha" e eu costumava ser o professor. Naquele tempo eu não tinha muita didática, mas estar ao seu lado e viver o mundo por meio das brincadeiras me deu a oportunidade de ser eu mesmo. Sem que ela, ou eu, soubéssemos, Mariana sempre me viu por quem eu sou. Assim ela me ensinou a amar da maneira mais fluída possível: amando.

Agradeço ao meu companheiro, noivo, namorado, Caio. Nos conhecemos estudando no curso técnico em edificações na ETEC Fernando Prestes. Desde o início de nosso namoro, eu sigo estudando, graduação, mestrado, doutorado. Sei que sou repetitivo e, por vezes, quando diante de alguma questão que me incomoda, perco-me em meus pensamentos, fico às vezes minutos, às vezes horas, dias, "fora do ar". Mas, todas as vezes que eu retorno, ele está ao meu lado.

Nesta caminhada acadêmica o estresse, as dores, as frustrações, as inseguranças, os medos, e o desejo de desistir e fugir foram, e ainda são, frequentes. Porém, tudo se torna um pouco mais leve quando estou com meus amigos. Parece-me que na presença deles o tempo escorre diferente. Cada um, a seu modo, me toca de uma forma única. Não sei como, mas consegui um grupo de amigos que não me cobram nada pelo amor. Na presença deles sinto que posso ser eu mesmo com todas as minhas ambiguidades, contradições e dificuldades. Nominalmente (em ordem alfabética), agradeço a André, Bruno, Carla, Eliezer, Henrique, Marcos e Pedro.

Gostaria de expressar minha gratidão aos estudantes que me acompanham na UNIFSP e na UNISO. A confiança e o companheirismo destas/es estudantes favorecem o contato com meus valores pessoais sobre a docência e a pesquisa acadêmica. Em especial, quero agradecer aos estudantes do GEPCS (Grupo de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sociedade) que me auxiliaram nas coletas de dados, e com os quais também pude aprender mais sobre a possibilidade de uma pedagogia afetuosa.

Agradeço à Profª. Dra. Ana Claudia Moreira Almeida-Verdu, por ter aceitado me orientar, mesmo com um tema diferente do que estávamos trabalhando no mestrado. Sua confiança e serenidade em me auxiliar no processo de doutoramento foram ambientes importantes para que eu desenvolvesse um pouco mais de confiança e disciplina diante da trajetória que eu escolhi. Também agradeço ao Prof. Dr. João Henrique de Almeida, por sua dedicação e atenção em me co-orientar, auxiliando-me nas análises e interpretações de dados com os quais eu não tinha familiaridade. Sua paciência e descontração tornaram menos aversivas as análises sobre responder relacional apresentadas nesta tese.

CRAVO, F. A. M. **Preconceito sexual e de gênero sob a ótica da análise do comportamento: investigações teóricas e aplicadas.** 244f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, Bauru, 2024.

RESUMO

O objetivo desta tese é apresentar investigações teóricas e aplicadas sobre preconceito sexual e de gênero sob uma perspectiva analítico-comportamental. A tese está dividida em introdução geral, cinco estudos em formato de artigos e um capítulo final. No capítulo 1 apresenta-se uma revisão teórica sobre o preconceito sexual e de gênero sob a perspectiva da análise do comportamento com ênfase nos processos simbólicos constituintes deste fenômeno. O segundo e o terceiro capítulos são revisões de literatura já publicadas em periódicos durante o percurso de doutoramento. Tais revisões contribuíram para compreender os usos e características do instrumento IRAP (*Implicit Relational Assessment Procedure*) (capítulo 2) e o estado da arte da literatura analítico-comportamental brasileira sobre sexualidade e gênero (capítulo 3). O capítulo 4 apresenta o resultado da avaliação de preconceito explícito contra gays e lésbicas por estudantes de psicologia. Participaram 115 estudantes (73 femininas, 39 masculinos e 3 pessoas não-binárias, média etária 23,3 anos, *DP*, 7,0) que responderam à Escala Multidimensional de Preconceito Sexual (EMPS) de forma *online*. A escala mede preconceito sexual a partir de cinco fatores (aversão à homossexualidade, heterossexismo, crenças positivas sobre a homossexualidade, resistência à heteronormatividade e negação da homofobia). Dentre os resultados verificou-se que participantes cisheterossexuais possuem maiores médias de "heterossexismo", e participantes LGBTQIAPN+ e sem crença religiosa maiores escores no fator "resistência à heteronormatividade". O fator "crenças positivas sobre a homossexualidade" foi interpretado de forma diferente da proposta dos autores da escala. Discutiu-se sobre as características curriculares dos cursos de Psicologia e a formação profissional com vistas a diminuição de vieses preconceituosos. No capítulo 5 apresenta-se uma investigação exploratória sobre o uso do IRAP para medir vieses anti e pró figuras representativas (emojis) de heterossexuais, gays e lésbicas. Participaram 28 estudantes de psicologia (16 femininas, 11 masculinos e 3 pessoas não-binárias, 17 heterossexuais, cinco bissexuais, três homossexuais, dois pansexuais e uma pessoa assexual; média etária de 23 anos). As/os participantes foram divididas/os aleatoriamente em dois grupos (IRAP-Gay e IRAP-lésbica), e foram submetidas/os a avaliação implícita de viés pró e anti heterossexualidade e homossexualidade. Identificou-se que o IRAP é sensível para medir

vieses sobre sexualidade, porém os efeitos pró homossexualidade são funções das características das/os participantes. Isto é, participantes LGBTs apresentaram vieses pró gays e lésbicas e vieses neutros a heterossexuais, e participantes heterossexuais forte viés pró heterossexuais quando comparado com estímulos gays, e vieses neutros para homossexuais em geral. Discutiu-se sobre as relações simbólicas como função da história de interações com as contingências culturais estabelecidas para cada grupo. No último capítulo apresenta-se uma síntese pessoal do doutorando sobre os aspectos simbólicos que perpassaram sua história de vida enquanto gay. Por fim, apresenta-se um resumo dos objetivos, resultados e proposições possíveis a partir das pesquisas desenvolvidas.

Palavras-chave: Preconceito sexual e de gênero; Análise do Comportamento; Comportamento Simbólico; LGBTfobia; Preconceito implícito.

CRAVO, F. A. M. **Sexual and gender prejudice bias from the perspective of Behavior Analysis: Theoritical and Applied investigation** 244f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, Bauru, 2023.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to present theoretical and applied research on sexual and gender prejudice from an analytical-behavioral perspective. The thesis is divided into a general introduction, five studies in the format of articles, and a final chapter. Chapter 1 presents a theoretical review of sexual and gender prejudice from the perspective of behavior analysis with an emphasis on the symbolic processes that constitute this phenomenon. Chapters 2 and 3 are literature reviews already published in journals during the doctoral course. These reviews contributed to understanding the uses and characteristics of the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) (Chapter 2) and the state of the art of Brazilian analytical-behavioral literature on sexuality and gender (Chapter 3). Chapter 4 presents the results of the evaluation of explicit prejudice against gays and lesbians by psychology students. 115 students participated (73 female, 39 male, and 3 non-binary people, mean age 23.3 years, SD, 7.0) who answered the Multidimensional Scale of Sexual Prejudice (EMPS) online. The scale measures sexual prejudice based on five factors (aversion to homosexuality, heterosexism, positive beliefs about homosexuality, resistance to heteronormativity, and denial of homophobia). Among the results, it was found that cisheterosexual participants have higher means of "heterosexism", and LGBTQIAPN+ participants and those without religious beliefs have higher scores on the "resistance to heteronormativity" factor. The factor "positive beliefs about homosexuality" was interpreted differently from the proposal of the authors of the scale. The curricular characteristics of Psychology courses and professional training were discussed with a view to reducing prejudiced biases. Chapter 5 presents an exploratory investigation on the use of the IRAP to measure anti and pro biases towards representative figures (emojis) of heterosexuals, gays, and lesbians. 28 psychology students participated (16 female, 11 male, and 3 non-binary people, 17 heterosexual, 5 bisexual, 3 homosexual, 2 pansexual, and 1 asexual; mean age 23 years). The participants were randomly divided into two groups (IRAP-Gay and IRAP-Lesbian), and were subjected to an implicit evaluation of pro and anti heterosexuality and homosexuality bias. It was identified that the IRAP is sensitive to measure biases about sexuality, however the pro-homosexuality effects are functions of the characteristics of the participants. In sum, LGBT participants

presented pro-gay and pro-lesbian biases and neutral biases towards heterosexuals, and heterosexual participants presented strong pro-heterosexual bias when compared to gay stimuli, and neutral biases towards homosexuals in general. The symbolic relationships were discussed as a function of the history of interactions with the cultural contingencies established for each group. In the last chapter, the doctoral student presents a personal synthesis of the symbolic aspects that permeated his life history as a gay man. Finally, a summary of the objectives, results, and possible proposals from the research developed is presented.

Keywords: Sexual and Gender Prejudice, Behavior Analysis, Symbolic Behavior; LGBTphobia; Implicit prejudice.

LISTA DE FIGURAS

zFigura 1 – Ilustração didática e genéricas de relações simbólicas envolvidas em comportamentos preconceituosos. 50
Figura 2 – Caracterização de possíveis operantes verbais presentes em episódios preconceituosos 62
Figura 3 – Ilustração didática de um episódio social preconceituoso. 68
Figura 4 – Print da primeira página do artigo: O uso do "I*mplicit Relational Assessment Procedure*" na investigação sobre gênero: uma revisão de literatura..... 88
Figura 5 - Print da primeira página do artigo: Revisão de literatura da produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade 90
Figura 6 – Representação das tarefas apresentadas pelo IRAP desta pesquisa nos quatro tipos de tentativas. 139
Figura 7 – Representação didática para leitura de possíveis resultados do IRAP com base nas configurações desenvolvidas para esta pesquisa. 142
Figura 8 – Resultado do D-IRAP-score das/os 28 estudantes de Psicologia avaliadas/os pelo IRAP-gay à esquerda e pelo IRAP-lésbica à direita. 148
Figura 9 – Resultado do D-IRAP-score das/os 27 participantes divididas/os por gênero, feminino e masculino, e submetidas/os ao IRAP-gay (à esquerda) e ao IRAP-lésbica (à direita). 149
Figura 10 – Resultado do D-IRAP-score das/os 28 participantes divididas/os por orientação sexual e submetidas/os ao IRAP-gay (à esquerda) e ao IRAP-lésbica (à direita). 150
Figura 11 - Sumarização dos resultados encontrados e indicações para futuros avanços nas pesquisas sobre sexualidade e gênero a partir de uma perspectiva analítico-comportamental. 217
Figura 12- Quadro relacional apresentado como ilustração a partir da minha história de preconceitos. 223

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características sociodemográficas dos/as 115 universitários/as de Psicologia, dados coletados entre outubro de 2021 e março de 2022. 101
Tabela 2 - – Relação entre os cinco fatores da EMPS e as principais características sociodemográficas das/os participantes 102
Tabela 3 - Porcentagem média das respostas dos 115 participantes a todas as perguntas em cada um dos fatores da Escala Multidimensional de Preconceito Sexual – EMPS (FREIRES et al., 2019). 105
Tabela 4 - Caracterização sociodemográfica das/os estudantes de Psicologia distribuídas/os em dois grupos 135
Tabela 5 - Resultados nos cinco fatores avaliados pela EMPS das/os 28 participantes em 2021. 145
Tabela 6 – Resultados estatísticos obtidos pelo D-IRAP-score das/os 14 participantes submetidas ao IRAP-gay. 151
Tabela 7 – Resultados estatísticos obtidos pelo D-IRAP-score das/os 14 participantes submetidas ao IRAP-lésbica. 151

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL 13

CAPÍTULO 1 25

ESTUDO 1 – UMA INTERPRETAÇÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL DO PRECONCEITO SEXUAL E DE GÊNERO 25

RESUMO 25

1. INTRODUÇÃO 26

1.1 O cistema sexo-gênero-desejo e a ideologia heterossexista como práticas institucionais estruturantes do preconceito. 26

1.2 Preconceito sexual e de gênero: uma forma cisheterossexista de concretizar o cistema sexo-gênero-desejo. 35

2. Preconceito sexual e de gênero sob a ótica da análise do comportamento 40

2.1 Comportamento simbólico e preconceito 42

2.2 Comportamento verbal, comportamento governado por regras e episódio social preconceituoso 56

3. REFÊRENCIAS 71

CAPÍTULO 2 87

ESTUDO 2 - O USO DO "*IMPLICIT RELATIONAL ASSESSMENT PROCEDURE*" NA INVESTIGAÇÃO SOBRE VIÉS DE GÊNERO: REVISÃO SISTEMÁTICA 87

RESUMO 87

CAPÍTULO 3 89

ESTUDO 3 – REVISÃO DE LITERATURA DA PRODUÇÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL NACIONAL SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE .. 89

RESUMO 89

CAPÍTULO 4 91

ESTUDO 4 - PRECONCEITO SEXUAL DIRIGIDO A LÉSBICAS E GAYS POR ESTUDANTES DE PSICOLOGIA 91

1. INTRODUÇÃO 92

1.1 Investigações sobre preconceito sexual e de gênero 93

1.2 Preconceito sexual e de gênero e as/os profissionais da Psicologia 96

2. MÉTODO 98

2.1 Participantes 98

2.2 Instrumentos e materiais 99

2.3 Procedimento de coleta de dados 99

2.4 Procedimentos de análise de dados 100

3. RESULADOS 100
4. DISCUSSÃO 107
4.1 Formas modernas de preconceito sexual e de gênero e suas implicações para Psicologia 109
5. LIMITAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS 113
6. REFERÊNCIAS 116
CAPÍTULO 5 124
ESTUDO 5 – AVALIAÇÃO DE PRECONCEITO SEXUAL E DE GÊNERO EXPLÍCITO E IMPLÍCITO EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA 124
RESUMO 124
1. INTRODUÇÃO 125
1.1 Sobre o Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) na avaliação de vieses atitudinais sobre questões socialmente relevante. 130
2. MÉTODO 134
2.1 Participantes 134
2.2 Condições e equipamentos 135
2.3 Instrumentos 136
2.4 Procedimentos 137
2.5 Procedimentos de coleta de dados 139
2.6 Procedimentos de análise de dados 141
3. RESULTADOS 143
4. DISCUSSÃO 152
4.1 A orientação sexual como variável crítica sobre os vieses implícitos e explícitos. 153
4.2 As práticas culturais e a formação de grupos no controle de respostas comportamentais com e sem viés preconceituoso. 159
4.3 Limitações e proposições para futuros estudos 161
4.3.1 Limitações metodológicas sobre participantes 162
4.3.2 limitações metodológicas sobre os instrumentos 163
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 165
6. REFERÊNCIAS 167
CAPÍTULO 6 177
A MAÇÃ EM FRENTE AO MEU ROSTO: NOTAS *BICHAS* DE UMA ANALISTA DO COMPORTAMENTO SOBRE O PRECONCEITO E RELAÇÕES SIMBÓLICAS. 177
A maçã: gênero, sexualidade e relações simbólicas na encarnação do preconceito..... 178
REFERÊNCIAS 225
ANEXO A 231

ANEXO B 235
APÊNDICE A..... 237

1. INTRODUÇÃO GERAL

"Vale, vale tudo
Vale o que vier
Vale o que quiser
Só não vale
dançar homem com homem
nem mulher com mulher"
(Tim Maia)

A música de Tim Maia popularizada nos anos 80 com um ritmo animado e dançante apresenta uma regra para a diversão dentro de um contexto social: "vale tudo", seja "o que vier e o que quiser". Porém "tudo" é uma palavra muito abrangente, e então o cantor sanciona a única proibição desta fruição dos prazeres: "dançar homem com homem e mulher com mulher". Os versos repetem-se sistematicamente sem nenhuma explicação para a proibição da dança entre pessoas do mesmo gênero! Outro exemplo deste "pode tudo", mas não *tudo* mesmo, encontra-se no mito criacionista bíblico quando a primeira mulher responde a Satã citando o senhor Deus de que ela e o esposo tudo poderiam comer, "mas do fruto da árvore que está no centro do jardim, Deus disse: 'Dele não comereis, nele não tocareis, para que não morrais!" (GN, 3:3). Logo, não é tudo válido e o descumprimento a esta proibição arbitrária pode culminar em morte, adiante no texto sagrado para cristãos, vê-se: "se um homem se deitar com outro homem como se fosse mulher, ambos cometeram abominação; certamente morrerão e serão responsáveis por sua própria morte" (LV: 20:13). Nesta segunda citação o adjetivo "aberração" para o ato sexual entre dois homens parece ser a justificativa para a morte deles. Quem os matará, ou como morrerão, ainda parece incerto. As relações homoafetivas são excluídas do "vale tudo" tanto na cultura popular quanto na doutrina cristã. A proibição para tais relações é justificada por meio de uma "voz autoritária" cultural ou religiosa que não precisa dar explicações plausíveis para esta sanção.

As regras presentes em textos religiosos e na música popular podem ser interpretadas como uma síntese da organização de práticas sociais já estabelecidas, mantidas, e historicamente transmitidas de geração em geração a partir da concepção de um grupo de pessoas (provavelmente dominante) sobre outro grupo (provavelmente subjugados ao conjunto de regras estabelecidas pelo grupo dominante). Se para os grupos dominantes "não vale" as relações homoafetivas, questiona-se: é permitido atos de preconceito, discriminação, vexação, hostilização contra àquelas/es que "dançam com seus iguais"? Neste pode tudo o "que quiser e vier" matar é uma possibilidade? Uma vez que um grupo define que sexo entre homens é uma "aberração" punida com morte, quem seria o responsável pelo assassinato? Como os que dançam com seus iguais deveriam morrer? De acordo com o pastor André Valladão o senhor deus diz "se eu pudesse, matava tudo e começava de novo. Mas prometi que não posso, agora está com vocês" (TORTELLA, 2023). O que está conosco é o assassinato da comunidade LGBTQIAPN+[1]?

Pode parecer hiperbólico derivar a partir destes exemplos a existência de uma "licença para matar" pessoas diferentes da regra binária do casal homem e mulher cisgêneros e heterossexuais. De fato, interpretações exegéticas e hermenêuticas sobre textos bíblicos e músicas populares podem interpretar de diferentes formas o sentido literal destes enunciados, argumentado que "não é bem isso que se quis dizer neste trecho", "esta tradução está equivocada", ou que "devemos levar em consideração outros contextos históricos e sociais". Mesmo concordando com os argumentos para o cuidado interpretativo, os dados atuais de violência contra pessoas LGBTQIAPN+, somados a um panorama histórico sobre a vida desta

[1] A sigla LGBTQIAPN+ é utilizada para agrupar diversas identidades sexuais e de gênero que não correspondam às normas cisheterossexuais, e significa: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binaries. O símbolo de "+" ao final da sigla indica abertura para a inclusão de diversas outras identidades que existem ou venham a existir. Em alguns momentos nesta tese o plural de LGBTQIAPN+ será gravado como LGBTs. Além disso, em muitos trechos nos quais há referências bibliográficas, geralmente as autoras e os autores consultados utilizam termos como LGBT, LGBTI+, LGBT+, dissidentes sexuais e de gênero. Quando o sentido pretendido pelas/os autores/as não se restringir a grupos específicos, e, sim a todo grupo de pessoas utilizarei a sigla inteira LGBTQIAPN+.

comunidade, oferecem subsídios para caracterizar sem eufemismos a violência contra LGBTQIAPN+s como um problema social grave do cotidiano. As práticas violentas contra pessoas não cisheterossexuais estão amalgamadas entre os saberes da cultura popular e de denominações religiosas (BORILLO, 2016). A seguir três exemplos do pode tudo, menos transgredir as regras cisheteronormativas:

> "Quase 2 meses após ter sido espancado e violentado, jovem gay morre em Salinópolis, no Pará" (CARNEIRO, 2021, s/n)
>
> "Dandara morreu aos 42 anos após ser alvejada por tiros no Bairro Bom Jardim, em Fortaleza. Antes disso, ela sofreu chutes e golpes de pau de um grupo de pessoas". (SAMPAIO; FREITAS, 2021)
>
> "Casal gay é agredido com um pau cheio de pregos por se beijarem em SP" (CATRACA LIVRE, 2020, s/n)

O Relatório de Violência Homofóbica no Brasil de 2013 analisou as notificações de homofobia no país. Identificou-se que jovens, pretos e pardos, pessoas que se identificam como gays, travestis e transexuais são as mais vulneráveis a violências dentro do grupo LGBTQIAPN+ no país. Destaca-se que os casos de violência contra pessoas lésbicas podem estar relacionados a crimes de feminicídio e violência contra mulheres. A pesquisa apontou vieses de classe social como determinantes no nível de vulnerabilidade desta população, sendo pessoas que residem em regiões periféricas mais propensas a situações de violência. Sobre as relações sociais entre agressores e vítimas, têm-se que a maior parte das violências (32%) foram cometidas por homens desconhecidos (BRASIL, 2016). Outro relatório lançado em 2018 pelo Ministério do Direitos Humanos novamente constatou inúmeras formas de violências perpetradas com objetivo de "punir" pessoas que apresentavam orientações sexuais e identidades de gêneros não normativas. Neste relatório indicou-se que as violências são resultado da discriminação e intolerância baseadas na heteronormatividade, e somam-se à ineficácia do Estado brasileiro no enfrentamento destes crimes (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018).

Santos e Silva (2021) analisaram os Relatórios Anuais de Assassinatos de Homossexuais no Brasil (RAAHB) referentes aos anos de 2010 a 2019. Em síntese, concluíram que 3.358 pessoas LGBTQIAPN+ foram assassinadas devido às suas características não-cisheterosexuais. O Nordeste e Norte lideraram como regiões com maior taxa de assassinato por milhão habitante, enquanto São Paulo é um dos estados com maior número absoluto de assassinatos. Devido às condições de vida e sobrevivência, a população T (pessoas transgêneras, transexuais e travestis) é a mais vulnerável à violência, mesmo que homens gays sejam os mais mortos no país. Aproximadamente 45% das mortes representam pessoas com idades entre 15 e 34 anos. Dentre os instrumentos e formas de extermínio estão: arma branca, arma de fogo, estrangulamento, espancamento, paulada, pedrada, carbonização, tijolada. As vias públicas são os cenários mais frequente de violência.

A mídia brasileira tem apresentado que os números de vítimas de agressões contra pessoas LGBTQIAPN+ aumentou nos últimos anos (FARIAS, 2022; SOUZA, 2022) e, possivelmente, esses são dados subnotificados, uma vez que nem todos estados brasileiros os coletam como violências LGBTfóbicas. Além dos relatórios oficiais e divulgações midiáticas, há pesquisas científicas que caracterizam as violências contra pessoas LGBTQIAPN+ indicando que tais práticas são perpetuadas por membros de suas famílias dentro da casa onde moram, e na escola por estudantes, professoras/es e equipe gestora (SILVA; CARDOSO; CARDOSO; GONÇALVEZ, 2021; ALMEIDA; SOARES, 2021; MATTA; TAQUETTE; SOUZA; MORAES, 2021; BRAGA; OLIVEIRA; SILVA; MELO, 2018; SOUZA; SILVA; SANTOS, 2017; RONDINI; TEIXEIRA-FILHO; TOLEDO, 2017; GUSMÃO et al., 2016; LIRA; MORAES; BORIS, 2016; NATARELLI; BRAGA; OLIVEIRA; SILVA, 2015; SOUZA; SILVA; FARO, 2015; SOUZA; SILVA; SANTOS, 2015; PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014; TOLEDO; TEIXEIRA-FILHO, 2013; PERUCCHI; CORREA, 2013;

TEIXEIRA; MARRETO; BENINI; SANTOS, 2012). Alves (2014) ilustra um caso trágico de violência dentro de casa:

> "Horrorizado porque Alex gostava de dança do ventre e de lavar louça, André passou a aplicar o que chamou de "corretivos". Surrava o filho repetidas vezes para "ensiná-lo a andar como homem". (...) O laudo do Instituto Médico Legal descreve em muitas linhas todo o sofrimento: a criança tinha escoriações nos joelhos, cotovelos, perto do ouvido esquerdo, no tórax, na região cervical; apresentava também equimoses na face, no tórax, no supercílio direito, no deltoide, punho esquerdo, braço e antebraços direitos, além de edemas no punho direito e na coxa direita" (ALVES, 2014, s/n).

Alex tinha 8 anos e foi assassinado pelo pai porque o menino gostava de lavar a louça e de dança do ventre. Este caso pode levar a considerações de que o pai apresentava "instabilidade mental", o que configura uma forma de psicologismo, "psiquiatrismo". A psicopatologização do preconceito é baseada na ideologia de medicalização da vida do Ocidente. Contudo, as práticas culturais favorecem, ou seja, são ambientes para que se veja e se julgue um menino de 8 anos dançando "dança do ventre" da mesma forma que um menino jogando futebol? Há diferença na aceitação e validação dentre as formas de experienciar o corpo e as atividades culturais para os meninos e as meninas? Se Alex fosse uma menina, lavar louça e dançar com o quadril seria o estopim para seu assassinato? Ainda que o pai tenha executado o assassinato, a cultura popular por meio de práticas sociais generificadas não são corresponsáveis?

Generificação é um nome que designa um conjunto de comportamentos resultantes de contingências sociais complexas e entrelaçadas. Essas contingências ensinam e mantém os membros de uma cultura respostas a discriminar e classificar comportamentos masculinos e femininos, atribuindo valores positivos quando há concordância entre gênero-comportamento (menino-masculino, menina-feminino) e valores negativos quando há discrepância (RUIZ, 2003). A generificação também pode ser compreendida a partir da RFT (*Relational Frame Theory* – Teoria das Molduras Relacionais) (HAYES; BARNES-HOLMES; ROCHE, 2001) e da teoria das relações de equivalência (SIDMAN, 2000). Essas propostas, baseadas na Análise

Comportamental, descrevem como as relações estabelecidas entre pares de estímulos, quando determinadas condições de aprendizagem são satisfeitas, podem ser generalizadas e derivadas para outros estímulos sem a necessidade de treino direto. Participam dessas contingências tanto comportamentos operantes quanto respondentes, e, uma vez que as relações simbólicas são estabelecidas, há dados que indicam considerável dificuldade de ensinar novas relações (MIZAEL, dos SANTOS, de ROSE, 2016). Adiante nesta tese, tais teorias e suas implicações para os estudos sobre preconceito sexual e de gênero serão descritas de forma pormenorizada.

Uma vez que as práticas sociais generificadas não são passíveis de punição diretamente, mas as pessoas que participam destas práticas sim, quantas pessoas compartilham a responsabilidade do assassinato de Alex? Quantos outros Alexes morreram e morrerão por dançarem uma dança proibida para seu gênero?

Os dados e acontecimentos apresentados até aqui demonstram que pessoas LGBTQIAPN+ são submetidas a condições sociais que as colocam em risco frente ao comportamento violento de diversas pessoas (e.g., familiares e amigos), grupos (e.g., religiosos, escolares) e instituições (e.g., Estado, Igreja) devido às suas identidades e expressões de gênero e sexualidade. A assimetria em direitos sociais entre pessoas cisheterossexuais e pessoas não-cisheterossexuais é verificada em muitas culturas ocidentais (BORILLO, 2016; CONNELL; PEARSE, 2015; FRY; McRAE, 1983). Essa situação exige a criação de leis e programas sociais para garantir a promoção e a defesa dos direitos civis da população LGBTQIAPN+. O Brasil é signatário dos Princípios de Yogyakarta (2006), no qual se especificam para pessoas LGBTQIAPN+ os direitos internacionais previstos na Declaração Universal do Direitos Humanos (1948). Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADIO), equiparou crimes motivados por preconceito sexual e de gênero contra pessoas LGBTQIAPN+ ao crime de racismo previsto na

Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 2022) [2]. Destaca-se que a ADIO do STF aponta a omissão do poder público, especificamente do Congresso Nacional, em criar leis específicas para proteger a população LGBTQIAPN+, mesmo com dados explícitos sobre sua vulnerabilidade à violência. O estado de São Paulo possuí uma lei específica, Lei 10.948, que proíbe discriminações baseadas em orientação sexual e identidade de gênero (SÃO PAULO, 2001).

Abreviadamente, leis podem ser compreendidas como regras socialmente criadas, isto é, formulações verbais de contingências de reforço que sinalizam antecedentes, respostas e consequências (MACHADO; TODOROV; RAMOS, 2013). Evidentemente, a criação de leis configura um avanço social ao prescrever e assegurar os direitos civis à população LGBTQIAPN+, além de especificar consequências para crimes de ódio. Porém, a análise do comportamento verbal e do comportamento governado por regras indica a necessidade de garantir diversas condições, além do enunciado verbal "lei", para que pessoas e grupos respondam efetivamente às regras. Tais como: as regras devem 1) corresponder às contingências que descrevem, 2) terem formulação completa dentro de uma contingência de três termos (i.e., apresentar antecedente, resposta e consequência), e 3) as regras devem ser acompanhadas de consequências diferenciais para o comportamento de segui-las e descumpri-las (ALBUQUERQUE; PARACAMPO, 2006). Esforços práticos adicionais devem ser exigidos de todas as agências de controle (i.e., Ciência[3], Economia, Política, Educação etc.) para a eliminação da violência contra pessoas LGBTQIAPN+ (BRASIL, 2018). Isso porque descrições verbais de contingências até o momento não têm sido suficientes para modificar

[2] Para uma revisão das ações e medidas judiciais em favor da comunidade LGBTQIAP+ no Brasil, consultar "Diretos das pessoas LGBTQIAPN+. Caderno de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: concretizando direitos humanos" (BRASIL, 2022).

[3] Importante notar que na quinta seção de "Ciência e Comportamento humano" Skinner (1953/2003) não cita diretamente a ciência como uma agência de controle. Contudo, ao analisar a psicoterapia como uma agência e as relações descritas sobre governo, economia, religião e educação, parece possível adicionar ciência como uma agência controladora.

práticas culturais seculares. Diante de problemas sociais complexos, comportamentos alternativos e novos arranjos de contingências sociais precisam ser diretamente planejadas para que mudanças significativas aconteçam (SKINNER, 1972). Atualmente, o interesse em modificar as práticas de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ parece restrito à própria comunidade, uma vez que expressiva parcela da população parece não perceber os efeitos deletérios da violência. Assim grupos de pessoas dissidentes tem se organizado para reivindicar reconhecimento e direitos civis.

I'm coming out
I want the world to know
Got to let it show

(Diana Ross)

De uma perspectiva histórica, a discussão sobre direitos humanos, especialmente para pessoas LGBTQIAPN+, é recente. Em 1969, o bar de Nova York (EUA) "*Stonewall Inn*" tornou-se internacionalmente conhecido por ter sido um dos locais onde a "tensa corda do preconceito sexual e de gênero" estourou. Na noite de 28 de junho de 1969, após anos de extorsões e repressões violentas por parte da polícia contra frequentadoras/es/os do bar, um grupo de drag queens, drag kings, pessoas trans, lésbicas, gays e demais "*desajustades*[4]" revoltaram-se contra a truculência policial. Aquelas pessoas socialmente lidas e tratadas como abjetas embarricaram-se e contra-atacaram seus algozes exigindo o respeito e a dignidade que lhes eram devidos (QUINALHA, 2022). Naquela noite, tod*es* "*coming out*", saíram do armário social com força e orgulho. Nem de longe este foi o primeiro movimento social de resistência, e não cabe aqui hierarquizá-los em termos de importância. No entanto, neste momento, iniciou-se um ponto de virada para os movimentos afirmativos LGBTQIAPN+. Deve-se destacar que no norte global as décadas de 60, 70 e 80 foram incendiárias para diversos movimentos sociais (e.g., movimento de mulheres, movimento negro, *hippies* etc.). Os quais pleiteavam

[4] O sufixo "*es*" será utilizado em alguns momentos nesta tese para destacar a presença de pessoas não-binárias ou que não se encaixam nos padrões binários de gênero.

reconhecimento e acesso aos direitos humanos que eles eram negados. No Brasil, neste mesmo período assolado por uma ditadura empresarial-militar (1964-1985), também se configuraram movimentos de resistência de pessoas marginalizadas que transgrediam as regras de afetos e performances de gênero permitidas pelo regime (COWAN, 2021). Grupos artísticos como "Dzi Croquetes" e "Secos e Molhados", o jornal "Lampião da Esquina" e os grupos de resistência lésbica e gay começaram a se movimentar contra o regime militar e contra a institucionalização da discriminação sexual e de gênero (GREEN; QUINALHA, 2021).

Na história oficial, as pessoas que não correspondiam às normas sexuais e de gênero impostas por instituições sociais como a Igreja, o Estado, e a Ciência tiveram suas vidas direta ou indiretamente aniquiladas. Na Idade Média, a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo e as expressões de gênero contrárias ao modelo binário "homem *versus* mulher" eram compreendidas como pecado pela Igreja Católica. O sistema de inquisição medieval utilizava de instrumentos e técnicas para matar sistematicamente mulheres e pessoas consideradas desviantes. Mesmo com a ascensão dos Estados modernos, que desejavam se contrapor à Igreja e diminuir os poderes políticos, no que se refere às sexualidades consideradas desviantes, somente transformaram o "pecado abominável" de Agostinho em crimes de indecência, sodomia e ofensa à moral (FOUCAULT, 1988). No século XX, nem liberais nem socialistas acolheram a diversidade sexual e de gênero como uma possível pauta de suas políticas públicas. Ao contrário, identificaram nestas pessoas e em suas práticas imoralidades contra seus respectivos sistemas político-econômicos (BORRILLO, 2016). E, ainda mais recente na história do Brasil republicano, o ex-presidente Jair Bolsonaro, em sua pífia trajetória política, expressou-se diversas vezes contra a existência e a dignidade da população LGBTQIAPN+. Em suas palavras: "gostar de homossexual ninguém gosta, a gente suporta"[5].

[5] https://www.youtube.com/watch?v=YeOGz8oJiUc&t=53s

As ciências médicas e psicológicas, frutos dos anseios iluministas classificaram as múltiplas formas de sexualidades e gêneros como expressões sintomáticas de doenças dos nervos, mentais e psicológicas (FOUCAULT, 1988; CHAUÍ, 1989). Contudo, Saxe (2021) observa que, concomitante ao desenvolvimento médico-disciplinar das homossexualidades como patologia, surgiram na Europa discursos como os de Heinrich Ulrichs e Magnus Hirschfeld na segunda metade do século XIX, os quais reivindicaram a normalização e a descriminalização da(s) homossexualidade(s). Discursos afirmativos perderam força com as modificações políticas no início do século XX, sobretudo, durante o período nazifascista europeu e após 2ª Guerra Mundial. Torturas, nomeadas de tratamentos corretivos para sexualidades e gêneros dissidentes, apresentam uma mistura de práticas religiosas e pseudocientíficas iniciadas no século passado e que persistem até hoje (CFP, 2019).

Nos Estados Unidos, na década de 1970, houve explícita colaboração de proeminentes analistas do comportamento que descreveram torturas como tratamentos corretivos, utilizando as ciências do comportamento como base. Os resultados de seus perversos experimentos foram publicados no *Journal of Applied Behavior Analysis* e outros periódicos da área (COSTA-JUNIOR, 2020). Atualmente, mesmo com sutis pedidos de retratação, há declarações de analistas do comportamento que apontam ser necessário cuidado ao julgar os trabalhos dos anos 70, considerando aos contextos históricos da época (LeBLANC, 2020). Porém, defende-se nesta tese que, enquanto ciência, é mais coerente promover cuidado ético de julgamento em favor dos corpos frágeis, como o de Alex, que não resistiu às práticas corretivas do pai, ou dos corpos de pacientes que se suicidaram após os tratamentos de correção (APA, 2006). Assim, descarta-se quaisquer tentativas conciliatórias com práticas corretivas e discriminadoras contra população LGBTQIAPN+, independentemente dos contextos sociais e políticos das quais foram resultantes. Entender que, em muitos momentos, a ciência em geral, e a análise do comportamento em específico, podem ter sido “parte do problema” e não “parte da solução” é

crucial para repensar as práticas desta comunidade, mesmo reconhecendo as/os cientistas como produtos de contingências sociais. Um dos problemas das contingências patologizante sobre a comunidade LGBTQIAPN+ é que frequentemente se vê o "futuro repetir o passado", e o tempo definitivamente não para, assim Alexes e Dandaras continuam a surgir, não como um efeito colateral das práticas culturais, mas como o produto esperado de "limpeza social".

****

Por meio de um complexo arranjo de contingências sociais que foram estabelecidas por agência controladoras como a Igreja, o Estado e a Ciência, confirma-se que historicamente "vale tudo, menos ser LGBTQIAPN+". Ao acompanhar os relatórios, dossiês e as pesquisas sobre as violências contra as pessoas que não "dançam conforme a música", identifica-se um fenômeno social crônico e estrutural permanente no Ocidente. Nesta tese, este fenômeno será tratado, a partir de uma ótica comportamentalista radical, como preconceito sexual e de gênero resultante do sistema sexo-gênero-desejo e da ideologia heterossexista. Esta proposta é convergente com estudos anteriores (GALLO; FAZZANO; MORAIS; SANTOS, 2019; FAZZANO; GALLO, 2015; BAÍA, 2008; CAIXEIRA, 2008) que sinalizaram e descreveram a compatibilidade do uso da tríplice contingência para análises e interpretações dos comportamentos preconceituosos contra pessoas LGBTQIAPN+. Objetiva-se responder as seguintes perguntas: Como a análise comportamental brasileira tem investigado preconceito sexual e de gênero? Como a análise do comportamento pode descrever funcionalmente o preconceito sexual e de gênero, com ênfase ao papel do comportamento simbólico nesta forma de preconceito? Além dessas questões teóricas, buscou-se realizar dois estudos sobre avaliação de preconceito sexual e de gênero com estudantes universitários diante das perguntas (1) quais as características de respostas relacionais de estudantes de psicologia diante de avaliações explícitas e implícitas do preconceito sexual e de gênero? (2) O IRAP (*Implicit Relational Assessment Procedure*) programado com emojis representativos de relações homoafetivas, gays

e lésbicas, pode ser utilizado para aferir vieses pró e anti gays e lésbicas com estudantes de psicologia? (3) Quais as relações entre as características sociodemográfica e grupais das/os participantes com os resultados do IRAP?

Para responder às questões acima, objetivos específicos foram elaborados e a tese foi dividida em um capítulo introdutório, quatro estudos e um capítulo final. No capítulo introdutório (Estudo 1) elaborou-se interpretações analítico-comportamentais sobre preconceito sexual e de gênero (PSG). Os estudos 2 e 3 são revisões de literatura já publicadas, intituladas, respectivamente: "O uso do '*implicit relational assessment procedure'* na investigação sobre viés de gênero: revisão de literatura" e "Revisão de literatura da produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade". Por uma questão de direitos autorais, nesta tese consta-se somente os resumos das revisões e seus *links* para acesso na íntegra na plataforma do periódico "Perspectivas em Análise do Comportamento. Nos estudos 4 e 5 nomeados como "Preconceito sexual a lésbicas e gays em estudantes de psicologia" e "Preconceito sexual e de gênero explícito e implícito em estudantes de psicologia" apresenta-se os resultados das avaliações explícitas e implícitas de preconceito sexual e de gênero em estudantes de Psicologia. O capítulo final (Estudo 6) é um texto em primeira pessoa no qual se considera o ponto de vista de um analista do comportamento, homem e gay, sobre as características do preconceito sexual e de gênero, apresenta-se uma síntese dos resultados encontrados e sugere-se futuras práticas cientificas e sociais.

CAPÍTULO 1
ESTUDO 1 – UMA INTERPRETAÇÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL DO PRECONCEITO SEXUAL E DE GÊNERO

RESUMO

Preconceito tem sido estudado pela análise do comportamento como um conjunto de comportamentos operantes e respondentes, produtos de contingências sociais complexas. Tais contingências apresentam características específicas referente a práticas culturais, principalmente no que tange à sua transmissão geracional. Práticas culturais preconceituosas resultam em múltiplas formas de violências contra população LGBTQIAPN+. Neste capítulo, descreve-se que as práticas sociais generificadoras produzem, além da dicotomização dos gêneros e a subalternização do feminino ao masculino, preconceitos sexuais e de gênero. Interpretar a categorização de gênero como preponderante para o preconceito corrobora com outras áreas de pesquisa, como os Estudos de Gênero, História, Filosofia e Sociologia. O capítulo estrutura-se em, primeiramente, descrever os aspectos históricos e sociais que influenciam os comportamentos preconceituosos. Em seguida, são analisadas as contingências de reforçamento que estabelecem e mantém tais comportamentos. Considerando que trabalhos anteriores concentraram-se na investigação de processos comportamentais básicos como modelagem, modelação e comportamento governado por regras, neste capítulo enfatizou-se os processos simbólicos envolvidos no preconceito, utilizando a Teoria das Relações de Equivalência, Teoria das Molduras Relacionais e Comportamento Verbal. Ilustrações e descrições de um episódio social preconceituoso são oferecidas como ferramentas didáticas para representar a complexidade das relações aprendidas socialmente, que visam, ao cabo, o aniquilamento físico e simbólico de pessoas LGBTQIAPN+. O preconceito sexual e de gênero pode ser interpretado por uma perspectiva analítico-comportamental levando em consideração as práticas culturais que o determinam. Essa proposta implica na possibilidade de desenvolver estratégias políticas e científicas que visem diminuir o preconceito e aumentar a segurança social de pessoas LGBTQIAPN+. Por fim, este capítulo tem função de contexto para os estudos em sequência, aprofundamentos teóricos e experimentais devem seguir futuros trabalhos nesta área.

Palavras-Chave: Preconceito sexual e de gênero. Comportamento simbólico. Relações de equivalência. Molduras Relacionais.

1. INTRODUÇÃO

Diferente das estratégias didáticas frequentemente utilizadas em textos analítico-comportamentais, que seguem uma abordagem "*bottom-to-top*" ou "de baixo para cima", descrevendo processos comportamentais básicos de forma encadeada até chegar aos processos comportamentais complexos, este capítulo adota uma abordagem inversa. Primeiramente, serão descritas as estruturas e ideologias produzidas por grupos sociais e agências de controle. Em seguida, serão realizadas análises funcionais dos processos comportamentais de aquisição e manutenção de comportamentos preconceituosos. Esta abordagem discursiva, além de um recurso estilístico, tem como objetivo destacar que, diante do objeto de estudo "preconceito", é imprescindível compreender os processos sociais e históricos para realizar análises funcionais sem individualizar ou particularizar o problema. Salvaguardando as limitações epistemológicas, pretende-se trabalhar com conceitos de fora da análise do comportamento em termos operantes.

1.1 O cistema[6] sexo-gênero-desejo e a ideologia heterossexista como práticas institucionais estruturantes do preconceito.

Nesta seção serão descritos os processos de generificação e a ideologia cisheterossexista. Objetiva-se apontar a relação entre a construção social das categorias de gênero e sexualidade, e o estabelecimento do preconceito contra pessoas e grupos LGBTQIAPN+.

De acordo com Ruiz (1995; 1998; 2003), as culturas ocidentais mantêm contingências sociais que configuram um processo denominado "generificação". Este processo consiste na atribuição generalizada de rótulos e papéis de gênero a estímulos e

[6] Adota-se a grafia da palavra "sistema" como "*cis*tema" nesta tese, com o objetivo de indicar a força das práticas culturais generificadas na construção de relações sociais micro e macroestruturais.

comportamentos com base nas diferenças anatômicas e fisiológicas entre machos e fêmeas, ou em extensões metafóricas dessas diferenças. Desde a concepção até a vida adulta, os seres humanos são expostos a contingências sociais de reforçamento que estabelecem consequências diferenciais para os corpos identificados ao nascer com vulva ou com pênis[7](KIMMEL, 2022). Diversos grupos culturais categorizam comportamentos, públicos e privados, arbitrariamente às categorias masculino e feminino, pautados na diferenciação anatomofisiológica da espécie e nas relações de poder estabelecidas entre os membros desses grupos (CONNELL; PEARSE, 2015). Processos comportamentais como modelagem, modelação, instrução, emparelhamento de estímulos e outros são planejados para ensinar seres humanos a se comportarem de acordo com as prescrições sócio-históricas estabelecidas para o gênero que lhes foi socialmente atribuído. Reforçamento positivo e negativo frequentemente controlam comportamentos cisgêneros, na medida em que aumentam de frequência os comportamentos que obtém aprovação social (i.e., reforçamento positivo) ou aqueles que evitam retaliações (i.e., reforçamento negativo). Comportamentos diferentes das regras generificadas são punidos ou colocados em extinção por representantes da cultura (e.g., pessoas ou grupos), com o objetivo de suprimir quaisquer variações comportamentais dos modelos macho e fêmea preteritamente estabelecidos (RUIZ, 2003).

As categorias de gênero binariamente estabelecidas não se referem a estruturas internas, essencialistas e inatas, mas aos efeitos comportamentais de contingências sociais. Essas contingências ensinam, de forma coercitiva e cerimonial (i.e., baseada em regras que nem sempre têm correspondência com a realidade), a diferenciação de atividades entre corpos lidos como machos ou fêmeas. Para Ruiz (2003) e Butler (2003),

[7] Apontamos aqui que a binariedade pênis e vulva não representa todas as possibilidades biológicas para o desenvolvimento sexual humano, uma vez que a intersexualidade e outras variações genéticas são fenômenos recorrentes na espécie humana. Porém, o processo de generificação tem sido tão perverso que pessoas intersexuais são submetidas à mutilações ao nascimento para adentrarem ao sistema sexo-gênero.

os seres humanos “fazem gênero” (*doing gender*). Isso significa que, diariamente, comportamentos generificados devem ser emitidos e reforçados, os quais devido a inúmeras repetições, tornam-se ilusoriamente naturais. É nas interações sociais que os gêneros se manifestam, são lidos, moldados ou sancionados. Ainda que, a topografia dos comportamentos generificados modifique-se a partir das contingências sociais, suas funções de controle dos corpos e subordinação de pessoas femininas e dissidentes mantém-se inalterável (LERNER, 2019).

O atraso e as dificuldades sociais para acessar recursos e poder social enfrentadas por mulheres, pessoas femininas e pessoas não-cisheterossexuais, respeitando as diferenças dentre essas pessoas, são produtos da generificação.

> Portanto, quando falamos de práticas culturais relacionadas ao gênero, estamos falando de formas de controle social relacionadas às relações de poder e dominação que têm um impacto direto no nível de acesso que um indivíduo ou grupo de indivíduos pode ter a fontes de reforço ou alocação de recursos (RUIZ, p. 15, 2003 tradução nossa[8])

Práticas culturais generificadas podem ser facilmente ilustradas desde sofisticadas análises antropológicas e sociológicas (KIMMEL, 2022; CONNELL; PEARSE, 2015) até por meio de vídeos caseiros postados em plataformas digitais (e.g., Youtube), como aqueles em que se apresentam festas de “chá-revelação”. Nesses vídeos, mães e pais, ainda grávidos, descobrem se terão um bebê com pênis ou vulva. Porém, esse dado biológico é interpretado sob a perspectiva do gênero, indicando se o bebê será um menino ou uma menina e, consequentemente, quais as contingências de reforçamento deverão ser planejadas para que a/o recém-chegada/o emita comportamentos adequados à categoria que lhe foi imposta. Desde brinquedos, roupas, características do quarto, até práticas

[8] “*Therefore when we speak of gendered cultural practices, we are speaking of forms of social control related to power and dominance relations that bear directly on the level of access that an individual or group of individuals may have to sources of reinforcement or resource allocation*” (RUIZ, p. 15, 2003).

educativa, escolhas de profissões e relacionamentos afetivos, são esperados e prescritos diferencialmente para machos e fêmeas, feminino e masculino, meninos e meninas, homens e mulheres em nossa sociedade.

Antes mesmo do nascimento, espera-se que o bebê se comporte de acordo com o gênero que lhe será atribuído. Contudo, expectativas não controlam comportamento. Logo, diversas contingências sociais são planejadas para assegurar a/ao recém-chegada/o que se comporte adequadamente. Por se tratar de contingências arbitrárias e não naturais (i.e., uma vez que refinados comportamentos de autocontrole, autoconhecimento, auto-observação, autodescrição, e operantes verbais como tatos, mandos, intraverbais e autoclíticos são produtos diretos de complexas contingências sociais), a comunidade estabelece práticas sutis, "inconspícuas", ou por vezes, deliberadas e ostensivas, para manter "estável o *cis*tema de gênero". Utiliza-se uma provocação linguística nos referindo a este sistema (i.e., conjunto de contingências sociais historicamente estabelecidas e mantidas por grupos organizados e agências de controle, que exercem poder sobre comportamentos individuais) como *cis*tema, apontando o caráter pervasivo do gênero na constituição das regras sociais.

De acordo com Butler (2015) o *cis*tema sexo-gênero-desejo, além de arbitrário, tem função de controle social explícito e visa a manutenção do poder para pessoas que correspondem à regra que pretendem impor. O *cis*tema sexo-gênero-desejo refere-se a: dada uma interpretação binária e essencialista de sexo, macho e fêmea, determina-se um gênero único, exclusivo e intransponível para cada pessoa, macho = masculino, fêmea = feminino. Neste *cis*tema, o desejo/atração afetivo sexual deve ser heterossexual macho + fêmea e fêmea + macho.

As mulheres e tudo que esteja relacionado ao feminino são submetidas/os ao poder do homem e do masculino, uma vez que o *cis*tema é um dos alicerces do patriarcado

(BUTLER, 2015). Para as mulheres, as regras sociais do *cis*tema determinam papéis passivos, domésticos, emocionais, voltados ao cuidado, enquanto para os homens papéis ativos, públicos, racionais, voltados a proteção e ao provimento.

A partir desta divisão, o uso das mulheres como moeda de troca em sociedades ocidentais foi apontado por Rubin (2017) e Lerner (2019) como uma das formas mais antigas de exploração e divisão social do trabalho. Engels (2017) analisou a função da mulher como mão de obra não paga que produz as condições fundamentais para produção e reprodução do capital. Isso porque cabe à mulher alimentar, coser, cuidar, educar, arrumar a casa entre outras tarefas não remuneradas que viabilizam a vida dos trabalhadores. Analistas do comportamento também têm se dedicado a investigar as contingências sociais opressivas estabelecidas para mulheres dentro da sociedade, utilizando conceitos comportamentais e estabelecendo relações com outras teorias filosóficas e sociológicas de matrizes feministas (SILVA; LAURENTI, 2016; CARNEIRO; SANTOS, 2021; NICOLODI; HUNZIKER, 2021).

Descrever o processo de generificação a partir das práticas culturais parece fundamental para compreender o preconceito sexual e de gênero. Isso porque o processo de generificação e o *cis*tema sexo-gênero-desejo não se limitam a oprimir as mulheres, mas estendem as opressões para outras identidades de gêneros (e.g., não-bináries, travestis, agêneros, gênero fluído, queers) e outras orientações do desejo (e.g., bissexualidade, homossexualidade, pansexualidade, assexualidade). Preciado (2020) argumenta que o *cis*tema produz opressão (i.e., contingências aversivas como punições positivas, negativas, coerção, extinções e reforçamento negativo) para todas as orientações de desejo, identidades de gênero e práticas sexuais que escapam da categorização binária, cisheterossexual e monogâmica (e.g.,práticas sadomasoquistas, relacionamentos plurais, trisais, poliamor, *gouinage* etc).

Do interior do *cis*tema, outras ideologias se desenvolveram e refinaram os mecanismos de controle sobre pessoas e grupos. Dentre elas, a ideologia heterosexista é descrita por Herek (2004) como um sistema de crenças pautadas nas categorias binárias de gênero que relacionam moralidade, normalidade, e a fantasiosa ameaça de sexualidades dissidentes ao desenvolvimento natural de pessoas heterossexuais. A partir da cisgeneridade, as práticas heterossexistas naturalizam e reificam a heterossexualidade como uma identidade "normal e saudável", ao mesmo tempo que identificam comportamentos, pessoas, relacionamentos e comunidades LGBTQIAPN+ como ameaçadoras e desqualificável (i.e., anormais, doentes, pecadoras), passível de punições sociais. Habl, Law e King (2010) identificam que o heterossexismo é composto por (a) homofobia, aversão contra pessoas homossexuais, (b) estereotipação de comportamentos generificados (i.e., crença de que mulheres e homens devem emitir comportamentos diferentes e opostos), (c) preconceito, como uma crença negativa sobre pessoas não-cisheterossexuais e (d) discriminação, comportamentos para exclusão, negligência ou agressão a pessoas não-cisheterossexuais. Estes conceitos serão apresentados no corpo deste capítulo.

Do ponto de vista comportamental, um sistema ideológico pode ser interpretado como um conjunto de contingências sociais verbais e não-verbais entrelaçadas. Essas contingências configuram-se como práticas culturais, as quais se estabeleceram e se complexificaram ao longo da história de formação e desenvolvimento dos grupos sociais, sendo transmitidas de geração em geração e manipuladas por grupos sociais e agências de controle (DITTRICH; MELO; MOREIRA; MARTONE, 2013). As agências de controle, e os grupos sociais em menor escala, possuem poder de liberar reforçamento e punição a comportamentos determinados por elas (SKINNER, 1953/2003). Além disso,

agências de controle e grupos estabelecem arranjos de estímulos constituintes de relações simbólicas.

Tendo em vista a complexidade e a grande variabilidade de sociedades existentes, há significativa tensão entre grupos e agências controladoras que detém poder (e.g., governos e grupos religiosos fundamentalistas), e outros grupos com diferentes valores, características e necessidades (e.g., movimentos sociais, ONGs, grupos de cientistas sociais) que possuem menos poder. É importante destacar que, para análise do comportamento, poder neste contexto não é um substantivo, tampouco um fenômeno natural como "o poder da chuva e do calor em eliciar respondentes". Aqui, poder se refere às condições específicas que agências de controle e grupos possuem para criar, manter e modificar contingências sociais em função de seus objetivos. Evidentemente estas relações tornam-se assimétricas com agências e grupos com muito poder em detrimento de pessoas e outros grupos com pouco poder. Assim, algumas práticas sociais como as heterosexistas, patriarcais, sexistas, racistas entre outras, passam a produzir prejuízos ao desenvolvimento social. A tensão entre grupos com mais e menos poder resulta em violências sistemáticas, principalmente ao grupo vulnerável.

"Enquanto os homens
exercer
Seus podres poderes
Índios e padres e bichas
Negros e mulheres
E adolescentes
Fazem o carnaval"
(Caetano Veloso)

O poder exercido pelas agências de controle representa as necessidades e desejos específicos do grupo de pessoas que as constituem. Por meio de contingências sociais, as pessoas aprendem as regras impostas pelas ideologias. Assim, nas interações sociais, as pessoas reproduzem, reiteram e reforçam os grupos, as agências controladoras e suas ideologias (SKINNER, 1953/2003).

Como o mundo privado é constituído a partir das relações sociais (TOURINHO, 2009), sistemas de crenças e valores são aprendidos desde tenra infância. Isso ocorre tanto nas interações diretas com os grupos mais próximos (e.g., família, amigos, vizinhos, comunidade religiosa local, escola) quanto nas interações indiretas com agências de controle mais "distantes" (e.g., Estado, Igreja, Ciência). A própria noção de "eu" ou "*self*", e a necessidade de "busca" e valorização deste "eu", está relacionada diretamente às contingências sociais e históricas que configuraram a modernidade e as relações político-econômicas após a Idade Média (FIGUEIREDO, 1992). Em um contexto social coercitivo e punitivo, é difícil para as pessoas questionarem sistemas de crenças alheios a si próprias, ou verifiquem, por meio da introspecção, a discrepância entre as crenças e valores sociais impostos por agências de controle de suas próprias necessidades e desejos. A dificuldade em descrever e identificar as relações entre comportamentos públicos e privados e os sistemas de poder nos quais os comportamentos estão engendrados pode caracterizar a alienação (LANE, 2004). As práticas culturais ideológicas produzem condições específicas que transferem o controle de estímulos do que é mais relevante para uma pessoa (i.e., bem-estar, satisfação, qualidade de vida e condições de trabalho) para a narrativa equivocada e autocentrada das agências de controle que tem por objetivo a manutenção de seus poderes. Estas contingências insensibilizam as pessoas aos eventos histórico-culturais que produzem significativa parte seus sofrimentos, bem como aos estímulos sob-a-pele mais relevante sobre si mesmas.

Um efeito das ideologias pode ser visto na língua vernacular utilizada por grupos sociais. Após anos de uso e do consenso social, a língua passa a emoldurar a leitura do mundo e, dentre seus efeitos, pode fortalecer as relações generificadas e cisheterossexistas. Um exemplo seria o uso dos artigos definidos e dos sufixos utilizados para marcar as categorias feminino e masculino (e.g., a, o, as, os) em substantivos da

língua portuguesa. A despeito da etimologia e das regras gramaticais historicamente construídas, pessoas lusófonas aprendem que quaisquer "coisas/substantivos" no mundo podem ser divididas em masculinas e femininas (e singulares ou plurais), como se se revelasse a essência de gênero existente nas coisas/substantivos. É frequente o desconforto de estudantes de outras línguas como no caso do alemão em que "*Der Tisch*" significa "a mesa", porém "der" é o artigo definido masculino utilizado também para "*Der Mann*" (o homem). Nem mesa, nem homem, guardam em si próprios essências de gênero anteriores à representação na língua acordada social e historicamente, mas o efeito da ideologia é obliterar esse passado constitutivo[9]. Do mesmo modo que não há uma prerrogativa natural que imprima o gênero binário nos substantivos ou nos corpos humanos, a heterossexualidade ou homossexualidade não é uma determinação da natureza, mas uma categoria verbal criada a partir das relações sociais que se manifestam dentro de um grupo (KATZ, 1997). Assim como se criam socialmente as categorias, criam-se as relações destas com predicados positivos e negativos em favor do grupo que gerencia simbolicamente estas relações.

Em resumo, o *cis*tema sexo-gênero-desejo seria o "tema" principal desta "música opressiva" orquestrada pelos "podres poderes" que legislam sobre gêneros e sexualidades no Ocidente. O heterossexismo é criado como uma variação tonal do tema "generificação", que dá ênfase na sexualidade humana como categoria determinante acerca do reconhecimento social de pessoas e grupos. Por meio do heterossexismo são estabelecidas um conjunto de práticas sociais simbólicas entre heterossexualidade e normalidade, em oposição a qualquer manifestação de sexualidades e gêneros dissidentes.

[9] O debate sobre a possível inclusão de artigos, sufixos e palavras neutras no que se refere a gênero quando direcionado, sobretudo a pessoas, mobiliza reações negativas em diversos grupos sociais (BREVILHERI; LANZA; SARTORELLI, 2022). Neste momento não se pretende fazer aqui uma discussão sobre língua e linguagem neutra, mas sim destacar um dos efeitos deletérios das ideologias ao naturalizarem relações simbólicas que são arbitrariamente construídas.

Este sistema é mantido e garantido por grupos e agências de controle que detém poder de reforçar, punir e estabelecer relações simbólicas. Os efeitos do *cis*tema sexo-gênero-desejo e da ideologia heterossexista são (a) a reificação do gênero e da sexualidade como categorias discretas, inatas e binárias (i.e., heterossexualidade: relacionamentos entre pessoas do sexo oposto, homossexualidade: relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, e bissexualidade: como a possibilidade de relacionamentos com ambos os sexos[10]), (b) subordinação do feminino e das mulheres a papéis de menor reconhecimento social, ao mesmo tempo que explora-se exacerbadamente a mão de obra deste grupo, (c) o rebaixamento e exclusão de pessoas e grupos LGBTQIAPN+, identificando-os como anormais, imorais e ameaçadores, e (d) sistemáticas práticas de violências para garantir a subordinação de quaisquer pessoas e grupos à ideologia dominante.

A partir das características do *cis*tema e do heterossexismo, pode-se compreender os preconceitos sexuais e de gênero como um conjunto de comportamentos aprendidos e sustentados por sistemas ideológicos dominantes. Nas próximas seções serão apresentadas as características teóricas, conceituais e operacionais, acerca do preconceito.

1.2 Preconceito sexual e de gênero: uma forma cisheterossexista de concretizar o cistema sexo-gênero-desejo.

Preconceito é frequentemente descrito como uma atitude. Diante de um paradigma cognitivista, atitude refere-se a um conjunto de crenças, afetos e comportamentos negativos direcionados a pessoas ou grupos (MYERS, 2014; STANGOR, 2009). O preconceito se manifesta quando pessoas ou grupos, sob controle de aprendizagens prévias das regras sociais e culturais (e.g., cisheteronormatividade), respondem

[10] Existem diversas outras categorias discretas atualmente utilizadas para se referir a identidades sexuais (assexualidade, pansexualidade) ou identidades de gênero (transgêneros, cisgênero, não-bináries).

negativamente a outras pessoas ou grupos (e.g., LGBTQIAPN+). As crenças, afetos e comportamentos ocorrem diante dos estímulos sociais específicos (e.g., roupas, gestos, relacionamentos, cor da pele, símbolo religioso, língua, características corporais, gênero) estabelecidos pelas práticas culturais.

O controle social e cultural do preconceito é tão evidente que, desde o início dos estudos sobre preconceito após a Segunda Guerra, observou-se que a forma de manifestar comportamentos preconceituosos varia em função de mudanças nas regras sociais, ora mais, ora menos, permissivas a suas manifestações (MYERS, 2015). Como já exposto na introdução desta tese, entre os anos 1960 e 1990, diversos movimentos sociais reivindicaram direitos e inseriram-se politicamente. Isso fez com que formas explícitas, ou tradicionais, de preconceito começassem a compartilhar espaço com formas sutis ou modernas (ARONSON; WILSON; AKERT, 2018). Exemplos de preconceito tradicional incluem ofensas verbais raciais e sexistas diretas (e.g., piadas racistas, campanhas publicitárias misóginas) que hoje são reprovadas socialmente. Já as formas modernas e sutis de preconceito geralmente se relacionam a falas condescendentes, invisibilizadoras, carregadas de eufemismos. Preconceito sutil pode ser cientificamente estudado por meio de refinadas análises de discursos ou com instrumentos que obtém medidas indiretas de propriedades de respostas comportamentais (i.e., IAT – *implicit assessement test* e IRAP – *implicit relational assessement procedure*). Se por um lado observar a modificação das formas de preconceito indica caminhos para sua eliminação, por outro exige das/os pesquisadoras/es atenção e renovação dos meios pelos quais estudam-se este fenômeno.

Investigações sobre preconceito, ainda a partir de uma perspectiva cognitivista, frequentemente descrevem dois processos constituintes deste fenômeno: a discriminação e a estereotipação (ARONSON; WILSON; AKERT, 2018; MYERS, 2015; DOVIDIO; HEWSTONE; GLICK; ESSES, 2010; NELSON et al., 2009). Discriminação, neste

contexto, refere-se a ações injustificáveis que implicam lesão, exclusão, subordinação, violências a pessoas e grupos devido a uma ou mais características sociais que apresentam (e.g., cor da pele, religiosidade, gênero e orientação sexual) (MYERS, 2014). Os prejuízos a pessoas e grupos discriminados podem ser vistos em diferentes escalas. Microescala - interações entre duas ou mais pessoas (e.g., brigas escolares, demissões no trabalho). Macroescala - por meio de dados estatísticos macroestruturais sobre qualidade de vida, empregabilidade, mortalidade, risco de suicídio dos grupos discriminados.

Estereotipação, estereotipagem ou estereotipar são descritos como resposta cognitivas, esquemas mentais ou representações mentais atribuídas a pessoas e grupos sociais que "vem à mente rapidamente quando pensamos" (STANGOR, 2009, p. 2). Os esquemas mentais são rapidamente acessáveis, inflexíveis, imprecisos e generalizados (MYERS, 2014). Estereótipos cisheterossexuais (e.g., gestos, roupas, comportamentos públicos) são arbitrariamente estabelecidos pela cultura e podem se transformar ao longo da história (ARONSON; WILSON; AKERT, 2018).

É evidente que há significativa contribuição das investigações sobre preconceito advindas do paradigma cognitivista. Contudo, a utilização de metáforas computacionais (e.g., "funcionamento mental", "input", "output") e a compreensão da mente como um substantivo distanciam-se da perspectiva comportamentalista radical defendida nesta tese. Para o comportamentalismo radical, mente e cognição não são entidades com status causal para os comportamentos. Ao contrário, mente e cognição são conjuntos de comportamentos, principalmente verbais e simbólicos, aprendidos ao longo da vida através das interações entre biologia e cultura na espécie humana.

Ao analisar o comportamento, observam-se as relações entre os antecedentes, as respostas e as consequências. Antecedentes são quaisquer estímulos que evocam ou eliciam respostas comportamentais. Alguns possuem suas funções devido a história da

espécie (e.g., luz dilatação da pupila) outros são aprendidos na história de vida de cada um (e.g., nomear como gay um homem que usa esmaltes nas unhas). As respostas são as ações de um organismo, sejam elas encobertas/privadas (i.e., pensamento, julgamentos, resolução de problemas) sejam elas abertas/públicas (i.e., ofensas, perguntas invasivas, piadas). A relação entre os antecedentes e as respostas é função do efeito da resposta no ambiente. Se a resposta gerar reforçamento ela terá maior probabilidade de ocorrer novamente em situações futuras que guardem semelhanças físicas ou funcionais. Caso a resposta gere punições ou extinção, a probabilidade de recorrência é diminuída. Desta perspectiva os estereótipos são estímulos que adquiriram função discriminativa tanto para respostas encobertas/privadas como abertas/públicas. Logo determinados estímulos podem ser considerados estereótipos quando foram culturalmente relacionados a grupos (e.g., o grupo LGBTQIAPN+ frequentemente está relacionado a roupas “femininas” ou “masculinas”, gestos, prosódia, preferências músicas, acessórios de vestimenta etc.). Estes estímulos são arbitrários, culturalmente dependentes, utilizados como uma forma simplista para nomear e identificar pessoas e práticas culturais para emitir comportamentos como ofender, julgar, rotular, excluir, bater entre outros. Nesta relação os comportamentos dirigidos a pessoas que apresentem algum estímulo estereotipado são mantidos por reforçamento social.

Embora, os componentes básicos do fenômeno preconceito descritos na literatura sejam os mesmos como afeto, cognição e comportamento negativo a partir de estereótipos e estigmas sociais, faz-se importante estudar os preconceitos a partir de seus alvos. Assim racismo, sexismo, gordofobia, xenofobia, capacitismo e LGBTfobia, dentre outros, recebem investigações as quais correm em paralelo. Tais divisões tem por objetivo reconhecer as peculiaridades de cada grupo-alvo, e se interseccionam para relacionar e ampliar as leituras sociais das características e efeitos do preconceito.

Tem sido praxe utilizar o termo homofobia ou LGBTfobia para se referir ao preconceito que tem como alvo pessoas e grupos que não correspondem, ou parecem não corresponder, ao *cis*tema e à ideologia heterossexista. Contudo, críticas aos termos são colocadas em função do prefixo "homo" que restringe o fenômeno para questões da sexualidade, sobretudo com foco em homens gays. Bem como ao sufixo "fobia" que se refere a condição psiquiátrica individual de medo/aversão. Atualmente, ainda se recupera em bases de dados com maior facilidade estudos sobre esta forma de preconceito utilizando estes termos (CRAVO; BENTO, 2023; GASPODINI; FALCKER, 2019; SOBRAL; SILVA; FERNANDES, 2019) defende-se ser mais adequado nomear como preconceito sexual e de gênero o fenômeno estudado (HEREK, 2004; COSTA; PERONI; BANDEIRA; NARDI, 2012).

Segundo Herek (2000; 2004b) o preconceito sexual é mantido pela ideologia heterossexista, e tem correlação com a presença ou ausência de (I) valores igualitários (i.e., quanto se acredita que pessoas diferentes devem ter acesso aos mesmos direitos sociais), (II) tradicionalismo moral (i.e., crenças e práticas sociais relacionadas a tradição e a religião) e (III) conservadorismo político (i.e., crenças e práticas relacionadas aos parâmetros hegemônicos utilizados para julgar e produzir política públicas) (HEREK, 2009). É importante destacar as pesquisas de Costa, Peroni, Bandeira e Nardi (2012) indicam a indissociabilidade entre preconceito sexual do preconceito de gênero. Isso porque, o heterossexismo é pautado em determinações claras de papéis de gênero, dentre estes papéis a heterossexualidade é uma condição fundamental para a leitura e construção social dos gêneros.

A partir das definições de preconceito é possível esboçar análises funcionais de aquisição e manutenção das classes comportamentais que compõem este fenômeno. Isto é, descrever possíveis contingências sociais cisheterossexistas que ensinam as pessoas

emitirem comportamentos preconceituosos. Defende-se nesta tese que comportamentos preconceituosos contra pessoas e grupos LGBTQIAPN+ são aprendidos por contingências de reforçamento.

2. PRECONCEITO SEXUAL E DE GÊNERO SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

É reconhecível a importância de conceitos como “atitudes”, “discriminações sociais” e “estereotipações” para as investigações psicossociais dos preconceitos. Contudo, sob uma perspectiva analítico-comportamental, o modelo de seleção pelas consequências e o monismo epistemológico conduzem a uma diferente organização de fenômenos comportamentais, incluindo preconceitos (MIZAEL, dos SANTOS, de ROSE, 2016). Em primeiro lugar, comportamentos privados como crenças e emoções, e comportamentos públicos como agressões, são interpretados como função de contingências de reforçamento diferenciando-se apenas em acessibilidade, uma vez que eventos sob a pele são acessados somente através de relato verbal de quem os experiencia (SKINNER, 2006). Em segundo lugar, a análise comportamental agrupa comportamentos de acordo com suas funções, não baseando-se restritamente na topografia ou forma do comportamento. Essa organização não implica em dispensar das análises as características topográficas das respostas comportamentais preconceituosas, mas sim dar ênfase às funções do comportamento preconceituoso. Por fim, analistas do comportamento habitualmente descrevem os processos de aquisição e manutenção dos comportamentos individuais e sociais a partir de conceitos derivados de pesquisas básicas e aplicadas.

Em linhas gerais, as atitudes – com destaque para as atitudes preconceituosas – para AC são lidas como comportamentos públicos e privados aprendidos a partir das contingências sociais que reforçam ou punem suas emissões. O caráter generativo das

atitudes tem sido explicado por meio do paradigma das relações de equivalência (MIZAEL, SANTOS, de ROSE, 2016) e das molduras relacionais (MIZAEL, SANTOS, de ALMEIDA, MELO, 2022). Todos os comportamentos presentes em "atitudes preconceituosas" ocorrem após as pessoas responderem discriminativamente a estímulos (i.e., discriminar enquanto processo comportamental básico). A cultura (i.e., isto é, entrelaçamento de contingências sociais que controlam comportamentos de pessoas funcionando com antecedentes e consequentes umas para as outras, com efeitos imediatos e de longo prazo) é condição essencial para o desenvolvimento de repertórios discriminativos que engendram as atitudes preconceituosas.

> "Culturalmente, na interação com nossa sociedade, é por meio das complexas redes relacionais que estabelecemos a cada momento de nossas vidas o que é "belo", o que é "bom" e o que é "adequado". Infelizmente, muitas vezes tomamos isso como um fato, mas são apenas fruto de atribuições arbitrárias e de nossa história com esses estímulos" (MIZAEL, SANTOS, de ALMEIDA, MELO, 2022, p. 219).

É através de contingências sociais específicas que se desenvolvem a possibilidade de identificar, classificar e julgar pessoas e comportamentos como cisheterossexuais e não-cisheterossexuais. Ademais, a identificação de atributos como normais, saudáveis sagrados, ou anormais, doentes e pecaminosos é realizada por meio da "gramática social" estabelecida.

> "É fácil concluir que nesses processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvidas, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade. O reconhecimento do "outro", daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos" (LOURO, 2019, p. 17).

Aqui é possível retomar as discussões apresentadas no início deste capítulo sobre a constituição do "mundo privado" a partir dos contextos e relações sociais existentes.

Isso porque o comportamento simbólico – responder a estímulos arbitrariamente relacionados, e derivar novas relações para além daquelas aprendidas diretamente – pode parecer um fenômeno individual, mas está vinculado diretamente com as práticas culturais. A arbitrariedade em relacionar estímulos como figuras, palavras, sons e afins, está no fato de que tais estímulos não guardam nenhuma semelhança física entre si. Mas ao investigar preconceitos as relações entre estímulos (ou estereótipos) e valores, rótulos e comportamentos negativos, são arbitrárias do ponto de vista técnico, mas intencionais e deliberadas do ponto de vista do planejamento da cultura.

Portanto, entende-se nesta tese que preconceito corresponde a uma classe comportamental controlada por estímulos (e.g., características pessoais e grupais) socialmente relacionados com atributos negativos e depreciativos. Isto porque, o grupo social com maior poder estabelece relações de "igualdade, diferença e hierarquia" favorecendo a si próprio em detrimento da diversidade humana. Para aprofundar a explicação sobre relações entre estímulos, na próxima seção será apresentado as características funcionais do comportamento simbólico a partir do paradigma das relações de equivalência e da teoria das molduras relacionais por meio de investigações experimentais e explicações conceituais. Nesta tese, o paradigma das relações de equivalência e a teoria das molduras relacionais postos um em relação ao outro, mas ambos serão utilizados para demonstrar formas de explicação sobre funcionamento simbólico inerente ao comportamento preconceituoso.

2.1 Comportamento simbólico e preconceito

De acordo com o paradigma das relações de equivalência de estímulos se as propriedades matemáticas de reflexividade, simetria, transitividade e a simetria da transitividade forem demonstradas para pares de estímulos relacionados, estes tornam-se substituíveis entre si ou considerados equivalentes (SIDMAN; TAILBY, 1982).

Matematicamente significa que ao relacionar um estímulo A com um estímulo B (relação AB) e o estímulo B a um estímulo C (relação BC), fala-se em equivalência de estímulos A, B e C quando sujeitos conseguem responder às relações AA, BB e CC (reflexividade), BA e CB (simetria) e AC e CA (transitividade/simétrica da transitiva) sem estas relações terem sido diretamente ensinadas. Para que este fenômeno ocorra é necessário o ensino de duas discriminações condicionais (e.g., AB e BC) com um estímulo nodal (i.e., B). O ensino com essas características torna os estímulos envolvidos no ensino membros de uma classe de equivalência (A, B e C) e tem potencial gerativo para novos comportamentos, pois depois do ensino de duas relações entre estímulos, podem emergir mais sete (i.e., AA, BB, CC, BA, CB, AC e CA), pelo menos. O potencial desse paradigma é que se há uma topografia de resposta evocada ou eliciada para um dos estímulos da classe, essa resposta pode passar a ser emitida para os demais estímulos da classe. Outra característica é a condicionalidade característica da relação, pois ao alterar a função de um dos estímulos da classe, altera-se a função de todos os demais estímulos (O'NEIL ET AL., 2015; O'NEIL; REHFELDT, 2014). Se para um dos estímulos há uma topografia de resposta estabelecida (D) e tem-se a relação CD, por exemplo, a partir do momento em que todos os estímulos são considerados equivalente (A, B e C), pode emergir outras relações entre estímulos e respostas (AD e BD) (SIDMAN, 2000).

As investigações sobre equivalência de estímulos tiveram início com o estabelecimento de leitura com compreensão em um jovem com transtorno psiquiátrico severo (SIDMAN, 1971). Os desdobramentos desta investigação levaram a criação de experimentos sofisticados sobre funcionamento simbólico (SIDMAN, 1974), bem como, no Brasil, o desenvolvimento de programas de pesquisas sobre ensino e cognição com aplicação em diversas situações (de SOUZA; de ROSE; GIL, 2014). Concomitante, ao desenvolvimento de tecnologias de ensino, experimentos foram conduzidos com vistas a

investigar outras potencialidades do paradigma para responder a questões sociais como preconceitos (MOREIRA et al., 2022). Alguns destes experimentos, dentre outros, serão apresentados nesta tese para ilustrar como as práticas culturais ensinam, mantém e perpetuam classes comportamentais preconceituosas.

Watt et al., (1991) investigaram por meio do paradigma de equivalência de estímulos como símbolos relacionados socialmente a denominações religiosas interferem na aprendizagem de novas classes relacionais entre estímulos com significados estabelecidos previamente ao experimento. Na pesquisa 23 participantes divididos em norte-irlandeses católicos, norte-irlandeses protestantes e ingleses protestantes foram submetidos a tarefas de *Matching-to-sample*[11] que levavam à formação de classes de equivalência entre três nomes católicos (A1, A2, A3), três silabas sem sentido (B1, B2, B3) e três símbolos protestantes (C1, C2, C3). O treino consistiu em ensinar as relações AB e BC. Após os critérios de aprendizagem das relações AB e BC serem atingidos, testes de equivalência foram aplicados. Nos testes de equivalência nomes protestantes foram inseridos como estímulos de comparação nas relações CA. Watt et al., (1991) verificaram que, embora o critério de acertos nas discriminações condicionais (AB e BC) tenha sido obtido, participantes norte-irlandeses não demonstraram a formação de equivalência (CA – símbolos protestantes e nomes católicos) e participantes ingleses protestantes demonstraram. A interpretação do fenômeno foi que para norte-irlandeses os estímulos usados (i.e., nomes protestantes) já constituíam classes de equivalência com outros estímulos incompatíveis ou conflitantes com as relações estabelecidas pela pesquisa e interferiram nas escolhas diante dos modelos apresentados.

[11] *Matching-to-sample* é um dos procedimentos utilizados nos estudos sobre equivalência de estímulos e comportamento simbólico. Consiste em um treino por meio de tentativas discretas nas quais um estímulo modelo é apresentado junto ou antes de dois ou mais estímulos de comparação. A tarefa dos participantes é escolher o estímulo de comparação correto para o estímulo modelo. Há diversas variações na configuração de procedimentos de *matching-to-sample* com base nos objetivos de pesquisa específicos (STROMER; MACKAY; STODDARD, 1992).

Moxon, Keenan & Hine (1993) replicaram a pesquisa de Watt et al., (1991), mas ao invés de estereótipos religiosos utilizaram estereótipos de gênero. Nesta investigação, 19 participantes foram submetidos ao mesmo procedimento de ensino da pesquisa de Watt et al., (1991) com a diferença que as relações ensinadas foram entre profissões socialmente determinadas como masculinas (A1, A2, A3), sílabas sem sentido (B1, B2, B3) e nomes de mulheres (C1, C2, C3). Após o ensino das discriminações condicionais AB e BC, os testes de equivalência foram aplicados e junto aos dois estímulos de comparação de profissões masculinas inseriu-se uma profissão feminina (CA). Neste caso ao invés de grupos religiosos, as análises pautaram-se na divisão entre gênero, e 76% das mulheres atingiram critérios em formação de classes de equivalência contra 52% dos homens. Além disso, a tendência em responder aos novos estímulos (profissões femininas) foi de 18% para mulheres contra 42% para os homens. Além de replicarem a pesquisa de Watt et al., (1991) sobre a interferência de relações simbólicas estabelecidas em ambiente pré-experimental sobre as condições experimentais, os autores discutem que, neste caso, os participantes do gênero masculino apresentaram maior dificuldade devido a força da aprendizagem sobre seus próprios papéis de gênero e os papéis de gênero das mulheres como regulação da conduta social. As pesquisas de Watt et al., (1991) e Moxon, Keenan e Hite (1993) apresentaram os efeitos de aprendizagem sociais pré-experimentais sobre a aquisição de novas classes de equivalência em condições experimentais, e cujas relações entre estímulos são diferentes das estabelecidas extra-experimentalmente. Mizael, Santos e de Rose (2016) nomeiam de Paradigma de Relações Conflitantes a condição na qual a história pré-experimental dos participantes interfere na formação de classes de equivalência devido relações simbólicas já estabelecidas.

Se as condições sob as quais o comportamento preconceituoso é adquirido podem ser descritas de um ponto de vista comportamentalista a partir da formação de conceitos

via paradigma de equivalência, a pergunta científica seguinte é: há condições para sua modificação? Isto é, há possibilidades de reorganização das classes de equivalência, a partir do ensino de novas relações entre estímulos.

Dixon e Lemke (2007) estenderam as pesquisas de equivalência de estímulos sobre os efeitos de estímulos pré-experimentais socialmente relevantes e visaram modificar relações simbólicas de preconceito xenofóbico contra homens do Oriente Médio por meio de *Matching-to-sample*. Doze participantes homens, pretos e brancos norte-americanos, passaram pelas três fases do estudo. Na primeira fase dez fotos de homens do oriente médio, dez fotos de homens americanos e dez fotos de objetos cotidianos foram apresentadas randomicamente duas vezes na tela de um computador. Os participantes deveriam classificar as fotos por meio de uma escala *likert* na qual o valor 1 corresponde a "mau" e o valor 10 corresponde a "bom". As avaliações próximas de cinco foram interpretadas como "neutras". Após esta etapa, na fase 2 todos os participantes foram submetidos a treino de discriminações condicionais entre três figuras abstratas (A1, A2 e A3), três palavras impressas "bom", "neutro" e "mau" (B1, B2 e B3 respectivamente) e três fotos (escolhidas dentre as fotos utilizadas na avaliação da fase 1) sendo uma de homem do oriente médio, uma foto de objeto cotidiano e uma foto de homem norte-americano (C1, C2 e C3 respectivamente). Após o treino das relações condicionais foram aplicados testes de simetria e transitividade e os participantes passaram para a fase três que consistiu na aplicação da mesma escala de avaliação de imagens da fase 1. Os autores analisaram os resultados de oito participantes dentre os quais sete atingiram os critérios de simetria e equivalência. Apenas cinco dos participantes modificaram suas avaliações às fotos de homens americanos e de homens do Oriente Médio, indicando não só a formação de classes de equivalência, mas também generalização para estímulos não treinados diretamente. Os autores discutiram a relação

entre a etnia dos participantes, brancos ou pretos, e a direção (positiva ou negativa) das avaliações das fotos.

Mizael, de Almeida, Roche e de Rose (2020) verificou o efeito de três condições de treinos de equivalência (i.e., treino misto, treino com redução de feedback e treino de simetria) sobre a diminuição de vieses preconceituosos raciais em crianças de 8 a 10 anos. Nesta pesquisa o paradigma das relações conflitantes foi confirmado uma vez que as/os participantes escolhidos já apresentavam vieses preconceituosos raciais pré-experimentais. Os autores concluíram que todos os treinos produziram redução nos vieses preconceituosos raciais, e destacaram que a adição de um dos treinos sugeridos pode contribuir para a formação de classes de equivalência mesmo que diante de relações simbólicas com funções pré-experimentais estabelecidas.

Em resumo, o paradigma das relações de equivalência parece explicar a formação de classes comportamentais preconceituosas as quais são função das relações entre estímulos estabelecidas e das contingências de reforço disponibilizadas socialmente. As pesquisas de Watt et al., (1991), Mozon, Keenan e Hine (1993) e Dixon e Lemke (2007) acrescentam que as características sociodemográficas dos participantes (e.g., gênero, religiosidade, etnia) interferiram sobre as contingências de treinos e testes de relações simbólicas uma vez que as/os participantes aprenderam outras relações em contingências sociais prévias aos experimentos. E, por fim, Mizael et al. (2020) descreve treinos específicos para modificação de avaliações negativas de faces negras a partir de treinos e testes baseados no paradigma de equivalência conduzidos experimentalmente. Todas estas pesquisas visaram investigar em laboratório como o comportamento simbólico se estabelece e pode modificar-se. Extensões destas pesquisas devem ser testadas em âmbitos macrossociais e de larga escala e, se os efeitos forem replicados, podem derivar

em tecnologia comportamental e se construírem como uma forma de subsidiar políticas públicas para identificação e diminuição de comportamentos preconceituosos.

Outra possibilidade de estudar relações simbólicas é a partir da Teoria das Molduras Relacionais (RFT- *Relational Frame Theory*). A RFT apresenta que além das relações de equivalência, outras relações simbólicas entre estímulos podem derivar ou emergir indiretamente no repertório de seres humanos verbais após ensino de relações entre estímulos. Tipos de relações entre estímulos são funcionalmente organizadas como molduras relacionais e algumas das molduras possíveis para além da equivalência seriam: oposição (A é oposto de B), hierárquica (A é primeiro que B), de comparação (A é melhor que B), de espaço (A está aqui e B está lá), de tempo (A antes e B depois), de causalidade (A causou B) e relações dêiticas (se eu fosse A então B seria ...) (de ROSE; PEREZ; de ALMEIDA, 2022).

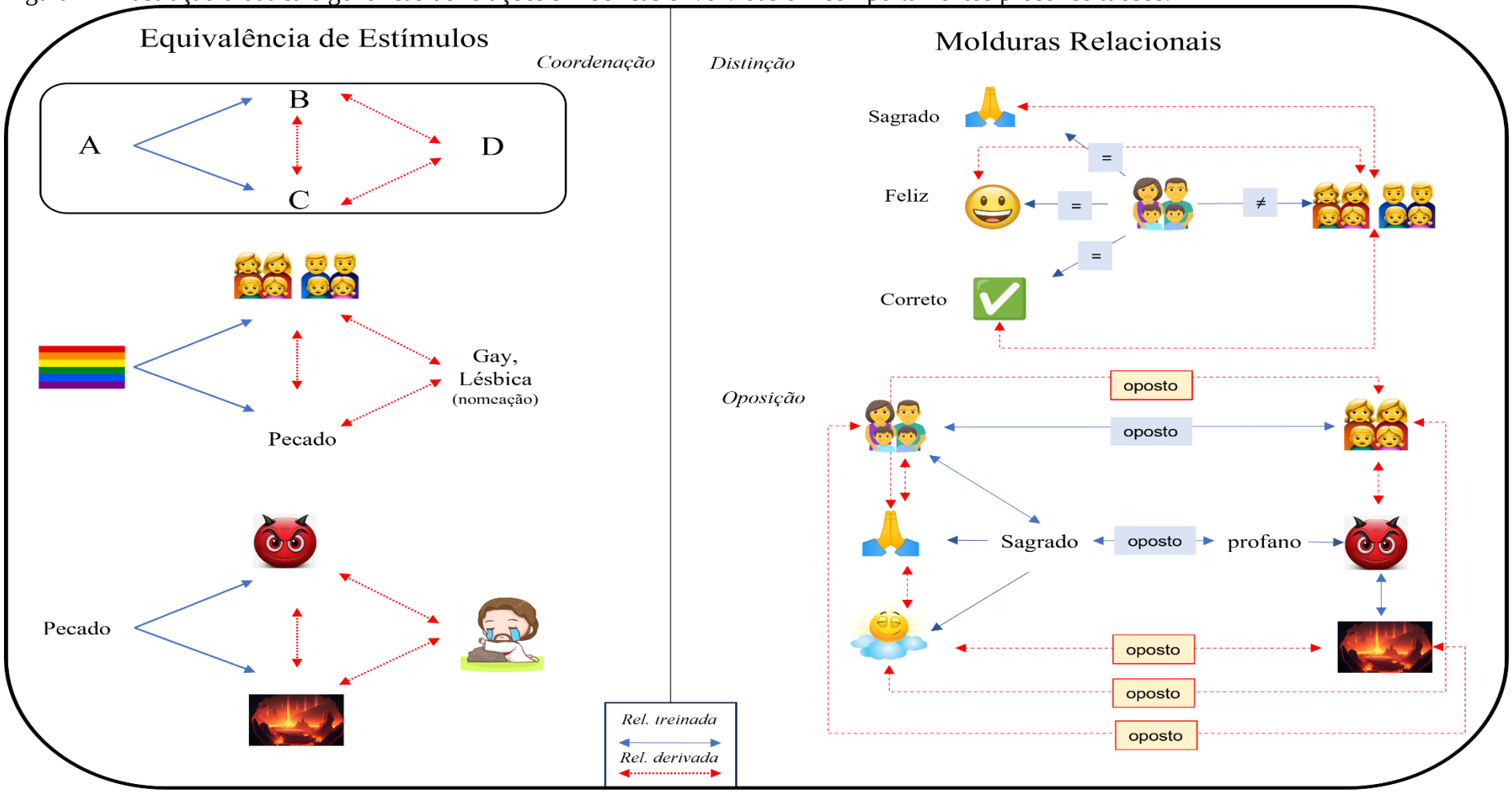
De acordo com a RFT, seres humanos inseridos em práticas culturais desenvolvem um comportamento operante desenvolvido nos primeiros anos de vida chamado de Responder Relacional Arbitrariamente Aplicável (RRAA), cujas propriedades são (a) implicação mútua, (b) implicação combinatória e (c) transformação de função (PEREZ, 2020). Enquanto, implicação mútua se assemelha com a propriedade simetria (se A igual a B, logo B igual a A) e a implicação combinatória com a propriedade transitividade e a simetria da transitividade (se A é igual a B e B é igual a C, logo, C é igual a A, e A é igual a C), a propriedade de transformação de função traz uma novidade ao estudo do comportamento simbólico uma vez que a função de um estímulo pode ser transformada a depender da moldura relacional compartilhada com outros estímulos (HAYES; BARNES-HOLMES; ROCHE, 2001). Um exemplo seria frente ao estabelecimento de uma relação entre estímulos que seja diferente de igualdade, tal como por oposição “A é o oposto de B”, e B adquire função aversiva, por meio da moldura relacional de oposição

emerge que A pode ter função reforçadora positiva, sem ensino direto (PEREZ; NICO; KOVAC; FIDALGO; LEONARDI, 2013).

A extensão dos estudos e das propriedades de relações derivadas a partir da RFT pode compreender que relações entre estímulos sociais como pessoa LGBTQIAPN+ adquirirem funções como diferentes, opostas ou hierarquicamente inferiores a pessoas heterossexuais sem o ensino direto dessas relações. Ao relacionar pessoas heterossexuais a felicidade, santidade, normalidade, ou seja, atributos positivos, a partir da moldura relacional de oposição pessoas LGBTQIAPN+ podem passar a eliciar respostas emocionais aversivas e tornam-se relacionadas a estímulos como infelicidade, diabolicidade e anormalidade. Embora, a descrição desta possível rota de aprendizagem possa de fato ocorrer de forma direta e explícita como em alguns cultos religiosos, cotidianamente as pessoas em sociedade estão expostas a relações de estímulos presentes em novelas, revistas, livros, músicas, discursos políticos, conversas casuais. Tais relações apresentadas de formas sistemáticas e assistemáticas favorecem ou não condições para aprendizagem relacional de preconceitos.

Criou-se a Figura 1 na intenção de ilustrar de forma genérica relações simbólicas que podem ser estabelecidas diretamente (flechas azuis sólidas) e as relações derivadas (flechas vermelhas tracejadas). Optou-se por apresentar relações de equivalência (ou coordenação) do lado esquerdo da figura e relações de distinção e oposição à direita.

Figura 1 – Ilustração didática e genéricas de relações simbólicas envolvidas em comportamentos preconceituosos.



Legenda: setas azuis sólidas representam relações ensinadas diretamente, setas vermelhas tracejadas representam relações derivadas das relações ensinadas.

Como se vê na Figura 1 as relações entre os estímulos são arbitrariamente estabelecidas com base nas ideologias vigentes pelos grupos e agências controladoras que estabelecem as contingências de reforçamento. Logo, mesmo tentando se esquivar de fazer ataques à comunidade LGBTQIAPN+, indiretamente pode-se relacionar a diversidade com outros estímulos que já possuem funções aversivas e, esta aversividade pode ser transferida para as novas relações.

Deve-se destacar que as figuras escolhidas para compor as classes de estímulos relacionados é genérica e ilustrativa. Palavras com pretensa função ofensiva como "bicha, traveco, sapatão" ou "aberração, doente, degenerado" também podem, e frequentemente, participam destas classes. Além disso, é importante frisar que de acordo com os resultados experimentais em RFT se um destes estímulos se torna eliciador de respostas reflexas condicionadas aversivas (i.e., medo, nojo, desprazer) toda a classe de relações é afetada.

Outro exemplo atual e representativo de como as relações simbólicas complexificam o preconceito pode vir da fala do papa Francisco I (líder religioso e representante político da Igreja Católica). Visando defender os direitos legais de pessoas gays, o pontífice quando confrontado sobre países com leis anti-homossexuais declarou "ser homossexual não é crime (...), mas é pecado"[12] (PINOTTI, 2023). As falas de explicação e exortação ao amor, ternura e compaixão baseados em sua leitura do cristianismo parecem indicar ao longo da entrevista seu desconforto com as leis anti-homossexuais. Contudo, pecado está relacionado à transgressão contra a vontade de deus, pecados geram a fúria ou a tristeza de deus, pecados como a homossexualidade são lidos como graves e devem ser sistematicamente abandonados e combatidos no seio da comunidade cristã. O que faltou ao papa foi assumir que as leis vigentes em alguns países

[12] https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/papa-francisco-diz-que-homossexualidade-e-pecado-mas-nao-deveria-ser-crime/#:~:text=Em%20entrevista%20%C3%A0%20Associated%20Press,%E2%80%9CN%C3%A3o%20%C3%A9%20crime

preconceituosos derivam das relações estabelecidas entre homossexualidade e pecado. Assim tirar a comunidade LGBTQIAPN+ da relação de coordenação com “crime” e mantê-la com “pecado” a depender do contexto social e político é o mesmo que trocar “seis por meia dúzia”.

Um último ponto que pode compor estas investigações sobre comportamento simbólico baseadas na RFT advém das pesquisas de Barnes-Holmes et al., (2006) sobre avaliação de vieses implícitos por meio de um instrumento, o “IRAP -*Implicit Relational Assessment Procedure*”. Este instrumento avalia a força de respostas relacionais a pares de estímulos com história de relacionamento pré-experimental. Nestas pesquisas mede-se uma propriedade da resposta, a latência, frente a apresentação de pares de estímulos que podem ser relacionados. Estabelecem-se dois tipos de resposta (i.e., sim/não; concordo/discordo; afirmativo/negativo) que devem ser apresentadas diante dos pares de estímulos alvo e rótulo.

Investigações sobre cognição implícita descrevem que frequentemente pessoas respondem de forma afirmativa a pares de estímulos relacionados (e.g., flores e a palavra prazer e insetos e a palavra desprazer) mais rapidamente, isto é, com latência menor, do que frente a pares não relacionados (e.g., flores e a palavra desprazer e insetos e a palavra prazer) (PEREZ; de ALMEIDA; de ROSE, 2022). Verificações sobre vieses têm sido oferecidas pelos IRAP em diversas pesquisas comportamentais e interpretados sob uma ótica contextualista (BARNES-HOLMES et al., 2010) sobretudo aplicado a questões sociais como vieses homofóbicos (CULLEN; BARNES-HOLMES, 2008), vieses de gênero (CRAVO; SOUZA; ALMEIDA-VERDU, 2021) e vieses raciais (MIZAEL; de ALMEIDA, 2019).

O IRAP funciona do seguinte modo: dois estímulos são apresentados em uma tela de computador com funções definidas como “alvo” e como “rótulo”; duas teclas no

computador (geralmente D e K por estarem em extremidades oposta em um teclado) são relacionadas a respostas afirmativas à relação (i.e., sim, verdadeiro, concordo → tecla D) e negativas à relação (i.e., não, falso, não concordo → tecla K). Os participantes devem ora concordar com as relações e ora discordar das relações de acordo com regras apresentadas antes do início das tarefas. Chama-se blocos consistentes aqueles que apresentam regras descritivas sobre relações socialmente partilhadas (e.g., "gays-negativo", "pretos-negativos", hetero-positivo", "branco-positivo") e blocos inconsistentes aqueles nos quais as regras não correspondem as expectativas e condicionamentos sociais (e.g., "gays-positivos", "pretos-positivo", "hetero-negativo" e "branco-negativo"). Testes e inventários podem rastrear as características dos participantes, conhecer as relações socialmente partilhadas para definir as relações que constituirão blocos consistentes e inconsistentes. Os blocos consistentes e inconsistentes se alternam, sendo um primeiro conjunto de bloco de treino para as tarefas relacionais e quando se atinge os critérios de precisão e acurácia (geralmente 80% em um tempo médio menor ou igual a 2000m por bloco), os participantes passam para os blocos de teste, os quais são idênticos aos blocos de treino. O cálculo do IRAP é feito a partir da diferença entre o tempo de latência médio das respostas em blocos consistentes e inconsistentes (BARNES-HOLMES et al., 2006; BARNES-HOLMES; BARNES-HOLMES; STEWART; BOLES, 2010; NOSEK; HAWKINS; FRAZIER, 2011).

Muitas interpretações podem ocorrer a partir dos dados do IRAP, nesta tese o interesse por esta medida é apresentar como as práticas culturais, através de suas sistemáticas contingências de reforçamento, alteram topografias sutis e refinadas como o tempo de latência em repostas "pressão a tecla de computador". A seguir são descritas uma pesquisa sobre vieses implícito de gênero e outra de vieses implícitos sobre orientação sexual.

Rabelo, Bortoloti e Souza (2014) utilizaram o IRAP para aferir vieses de gênero em nove crianças (5 meninos e 4 meninas). As relações eram entre nome socialmente masculinos e femininos (e.g., João e Maria) e imagens de brinquedos também socialmente masculinos e femininos (e.g., carrinhos e bonecas). Os autores concluíram que vieses de gênero a partir da força relacional (i.e., maior efeito IRAP) para a confirmação (i.e., responder afirmativamente) das relações meninos-carrinhos e meninas-bonecas do que para negar esta relação. Contudo, os autores também verificaram que os participantes tiveram maior facilidade em relacionar o nome feminino "Maria" a carrinhos do que o nome "João" a bonecas. Bortoloti et al., (2021) expandiram essa investigação avaliando as mesmas relações (nomes e brinquedos) com 80 participantes adultos em duas faixas etárias, grupo jovens (18-25 anos) e grupo adultos (40-60 anos). Novamente vises consistentes para "carrinho-menino" e boneca-menina" foram encontrados para ambos os grupos, porém o grupo de adultos apresentou significativo viés negativo (i.e., maior demora para responder) frente a relação "boneca-menino" e carrinho-menina".

Teixeira et al., (2021) utilizou o IRAP para medir vieses preconceituosos a fotos de casais gays em 35 homens universitários (18 homossexuais e 17 heterossexuais), os estímulos utilizados eram palavras positivas e negativas e fotos de casais heterossexuais e gays em situação romântica. Ambos os grupos apresentaram vises implícitos positivos para as relações hetero e homossexuais, o grupo de homens gays apresentou viés neutro para relações heterossexuais. Nesta pesquisa os participantes tiveram poucas de suas características sociodemográficas apresentadas, todos eram universitários e os estímulos "fotos" utilizadas foram imagens de bancos de dados abertos com pessoas brancas, adultas e visualmente felizes (i.e., sorrindo). O Estudo 4 desta tese teve como um dos objetivos controlar as características dos participantes e utilizar imagens genéricas para

restringir a atenção das/os participantes a estímulos com foco nas relações homossexuais, abstraindo cor da pele e condições emocionais.

O Paradigma das Relações de Equivalência e a Teoria das Molduras Relacionais parecem indicar um caminho possível para entender como os estereótipos participam do controle de comportamentos preconceituosos. Os dados experimentais revelam os efeitos dos condicionamentos sociais que dificultam o estabelecimento de novas classes de equivalência menos preconceituosas (WATT et al., 1991; MOXON; KEENAN; HITE, 1993; DIXON; LEMKE, 2007.) fenômeno nomeado como paradigma das relações conflitantes (MIZAEL; SANTOS; DE ROSE, 2016). Outro dado abstraído das pesquisas foram as propriedades de respostas relacionais frente a pares de estímulos relacionados em condições contrárias às quais socialmente foram aprendidas (TEIXEIRA et al., 2021; RABELO; BORTOLOTI; SOUZA, 2014). Além da viabilidade de uso destes modelos explicativos pode-se verificar que comportamentos preconceituosos, sobretudo em seu componente simbólico, são difíceis de modificação como já indicado nos estudos acerca de estereótipos. Tem-se também que a força ou forma como se responde aos estímulos sociais é função das características sociodemográficas dos respondentes, indicando que os condicionamentos sociais perpetuados pelos grupos e agências controladoras se modificam de acordo com os grupos-alvo (i.e., homens, mulheres, crianças, religiosos, não religiosos etc.).

Uma vez que a sociedade ocidental é pautada em ideologias cisheterossexistas e práticas de violências contra a diversidade sexual e de gênero são cotidianamente observadas outras contingências de ensino e manutenção do preconceito podem ser descritas em termos operantes as quais serão apresentadas na próxima seção. Claramente, estas divisões e fragmentações operacionais devem ser lidas como didáticas e

exploratórias, uma vez que a realidade social se configura como um amalgama de todos os processos comportamentais de modo indiscriminado.

2.2 Comportamento verbal, comportamento governado por regras e episódio social preconceituoso

Guerin (1994) operacionalizou o termo atitude a partir dos operantes verbais skinnerianos como uma forma de descrever como atitudes preconceituosas são estabelecidas e mantidas a partir de contingências de reforço sociais. Para o autor as atitudes podem assumir as funções de tatos, intraverbais, mandos e autoclíticos[13]. Guerin (1994) destaca três tipos de tatos possivelmente observados quando se investigam as atitudes, tato de parte do ambiente, tato genérico e tato como ritual social[14]. *Tato de parte do ambiente* corresponde a dizer lésbica, gay, bissexual, travesti, transgênero, queer, intersexual, assexual, não-binárie, pansexual, não-binaries frente às características físicas, comportamentos afetivo-sexuais e de gênero de pessoas socialmente categorizados com tais rótulos[15].

Um dos problemas deste tato é que os rótulos referentes ao acrônimo LGBTQIAPN+ parecem categorias discretas, quando atualmente se compreende que gênero e sexualidade seriam substantivos espectrais (SAVIN-WILLIAMS, 2016; COSTA-JUNIOR, 2020), ou seja, referem-se a um *continuum* no qual as divisões entre

[13] *Tatos* são respostas verbais controladas por antecedentes não verbais e mantidas por reforçamento social generalizado; *intraverbais* são respostas verbais controladas por outras respostas verbais (sem correspondência ponto a ponto) mantidas por reforçamento social generalizado; *mandos* são respostas verbais controladas por operações motivacionais e cujas respostas especificam as consequências reforçadoras que as controla; e *autoclíticos* são respostas verbais secundárias controladas por estímulos verbais antecedentes que são utilizadas pelo falante para alterar os efeitos dos operantes verbais primários (tato, mando, intraverbal) na interação com ouvinte (SKINNER, 1957).

[14] Deliberadamente será aplicado a conceituação de Guerin (1994) à compreensão de preconceito contra pessoas LGBTQIAP+, assim como Mizael, Santos e de Rose (2016) o fizeram acerca do preconceito Racial.

[15] Neste exemplo se está indicando a nomeação de terceiros à corpos dissidentes, o que difere da emissão de autotatos sobre si mesmos a partir das classificações socialmente acordadas. O autotato sobre seus próprios comportamentos e práticas contemplam discussões sobre identidade e subjetividade que excede ao escopo deste texto, mas são fundamentais para compreensão de questões sobre gênero e sexualidade.

orientações sexuais, identidades e expressões de gênero se misturam e se interpenetram complexificando os processos de discriminação. Uma vez que tatos são mantidos por reforçamento social generalizado muitas vezes eles prescindem da relação real entre rótulo-estímulo/fenômeno, ou seja, aprende-se que meninos "afeminados"[16] são chamados de gays (e.g., viadinho, bicha, baitola) meninas "masculinas" chamadas de lésbicas (e.g., sapatona, maria-homem). Esta relação está errada uma vez que a palavra "gay" se refere à identidade derivada da relação afetivo-sexual entre homens, com efeito a autodeterminação é a variável mais importante para identificar de uma pessoa compreende-se ou não como "gay". Deste modo, o controle restrito de estímulos generificados como Sd para o tato "gay", "lésbica", "trans" é insuficiente e problemático. Meninos e meninas podem ter comportamentos considerados como "afeminados" ou "masculinizados" sem que isso tenha qualquer relação com suas orientações sexuais. O desconhecimento desta descontinuidade entre comportamentos e expressões de gênero e orientação sexual está calcado no processo de generificação, no sistema social sexo-gênero-desejo e pode implicar no ensino equivocado de tatos pela comunidade verbal.

Os *Tatos genéricos* para Guerin (1994) são respostas verbais após perguntas, aparentemente relatando eventos privados, porém são superficiais e sem detalhes sobre o que controla tais respostas. Numa conversa entre dois amigos ao verem uma pessoa possivelmente transgênera na rua pergunta-se "o que que você acha de pessoas serem trans?", e o interlocutor responde "Um absurdo, eu discordo!". O sentido genérico deste tato está no fato de que aquele que responde pode não saber o que é transgeneridade, pode nunca ter conhecido uma pessoa Trans, e não descreve com profundidade o que está tateando, seus sentimentos, pensamentos, valores, regras etc.

[16] A utilização de aspas nos adjetivos "efeminados" e "masculinas" visa a indicar que as categorias utilizadas são limitadas e arbitrárias uma vez que gênero masculino e feminino ou quais outros não constituem propriedades comportamentais como latência, duração, magnitude, frequencia. Ao contrário esses adjetivos indicam a história de condicionamento verbal e da comunidade verbal do observador/a.

Por fim, os *tatos como rituais* visam manter conversações ou evitar silêncios. Assim, ao ver duas meninas em situações de afetos um colega diz para o outro “nojento”, “é o mundo está perdido”; neste episódio verbal ambos os tatos apresentam a função de iniciar ou dar continuidade a uma interação verbal. É importante destacar que em todas estas relações de tatos o reforçador é sempre social e generalizado como atenção, logo o relato de atitudes em forma de tato é também controlado pela audiência. Estar ao lado de um amigo que tem práticas lgbtfóbicas, ao invés de um parente autoidentificado como LGBT, pode favorecer à tatos contra a comunidade LGBTQIAPN+.

Enquanto *intraverbais* atitudes preconceituosas seriam respostas aprendidas e controladas por estímulos verbais ou físicos. Como exemplo: dois amigos conversando “o que você pensa do casamento gay?”, “Sou totalmente contra!”[17], ou em um questionário semiestruturado (e.g., *fill the blank*, complete o espaço) a afirmação: “Você acha que a homossexualidade é ...”, “pecado”, se a pessoa for religiosa; “doença” se a pessoa tiver uma história de reforçamento na qual comportamentos não-cisheterossexuais são emparelhados com patologias. Estas respostas não podem ser tatos porque nestes casos o/a falante não é LGBTQIAPN+, e pode nunca ter experienciado sentimentos e pensamentos que às pudesse levar a identificação com a comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, esta/e falante hipotética/o passou por um processo de aprendizagem sobre a definição de homossexualidade (i.e., estímulos verbais) por meio de um encadeamento intraverbal dentro da sua comunidade verbal por vezes preconceituosa.

Outra característica de atitudes como intraverbais é que afirmações como “homossexualidade é doença”, “homossexualidade é pecado” parecem tatos, e tatos são socialmente mais confiáveis do que intraverbais como “me foi ensinado que gays são

[17] Neste caso a diferença entre um intraverbal de um tato genérico é sua função estabelecida como resposta condicionada e sob controle de um estímulo verbal antecedente (e.g., casamento gay). Na relação de tato, o controle antecedente é não-verbal, e o falante de fato descreve/tateia seus eventos privados e julgamentos com base no casamento entre pessoas não-heterossexuais.

errados", "na minha crença religiosa homossexuais devem ser expulsos do paraíso". Guerin (1994) aponta haver um *continuum* entre tatos e intraverbais uma vez que estímulos controladores de tatos nem sempre são claro de serem identificados. Como apresentado em seções anteriores desta tese as agências de controle detêm poder suficiente para modelar tais intraverbais através das contingências sociais.

Nota-se que comportamentos, expressões e identidades não-cisheterossexuais se tornam estímulos aversivos condicionados para algumas pessoas por meio de práticas sociais. Logo, *mandos,* enquanto respostas verbais que especificam reforçadores (positivos ou negativos) frente a condições de estimulação aversiva ou operações estabelecedoras de privação/saciação do falante, podem ser condicionados pela comunidade verbal. Alguns exemplos genéricos seriam: "nesta empresa aceitamos todas as pessoas, mas eu não gosto de efeminados!" (dita por um gerente em um processo de contratação), "acho desnecessário ficar levantando bandeira!" (dita por um parente em uma reunião de família). Tais respostas verbais assumem função de mando uma vez que apontam reforçadores (i.e., silenciamento, dissimulação e diminuição de comportamentos não-cisheterossexuais) àquele que as emitiu. "*Vira* homem!" ou "se comporte como mocinha!" são mandos emitidos com frequência no desenvolvimento de crianças as quais muitas vezes ainda não possuem clara discriminação da complexa classe de estímulos que compõe os gêneros. Vê-se nestes imperativos que a criança apresentando um comportamento contrários a regras cisheterossexista é aversiva para a/o adulto, que responde a regras pedagógicas e educativas sobre como ensinar meninas e meninas serem homens e mulheres.

Por fim as funções autoclíticas podem ser identificadas quando o falante de afirmações preconceituosas (mandos, tatos e intraverbais) visa controlar possíveis efeitos nos ouvintes como diminuir a aparecia preconceituosa de suas afirmações (autoclíticos

em negrito): “eu **não** tenho **nada contra** gays, **tenho até** amigos, **mas** acho que não deveriam fazer isso em público”. Sendo o autoclítico um operante verbal de segunda ordem, que tem a função de alterar e/ou modificar os operantes verbais aos quais está relacionado, muitas outras formas autoclíticas de preconceito sexual e de gênero são possíveis de identificar, contudo fugir-se-ia dos objetivos deste ensaio uma análise exaustiva dos operantes verbais. Por fim, as atitudes enquanto o comportamento verbal são passiveis de estarem sob controle múltiplo o que pode dificultar – ainda mais – a pesquisa e a intervenção sobre este tópico exigindo das/os cientistas maior “engenhosidade” em suas investigações.

Um aspecto que precisa de destaque ao se falar de comportamento verbal enquanto atitude preconceituosas, ou seja presente em classes comportamentais preconceituosas, é que palavras após sucessivos emparelhamentos e dentro de contextos específicos assumem funções aversivas tal qual uma agressão física (ver seção sobre equivalência de estímulos e molduras relacionais). Pessoas submetidas a sistemáticas ofensas cisheterossexistas passam a sentir vergonha, tristeza, raiva, nojo, sobre o que sente, o modo como se comportam, o conteúdo e a forma do que pensam.

O mundo privado das vítimas destas violências torna-se inseguro, instável e invalidado; assim conviver consigo próprio pode ser um sofrimento expressivo. É comum nas investigações sobre preconceito sexual e de gênero explorar-se um fenômeno chamado “homofobia internalizada” (ANTUNES, 2017). Não será o foco desta tese, mas espera-se que futuras investigações assim o façam. Em resumo, a homofobia internalizada ocorre quando os comportamentos preconceituosos que se está descrevendo ao longo desta tese são emitidos sistematicamente da pessoa (alvo de preconceito) sobre si própria. Este fenômeno relaciona-se diretamente com os efeitos negativos do estigma social descritos por Goffman (1981/2003) uma vez que a/o estigmatizada/o “assente” – ainda

que sem deliberação consciente para tal – aos enunciados e práticas sociais negativas adentrando em relações sociais já como menos válido/a, faltante, errada/o, desviada/o. O número de suicídios e comprometimentos em saúde mental de populações marginalizadas e em específicos de pessoas LGBTQIAPN+ deve ser um alerta sobre os efeitos das violências sistemáticas verbais e não verbais (HAAS et al., 2011).

Feito esta pequena digressão, observa-se no texto skinneriano que os operantes verbais recebem complementos quando diante de relações funcionais específicas como mando mágico, tato distorcido, tato metafórico e outros (SKINNER, 1957; HÜBNER; BORLOTI; ALMEIDA; CRUVÍNEL, 2012). Portanto, frente as condições específicas nas quais ofensas verbais preconceituosas são utilizadas defende-se aqui a possibilidade de utilizar o complemento "preconceituoso" para operantes verbais. Assim, a depender das condições de emissão e de aprendizagem, e dos efeitos na audiência os operantes verbais temáticos de primeira ordem poderiam ser classificados como tatos preconceituosos, mandos preconceituosos e intraverbais preconceituosos.

Estes operantes teriam em comum (a) necessidade de reforçamento social generalizado derivado de grupos e agências de controle a partir de práticas e valores cisheterossexistas e (b) efeito aversivo sobre pessoas e grupos alvo do operante preconceituoso devido a seus estereótipos (estímulos aversivos socialmente condicionados) negativos, (c) manutenção de relações de subordinação entre pessoas e grupos baseadas em rótulos e considerações contra os diretos humanos. Nestas relações verbais preconceituosas duas audiências funcionam como mantenedoras destes comportamentos uma cisheterossexista que reforça positivamente a emissão de respostas preconceituosas, e outra audiência vítima-alvo que reforça negativamente quando se retira da relação ou positivamente quando sofre diante da/o agressor/a. Interessante notar que socialmente estabelecemos contingências de reforçamento nas quais o sofrimento de

algumas pessoas pode ter efeito reforçador positivo em outras pessoas. Abaixo a o Quadro 1 apresenta de forma abreviada relações funcionais de operantes verbais preconceituosos, o exemplo é direcionado a pessoas e grupos LGBTQIAPN+, contudo acredita-se que todas as formas de preconceitos verbais possam ser descritas a partir do modelo.

Figura 2 – Caracterização de possíveis operantes verbais presentes em episódios preconceituosos

	Antecedentes	**Classe de Respostas**	**Consequências**
Tato[18]	Pessoas, grupos e símbolos LGBTQIAPN+		Ref. Social generalizado concedido por grupos cisheterossexistas
Mando	Pessoas, grupos e símbolos LGBTQIAPN+ (condição aversiva condicionada) Privação de reforçamento social	Bicha, Sapatão, Aberração, degenerada/o, anormal (...)	Ref. Social generalizado concedido por grupos cisheterossexistas, Retirada por exclusão ou humilhação do S aversivo
Intraverbal	Enunciados, perguntas, encadeamentos verbais cisheterossexistas		Ref. Social generalizado concedido por grupos cisheterossexistas

Legenda: Elaborada pelo autor, 2023.

[18] Tatos são aprendidos na relação com os grupos sociais observando tatos emitidos por pessoas desses grupos (considerando que tem os pré-requisitos de ouvir e ecoar). Uma vez adquirido o tato, este operante torna-se a base para emitir mandos e intraverbais.

Em síntese, o comportamento verbal é descrito, selecionado e mantido por meio de contingências de reforço. Parte da contingência é constituída pelo comportamento de outra(s) pessoa(s), em interações verbais que são eminentemente sociais. Nessas interações, o comportamento verbal pode não só estar sob controle de estímulos sociais, mas também ser verbalmente controlado por outros indivíduos (SCHLINGER, 2008) ou controlado por estímulos verbais. De acordo com Skinner (1989) o ouvinte é orientado, aconselhado, instruído a se comportar de alguma forma em condições específicas, e ser reforçado. Isto é, alguns enunciados verbais emitidos por falante(s) adquirem funções evocativas em ouvintes após um longo treino de reforçamento diferencial, nos quais seguir o enunciado, mesmo que na ausência temporal deste, produz reforçadores. Meyer (2005) estabelece que regras são descrições verbais de contingências, portanto, boas regras especificam antecedentes, respostas e consequências de uma contingência. Ademais regras possuem alta função social uma vez que economizam a exposição direta às consequências para apresentação e aquisição de novos comportamentos.

Baía (2007) defende que o estudo do comportamento governado por regras é parte importante para compreensão do comportamento preconceituoso contra homossexuais, sobretudo as regras-conselho e as regras-mando. As regras-conselho (ou *tracking*) são usadas socialmente para acelerar processos de aprendizagem, uma vez que as contingências estabelecidas já existem e operam no ambiente. Assim o ouvinte será reforçado diretamente por seguir a descrição verbal, “não ande como bichas, senão você será xingado na rua”, “filha, não beije sua namorada na escola senão você será suspensa”, “não se comporte da maneira X pois isso é coisa de menina/menino”. Nestes exemplos as consequências descritas pelas regras já estão dispostas e seriam - possivelmente - acessadas pelos próprios ouvintes. Seguir as regras nestas ocasiões pode funcionar como

reforçamento negativo, ou seja, aumenta a frequência de comportamentos que retiram da estimulação aversiva sinalizada pelo falante ou anteriormente acessada pelo ouvinte.

Nas regras-mando (ou *pliance*) os reforçadores condicionados finais por seguir a regra foram planejados socialmente e não existem fora destas condições sociais elaboradas. Seguir uma regra-mando favorece, sobretudo, o agente mandante que libera reforçadores condicionados àqueles submetidos a regra; o comportamento de quem emite a regra-mando é reforçado positivamente pelo cumprimento da regra pelo ouvinte. São exemplos: a interação verbal mãe-filho "não fale para ninguém que você é gay, eu não saberia o que dizer às minhas amigas", e a interação verbal de um líder religioso-comunidade "o comportamento homossexual é pecado, evitem o contato com a comunidade LGBT", "a Aids é uma doença enviada por deus para punir os homossexuais, esta é a grande lição divina. Os homossexuais devem ser punidos" (BAÍA, p. 223, 2007). Um outro exemplo de regra *pliance* foi emitida por um pastor evangélico e citada no início desta tese "se eu pudesse, matava tudo e começava de novo. Mas prometi que não posso, agora está com vocês".

Ambas as regras mandos e conselhos no que se refere a questões sociais tem as consequências mediadas direta ou indiretamente por outras pessoas. Uma vez que tais regras diferem daquelas que descrevem contingências sobre ações físicas no mundo como "quando chover tire a roupa do varal", "pare de mexer quando o creme chegar a 80º".

Existem regras para evitar, afastar-se, converter, exortar, curar e até mesmo matar pessoas LGBTQIAPN+. Embora, também haja leis contrárias tanto a emissão destas regras como ao cumprimento delas, as contingências sociais envolvidas são mais complexas exigindo maior elaboração de planejamento cultural para evitar seus seguimentos. Além das regras que visam o aniquilamento de pessoas não-cisheterossexuais, há regras concomitantes para a assimilação destas pessoas à

comunidade cisheterossexual “não ‘*dê pinta*’ se você quiser manter o seu emprego”, “evite expressar afeto em público para não ser violentada/o”, “há lugares em que é melhor não declarar sua orientação sexual”. Práticas de assimilação ao grupo dominante somam-se aos efeitos lesivos no curso de desenvolvimento de pessoas LGBTQIAPN+.

Pessoas cisheterossexuais não ouvem regras antagônicas a suas presenças, e talvez não saibam o que é ter suas existências postas “a prova” devido uma das muitas características que as constituem. A variabilidade de regras e de contingências sociais concorrentes impõe a pessoas LGBTQIAPN+ condições de constante vigilância e atenção uma vez que estímulos aversivos podem ser liberados de forma gratuita por serem quem são.

Por fim, o último tópico que se propõe abordar acerca dos processos comportamentais preconceituosos seriam as interações sociais entre duas ou mais pessoas, nas quais se concretizam os condicionamentos exercidos por grupos e agências controladoras cisheterossexistas. Isso por que “é sempre o indivíduo que se comportam e que se comporta com o mesmo corpo e de acordo com os mesmos processos usados em uma situação não-social” (SKINNER, 1953/2003, p. 326).

A Figura 2 foi elaborada com o objetivo de caracterizar um episódio social preconceituoso. Uma vez que episódios sociais são descritos pela análise da interação entre no mínimo duas pessoas que se comportam uma como função do comportamento da outra. Tem-se a pessoa A que emite comportamentos preconceituosos frente a pessoa B que foi lida como LGBTQIAPN+. É importante destacar que a pessoa B “foi lida como”, pois práticas preconceituosas anti-LGBTQIAPN+ ficam geralmente sob controle dos estímulos socialmente relacionados à comunidade e podem não corresponder as identidades e desejos das vítimas. Para dar materialidade ao episódio preconceituoso

pode-se ter em mente uma das quatro situações que aparecem em boletim do Senado Federal de 2011.

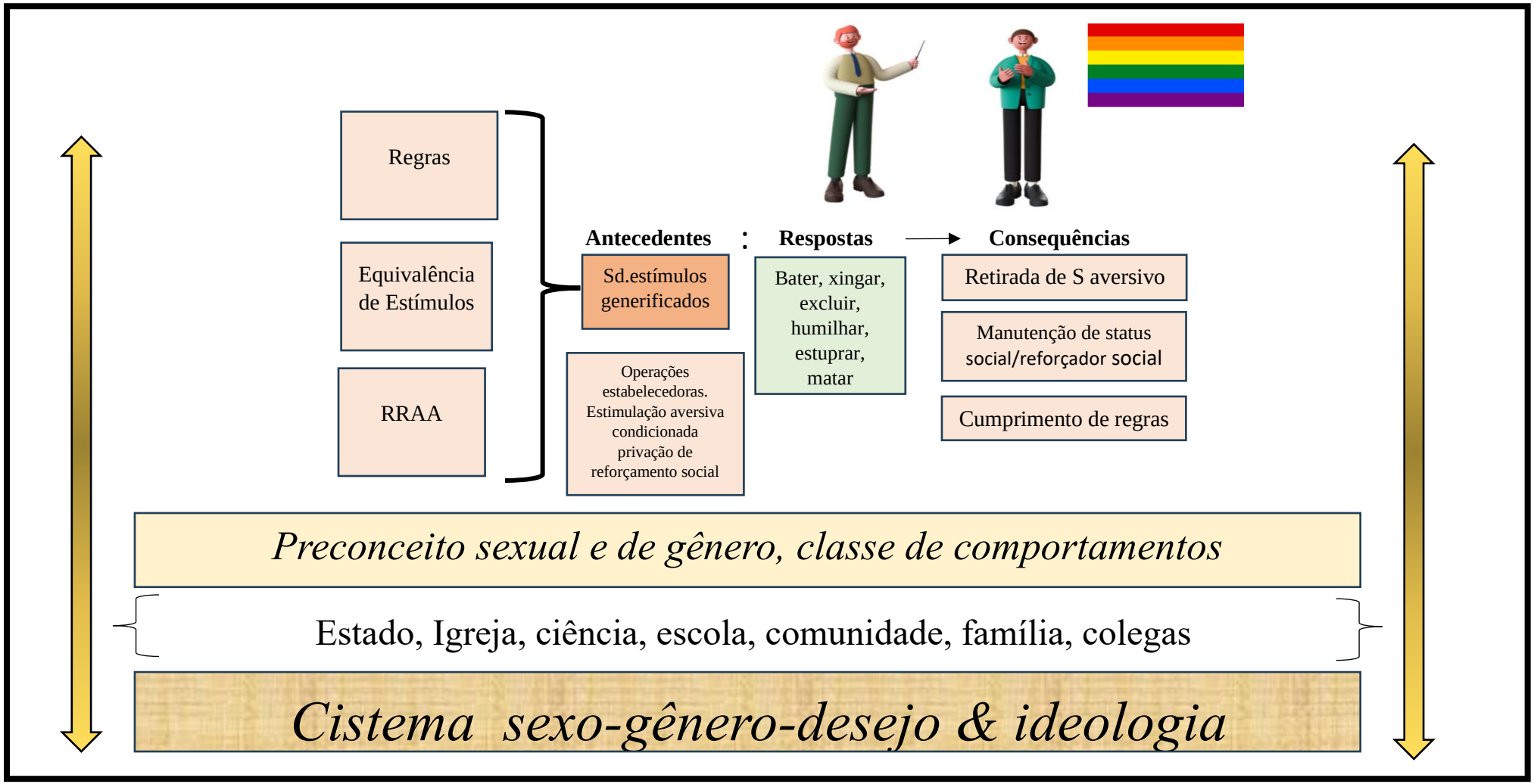
> Em agosto, os arquitetos Bruno Chiarioni Thomé, 33 anos, e Rafael Ramos, 30, foram agredidos por um grupo de seis rapazes próximo à estação de metrô da Consolação, depois de deixarem uma casa noturna. Os agressores utilizaram pedras e uma luminária de ferro para atacar a dupla (FILIZOLA 2011, s/p).
>
> Em março, o ativista do movimento LGBT Guilherme Rodrigues, 23 anos, foi agredido por quatro jovens em um posto de combustível conhecido por ser um ponto de encontro de homossexuais na região da Paulista (FILIZOLA, 2011, s/p).
>
> No fim de janeiro, um estudante de 27 anos foi agredido com uma garrafada no olho direito. Ele estava acompanhado de um amigo, que levou um soco no peito. A dupla percebeu que um dos agressores tinha a cabeça raspada e o outro, uma tatuagem (FILIZOLA, 2011, s/p).
>
> Em novembro de 2010, cinco homens sendo quatro adolescentes agrediram um grupo de cinco pedestres na Avenida Paulista, deferindo golpes com lâmpadas fluorescentes. Após ouvir vítimas e testemunhas, a polícia chegou à conclusão de que os ataques tiveram motivação homofóbica. O estudante de jornalismo Luis Alberto Betonio, 23 anos, foi um dos agredidos (FILIZOLA, 2011, s/p)[19].

Em todas as cenas criminosas tem-se episódios preconceituosos nos quais uma pessoa A emite comportamentos violentos contra uma pessoa B após discriminar (i.e., processo comportamental básico) na pessoa B comportamentos ou estímulos (estereótipos) socialmente generificados contrários a norma cisheterossexual. Neste momento, embora em uma análise molecular a "fotografia da cena social" preconceituosa possa ser descrita através de uma contingência tríplice clássica "estímulo antecedente-resposta-estímulo consequente", a Figura 2 ilustra que a/o agressor/a está engendrado/a em diversos contextos sociais de ensino que mantém, e quiçá provocam, a violência

[19] https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/52038/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y

perpetuada. Nesta perspectiva se está apresentando também uma análise molar do comportamento.

Figura 3 – Ilustração didática de um episódio social preconceituoso.



Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

Na ilustração duas setas laterais apontam direções de “cima para baixo” e “de baixo para cima”, tentou-se representar que as contingências sociais mantidas e elaboradas por grupos e agências controladoras produzem as cenas de violência preconceituosa e são retroalimentadas por estas cenas. Isto é, embora haja um corpo cometendo um crime ao emitir comportamentos preconceituosos com base em estereótipos sexuais e de gênero, este corpo é o representante material de inúmeras relações sociais e históricas. O agressor – aqui utiliza-se o artigo masculino com base nas pesquisas apresentadas nas quais geralmente são homens que perpetuam as violências preconceituosas –, frente a estímulos que ele aprendeu que são desviantes da norma cisheterossexual, responde privadamente e publicamente de acordo com os condicionamentos prévios. O *cis*tema com suas ideologias e práticas de controle dos corpos tem poder de condicionar emoções como raiva, nojo, ódio a pessoas nunca vistas. O efeito do comportamento simbólico e do responder derivado ou emergente parece condição fundamental para interpretar estas relações.

Diante de uma cena preconceituosa há uma síntese das proibições e autorizações sociais o “vale tudo” menos ser LGBTQIAPN+ continua ativo. Ainda que existam novas frentes de lutas e movimentos afirmativos a força do *cis*tema parece ainda resistir, isso porque “distintas e divergentes representações podem, pois, circular e produzir efeitos sociais. Algumas delas, contudo, ganham uma visibilidade e uma força tão grandes que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas como sendo a realidade” (LOURO, 2019, p. 18).

Complementar aos estudos de Fazzano e Galo (2015), Caixeta (2007) e Baía (2007) até aqui pretendeu-se apresentar que o preconceito sexual e de gênero pode ser investigado também como comportamento verbal e simbólico. Ampliar as investigações sobre as contingências presentes em fenômenos sociais complexos podem direcionar

ações mais objetivas se se pretende produzir tecnologias eficazes para modificação de práticas sociais opressivas.

Este capítulo introdutório tem um caráter genérico de funcionar como contexto para apresentação dos estudos que seguem, para tanto fez-se um sobrevoo sobre as características das agências controladoras cisheterossexuais e suas formas de produzir comportamentos preconceituosos. Processos comportamentais elementares como modelagens, modelações, discriminações simples, abstrações e generalizações não foram pormenorizadas, mas são conceitos fundamentais para leitura do comportamento preconceituoso. Destaca-se que o foco até aqui foi o comportamento preconceituoso, assim os processos de aprendizagem analisados foram dos/as agressores/as e não das vítimas do preconceito. Talvez, mais uma seção com o mesmo número de páginas fosse necessária para analisar as contingências de reforçamento às quais estão expostas as vítimas de preconceito, bem como as estratégias de enfrentamento e resistência da comunidade LGBTQIAPN+.

Os estudos apresentados a seguir com as revisões de literatura e as investigações de avalição de preconceito explícito e implícito compõem uma “gota” no “oceano” de possibilidades e necessidades investigativas sobre comportamento preconceituoso. Ao final desta tese serão indicadas algumas possibilidades futuras de investigações básicas, aplicadas, translacionais e sobretudo, teóricas uma vez que inserir as demandas afirmativas nos textos analítico-comportamentais é um requisito fundamental para manter esta ciência favorável ao desenvolvimento cultural (SZABO, 2020).

3. REFÊRENCIAS

ALMEIDA, A. L.; SOARES, R. R. (2021). Narrativas de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, p.1-14, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n167625.

ALVES, M. E. Menino teve o fígado dilacerado pelo pai, que não admitia que criança gostasse de lavar louça. **O Globo**. Online. 05/03/2014. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/menino-teve-figado-dilacerado-pelo-pai-que-nao-admitia-que-crianca-gostasse-de-lavar-louca-11785342

ANTUNES, P. P. S. **Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo.** São Paulo: Annablume, 2017.

APA - American Psychological Association. **Task force on Appropriate Responses to Sexual Orientation**. APA: Washington, 2009. Online. Disponível em: https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/therapeutic-response.pdf

ARONSON, E.; WILSON, T. D.; AKERT, R. M. **Psicologia Social.** Rio de Janeiro: LTC, 2018.

B. N. Jair Bolsonaro - nínguem gosta de homossexuais, a gente suporta. 9 de dezembro de 2016. https://www.youtube.com/watch?v=YeOGz8oJiUc&t=53s

BAÍA, F. H. O lugar das regras nas práticas discriminatórias IN: SANTOS, M. R. M.; CILLO, E. N. (orgs.). **Ciência do comportamento: conhecer e avançar**. Santo André: ESETec, 2007.

BARNES-HOLMES, D. et al. A sketch of the implicit relational assessment procedure (IRAP) and the relational elaboration and coherence (REC) model. **Psychological Record**, v. 60, n. 3, p. 527–542, 2010.

BARNES-HOLMES, D. et al. Do you really know what you believe? Developing the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) as a direct measure of implicit beliefs. **The Irish Psychologist**, v. 32, n. 7, p. 169–177, 2006.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BRAGA, I. F.; OLIVEIRA, W. A.; SILVA, J. L.; MELLO, F. C. M.; SILVA, M. A. I. Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo**. Revista Brasileira de Educação,** v. 71, p. 1295-1303, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0307

BRASIL, Supremo Tribunal Federal (STF). Direitos das pessoas LGBTQQIAP+. **Cadernos de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: concretizando direitos humanos**. [recurso eletrônico] Brasília: STF:CNJ, 2022.

BRASIL. Secretária Especial dos Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, de Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013.** Brasília, 2016. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2013.pdf

BRAVILHERI, U. B.; LANZA, F.; SARTORELLI, M. R. Neolinguagem e "linguagem neutra": potencialidades inclusivas e/ou reações conservadores. **Research, Society and Development**. v.11, n.11, p. 1-14, 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2015.

CAIXEIRA, V. C. O preconceito em relação ao homossexual e o desenvolvimento de um repertório socialmente hábil IN: MARTINS, M. R.; CILLO, E. N. (orgs.). **Ciência do comportamento – Conhecer e Avançar**. Santo André: ESETec, 2007.

CARNEIRO, K. S.; SANTOS, B. C. Valores feministas na clínica comportamental: reflexões baseadas em bell hooks. **Acta Comportamentalia**. v. 29, n. 2, 2021.

CARNEIRO, T. Quase 2 meses após ter sido espancado e violentado, jovem gay morre em Salinópolis, no Pará". **G1 Pará**. Online. 14/09/2021. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/09/14/um-mes-apos-ter-sido-espancado-e-violentado-jovem-homossexual-morre-em-salinopolis-no-para.ghtml

CATRACA LIVRE. "Casal gay é agredido com um pau cheio de pregos por se beijarem em SP". **Catraca Livre**, 2020, s/n, 13/01/2020. Disponível em: https://catracalivre.com.br/cidadania/casal-gay-e-agredido-com-um-pau-cheio-de-pregos-por-se-beijarem-em-sp/

CHAUÍ, M. **Repressão sexual essa nossa (des)conhecidada**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Conselho Federal de Psicologia, Brasília: CFP, 2019.

COSTA, A. B. PERONI, R. BANDEIRA, D. NARDI, F. C. Homophobia or sexism: A systematic review of prejudice Against nonheterosexual orientation in Brasil. **International Journal of Psychology**. v. 48, 1-10, 2012. DOI: https://doi.org/10.1080/00207594.2012.729839

COSTA-JUNIOR, F. M. Sexualidade, diversidade sexual e ética na psicoterapia comportamental de queixas sexuais. IN: BORTOLOZI, A. C.; CARVALHO, L. R; COSTA, T. (orgs.). **Saberes e atuações em sexualidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

COWAN, B. Homossexualidade, ideologia e "subversão" no regime militar. IN: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EDUFSCar, 2021.

CRAVO, F. A. M.; BENTO, P.V. Caracterização dos estudos sobre preconceito sexual e de gênero no Brasil. **Psicologia Argumento.** v. 41, n. 114, p. 3702 – 3728, 2023. DOI: https://doi.org/10.7213/psicolargum.41.114.AO14

CRAVO, F. A. M.; MORAIS, M. A. S.; ALMEIDA-VERDU, A, C. M. O uso do "implicit relacional assessment procedure" na investigação sobre gênero: revisão sistemática. **Perspectivas em Análise do Comportamento.** v. 13, n. 1, 213-232, 2022. DOI: https://doi.org/10.18761/VEEM.011.nov21

CULLEN, C.; BARNES-HOLMES, D. Implicit pride and prejudice: a heterossexual phenomenon? In: MORRISON, M.; MORRISON, T. G. (orgs.). **The Psychology of Modern Prejudice**. Nova Science Publishers, Inc. 2008.

de ROSE, J. C.; PEREZ, W. F.; de ALMEIDA, J. H. Teoria das molduras relacionais: compreendendo os conceitos básicos. IN: PEREZ, W. F. et al., (orgs.). **Teoria das**

molduras relacionais (RFT): conceitos, pesquisas e aplicações. São Paulo: Centro Paradigma Ciências do Comportamento, 2022.

de SOUZA; D. S, de ROSE, J. C.; GIL, M. S. **Comportamento simbólico: bases conceituais e empíricas**. Marília: Oficina Universitária, 2014.

DITTRICH, Alexandre; MELO, C. M.; MOREIRA, M. B.; MARTONE, R. C. O modelo de seleção pelas consequências: O nível cultural. In: MOREIRA, M. (Org.). **Comportamento e práticas culturais**. 1ed. Brasília: Instituto Walden4, 2013.

DIXON, M.; LEMKE, M. Reducing prejudice toward Middle Eastern persons as terrorists. **European Journal of Behavior Analysis.** v. 8, n. 1., p. 5-12, 2007. DOI: https://doi.org/10.1080/15021149.2007.11434269

DOVIDIO, J. F.; HEWSTONE, M.; GLICK, P.; ESSES, V. N. (ed.). **The SABE Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination**, SAGE Publications: Londres, 2010.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Lafonte, 2017.

FARIAS, V. 1,7 mil LGBTQIA+ foram vítimas de agressões físicas em 2021/ 8 estados não têm dados sobre o tema. **G1 Globo**, Online, 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/28/17-mil-lgbqia-foram-vitimas-de-agressoes-fisicas-em-2021-8-estados-nao-tem-dados-sobre-o-tema.ghtml

FAZZANO, L. H.; GALLO, A. E. Uma análise da homofobia sob a perspectiva da análise do comportamento. **Temas em Psicologia**. v. 23, n. 3, p. 535-545, 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3.02

FIGUEIREDO, L. C. **Psicologia uma introdução**. São Paulo: Udusp, 1992.

FILIZOLA, P. Homofobicos voltam a ataca na Paulista. **Correio Brasiliense**, Online. 03/10/2011. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/52038/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988/2011.

FRY, P.; McRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GALLO, A.; FAZZANO, L. H.; MORAIS, A. O.; SANTOS, S. J. Psicologia para quem? Uma discussão analítico-comportamental do feminismo, homofobia e racismo. IN LUZIA, J. C (org.). **Psicologia e Análise do Comportamento: Pesquisa e Intervenção.** Londrina: UEL, 2019.

GASPODINI, I. B.; FALCKE, D. Estudos psicológicos brasileiros sobre preconceito contra diversidade sexual e de gênero. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**. v. 10, n.2, p. 59-79, 2019. DOI: https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n2p59

GÊNESIS. In: **A Bíblia**. Santuário: Aparecida, 2006.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas da identidade deteriorada**. São Paulo: LCT, 1981/2003.

GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EDUFSCar, 2021.

GREENWALD, A. G.; LAI, C. K. Implicit social cognition. **Annual Review of Psychology**, v. 71, p. 419–445, 2020. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010419-050837

GUERIN, B. Attitudes and beliefs as verbal behavior. **The behavior Analyst**. v. 17, n. 1., 155-163, 1994. DOI: https://doi.org/10.1007/bf03392661

GUSMÃO, E. E. S.; NASCIMENTO, B. S.; GOUVEIA, V. V.; FILHO, L. G. F.; COSTA, K. M. R.; MOURA, H. M.; MONTEIRO, R. P. (2016). Valores Humanos e Atitudes Homofóbicas Flagrante e Sutil. **Psico-USF**, v. 21, n. 2, p. 367-380, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-82712016210213

HAAS, A P. et all. Suicide and suicide risk in lesbian, gay, bissexual, and transgender population: review and recommendations. **Journal of Homossexuality**. v. 58, p. 10-51, 2011. DOI: https://doi.org/10.1080/00918369.2011.534038

HAYES, S.; BARNES-HOLMES, D.; ROCHE, B. (Eds.). **Relational frame theory: a post-skinnerian account of language**. Plenun, 2001.

HEBL., M.; LAW, C. L.; KING, E. Heterosexim. IN: DOVIDIO, J. F.; HEWSTONE, M.; GLICK, P.; ESSES, V. M. (org.). **The SAGE book of prejudice, stereotyping and discrimination**. Londres: SAGE publication, 2010.

HEREK, G, M. The psychology of sexual prejudice. **Current Directions in Psychological Science.**v. 9., n. 1., p. 19-22, 2004. DOI: https://doi.org/10.1111%2F1467-8721.00051

HEREK, G. Sexual Prejudice. IN: NELSON, T. D. (org.). **Handbook of prejudice, stereotyping and Discrimination**. Psychology Press: Nova Iorque, 2009.

HÜBNER; M. M.; BORLOTI, E.; ALMEIDA, P.; CRUVÍNEL, A. C. Linguagem. IN: HÜBNE, M. M.; MOREIRA, M. B. (org.). **Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

KATZ, J. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

KIMMEL, M. **A sociedade do gênero.** Petrópolis: Vozes, 2022.

LANE, S. T. Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. LANE, S. T.; CODO, W. **Psicologia social o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEBLANC, L. A. Editor's note: societal changes and expression of concern about Rekers and Lovaas' (1974) behavioral treatment of deviant sex-role behaviors in male child. **Journal of Applied Behavior Analysis.** v. 53, n. 4, 1830-1836, 2020. Doi: https://doi.org/10.1901/jaba.1977.10-553

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEVÍTICOS. In: **A Bíblia**. Santuário: Aparecida, 2006.

LIRA, A. N., MORAES, N. A., BORIS, G. D. J. B. (In)Visibilidade da Vivência Homoparental Feminina: entre preconceitos e superações. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 36, n. 1, p. 20-33, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703000152014

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATTA, T. F., TAQUETTE, S. R., SOUZA, L. M. B. M., MORAES, C. L. (2021). Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. 1-13, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00330820

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Violência LGBTfóbica no Brasil: dados de violência**. Documento eletrônico, Brasília DF. 2018. Disponível em: https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/MDH_violencia_2018.pdf

MIZAEL, T. M.; ALMEIDA, J. H. Revisão dos estudos do implicit relational assessment procedure sobre vieses raciais. **Acta Comportamentalia**. v. 27, 437-461, 2019.

MIZAEL, T. M.; ALMEIDA, J. H. Uso do paradigma de equivalência de estímulos no estudo do preconceito: uma revisão dos estudos na área. IN: KIRCHNER, L. F.; SOUZA, P. C.; KANAMOTA, P. C. C. **Diálogos em análise do comportamento: volume II**. Brasília: Instituto Walden 4, 2021.

MIZAEL, T. M.; de ALMEIDA, J. H. ; ROCHE, B. ; de ROSE, J. C. Effectiveness of Different Training and Testing Parameters on the Formation and Maintenance of Equivalence Classes: Investigating Prejudiced Racial Attitudes. **Psychological Record.** v. 1, p. 1-13, 2020. DOI: https://doi.org/10.1007/s40732-020-00435-w

MIZAEL, T. M.; dos SANTOS, S. L.; de ALMEIDA, J. H.; MELO, R. M. Como explicar as atitudes em uma perspectiva funcional? IN: PEREZ et al. (orgs.). **Teoria das molduras relacionais (RFT): conceitos, pesquisa e aplicações.** São Paulo: Centro Paradigma Ciências do Comportamento, 2022.

MIZAEL, T. M.; SANTOS, S. L.; de ROSE, J. C. Contribuições do paradigma de equivalência de estímulos para o estudo das atitudes. **Interações em Psicologia**. v. 20, n. 2, p. 124-134, 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.5380/psi.v20i2.46278

MOREIRA, M. (orgs.). **Preconceito: doze experimentos e um paradigma**. Instituto Walden 4: Brasília, 2022. Disponível em: https://www.walden4.com.br/livros/preconceito-doze-experimentos-e-um-paradigma-book-id-27/iw4_ebook_27.pdf

MOREIRA, M.; MACHADO, V. L. S.; TODOROV, J. C. Cultura e práticas culturais. IN: MOREIRA, M. M. (org.). Comportamento e práticas culturais. MOREIRA, M. (Org.). **Comportamento e práticas culturais**. 1ed. Brasília: Instituto Walden4, 2013.

MOXON, P.; KEENAN, M.; HINE, L. Gender-role stereotyping and stimulus equivalence. **The Psychological Record**, v. 43, n. 3, p. 381–393, 1993.

MYERS, D. G. **Psicologia Social**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

NATARELLI, T. R. P., BRAGA, I. F., OLIVEIRA, W. A., SILVA, M. A. I. O impacto da homofobia na saúde do adolescente. **Escola Anna Nery**, v. 19, p. 664-670, 2015. DOI: https://doi.org/10.5935/1414-8145.20150089

NELSON, T. (org.). **Handbook of Prejudice, Stereotyping, and Discrimination.** New York: Psychology Press, 2009.

NICOLODI, L. G. HUNZIKER, M. H. L. O patriarcado sob a ótica da análise do comportamento: considerações iniciais**. Revista Brasileira de Análise do Comportamento**. v. 17, n. 2, p. 164-175, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v17i2.11012

NOSEK, B. A.; HAWKINS, C. B.; FRAZIER, R. S. Implicit social cognition: from measures to mechanisms. **Trends Cogn Sci.**, v. 15, n. 4, p. 152-159, 2011. DOI: https://doi.org/10.1016%2Fj.tics.2011.01.005

PEREZ, W.; NICO, Y. C.; KOVAC, R.; FIDALGO, A. P.; LEONARDI, J. Introdução à teoria das molduras relacionais (*relational frame theory*): principais conceitos, achados experimentais e possibilidades de aplicação. **Perspectivas em Análise do Comportamento**. v. 4, n. 1, 32-50, 2013. DOI: https://doi.org/10.18761/perspectivas.v4i1.105

PERUCCHI, J., BRANDÃO, B. C., VIEIRA, H. I. S. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, v. 19, p. 67-76, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000100009.

PERUCCHI, J.; CORRÊA, C. G. (2013). Uma análise psicossocial de experiências de violência homofóbica vivida por jovens LGBT no período escolar. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 22, p. 81-99, 2013. Disponível em: https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/115

PINOTTI, F. Papa Francisco diz que homossexualidade é pecado, mas não deveria ser crime. **CNN Brasil** (online), 25/01/2023. Disponível em:

https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/papa-francisco-diz-que-homossexualidade-e-pecado-mas-nao-deveria-ser-crime/#:~:text=Em%20entrevista%20%C3%A0%20Associated%20Press,%E2%80%9CN%C3%A3o%20%C3%A9%20crime

PRECIADO, P. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RONDINI, C. A., FILHO, F. S. T., TOLEDO, L. G. Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio. **Psicologia USP**, v. 28, p. 57-71, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-656420140011

RUBIN, G. O tráfico de mulheres. IN. Rubin, G. **Políticas do sexo.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

RUIZ, M. R. B. F. Skinner's radical behaviorismo: historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. **Psychology of Women Quarterly**. v. 19, 161-179, 1995. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1995.tb00285.x

RUIZ, M. R. Inconspicuous sources of behavioral control: the case of gendered practices, **The Behavior Analyst Today**. v. 4, n. 1, 12-16, 2003. DOI: http://dx.doi.org/10.1037/h0100005

RUIZ, M. R. Personal agency in feminist theory: evicting the illusive dweller. **The Behavior Analyst**. v. 21, n. 2, 179-172, 1998. DOI: https://doi.org/10.1007%2FBF03391962

SAMPAIO, I.; Freitas, C. Último acusado do assassinato da travesti Dandara dos Santos é condenado por homicídio triplamente qualificado, em Fortaleza. **G1 Globo online,** 17/11/2021. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/11/17/ultimo-acusado-do-assassinato-da-travesti-dandara-dos-santos-e-condenado-por-homicidio-triplamente-qualificado-em-fortaleza.ghtml

SANTOS, E. J.; SILVA, C. A L. Quem a homotransfobia matou hoje? Uma leitura comparada dos relatórios de mortes violentas de LGBT+ (2011-2019). **Diversitas Journal**. V. 6., n. 1., p. 1220 – 1242, 2021. Doi: https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i1-1725

SANTOS, J. J.; SANTOS, E. C. Prejudice against sexual and gender diversity and beliefs about sex education among university students. **Estudos de Psicologia**, v. 39, p. 391-412, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200017

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei 10.948 de 05 de novembro de 2001**. Aprovado em 05 de novembro de 2001.São Paulo, **São Paulo**, 05 de novembro de 2001. https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html

SAVIN-WILLIAMS, R. C. Sexual orientation categories or continuum? Comentary on Bailey et al. (2016). **Psychological Science in the Public Interest**. v. 17, n. 3, p. 37-44, 2016. DOI: https://doi.org/10.1177%2F1529100616637618

SAXE, F. **Disidencias sexuales: um sistema geoplanetario de distúrbios sexo-subversivos-anales-contra-vitales**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2021.

SIDMAN, M. **Equivalence relations and behavior: a research story**. Boston: Authors cooperative, 1994.

SIDMAN, M. Equivalence relations and the reiforcament contingency. **Journal of Experimental Analysis of Behavior**. v. 74, n. 1, 127-146, 2000. DOI: https://doi.org/10.1901%2Fjeab.2000.74-127

SIDMAN, M. Readinf and auditory-visual equivalence. **Journal of Speech and Hearing Research**. v.33, p. 285-289, 1971. DOI: https://doi.org/10.1901%2Fjeab.1980.33-285

SIDMAN, M.; TAILBY, W. Conditional discrimination vs. Matching to sample: na expasion of the test paradigma. **Journal of Experimental Analysis of Behavior**. v. 52, n. 1, 261-274, 1982. Doi: https://doi.org/10.1901%2Fjeab.1982.37-5

SILVA, E. C.; LAURENTI, C. B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: "a mulher" à luz do modelo de seleção pelas consequências. **Perspectivas em Análise do Comportamento,** v. 7, n. 2, 197-211, 2017. DOI: https://doi.org/10.18761/pac.2016.009

SILVA, J. C. P., CARDOSO, R. R., CARDOSO, Â. M. R., GONÇALVEZ, R. S. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 26, p. 2643-2652, 2021. DOI https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08332021

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins fontes, 1953/2003.

SKINNER, B. F. **O mito da liberdade**. São Paulo: Summus, 1972.

SKINNER, B. F. **Reflexions on behavior and Society**. Prentice-Hall: New York, 1978.

SKINNER, B. F. Selections by consequences. **Science**. v. 31, p. 501-504, 1981. DOI: https://doi.org/10.1126/science.7244649

SKINNER, B. F. **Verbal behavior.** Prentice-Hall, New York, 1957.

SOBRAL, H. S., SILVA, M. L. V., FERNANDES, S. C. (2019). Homofobia: o que a psicologia brasileira tem a dizer? Artigo de revisão. **Revista CES Psicologia.** v. 12, n. 3, p. 20-34, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.21615/cesp.12.3.2

SOUZA, E. J., SILVA, J. P., SANTOS, C. (2015). Homofobia na Escola: As Representações de Educadores/as. *Temas em Psicologia*, 23(3), 635-647. doi: http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-09

SOUZA, E. J., SILVA, J. P., SANTOS, C. Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia. **Revista Estudos Feministas**. v. 25, p. 519-544, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p519

SOUZA, J. M., SILVA, J. P., FARO, A. Bullying e Homofobia: Aproximações Teóricas e Empíricas. **Psicologia Escolar e Educacional.** v, 19, n. 2, p. 289-297, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0192837

SOUZA, R. Quase 320 pessoas LGBT+ morreram por causas violentas no Brasil em 2021. **CNN Brasil**, online. 17/05/2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-320-pessoas-lgbti-morreram-no-brasil-em-2021-diz-entidade/

STANGOR, C. The study of stereotyping, prejudice, and discrimination within social psychology: a quick history of theory research IN: NELSON, T. (org.). **Handbook of Prejudice, Stereotyping, and Discrimination**. New York: Psychology Press, 2009.

TEIXEIRA, M. K.; ALMEIDA, J. H.; BORTOLOTI, R.; HUZIWARA, E. Comparação entre medidas implícitas e explícitas na avaliação de casais homoafetivos e heteroafetivos. **Revista Perspectivas em Análise do Comportamento**. v. 12, n. 1, 235-248, 2021. Doi: https://doi.org/10.18761/PAC.2021.v12.RFT.08

TEXEIRA, F. S., MARRETTO, C. A. R., BENINI, A., SANTOS, E. N. Homofobia e sexualidades em adolescentes: trajetórias sexuais, riscos e vulnerabilidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 32, p. 16-33, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000100003

TORTELLA, T. MPF investigará pastor André Valadão por suposta homotransforbia. **CNN Brasil** (online), 03/07/2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mpf-investigara-pastor-andre-valadao-por-suposta-homotransfobia/

TOURINHO, E. Z. **Subjetividade e relações comportamentais**. São Paulo: Paradigma, 2009.

WATT, A.; KEENAN, M.; BARNES, D.; CAIRNS, E. Social categorization and stimulus equivalence. **The Psychologycal Records.** v. 1, n. 41, p. 33-50, 1991.

CAPÍTULO 2

ESTUDO 2 - O USO DO "*IMPLICIT RELATIONAL ASSESSMENT PROCEDURE*" NA INVESTIGAÇÃO SOBRE VIÉS DE GÊNERO: REVISÃO SISTEMÁTICA

RESUMO

Atitudes são comportamentos operantes produto de contingências sociais. Por meio de instrumentos específicos pode-se investigar as propriedades, topografias e funções das atitudes frente a fenômenos socialmente relevantes. O objetivo deste estudo foi apresentar uma revisão sistemática de literatura acerca das pesquisas analítico-comportamentais sobre atitudes implícitas de gênero aferidas pelo IRAP (*Implicit Relational Assessment Procedure*). Os descritores utilizados na busca foram "implicit relacional assessment procedure" [and] "gender", em três bases de dados. Dez artigos atenderam aos critérios de inclusão. No geral 546 participantes de ambos os gêneros participaram das pesquisas. Sete pesquisas utilizaram a mesma configuração do IRAP (80% em precisão, tempo de latência ≤ 2000ms). Oito pesquisas utilizaram estímulos textuais como rótulo e alvo. Uma pesquisa verificou os efeitos de intervenções sobre a modificação de atitudes implícitas. Todas as pesquisas identificaram vieses implícitos de gênero. Participantes masculinos apresentaram vieses de gênero mais forte que as participantes femininas. A caracterização dos participantes e a configuração do IRAP são discutidas com vistas a ampliar a aplicabilidade do instrumento e refinar a compreensão sobre o fenômeno estudado. Discute-se a importância de a Análise do Comportamento participar ativamente de pesquisas e intervenções sobre gênero visando contribuir para diminuição de injustiças sociais.

Este estudo foi publicado na revista Perspectivas em Análise do Comportamento, CRAVO, F. A. M.; MORAIS, M. A.; ALMEIDA-VERDU, A. O uso do implicit relational assessment procedure na investigação sobre gênero: revisão sistemática. **Revista Perspectivas em Análise do Comportamento**. v. especial, 213-231, 2022. Doi: https://doi.org/10.18761/VEEM.011.nov21

Figura 4 – Print da primeira página do artigo: O uso do "I*mplicit Relational Assessment Procedure*" na investigação sobre gênero: uma revisão de literatura

perspectivas em análise do comportamento
ISSN 2177-3548
centro paradigma ciências do comportamento
www.revistaperspectivas.org

O uso do "Implicit Relational Assessment Procedure" na investigação sobre gênero: revisão sistemática

The use of "Implicit Relational Assessment Procedure" in gender research: systematic review

El uso del "Implicit Relational Assessment Procedure" em la investigación sobre género: uma revisión sistemática

Felipe Augusto Monteiro Cravo[1,2], **Marcela Almeida Sousa de Morais**[3,4], **Ana Cláudia Moreira Almeira-Verdu**[1,5]

[1] Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP-Bauru) [2] Universidade de Sorocaba (UNISO) [3] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) [4] Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais [5] Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Estudos sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE) | **Título abreviado:** Revisão sistemática sobre IRAP e gênero | **Endereço para correspondência:** Felipe Augusto Monteiro Cravo – Faculdade de Ciências. Laboratório Aprendizagem, Desenvolvimento e Saúde (LADS) – Av. Eng. Luis Edmundo Carrijo Coube, 2085. CEP 17033-360. Bauru/SP – | **Email:** felipeamcravo@gmail.com
| **doi:** org/10.18761/VEEM.011.nov21

CAPÍTULO 3

ESTUDO 3 – REVISÃO DE LITERATURA DA PRODUÇÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL NACIONAL SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

A Análise do Comportamento tem sido apontada como distante das discussões sobre diversidade humana em suas múltiplas categorias sociais (e.g., raça, classe, gênero, sexualidade). O objetivo desta revisão de literatura foi investigar a produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade em periódicos específicos da área e em coletâneas da Associação Brasileira de Ciências do Comportamento (ABPMC). Utilizou-se as diretrizes PRISMA para localização e seleção dos artigos para revisão. A busca resultou em 26 produções organizadas em duas categorias "sexo e saúde sexual" (n=5) e "gênero e sexualidade" (n=21) que incluem pesquisas teóricas, experimentais, revisões de literatura, e estudos de caso. Identificou-se crescente publicação de pesquisas em análise do comportamento sobre sexualidade e gênero. Todas as produções buscaram identificar, descrever e investigar as variáveis das quais as categorias gênero e sexualidade são funções. As produções encontradas indicam a necessidade de ampliar as investigações analítico-comportamentais acerca dos temas, estabelecendo a diversidade humana como variável importante para as ciências do comportamento.

Este capítulo foi publicado na revista Perspectivas em Análise do Comportamento.
CRAVO, F. A. M.; ALMEIDA-VERDU, A. C.; COSTA-JUNIOR, F. M. Revisão da literatura da produção analítico-comportamental brasileira sobre gênero e sexualidade. **Revista Perspectivas em Análise do Comportamento.** n.13, v. 2, p. 247 – 265, 2022. Doi: https://doi.org/10.18761/a52affa6

Figura 5 - Print da primeira página do artigo: Revisão de literatura da produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade

perspectivas em análise do comportamento
ISSN 2177-3548
centro paradigma ciências do comportamento
www.revistaperspectivas.org

Revisão de literatura da produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade

Literature review of national behavioral analytical production on gender and sexuality

Felipe Augusto Monteiro Cravo[1,2], Ana Cláudia Moreira Almeida-Verdu[1,3], Florêncio Mariano Costa-Junior[1,4,5]

[1] Universidade Estadual Paulista(UNESP) [2] Universidade de Sorocaba (UNISO) [3] Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (INCT-ECCE) [4] Faculdades Integradas de Bauru [5] Instituto de Análise do Comportamento de Bauru (IACB)| **Título abreviado**: Revisão de Literatura sobre Sexualidade e Gênero | **Endereço para correspondência:** Felipe Cravo – Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo, 14-01 Vargem Limpa – Bauru/SP CEP:17033-360 (LADS – Laboratório de Aprendizagem, Desenvolvimento e Saúde) | **Email**: felipeamcravo@gmail.com | **doi**: org/10.18761/a52affa6

CAPÍTULO 4

ESTUDO 4 - PRECONCEITO SEXUAL DIRIGIDO A LÉSBICAS E GAYS POR ESTUDANTES DE PSICOLOGIA[20]

RESUMO

O preconceito sexual e de gênero corresponde a um conjunto de comportamentos, cognições e afetos negativos contra pessoas não-cisheterossexuais. O conjunto de comportamentos preconceituosos é multideterminado, e tem sido medido através de instrumentos como questionários e escalas que obtém medidas explícitas de comportamento verbal. As diretrizes do Conselho Federal de Psicologia e a literatura científica propõem as/aos psicólogas/os engajem-se em favor da diversidade sexual e de gênero e combatam todas as manifestações de preconceito. Entretanto, há dados sobre atitudes preconceituosas em profissionais da psicologia, bem como pesquisas indicando índices de preconceito em estudantes universitários em diversas áreas do conhecimento. O objetivo deste estudo foi investigar o preconceito sexual a lésbicas e gays em estudantes de Psicologia. As/os participantes115 estudantes (73 femininas, 39 masculinos, 3 não-bináries com média de 23,3 anos) responderam a um questionário sociodemográfico e a Escala Multidimensional de Preconceito Sexual (EMPS). A EMPS avalia preconceito sexual por meio de cindo fatores (a) heterossexismo, (b) aversão à homossexualidade, (c) negação da homofobia, (d) resistências ao heterossexismo, (e) crenças positivas sobre a homossexualidade. Embora as médias gerais das respostas tenham sido baixas, os resultados indicaram presença de heterossexismo em participantes heterossexuais de ambos os gêneros, e resistência a heteronormatividade em participantes LGBT e sem crenças religiosas. Estes fatores indicam inclinações para preconceito contra lésbicas e gays em alguns estudantes frente a marcadores sociais específicos. A partir dos dados discute-se os efeitos do preconceito sexual em estudantes de Psicologia. Possíveis variáveis de controle e sugestões de alternativas para modificação deste comportamento são apresentadas ao final deste estudo.

Palavras-Chave: Preconceito sexual e de gênero. Homofobia. Escala Multidimensional de Preconceito Sexual e de Gênero. Universitários. psicologia

[20] Embora esta tese tenha explicito viés analítico-comportamental, neste capítulo não há uma leitura estritamente comportamental, ainda que fique claro a posição funcionalista e contextual deste texto. Essa opção de "suavizar a linguagem" teve o objetivo de tecer um texto passível de comunicação com demais áreas da psicologia, sobretudo devido a importância de todas as abordagens teóricas participarem da construção político pedagógica dos cursos de Psicologia.

1. INTRODUÇÃO

A população LGBTQIAPN+ tem sido alvo de preconceito e discriminação há séculos (QUINALHA, 2022). Na década de 1970, George Weinberg cunhou o termo "homofobia" para se referir ao medo baseado em restritivas normas de gênero e sexualidade. Este medo foi descrito em função dos desconforto de pessoas heterossexuais em contato próximo ou serem identificadas como homossexuais (HEREK, 2004a). Atualmente, compreende-se homofobia como um conceito "guarda-chuva" para o preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+.

O termo "homofobia" tem significado político frente à luta por direitos fundamentais da população LGBTQIAPN+, e pode ser definido como "hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo" (BORILLO, 2016, p. 34). No entanto, as críticas ao termo referem-se ao viés individualizante e patologizante (i.e.., fobia é um utilizado em manuais diagnósticos para se referir a condições relacionadas ao medo) e a restrição a relacionamentos gays (i.e., homo é um radical utilizado para se referir a iguais). Herek (2000; 2004b; 2009) indicou que o termo preconceito sexual seria mais efetivo por abordar este fenômeno de modo descritivo e explicitamente relacionado aos estudos psicossociológicos sobre preconceito como um fenômeno social.

Por meio de uma revisão sistemática de literatura Costa, Peroni, Bandeira e Nardi (2013) apontaram que o preconceito contra pessoas não heterossexuais no Brasil está diretamente relacionado ao sexismo (i.e., preconceito de gênero contra mulheres). Por sua vez, o sexismo é institucionalizado pelo sistema patriarcal que visa a manutenção dos papéis sociais de gênero. Neste sistema, os homens possuem privilégios em função das privações impostas a mulheres. Costa e Nardi (2015) defendem o uso da expressão "preconceito contra diversidade sexual e de gênero" como uma atitude individual

negativa, derivada das práticas sociais heterossexistas e discursivos heteronormativos contra as múltiplas identidades sexuais e de gênero.

1.1 Investigações sobre preconceito sexual e de gênero

O preconceito tem sido estudado ora por um viés individual ou microssocial a partir das atitudes e crenças pessoais (MYERS, 2014), ora por meio de leituras conjunturais, históricas e sociais sobre as estratégias utilizadas pelas agências de controle (i.e., Estado, Igreja, Educação, Economia) por meio da criação e manutenção de políticas materiais e ideológicas que inferiorizam determinados grupos na dinâmica social (BORILLO, 2016). Sob um viés microssocial, o preconceito caracteriza-se como um julgamento negativo dirigido a pessoas, grupos e comunidades a partir de estereótipos negativos (i.e., atributos, traços e características com valor depreciativo) os quais são socialmente criados, generalistas, imprecisos e resistentes a mudanças (MYERS, 2014; STANGOR, 2009). Preconceito pode ser interpretado como uma atitude que é composta por afetos, comportamentos públicos e crenças negativas dirigidas a alvos sócio-historicamente determinados (HEREK, 2004a). De modo complementar, análises macrossociais possibilitam interpretar os preconceitos a partir de dados geopolíticos como a violência e a vulnerabilidade social. No Brasil, os significativos índices de assassinatos contra a população LGBTQIAP+ indicam para um problema estrutural (SANTOS; SILVA, 2021; MENDES; SILVA, 2020). Em análises macrossociais é possível observar como as agências de controle, e as práticas culturais, produzem e funcionam como um ambiente de ensino e manutenção de preconceitos perpetrados em nível microssocial.

Análises microssociais e macrossociais sobre o preconceito necessitam de interlocuções constantes para o avanço científico na compreensão do fenômeno. Isso

porque, ao restringir as pesquisas somente sobre o campo microssocial, pode-se levar a uma compreensão individualizante do preconceito como um "traço de personalidade", ou uma "falha" moral e cognitiva dos sujeitos preconceituosos. Por outro lado, ao analisar somente as agências de controle e as práticas culturais, pode-se perder a dimensão ontogenética de aprendizagem do preconceito, bem como os efeitos do preconceito na vida das vítimas.

Olsen et al., (2009) indicam que existem múltiplas teorias e metodologias de pesquisas utilizadas para investigar as diversas formas de preconceitos. No que se refere à avaliação de preconceito em nível microssocial têm-se utilizado instrumentos que obtêm medidas diretas/explícitas e indiretas/implícitas. As medidas consideradas diretas são produzidas por meios autodeclarativos e flagrantes, como falas ofensivas em entrevistas (estruturadas, semiestruturadas ou livres) ou em expressões de concordância com sentenças negativas (e.g., pessoas/grupos "x" são ruins) em escalas *Likert* ou outras configurações de questionários. Por exemplo, diante de questões de uma escala, a pessoa deve explicitar o quanto concorda (pontos na extrema direita) ou discorda (pontos na extrema esquerda) com afirmações, passando por medidas de indiferença (pontos mais ao centro) (CORRELL; JUDD; PARK; WITTENBRINK, 2010). Por outro lado, as medidas indiretas são obtidas por instrumentos específico (i.e., IAT - *Implict Assessmet Test*; IRAP - *Implicit Relational Assessment Procedure*) que medem respostas não-declarativas. Tais instrumentos baseiam-se em outras propriedades de respostas comportamentais não-verbais como a latência, isto é, o tempo transcorrido entre a apresentação de um estímulo ou da relação entre estímulos, e a emissão de uma resposta motora (e.g., pressão a tecla de computador) ou neurofisiológica (DASGUPTA, 2009; KUBOTA; ITO, 2009). Tanto os dados de medidas diretas como indiretas contribuem para a caracterização das condições sociais que produzem preconceito.

A partir de uma perspectiva microssocial de investigação de preconceito sexual e de gênero por meio de instrumentos de medidas diretas, Costa et al., (2015) avaliaram 8.184 estudantes universitários. Os pesquisadores encontraram relação de atitudes preconceituosas e (a) áreas do conhecimento (engenharias, agricultura e ciências exatas), (b) pessoas autodecladas do gênero masculino e (c) altos níveis de assiduidade religiosa (e.g., ortodoxia religiosa). Os autores não identificaram relação entre o tempo dentro da universidade e os níveis de preconceito. Deste modo, é possível questionar se a Universidade, por meio de currículos e componentes curriculares (disciplinas) específicos, pode contribuir ou não para alterar atitudes preconceituosas.

Gusmão et al., (2016) investigaram a relação entre valores pessoais e atitudes homofóbicas de 174 estudantes universitários sem especificação de cursos (média de idade 22,3, DP 4,6, 57,6% feminino) e encontraram relação entre preconceito homofóbico e gênero masculino, e preconceito homofóbico e valores normativos (i.e., religiosidade/obediência a tradição). Nieto-Gutierres et al., (2018) investigaram 883 estudantes peruanos/as de medicina (idade média 21 anos, DP 3,1; 462 mulheres e 421 homens) e Hérnandez et al., (2020) coletaram dados de 120 estudantes de enfermagem mexicanas/os (média 21 anos, DP 1,47). Em ambas as pesquisas, os resultados apresentaram que há correlação positiva entre atitudes homofóbicas e (a) estudantes morarem em cidades do interior, (b) pessoas autodeclaradas do gênero masculino, (c) apresentarem altos níveis de religiosidade e de machismo, e (d) não conhecerem pessoas LGBTs. Os estudos de Gusmão et al., (2016) e Hérnandez et a., (2020) não mediram os efeitos do tempo dentro da universidade sobre preconceito.

Santos e Santos (2022) investigaram a presença de preconceito sexual e de gênero em 580 universitárias/os de licenciaturas do Nordeste brasileiro. Os autores pesquisaram a relação entre preconceito, crenças sobre educação sexual nas escolas, e grupos de

veteranos e calouros. Em geral os resultados mostraram baixos níveis de preconceito. Contudo, o instrumento utilizado só mediu preconceitos de forma explícita ou tradicional. Houve diferença na manifestação de preconceito entre as áreas de conhecimento dentro das licenciaturas, sendo as ciências humanas (e.g., letras, filosofia, história) com menores indicadores de preconceito quando em comparação com os resultados de estudantes de ciências exatas (e.g., matemática, física). Somente estudantes de história e filosofia mostraram diminuição significativas nos níveis de preconceito entre calouras/os e veteranas/os.

1.2 Preconceito sexual e de gênero e as/os profissionais da Psicologia

Nas pesquisas de Costa et al., (2015), Gusmão et al., (2016), Nieto-Gutierres et al., (2018), Hérnandez et al., (2020) e Santos e Santos (2022), foram utilizadas diversas escalas que mediam preconceito sexual e de gênero, e as correlações foram estabelecidas através de parâmetros estatísticos de comparação entre grupos. Embora as pesquisas tenham sido conduzidas com universitárias/os, estas não tinham como objetivo específico caracterizar as atitudes preconceituosas de estudantes de Psicologia.

A Psicologia brasileira, por meio das Resoluções 01/1999 e 01/2018, veta a/ao profissional psicóloga/o práticas patologizadoras, tentativas coercitivas de reorientação sexual e identidades de gênero, e manifestações públicas que corroborem com o preconceito contra a população LGBTQIAPN+ (CFP, 2023). A postura do CFP está diretamente alinhada com a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais -PNSILGBTT (BRASIL, 2013). Na PNSILGBTT aponta-se a responsabilidade do Poder Público em reduzir a discriminação e o preconceito como garantia de direito constitucional da população LGBTQIAPN+.

Gaspodini e Falcker (2018) analisaram os vieses preconceituosos de 497 psicólogas/os. Dentre as/os psicólogas/os que apresentaram escores significativos de preconceito, verificou-se correlação positiva entre preconceito sexual e de gênero e (a) psicólogas/os de mediação psicanalítica, (b) psicólogas/os que trabalham com avaliação psicológica, (c) psicodiagnóstico e (d) neurociências do comportamento, (e) psicólogas/os heterossexuais. As crenças explicativas relacionadas ao preconceito sexual e de gênero oferecidas pelas/os profissionais foram "perversão" e "falta de fé", dialogando com concepções patologizantes e religiosas.

Vezzosi et al., (2019) investigaram a presença de atitudes corretivas (i.e., crenças de que sexualidades não heterossexuais necessitam e são passíveis de tratamento) em 692 profissionais da psicologia. Identificou-se que 29,5% das/os participantes concordaram, em algum nível, que a/o psicoterapeuta deve "ajudar" a/o paciente que solicite modificar a sua orientação sexual (de homo ou bissexual para heterossexual). Terapeutas cognitivos-comportamentais e terapeutas familiares apresentaram maiores níveis de atitudes corretivas, e 40,6% das/os psicólogas/os acreditam que a orientação sexual homo ou bi deriva da falha na identificação com os papéis de gênero.

A partir das pesquisas de Gaspodini e Falcker (2018) e Vezzosi et al., (2019), pode-se observar que a existência de normativas e políticas em defesa da diversidade sexual e de gênero não tem sido suficiente para diminuir os efeitos sociais e culturais do preconceito. É preocupante a presença de preconceito em profissionais psicólogas/os, uma vez que esta postura pode levar a atuações enviesadas, negligentes e potencialmente perigosas contra a população LGBTQIAP+ (FAZZANO; TOLEDO; GALLO, 2022; MUSSI; MALERBI, 2021).

Sendo a Psicologia uma disciplina que atua em diversos serviços públicos como saúde, educação, promoção social entre outros, parece imprescindível pensar a formação

universitária sob o viés da diversidade sexual e de gênero. Isso porque o atendimento a esta população pode ser prejudicado quando realizado por profissionais com vieses preconceituosos (FAZZANO; TOLEDO; GALLO, 2022; MUSSI; MALERBI, 2021). Pessoas fora da comunidade LGBTQIAP+ também podem ser prejudicadas, ainda que em menor intensidade, por atendimentos psicológicos enviesados e não críticos sobre os efeitos sociais do preconceito sexual e de gênero.

A lacuna que esta pesquisa pretende suprir refere-se ao preconceito existente em estudantes de graduação em Psicologia. Para tanto, o objetivo desta pesquisa foi avaliar e caracterizar preconceito sexual e de gênero a lésbicas e gays considerando variáveis sociodemográficas de estudantes de Psicologia de uma Universidade do interior de São Paulo/Br. Nesta pesquisa se mensurou preconceito contra as identidades sexuais gays e lésbicas. Uma análise descritiva e exploratória acerca das respostas à escala de preconceito foi realizada de modo exploratório.

2. MÉTODO

2.1 Participantes

Participaram da pesquisa 115 estudantes (73 femininas, 39 masculinos e 3 não-bináries) com idade média de 23,3 anos (Dp =7,0). Esta foi uma amostra por conveniência. Todas/os as/os participantes estavam matriculadas/os no curso de Psicologia de uma Universidade privada no interior do estado de São Paulo. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado na primeira página com a qual as/os participantes interagiram, sendo o consentimento necessário para iniciar a pesquisa. Esta pesquisa teve aval do Comitê de Ética e Pesquisa da UNESP-Bauru (CAAE: 48002521.5.0000.5398, nº do parecer 4.903.884) (ANEXO A).

2.2 Instrumentos e materiais

Questionário sociodemográfico – elaborado com 12 perguntas teve como objetivo caracterizar as/os participantes a partir de marcadores sociais (e.g., classe, gênero, raça, orientação sexual, presença ou ausência de crença e prática religiosa) (APÊNDICE A). Todas as variáveis sociodemográficas foram identificadas por meio de autodeclaração das/os participantes.

Escala Multidimensional de Preconceito Sexual – EMPS (FREIRES et al., 2019 (ANEXO B). A EMPS foi originalmente feita em língua inglesa por Massey (2009). O autor compreendia que o preconceito sexual apresentava diversas características e deveria ser estudado a partir da sua multideterminação. Freires et al., (2019) traduziram e validaram a EMPS para aplicação *online* com estudantes de graduação. A escala final possui uma estrutura pentafatorial: heterossexismo ($\alpha = 0,97$[21]), aversão a homossexuais ($\alpha = 0,94$), crenças positivas frente a homossexuais ($\alpha = 0,89$), resistência à heteronormatividade ($\alpha = 0,91$) e negação da discriminação ($\alpha = 0,49$) (FREIRE et al., 2019). Cada um dos fatores é composto por sete sentenças totalizando 35 afirmativas que devem ser respondidas em uma escala *likert* de cinco pontos entre os extremos "discordo totalmente = 1" e "concordo totalmente = 5". A escala é construída com vistas a verificar o preconceito sexual dirigido a lésbicas e gays.

2.3 Procedimento de coleta de dados

Os dados foram coletados entre outubro de 2021 e março de 2022 por meio da divulgação *online* dos questionários na plataforma *GoogleForms*®. O formulário com o TCLE, o questionário sociodemográfico e a EMPS foram divulgados em grupos do

[21] O Alfa de Cronbach foi a medida de consistência interna utilizadas pelos autores Freires et al., (2019)

WhatsApp® de estudantes de Psicologia, e ficaram disponível durante cinco meses. A participação deu-se por meio dos dispositivos das/os participantes com acesso à internet.

2.4 Procedimentos de análise de dados

As características sociodemográficas das/os participantes foram analisadas por meio de estatísticas descritivas (e.g., médias, medianas, variâncias e desvio-padrões). Os resultados da EMPS foram organizados e analisados por meio do *software* SPSS – *Statistical Package of the Social Science*®. Os computes com valores invertidos foram estabelecidos através de sintaxe própria do instrumento obtida com os autores que adaptaram e validaram a escala. Para as análises estatísticas, primeiramente, buscou-se verificar se os valores médios das respostas à EMPS apresentaram distribuição normal. Para os constructos nos quais houve distribuição normal utilizou-se testes *t student* para comparação de médias, e para as médias com distribuições não-normais utilizou-se o teste *Wilcoxon*. Para os resultados com valor estatisticamente significativos calculou-se a força das relações.

3. RESULADOS

As características sociodemográficas das/os participantes estão apresentadas na Tabela 1. Em relação ao gênero, 63,5% das participantes identificam-se como femininas e 53,9% das/os participantes autodeclaram-se heterossexuais. Dentre as/os participantes, a segunda orientação sexual mais frequente foi a bissexual (26,1%). Quanto à raça/etnia, 80% das pessoas declararam-se brancas, enquanto que pessoas pretas/os e pardas/os correspondem conjuntamente a 15,6%. No que se refere ao estado civil, 84,3% declaram-se solteiras/os. Nesta amostra, 56,5% possuem crenças religiosas, dentre estas 27,8% declararam-se católicas, e 13% referiram-se a outras práticas religiosas (i.e., responderam no item “qual a sua religião?”; “amor”, “uma mistura de várias religiões”, “acredito em

deus, mas não sigo igreja"). Esta amostra não possui pessoas autodeclaradas indígenas e candomblecistas.

Tabela 1 – Características sociodemográficas dos/as 115 universitários/as de Psicologia, dados coletados entre outubro de 2021 e março de 2022.

	N (%)
Idade	23,3 (Dp 7,0)
Gênero	
Feminino	73 (63,5)
Masculino	39 (33,9)
Não-Binário	3 (2,6)
Orientação Sexual	
Heterossexual	62 (53,9)
Bissexual	30 (26,1)
Homossexual	15 (13,0)
Assexual	1 (0,9)
Pansexual	5 (4,3)
Não sabe	2 (1,7)
Raça/Etnia	
Branca	92 (80,0)
Parda	12 (10,4)
Preta	6 (5,2)
Amarela	2 (1,7)
Omissão	3 (2,6)
Estado Civil	
Solteiro	97 (84,3)
Casada/União estável	18 (15,6)
Renda	
Não tenho renda pessoal fixa	48 (41,7)
Menor que R$500,00	6 (5,2)
Entre R$500,00 e R$1.000,00	8 (7,0)
Entre R$1.001 e R$2.500,00	30 (26,1)
Entre R$2.501 e R$5.000,00	13 (11,3)
Maior que R$ 5.000,00	10 (8,7)
Possui crença religiosa	
Sim	65 (56,5)
Não	50 (43,0)
Praticante de religião	
Não praticam nenhuma religião	39 (33,9)
Católicos	32 (27,8)
Evangélicos Tradicionais[1]	8 (7,0)
Evangélicos Pentecostais	4 (3,5)
Espiritas kardecistas	8 (7,0)
Espiritas umbandistas	8 (7,0)
Budista	1 (0,9)
Outra	15 (13,0)
Semestre	
1 – 5	96 (83,5)
6 – 10	19 (16,5)

[1](Luteranos, Presbiterianos, Batistas, Metodistas e Adventistas); [2](Universal, Assembleia de Deus, Mundial da Graça, Renascer em Cristo, outras)

A relação entre os cinco fatores da EMPS (i.e., heterossexismo, aversão a homossexuais, crenças positivas sobre a homossexualidade, resistência à heteronormatividade e negação da discriminação) e as variáveis sociodemográficas (gênero, orientação sexual, religiosidade, primeira ou segunda metade do curso) está apresentada na Tabela 2. As análises estatísticas realizadas compararam grupos específicos, heterossexuais e não-heterossexuais (i.e., quaisquer participantes autodeclarados como LGBTQIAP+), com e sem crenças religiosas, gênero feminino e masculino, e calouros (estudantes entre o 1-5 semestres, primeira metade do curso de Psicologia) e veteranos (estudantes entre o 6-10 semestres, segunda metade do curso de Psicologia). Três pessoas não-binárias não foram incluídas nas análises de comparação entre gêneros. A exclusão de pessoas não-binarias foi feita devido ao baixo número de participantes. Dois fatores da EMPS apresentaram distribuição anormal entre as médias (i.e., Heterossexismo e Aversão a Homossexuais) analisados a partir dos valores da mediana (Md). Os três últimos fatores (i.e., crenças positivas sobre a homossexualidade, resistência à heteronormatividade e negação da discriminação) apresentaram distribuição normal, sendo descritos pelos valores das médias (M) e desvios-padrões (Dp). Os valores que apresentaram diferenças estatisticamente significativas estão marcados com asteriscos (*).

Tabela 2 - – Relação entre os cinco fatores da EMPS e as principais características sociodemográficas das/os participantes

	Heterossexismo	Aversão a homossexuais	Crenças Positivas	Resistência à heteronormatividade	Negação da discriminação
	Md(DP)	Md(DP)	M(DP)	M(DP)	M(DP)
Hetero	1,28 (0,88)***	1,00 (0,22)	2,17 (0,86)	2,89 (0,99)	1,63 (0,56)
Não-hétero	1,00 (0,32)	1,00 (0,28)	2,35 (0,93)	3,54 (0,83)*	1,53 (0,48)
Com crença	1,14 (0,88)	1,00 (0,32)	2,25 (0,82)	2,98 (0,99)	1,58 (0,50)
Sem crença	1,00 (0,29)	1,00 (0,12)	2,25 (0,99)	3,39 (0,92)**	1,60 (0,56)
[1]Feminino	1,00 (0,68)	1,00 (0,30)	2,39 (0,98)	3,05 (1,04)	1,66 (0,63)
Masculino	1,14 (0,75)	1,00 (0,10)	2,16 (0,84)	3,21 (0,93)	1,54 (0,46)
1-5 sem	1,00 (0,66)	1,00 (0,27)	2,26 (0,91)	3,14 (0,99)	1,57 (0,52)
6-10 sem	1,14 (0,90)	1,00 (0,13)	2,20 (0,80)	3,23 (0,98)	1,65 (0,57)
Geral	1,39 (0,70)	1,06 (0,25)	2,25 (0,89)	3,16 (0,98)	1,58 (0,53)

* t = -4,164, p <0,001 d-Cohen (-0,779)
** t = -2,246, p <0,05 d-Cohen (-0,423)

*** w =2137.5, p <0,005 d-Cohen (0,301)
[1] pessoas não binárias não entraram neste agrupamento por serem um grupo pequeno (n = 3)

De forma geral, na última linha da Tabela 2, pode-se analisar as médias das respostas das/os 115 participantes em cada um dos fatores. Lê-se que "aversão a homossexuais" foi o fator com média mais próxima de 1 (M=1,06), o que indica forte discordância ao fator, e o fator "resistência à heteronormatividade" mais próximo de 3 (M = 3,16) indicando certa indiferença (nem concorda nem discorda) ao fator.

Pessoas autodeclaradas heterossexuais apresentaram respostas compatíveis com heterossexismo (Md=1,28, Dp, 0,88) significativamente maior (W = 2137,5, p < 0,005, e correlação ponto biserial de Rank 0,30 [efeito baixo]) do que pessoas autodeclaradas não-heterossexuais (Md=1,0; Dp 0,301). Participantes não-heterossexuais (M= 3,54, Dp = 0,83; *d*-Cohen - 0,77 [efeito médio]) e sem crenças religiosas (M=3,39, Dp = 0,92, *d*-Cohen 0,423 [efeito médio]) apresentaram maior resistência a heteronormatividade do que as/os participantes heterossexuais (M = 2,89, Dp = 0,99) e participantes com crença religiosa (M = 2,98, Dp = 0,99). Não foi verificado diferenças estatisticamente significativas entre os fatores da EMPS e gêneros (feminino e masculino) ou entre as/os participantes estarem na primeira metade do curso (1-5 semestre) ou na segunda metade (6-10).

Na Tabela 3, optou-se por realizar uma apresentação visual das médias de respostas (à direita) para cada uma das afirmações da escala (à esquerda) em cada um dos fatores da escala. As afirmativas em cinza são medidas na direção contrária ao fator, ou seja, "concordar totalmente" é negar o fator que a afirmação representa, e vice-versa. Isto significa que frente a afirmativa 3, "É importante que gays e lésbicas sigam seus sentimentos e desejos", concordar totalmente é uma posição contrária ao fator heterossexismo. Isto se repete nas afirmativas 2, 10, 11, 19, 20, 21 frente aos seus respectivos fatores.

De forma geral as médias de respostas nos fatores “crenças positivas sobre a homossexualidade” e “resistência a heteronormatividade” apresentaram visualmente maior dispersão, ou seja, a distribuição das respostas foi heterogênea entre as/os participantes. Os fatores “heterossexismo”, “negação a homofobia” e “aversão a homossexualidade” apresentaram maior homogeneidade de respostas entre as/os participantes na direção de discordar ou discordar totalmente dos enunciados, sendo o fator “aversão a homossexualidade” com maior homogeneidade entre as respostas.

Tabela 3 - Porcentagem média das respostas dos 115 participantes a todas as perguntas em cada um dos fatores da Escala Multidimensional de Preconceito Sexual – EMPS (FREIRES et al., 2019).

	Perguntas	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo Totalmente
Heterossexismo	1. O comportamento homossexual entre dois homens é simplesmente errado.	91,3	2,6	1,7	3,5	0,9
	2. Se duas pessoas realmente se amam, então não deveria importar se são um homem e uma mulher, duas mulheres ou dois homens.	3,5	0,0	6,1	5,2	85,2
	3. É importante que gays e lésbicas sigam seus sentimentos e desejos.	2,6	1,7	2,6	10,4	82,6
	4. A ideia de um casamento homossexual masculino me parece ridícula.	87,8	3,5	5,2	0,9	2,6
	19. Se minha filha dissesse que talvez seja lésbica, eu a encorajaria a explorar este aspecto dela.	4,3	1,7	6,1	23,5	64,3
	20. Se meu filho dissesse que talvez seja gay, eu a encorajaria a explorar este aspecto dele.	4,3	1,7	6,1	25,2	62,6
	21.Vejo o movimento gay e lésbico como algo positivo.	1,7	0,9	9,6	18,3	69,9
Aversão a homossexuais	12. Eu tentaria evitar contato com um gay.	95,7	2,6	1,7	0,0	0,0
	13. Ficaria chateado se descobrisse que fiquei sozinho com um gay.	97,4	1,7	0,9	0,0	0,0
	14. Penso que gays são nojentos.	97,4	2,6	0,0	0,0	0,0
	15.Gays não podem ter comportamentos masculinos.	93,9	3,5	0,0	0,0	2,6
	16. Lésbicas não são mulheres de verdade.	97,4	2,6	0,0	0,0	0,0
	17. Tento evitar contato com lésbicas.	93,0	5,2	0,9	0,0	0,9
	18. Ficaria chateado (a) se descobrisse que fiquei sozinho(a) com uma lésbica.	95,7	2,6	0,9	0,0	0,9
Crenças Positivas	29.Os gays são mais acessíveis emocionalmente do que os homens heterossexuais.	29,6	17,4	20,0	22,6	10,4
	30. Ser gay pode fazer um homem mais compassivo.	34,8	26,1	23,5	12,2	3,5
	31.Homens heterossexuais tem muito o que aprender com os gays sobre moda.	30,4	23,5	28,7	11,3	6,1
	32.Homens gays são mais criativos que os heterossexuais.	34,8	20,9	29,6	10,4	4,3
	33. Ser lésbica pode fazer uma mulher mais autossuficiente.	47,8	17,4	23,5	8,7	2,6
	34.As lésbicas têm muito o que ensinar a outras mulheres sobre ser independente.	34,8	24,3	25,2	9,6	6,1
	35. Penso que as lésbicas são mais disponíveis emocionalmente que as outras mulheres.	41,7	30,4	22,6	4,3	0,9
Resistência a Heteronorma.	22. Sinto-me limitado pelo rótulo de gênero que as pessoas atribuem a mim.	22,6	25,2	18,3	17,4	16,5
	23. Sinto-me limitado pelo rótulo sexual que as pessoas atribuem a mim.	20,0	26,1	19,1	18,3	16,5
	24. Sinto-me limitado pelos comportamentos sexuais que são esperados de mim.	14,8	12,2	20,0	24,3	28,7
	25. Sinto-me limitado pelas regras e normas sexuais da sociedade.	13,9	9,6	11,3	31,3	33,9
	26. Sinto-me limitado pelas expectativas que as pessoas têm de mim em função do meu gênero.	15,7	13,9	11,3	22,6	36,5
	27. Preocupo-me quanto a privilégios que recebo da sociedade em função da minha orientação sexual.	12,2	13,9	24,3	32,2	17,4
	28.Acredito que a maioria das pessoas e basicamente bissexual.	28,7	17,4	25,2	16,5	12,2
Nega	5. Em média, as pessoas da nossa sociedade tratam os gays e os heterossexuais igualmente.	65,2	27,8	0,9	2,6	3,5
	6. A maioria das lésbicas e gays não sofrem mais de discriminação.	81,7	14,8	0,9	1,7	0,9

7. A sociedade alcançou o ponto onde gays e heterossexuais têm oportunidades iguais de crescimento.	60,	33,	5,2	0,9	0,9
8. É raro ver gays e lésbicas sendo tratados de forma homofóbica na televisão.	41,7	46,1	6,1	5,2	0,9
9. A discriminação contra gays e lésbicas não é mais um problema no Brasil.	84,3	13,0	0,9	0,0	1,7
10. Lésbicas e gays muitas vezes perdem bons empregos devido à discriminação.	7,0	7,0	6,1	34,8	45,2
11.Muitas lésbicas e gays ainda perdem o emprego e promoções devido à sua orientação sexual.	6,1	6,1	9,6	29,6	48,7

4. DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar e caracterizar preconceito sexual e de gênero em estudantes de Psicologia de uma universidade particular no interior de São Paulo. Para tanto, um questionário sociodemográfico e a Escala Multidimensional de Preconceito Sexual (FREIRES et al., 2019) foram aplicados em uma amostra de 115 estudantes.

Estudantes heterossexuais de ambos os gêneros (auto-identificadas como masculinas e femininas) apresentaram maior escore de heterossexismo, e estudantes com crenças religiosas demonstraram menor resistência à heteronormatividade. Estes dados indicam dimensões do preconceito contra lésbicas e gays, sendo relevante considerá-las ao se pensar as futuras práticas profissionais das/os estudantes. Este resultado corrobora com outras pesquisas teóricas (HEREK, 2004; 2007; 2009; MASSEY, 2009; HEBL; LAW; KING, 2010) e empíricas (COSTA; BANDEIRA; NARDI, 2015; GUSMÃO et al., 2016; NIETO-GUTERRES et al., 2018; STUCKY; DANTAS; POCAHY; NOGUEIRA; NARDI; COSTA, 2020; HÉRNANDEZ et al., 2020) que verificaram relações entre orientação sexual e crença religiosas com fatores correspondentes ao preconceito sexual e de gênero. Os resultados aqui apresentados somam a literatura científica ao especificar a população estudantes de psicologia. Diferente dos dados com outras populações (COSTA et al., 2013; COSTA et al., 2015), nesta pesquisa o marcador gênero não apresentou relação com escores indicativos de preconceito.

É importante ressaltar que, embora as médias gerais para cada um dos fatores da escala não tenham sido elevadas, ao observar a Tabela 3, que indica a porcentagem de respostas em cada enunciado, percebe-se que houve participantes que explicitamente concordaram ou foram indiferentes com afirmativas preconceituosas em todos em fatores da escala.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, dedica-se a compreender e promover as relações humanas, considerando individualidades e singularidades em suas relações sociais e históricas (TODOROV, 2007). Contudo, os resultados desta pesquisa apresentam similaridades com os resultados de preconceito de estudantes de outros cursos e áreas no Brasil e no exterior (GUSMÃO et al., 2016; SANTOS, SANTOS, 2022; NIETO-GUITIERRES et al., 2018; HÉRNANDEZ et al., 2020). Além disso, os resultados de Vezzosi et al., (2019) e Gaspodini e Falcker (2018), com profissionais já formados em Psicologia, podem ser problematizados e contextualizados ao verificar preconceito sexual e de gênero contra lésbicas e gays em algumas/alguns estudantes em formação. Isso sustenta a compreensão sobre o caráter estrutural e o efeito dos marcadores sociais e grupais sobre o preconceito sexual e de gênero (BORILLO, 2016). A partir dos resultados, pode-se questionar: os Projetos Pedagógicos de Curso e as práticas pedagógicas institucionais das Universidades se propõem e são suficientes para modificação de atitudes preconceituosas?

A psicologia enquanto ciência (APA, 2009; CAVALCANTI; BICALHO; SPOSITO, 2019), as Referências Técnicas para Psicólogas/os (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2023) e o Código de Ética da Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005) posicionam-se contrários a práticas preconceituosas contra comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, nestes documentos afirma-se a necessidade de combate a toda forma de preconceito por parte de psicólogas/os. Esta postura baseia-se no fato de a população LGBTQIAPN+ enfrentar preconceito e muitas formas de violência social. Esta vulnerabilidade social torna o grupo mais suscetíveis a suicídio (HAAS et al., 2011) e aos sofrimentos psicológicos (HEREK; GARNETS, 2007). Assim, psicólogas/os devem mirar seus projetos para eliminar as fontes de preconceito e não contribuir com sua manutenção.

No entanto, psicólogas/os são cidadãs/os que crescem em uma sociedade com práticas sociais violentas contra a população LGBTQIAPN+ (SANTOS; SILVA, 2021; MENDES; SILVA, 2020). Tais práticas, direta ou indiretamente, ensinam, permitem e mantém atitudes preconceituosas. Ainda que os cursos de graduação e pós-graduação descrevam regras que proíbem o preconceito sexual e de gênero, enquanto educadores e cientistas cabe perguntar qual o efeito da história pregressa dos estudantes diante deste novo conhecimento? Esta questão é importante uma vez que terapias de reversão ainda são divulgadas por praticantes da Psicologia (BINKOWSKI, 2019, CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019), mesmo com dados revelando sua ineficácia, e seus efeitos nocivos à saúde mental das vítimas destas práticas (ABA, 2009).

4.1 Formas modernas de preconceito sexual e de gênero e suas implicações para Psicologia

De acordo com Dovidio et al., (2010), desde o início dos estudos sobre preconceito, os cientistas percorreram um longo caminho na direção de compreender as formas e as funções do comportamento preconceituoso na sociedade. Atualmente, identificam-se formas tradicionais (explícitas e flagrantes) e modernas (implícitas e sutis) do preconceito sexual (SWIM; AIKIN; HALL; HUNTER, 1995; VEZZOSI; RAMOS; ALMEIDA-SEGUNDO; COSTA, 2019 HEREK, 2009).

A transição de formas mais explícitas/diretas para formas mais implícitas/discretas de preconceito pode indicar que alguns contextos criados por movimentos sociais e instituições políticas podem ter reduzido formas de preconceito explícito. No entanto, devido à complexidade do fenômeno, tais esforços não foram suficientes para sua eliminação.

A partir dos dados desta pesquisa, verifica-se a presença de preconceito moderno em estudantes de psicologia. Isto porque majoritariamente as/os participantes discordaram das afirmações referentes à "aversão à homossexuais", porém houve heterogeneidade nas respostas às categorias "resistência a heteronormatividade" e "crenças positivas sobre a homossexualidade".

Sobre a baixa resistência à heteronormatividade em pessoas heterossexuais e com crenças religiosas, entende-se que a falta de questionamento aos padrões e efeitos do sistema de crenças heteronormativas, pode ocultar a presença do preconceito explícito e perpetrar ações excludentes à comunidade LGBTQIAPN+. Esta dinâmica é evidenciada em pesquisas envolvendo profissionais formados em psicologia (VEZZOSI et al., 2019; GASPODINI; FALCKER, 2018). Isso ocorre porque pessoas LGBTQIAPN+, em maior ou menor grau, rompem com as regras descritivas e prescritivas heteronormativas e compartilham espaço na sociedade com pessoas que representam estas regras (LOURO, 2018). Corresponder a estas regras pode permitir a um grupo de pessoas acesso a privilégios específicos, enquanto a não correspondência leva à exclusão social (GAERTNER; DOVIDIO, 2009). Algumas pessoas, heterossexuais ou não, podem ter aprendido que as regras de gênero e sexualidade são inatas e imutáveis, por isso respondem a elas afirmativamente. O problema de crenças inatistas e essencialistas é que engendram uma visão de que pessoas heterossexuais são consideradas naturais e a-históricos, enquanto pessoas LGBTQIAPN+ são vistas como circunstanciais e transgressoras de determinações naturais (VEZZOSI, SOARES, ALMEIDA-SEGUNDO; NARDI, 2019).

Essa divisão "heterossexuais e homossexuais" baseada em concepções inatistas pode contribuir para conflitos intergrupais, principalmente quando há disparidade de poder entre os grupos. Ademais, ao agregar-se com as categorias "heterossexismo" e

"negação da homofobia", a presença e manutenção de tais crenças exigem esforços adicionais de investigações. Futuras pesquisas podem-se investigar o efeito do pertencimento grupal na construção de atitudes (i.e., nós *versus* eles) preconceituosas. Isso porque, quando tais grupos são definidos como antagônicos e mutuamente excludentes, há um acentuado viés pró-endogrupal e anti-exogrupal (GAERTNER; DOVIDIO, 2019).

Herek (2004; 2009) indicou que conhecer pessoas não-heterossexuais está correlacionado negativamente com o preconceito sexual. Isto significa que pessoas heterossexuais que conhecem amigos e parentes LGBTQIAPN+ tendem a ter menos preconceito. Porém, o problema para esta troca intergrupal é que para pessoas LGBTQIAPN+ "sair do armário[22]" pode ser, e geralmente é, um processo perigoso e doloroso, uma vez que nunca se sabe ao certo qual será a reação do grupo (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014). Além disso, pessoas LGBTQIAPN+ podem ter vivido em ambientes invalidantes e/ou punitivos para a expressão de seus desejos e interesses de gênero e sexualidade. Desse modo, expressar-se verbalmente e não verbalmente pode eliciar sensações negativas e aversivas em relação às suas características sexuais e de gênero (SOUSA; MARQUES; SCANAVINO; ZAMIGNANI; COSTA, 2022).

Outro agravante é a possibilidade de "esconder" os próprios interesses e desejos, uma das características específicas do preconceito sexual e de gênero. Pessoas LGBIAP[23] são forçadas a esconder suas características socialmente interpretadas como negativas para continuarem acessando espaços sociais[24]. Assim, a proposta de ampliação de contato

[22] "Sair do armário" é uma expressão comumente utilizada pela comunidade LGBTQIAP+ e denota a revelação/compartilhamento da sexualidade e do gênero.

[23] Neste momento retirou-se as letras T e Q por compreender que questões de gênero não são facilmente escondidas, uma vez que gênero implica na leitura social de performances específicas, deste modo, a população T carece de redobrada atenção ao pensar em políticas de inclusão.

[24] De modo algum, pretende-se mensurar ou indicar que uma forma de preconceito é maior ou menor, mais difícil ou menos difícil que a outra. Ao contrário, pretende-se apontar que existem múltiplas diferenças e similaridades entre as formas de preconceito, e as/os cientistas devem buscar ao máximo caracterizá-las.

intergrupal deve ser feita com cautela para não expor pessoas LGBTQIAPN+, assim como não as tornar instrutoras/professoras de atitudes antipreconceituosas.

O preconceito contra pessoas não-heterossexuais foi criado e é mantido pelo sistema cisheteronormativo, portanto, são as pessoas cisheterossexuais as responsáveis por modificá-lo (ROSA, 2020). Nesta direção, é preciso ter mais cuidado ao pensar as trocas intergrupal com pessoas transexuais, travestis, *não-binaries* e outras dissidências de gênero. Investigações têm apontado que a população Trans está mais exposta a vulnerabilidades sociais, até mesmo quando comparadas com as outras categorias sexuais e de gênero (BENEVIDES, 2022).

A escala utilizada nesta pesquisa foi elaborada para avaliar somente ao preconceito sexual a lésbicas e gays, embora seja sabido que o preconceito sexual no Brasil está atrelado ao sexismo e ao preconceito de gênero (COSTA; NARDI, 2013). A comunidade LGBTQIAPN+ apresenta uma variabilidade muito grande de categorias de orientação sexual, expressão e identidade de gênero. Portanto, futuras pesquisas devem atualizar instrumentos validados ou criar novos instrumentos que acessem o preconceito contra outras identidades, além de lésbicas e gays.

Por fim, o fator "Crenças positivas à homossexualidade" da EMPS foi interpretado neste estudo como preconceito moderno caracterizado pelo tratamento estereotipado de lésbicas e gays ao se concordar totalmente com as afirmações desta categoria (e.g., "Ser gay pode fazer um homem mais compassivo"; "Homens gays são mais criativos que os heterossexuais"; "Penso que as lésbicas são mais disponíveis emocionalmente que as outras mulheres"). Esta interpretação é original nesta tese e difere da realizada por Freires et al., (2019) e Massey (2009).

Relacionar pessoas LGBTQIAPN+ a atributos positivos pode ter efeitos benéficos. Contudo, estereotipar pessoas LGBTQIAPN+ a partir de características

ímpares relacionadas a seus gêneros e sexualidades e, generalizá-las para todos os membros desta classe, pode indicar condescendência, valor depreciativo velado, microgressividade, e reforçar a representação de que gênero e sexualidade são fatores determinantes de suas personalidades. Frente a um paradigma contemporâneo de sexualidade e gênero (PRECIADO, 2020; LOURO, 2018; MISKOLCI, 2017; NADAL et al., 2016) adjetivos como "compassivas/os", "criativas/os", "emocionalmente mais disponíveis" devem ser vistos como resultados de diversas determinações sociais e históricas. Se se tem como meta equidade de condições e igualdade de tratamento, sugere-se por meio desta discussão, repensar a interpretação do fator "crenças positivas sobre a homossexualidade" para "estereótipos modernos" ou "preconceito sutil".

5. LIMITAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

As limitações deste estudo primeiramente reforçam as críticas de Stangor (2009) sobre o uso de estudantes universitárias/os como amostra populacional. Viés confirmado por revisões de literatura atuais sobre preconceito sexual e de gênero (GASPODINI; FALCKER, 2019; SOBRAL; SILVA; FERNANDES, 2019; CRAVO; BENTO, 2022;). Ao pensar que no Brasil a educação superior ainda é um privilégio, universitárias/os não devem ser tomadas/os como amostras passíveis de generalizações ou grandes representações da sociedade. Outra limitação foi a orientação sexual das/os participantes ter sido aferida através de respostas em um questionário com a pergunta "você se considera...". Esta questão pressupõe que a sexualidade pode ser medida como uma categoria discreta e não dentro de um espectro. Estudos contemporâneos sobre sexualidade e gênero apontam o contrário, e compreende-se atualmente a sexualidade e o gênero como categorias fluídas e transitórias, sem negar a existências das categorias homossexual e heterossexual (COSTA-JUNIOR, 2020; SAVIN-WILLIAMS, 2016)

Destaca-se o limitado uso de testes estatísticos que comparam amostras entre dois grupos (*teste-t*). Uma vez que o *n* total desta pesquisa foi restrito, pessoas LGBTQIAPN+ foram agrupadas em um único grupo "não-heterossexuais". Além disso, as análises estatísticas sobre o grupo "gênero" adotou um padrão binário (feminino e masculino), e excluiu-se pessoas não-binárias devido a inviabilidade de comparação estatística. Essa decisão metodológica evidencia alguns resultados, mas se não ponderada pode homogeneizar vivências, práticas e identidades diferentes. As comparações entre os grupos da primeira metade e da segunda metade do curso possuem desbalanceamento em quantidade de participantes. Acredita-se que devido as diversas tarefas exigidas das/os estudantes em seus últimos anos da graduação em Psicologia limitem a volição em participação em pesquisas.

Em geral, verificou-se heterossexismo em participantes heterossexuais e participantes com crenças religiosas, logo as respostas à escala podem estar sob controle das regras religiosas e da condição privilegiada que pessoas heterossexuais possuem dentro do sistema cisheteronormativo. Em contraposição, evidenciou-se que pessoas não-heterossexuais e sem crenças religiosas foram mais resistentes a heteronormatividade. Este resultado pode indicar que este grupo de participantes responde de acordo com outras regras que não religiosas e não correspondentes a cisheteronormatividade. Estudos sobre o efeito das regras (BAIA, 2007; CORTEZ; MIGUEL; de ROSE, 2019), correspondência dizer/fazer (BECKERT, 2007) e o uso de outras medidas de preconceito (CRAVO; MORAIS; ALMEIDA-VERDU, 2022) podem se somar a investigações como está para detalhar as características e os controles do preconceito sexual. Além disso, responder a escalas exige que pessoas explicitem o que pensam de forma pública (ainda que sejam ocultadas suas identidades), e estudos sobre comportamento verbal mostram o robusto efeito da audiência na edição de verbalizações. Tem sido divulgado possibilidades de

medir preconceito sexual e de gênero por meio de instrumento implícitos (TEIXEIRA et al., 2021; CULLEN; BARNES-HOLMES, 2008), através dos quais se diminuí o controle pela audiência. O uso destes instrumentos pode ser útil para investigar temas socialmente sensíveis.

Por fim, sugere-se a execução de estudos longitudinais para acompanhar estudantes (não só de psicologia) durante seus percursos no ensino superior, e compar seus níveis de preconceito ao entrarem e saírem da universidade. Presença de componentes curriculares específicos e/ou transversais sobre o tema podem ser variáveis independentes importantes para verificar a possibilidade de diminuir vieses preconceituosos por meio da Educação.

6. REFERÊNCIAS

APA - American Psychological Association. **Task force on Appropriate Responses to Sexual Orientation**. APA: Washington, 2009. Disponível em https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/therapeutic-response.pdf

BAÍA, F. H. O lugar das regras nas práticas discriminatórias IN: SANTOS, M. R. M.; CILLO, E. N. (orgs.). **Ciência do comportamento: conhecer e avançar**. Santo André: ESETec, 2007 homofobia e AC

BECKERT, M. E. Correspondência verbal/não-verbal: pesquisa básica e aplicações na clínica. IN: ABREU-RODRIGUES, J.; RIBEIRO, M. R. (orgs.). **Análise do comportamento: pesquisa, teoria e aplicação**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BENEVIDES, B. G. (org.). **Dossiê assassinato e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito DRAG, ANTRA, 2022. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf

BINKOWSKI, G. Fósseis do campo psi: sobre conversão de orientação sexual e de gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 39, n. especial, p. 236-241, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003228542

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília- DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

CAVALCANTI, C. S.; BICALHO, P. P. G.; SPOSITO, S. E. O lugar da psicologia frente às orientações sexuais e identidades de gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 39, editorial, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703000062019

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+.** Brasília: CFP, 2023. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Brasília: CFP, 2019.

CORRELL, J.; JUDD, C. M.; PARL, B.; WITTENBRINK, B. Measuring prejudice, stereotypes and discrimination. IN: DOVIDIO, J. F.; HEWSTONE, M.; GLICK, P.; ESSES, V. N. (ed.). **The SAGE Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination**, SAGE Publications Ldt: Londres, 2010.

CORTEZ, M. D.; MIGUEL, C.; de ROSE, J. C. O papel de diferentes audiencias no relato verbal de crianças. **Acta Comportamentalia.** V. 27, n. 3, p. 389-405, 2019.

COSTA, A. B.; BANDEIRA, D. R.; NARDI, H. C. Systematic review of instruments measuring homophobia and related constructs. **Journal of Applied Social Psychology**. v. 43, p. 1324-1332, 2013. Doi: https://doi.org/10.1111/jasp.12140

COSTA, A. B.; NARDI, H. C. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. **Temas em Psicologia**. v. 23, n. 3, p. 715-726, 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-15

COSTA, A. B.; PERONI, R. O.; BANDEIRA, D. R.; NARDI, H. C. Homophobia or sexism? A systematic review of prejudice Against nonheterosexual orientation in Brazil. **Int. J. Psychol**. v. 48, n. 5, p. 900-909, 2013. DOI: https://doi.org/10.1080/00207594.2012.729839

COSTA, A. B.; PERONI, R. O.; CAMARGO, E. S.; PASLEY, A.; NARDI, H. C. Prejudice toward gender and sexual diversity in Brazilian public university: prevalence,

awareness, and the effects of education. **Sex res Soc Policy**, v. 12, p. 261-272, 2015. DOI: https://link.springer.com/article/10.1007/s13178-015-0191-z

COSTA-JUNIOR, F. M. Sexualidade, diversidade sexual e ética na psicoterapia comportamental de queixas sexuais. IN: BORTOLOZI, A. C.; CARVALHO, L. R; COSTA, T. (orgs.). **Saberes e atuações em sexualidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

CRAVO, F. A. M.; BENTO, P.V. Caracterização dos estudos sobre preconceito sexual e de gênero no Brasil. **Psicologia Argumento.** v. 41, n. 114, p. 3702 – 3728, 2023. DOI: https://doi.org/10.7213/psicolargum.41.114.AO14

CRAVO, F. A. M.; MORAIS, M. S.; ALMEIDA-VERDU, A C. O uso do "Implicit Relational Assessment Precedure" na investigação sobre gênero: revisão sistemática. **Perspectivas em Análise do Comportamento**. volume especial, p. 213-232, 2022. DOI: https://doi.org/10.18761/VEEM.011.nov21

CULLEN, C.; BARNES-HOLMES, D. Implicit pride and prejudice: a heterossexual phenomenon? In: MORRISON, M.; MORRISON, T. G. (orgs.). **The Psychology of Modern Prejudice**. Nova Science Publishers, Inc. 2008.

DASGUPTA, N. Mechanisms underlying the malleability of implicit prejudice and stereotypes: the role of automaticity and cognitive control. IN: NELSON, T. D. (org.). **Handbook of prejudice, stereotyping and Discrimination**. Psychology Press: Nova Iorque, 2009.

DOVIDIO, J. F.; HEWSTONE, M.; GLICK, P.; ESSES, V. M. Prejudice, sterotyping and discrimination: theorical and empirical overview. IN: DOVIDIO, J. F.; HEWSTONE, M.; GLICK, P.; ESSES, V. M. (org.). **The SAGE Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination.** Londres: SAGE Publications Ltd, 2010.

FAZZANO, L. H.; GALLO, A. E. Uma análise da homofobia sob a perspectiva da análise do comportamento. **Temas em Psicologia**. v. 23, n. 3, p. 535-545, 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3.02

FAZZANO, L. H.; TOLEDO, B. F.; GALLO, A. E. Uma interpretação comportamental sobre LGBTfobia reproduzida no contexto psicoterapêutico. **Perspectivas em Análise do Comportamento**. Ed. especial., v. 1. P. 183 -196, 2022. DOI: https://doi.org/10.18761/DH10410.ago21

FREIRES, L. A.; LOURETO, G. D.; MENDES, L. A.; REZENDE, A. T.; SANTOS, W. S.; GOUVEIA, V. V. Escala multidimensional de preconceito sexual: propriedades psicométricas para o contexto brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 39, n. 3., p. 222-235, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003228490

GAERTNER, S. L.; DOVIDIO, J. F. A common ingroup identity: a categorization-based approach for reducing intergroup bias. IN: NELSON, T. D. (ed.). **Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination.** New York: Psychological Press, 2009.

GASPODINI, I. B.; FALCKE, D. Estudos psicológicos brasileiros sobre preconceito contra diversidade sexual e de gênero. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**. v. 10, n.2, p. 59-79, 2019. DOI: https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n2p59

GASPODINI, I. B.; FALCKE, D. Relações entre preconceito e crenças sobre diversidade sexual e de gênero em psicólogos/as brasileiros/as. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 38, n. 4, p. 744-757, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703001752017

GUSMÃO, E. E., et al. Valores humanos e atitudes homofóbicas flagrantes e sutil. **Psico-UFS**, v. 21, n. 2, p. 367-380, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-82712016210213

HAAS, A.; et alli. Suicide and Suicide Risk in Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Populations: Review and Recommendations. **Journal of Homossexuality**. V. 58, n. 1., p. 10-51, 2011. DOI: https://doi.org/10.1080%2F00918369.2011.534038

HEBL., M.; LAW, C. L.; KING, E. Heterosexim. IN: DOVIDIO, J. F.; HEWSTONE, M.; GLICK, P.; ESSES, V. M. (org.). **The SAGE handbook of prejudice, stereotyping and discrimination**. Londres: SAGE Publication Ltd, 2010.

HEREK, G, M. The psychology of sexual prejudice. **Current Directions in Psychological Science.**v. 9., n. 1., p. 19-22, 2004a. DOI: https://doi.org/10.1111%2F1467-8721.00051

HEREK, G. Beyond "homophobia": thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. **Sexuality Research & Social Policy**. v. 1., n. 2, p. 6-24, 2004b. DOI: https://doi.org/10.1525/srsp.2004.1.2.6

HEREK, G. Sexual Prejudice. IN: NELSON, T. D. (org.). **Handbook of prejudice, stereotyping and Discrimination**. Psychology Press: Nova Iorque, 2009.

HEREK, G. The Psychology of Sexual Prejudice. **Current Directions in Psychological Science**. V. 9, n. 1, p. 19-22, 2000. Doi: https://doi.org/10.1111%2F1467-8721.00051

HEREK, G.; GARNETS, L. D. Sexual orientation and mental health. **Annu Ver. Clin. Psychology**. v. 3, p. 353-375, 2007. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev.clinpsy.3.022806.091510

HERNÁNDEZ, F. J.; LÓPEZ, M. A.; NAVARRO, V. N.; CORONA, L. C.; CALIXTO, D. A. Relación entre actitud havia la homosexualidad y características personales de estudiantes universitários de enfermeira. **Revista Cubana de Enfermería**, v. 36, n. 3., p. 1-8, 2020.

KUBOTA, J. T.; ITO, T. A. you were on my mind: how event-related potentials inform impression formation research. IN: NELSON, T. D. (org.). **Handbook of prejudice, stereotyping and Discrimination**. Psychology Press: Nova Iorque, 2009.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MASSEY, S. G. Polymorphous prejudice: liberating the measurement of heterosexuals atitudes toward lesbian and gay men. **Journal of Homosexuality**. V.56, p. 147-172, 2009. DOI: https://doi.org/10.1080/00918360802623131

MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial. **Ciência: Saúde Coletiva**. v. 25, n.5, p. 1709-1722, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33672019

MISKOLCI, R. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MUSSI, S. V.; MALERBI, F. E. Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para pessoas LGBTQI+ sob uma perspectiva analítico-comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. V.22, p. 1-19, 2020. DOI: https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1438

MYERS, D. G. **Psicologia Social**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

NADAL, K. L.; WHITMAN, C. N.; DAVIS, L.; ERAZO, T.; DAVIDOFF, K. C. Microagressions toward lesbian, gay, bissexual, trangender, queer, and genderqueer people: a review of literature. **The Journal of Sexual Research**. v. 55, n. 5, p. 1-21, 2016. Doi: https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1142495

NIETO-GUTIERREZ, W. et alli. Factores asociados a la homofia em estudiantes de medicina de once universidades peruanas**. Revista Colombiana de Psiquiatría**, v. 48, n. 4, p. 208-214. 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1016/j.rcpeng.2018.01.003

OLSON, M. A. Measures of prejudice. IN: IN: NELSON, T. (org.). **Handbook of Prejudice, Stereotyping, and Discrimination**. New York: Psychology Press, 2009.

PERUCCHI, J.; CORRÊA, C. G. Uma análise psicossocial de experiências de violência homofóbica vivida por jovens LGBT no período escolar. **Nova Perspectiva Sist.** v. 22, p. 81-99, 2013. Disponível em https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/115

PRECIADO, P. **Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ROSA, E. B. P. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-filosofia**. v. 18, p. 53-103, 2020.

SANTOS, E. J.; SILVA, C. A. L. Quem a homotransfobia matou hoje?uma leitura comparada dos relatórios de mortes violentas de LGBT+ (2011 – 2019). **Diversitas Journal**. v. 6(1), p. 1220-1242, 2021. DOI: https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i1-1725

SANTOS, J. J.; SANTOS, E. C. Prejudice against sexual and gender diversity and beliefs about sex education among university students. **Estudos de Psicologia**, v. 39, p. 391-412, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200017

SAVIN-WILLIAMS, R. C. Sexual orientation categories or continuum? Comentary on Bailey et al. (2016). **Psychological Science in the Public Interest**. v. 17, n. 3, p. 37-44, 2016. DOI: https://doi.org/10.1177%2F1529100616637618

SILVA, S. G. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão.** v. 30, n. 3., p. 556- 571, 2010. Doi: https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300009

SOBRAL, H. S.; SILVA, M. L. V.; FERNANDES, S. C. S. Homofobia: o que a psicologia brasileira tem a dizer? Artigo de revisão. **Revista CES Psicologia**. v. 12, n. 3, p. 20-34, 2019. Doi: https://doi.org/10.21615/cesp.12.3.2

SOUZA, J. S.; MARQUES, J. M.; SCANAVINO, M. T.; ZAMIGNANI, D. R.; COSTA, A. B. Desfechos negativos em saúde mental de minorias sexuais e de gênero: uma análise comportamental a partir da teoria do estresse de minorias. **Perspectivas em Análise do Comportamento**. v. 13, n. 1, p. 69-85, 2022. DOI: https://doi.org/10.18761/DH027.mart22

STANGOR, C. The study of stereotyping, prejudice, and discrimination within social psychology: a quick history of theory research IN: NELSON, T. (org.). **Handbook of Prejudice, Stereotyping, and Discrimination**. New York: Psychology Press, 2009.

STUCKY, J. L.; DANTAS, B. M.; POCAHY, F. A.; NOGUEIRA, P. H. Q.; NARDI, H. C.; COSTA, A. B. Prejudice Against gender and sexual diversity in brasilian public high schools. **Sexuality research and Social Policy**. v. 17, p. 429-441, 2020. DOI: http://doi.org/10.1007/s13178-019-00406-z

SWIM, J. K.; AIKIN, K. J.; HALL., W. S.; HUNTER, B. A. Sexism and racism: old-fashioned and modern prejudices. **Journal of Personality and Social Psychology**. v. 68, n. 2, p. 199-214, 1995. DOI: https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0022-3514.68.2.199

TEIXERA, M. K.; ALMEIDA, J. H.; BORTOLOTI, R.; HUZIWARA, E. M. Comparação entre medidas implícitas e explícitas na avaliação de casais homoafetivos e heteroafetivos. **Perspectivas em Análise do Comportamento**. volume especial, p. 235-248, 2021. DOI: https://doi.org/10.18761/PAC.2021.v12.RFT.08

TODOROV, J. C. A psicologia como estudo das interações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** v. 23, p. 57- 61, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000500011

VEZZOSI, J. I. P.; SOARES, M. M.; ALMEIDA-SEGUNDO, D. S.; COSTA, A. B. Crenças e atitudes corretivas de profissionais de psicologia sobre a homossexualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão.** v. 39, n. especial, p. 174-193, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003228539

CAPÍTULO 5

ESTUDO 5 – AVALIAÇÃO DE PRECONCEITO SEXUAL E DE GÊNERO EXPLÍCITO E IMPLÍCITO EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA25

RESUMO

O preconceito sexual e de gênero pode ser compreendido como um conjunto de comportamentos públicos e privados aprendidos a partir de práticas culturais. De modo ideológico se estabeleceu historicamente que pessoas cisgêneras e heterossexuais são, dentre tantos atributos, "normais" e pessoas LGBTQIAPN+ são "anormais". A partir desta classificação dicotômica, comportamentos de aproximação e evitação estão relacionados a diferentes grupos sexuais e de gênero. As relações entre os estímulos associados a pessoas LGBTQIAPN+ pode ser investigada por meio da teoria das molduras relacionais e da teoria das relações de equivalência. Esta pesquisa teve como objetivo avaliar e caracterizar os vieses implícitos sobre figuras de lésbicas, gays e heterossexuais. Participaram desta pesquisa 28 estudantes de Psicologia de uma universidade do interior de São Paulo (idade média 23 anos). As/os participantes autodeterminaram-se como femininas (n=16), masculinos (n = 11) e não-binárie (n = 1), heterossexual (n = 17), bissexuais (n = 5), homossexuais (n = 3), panssexual (n = 2) e uma pessoa assexual. Todas/os foram avaliadas/os com a Escala Multidimensional de Preconceito Sexual e de Gênero (EMPS). Aleatoriamente dividiu-se as/os participantes em dois grupos (i.e., IRAP-Gay e IRAP-lésbica) submetidos a avaliação de vieses implícitos por meio do *Implicit Relacional Assessment Procedure* (IRAP). Em geral os resultados indicaram vieses pró-homossexualidade e vieses neutros para heterossexualidade. Entretanto, ao analisar os resultados dividindo as/os participantes em grupos por gênero e orientação sexual, identificou-se vieses implícitos pró-heterossexual nos grupos de feminino e heterossexuais. Viés pró-homossexual foi identificado no IRAP-Lésbica pelo grupo do gênero feminino, destaca-se que este grupo é composto 50% por pessoas LGBTQIAPN+. Sobre a avaliação explícitas não foi identificado significativos vieses de preconceito, contudo estudantes heterossexuais são significativamente menos resistentes à heteronormatividade. Discute-se sobre os efeitos das relações simbólicas aprendidas socialmente em função do grupo identitário ao qual

[25] Agradecimentos aos estudantes do curso de Psicologia e membros do GEPCS (Ariani, Aline, Luiz Gustavo) por coletarem dados. Agradecimento a Carol (UFMG). Agradecemos aos professores Edson Huziwara e Renato Bortoloti pelo incentivo e primeiras reflexões sobre esta pesquisa.

as/os participantes se identificam. Reflexões sobre as práticas culturais cisheteronormativas e agências de controle são descritas como formas de interpretação destes resultados.

Palavras-Chave: *Implicit Relational Assessment Procedure*. Comportamento simbólico. Preconceito sexual e de gênero. Universitários. Psicologia.

1. INTRODUÇÃO

Para Costa, Peroni, Bandeira e Nardi (2013) a atitude negativa dirigida a pessoas não-heterossexuais pode ser compreendida como preconceito sexual e de gênero[26]. O preconceito sexual e de gênero está diretamente relacionado ao cisheterossexismo, e dados apresentados pelo Ministério dos Direitos Humanos (BRASIL, 2016; 2018, 2022), bem como pesquisas científicas (SANTOS; SILVA, 2021; MENDES; SILVA, 2020), apresentam inúmeras violências perpetradas contra pessoas autoidentificadas como LGBTQIAPN+.

Cisheterossexismo refere-se a um conjunto de práticas sociais, ensinadas e mantidas por contingências sociais, verbais e não-verbais, que institui a cisgeneridade (i.e., autoidentificação com o gênero atribuído ao nascer) e a heterossexualidade (i.e., orientação sexual por pessoas do gênero oposto) como uma regra para os comportamentos públicos e privados (ROSA, 2020). O cisgenerismo e o heterossexismo constituem um problema social ao atribuir valores positivos, reconhecimento e aceitação social a um grupo de pessoas (cisheterossexuais), e tornar abjetos todas as pessoas que não correspondam a tais exigências (LGBTQIAPN+). As contingências sociais

[26] Neste trabalho não se utilizará os termos homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia, travestifobia e outros, pois fobia refere-se a medo e/ou aversão patológica à determinados estímulos. Para tanto, o termo preconceito sexual e de gênero parece mais adequado e abrangente. Destaca-se que cada pessoa LGBTQIAP+ é uma vítima singular do preconceito sexual e de gênero, seja frente a sua sexualidade, orientação sexual ou identidade de gênero. Ademais, marcadores sociais como raça, classe, idade, aparência, presença ou não de deficiência, somam-se tornando ainda mais difíceis as relações sociais para as pessoas vítimas de preconceito.

cisheteronormativas configuram-se como coercitivas. Isto porque o descumprimento das regras de gênero e sexualidade culminam em violências diretas e indiretas contra as pessoas LGBTQIAPN+ (HELB; LAW; KING, 2010; COSTA; NARDI, 2015; JUNQUEIRA, 2013; HEREK, 2009).

Os gêneros feminino e masculino são arbitrariamente determinados como polos opostos e binários constituindo-se como uma categoria histórica de organização social. Esta categoria se baseia – mas não se limita – na diferenciação anatomofisiológica entre as pessoas e prescreve divisões sociais para todas as atividades humanas (SCOTT, 1986; RUIZ, 1995, 2003). Ruiz (2003) e Connel e Pearse (2015) nomeiam como "generificação" o processo de categorização de estímulos sociais como objetos (i.e., roupas e acessórios), comportamentos públicos (e.g., falar palavrão, falar meigo) e comportamentos privados (e.g., imaginações e fantasias).

"*Mulheres são de vênus, tem vagina, usam rosa, falam baixo, pintam as unhas e gostam de homens, e homens são de marte, tem pênis, usam azul, falam alto, possuem restritos hábitos de vaidade e gostam de mulheres*". Essa pequena e estereotipada descrição de crenças e regras sociais ilustra ações, hábitos, desejos, características e expectativas sociais necessárias para uma pessoa ser lida como mulher ou homem cisheterossexual na sociedade Ocidental. Pessoas que não correspondem às regras de gênero e sexualidade são socialmente invalidadas, deslegitimadas e estigmatizadas. Estigma refere-se a uma marca/característica que é destacada negativamente, e cotidianamente reiterada, nas interações sociais (GOFFMAN, 1981). Dentre o conjunto de pessoas estigmatizadas estão as LGBTQIAPN+ (HEREK, 2000, 2004, 2009; COSTA et al., 2013).

Observa-se que as atitudes preconceituosas contra diversos grupos sociais (e.g., mulheres, pessoas indígenas, população preta) modifica-se de acordo com as

reivindicações destas comunidades em busca de condições igualitárias de existência (QUINALHA, 2022; RIBEIRO, 2017). Assim, atitudes explícitas de preconceito ou "preconceito tradicional" (e.g., "mulheres são mais frágeis e devem trabalhar em casa"; "pessoas pretas são marginais") têm sido socialmente menos aceitas (LIMA; VALA, 2004). Por outro lado, práticas condescendentes, estereotipadas, sutis, implícitas e, sobretudo, invisibilizadoras das desigualdades sociais e históricas (e.g., "mulheres são ótimas porque são multitarefas"; "o racismo não existe, raça só tem uma, a raça humana") são nomeadas como preconceito moderno, e parecem não diminuir como o preconceito tradicional (SWIM; AIKIN; HALL; HUNTER, 1995; GUSMÃO et al., 2016).

É premente compreender que para Análise do Comportamento os comportamentos preconceituosos são produtos do terceiro nível de seleção (MIZAEL; SANTOS; de ROSE, 2016; GALLO; MORAIS; FAZZANO; SANTOS, 2019). Isto porque os estímulos sociais alvos de comportamentos preconceituosos são arbitrários e determinados social e historicamente. A cultura e as práticas culturais, enquanto um entrelaçamento de contingências de reforçamento entre os comportamentos de uma ou mais pessoas, são ambientes reforçadores para comportamentos preconceituosos. Desta perspectiva, "preconceito" refere-se a uma classe de comportamentos operantes e respondentes com diversas topografias, e funcionalmente agrupados de acordo com o efeito negativo que produzem socialmente. Os antecedentes que controlam tais comportamentos são estímulos generificados (i.e., foram condicionados socialmente para representar comportamentos considerados masculinos e femininos), e adquiram funções (e.g., discriminativas, aversivas, condicionais, entre outras) através de práticas culturais cisheterossexistas (BAÍA, 2005). Os reforçadores sociais como aprovação e retirada de punições são imprescindíveis no ensino e manutenção de comportamentos preconceituosos. Além disso, a apresentação sucessiva de estímulos neutros (e.g., fala

masculinizada em mulheres ou fala feminilizada em homens) com estímulos sociais aversivos (e.g., vexações, humilhações, repreensões) pode produzir respostas reflexas condicionadas de desconforto/desprazer diante destes estímulos, mesmo quando não houver a presença dos estímulos aversivos.

Controle por regras (FAZZANO; GALLO, 2015), comportamento verbal e relações simbólicas (MIZAEL; SANTOS; de ROSE, 2016; DIXON; LEMKE, 2007; GUERIN, 1994; WATT; KEENAN; BARNES; CAIRNES, 1991) somam-se para explicar a complexidade de contingências implicadas no ensino e manutenção de comportamentos preconceituosos. De modo geral, os comportamentos preconceituosos possuem função de punição e coerção que afetam negativamente a vida das pessoas[27]. Pessoas LGBTQIAPN+ sofrem prejuízos físicos, sociais e em saúde mental derivados dos efeitos do preconceito (RAMOS, et al., 2022; SANTOS; SILVA, 2021; HAAS et al., 2011). Na direção de mudar as práticas sociais por meio das lutas afirmativas da população LGBTQIAPN se alteraram as contingências de reforçamento que ensinam e mantém comportamentos preconceituosos tornando-os mais sutis e implícitos.

Investigações sobre preconceito têm desenvolvido instrumentos que verificam presença e/ou ausência de vieses preconceituosos por meio de medidas diretas ou indiretas visando compreender as características topográficas e funcionais do preconceito (MIZAEL, 2018; MYERS, 2014; DOVIDIO; HELSTONE; GLICK; ESSES, 2010; OLSON, 2009). As medidas diretas ou explícitas são obtidas por meio de instrumentos (e.g., escalas *likerts*, entrevistas, testes de diferenciais semânticos) que exigem respostas verbais públicas (i.e., intraverbal, tatos, mandos, autoclíticos), sob controle de estímulos

[27] É importante destacar que contingências sociais preconceituosas afetam todas as pessoas, uma vez que o ambiente social coercitivo também influência o comportamento de pessoas que correspondem às normas cisheterossexistas. Não é o escopo deste trabalho dar destaque para os efeitos destas contingências sobre pessoas cisheterossexuais, mas estudos sobre masculinidades (KIMMEL, 2022) tem demonstrado que estas contingências também são nocivas para as pessoas que correspondem às normas.

verbais, não-verbais e operações estabelecedoras. Assim, indicar o grau de concordância com afirmativas de escalas *likerts*, responder a um questionário semiestruturado, ou a perguntas de uma entrevista são comportamentos que dependem que a/o entrevistada/o possua refinado repertório de introspecção e autorrelato. Tais respostas verbais podem estar sob controle das expectativas sociais presentes na situação de avaliação e são passíveis de edição por parte das/os falantes (NOSEK; HAWKINS; FRAZIER, 2011).

Uma vez que o comportamento verbal é função de múltiplos controles, sobretudo da audiência (SKINNER, 1957; MICHAEL; PALMER; SUNDENBER, 2011), determinados vieses podem não ser captados por estes instrumentos (BARNES-HOLMES; BARNES-HOLMES; STEWART; BOLES, 2010).

Outra forma de medir vieses preconceituosos tem sido por meio de instrumentos denominados de indiretos ou implícitos (e.g., EP - *Evalutive Priming*, IAT – *Implicit Assessment Procedure*; IRAP – *Implicit Relational Assessment Procedure*). Por meio das condições apresentadas por esses instrumentos, propriedades de respostas comportamentais (i.e., latência, magnitude, precisão etc.) são medidas sob pressão de tempo. As condições de avaliações implícitas são interessantes para a análise do comportamento, pois responder a tarefas discretas e sob a pressão do tempo dificulta a elaboração de respostas de acordo com as expectativas sociais. Tais instrumentos oferecem outras características das respostas relacionais preconceituosas.

Os vieses e resultados obtidos por instrumentos diretos e indiretos, podem ou não, serem correlatos (CORREL; JUDD; PARK; WITTENBRINK, 2010; OLSON, 2009). Isso porque os instrumentos podem capturar repostas relacionais, breves e automáticas (BIRR – *Brief and Immediate Relational Response)* ou respostas relacionais estendidas e elaboradas (EERR – *Extended and Elaborated Relational Response*). Geralmente a discrepância entre EERR e BIRR é verificada em pesquisas acerca de temas socialmente

sensíveis (e.g., gordofobia, racismo, etárias, xenofobia, lgbtqiap+fobia) (BARNES-HOLMES; BARNES-HOLMES; STEWART; BOLES, 2010; NOSEK. HAWKINS; FRAZIER, 2011). Com o objetivo de estudar atitudes preconceituosas, as pesquisas comportamentais têm adotado o instrumento *Implicit Relational Assessment Procedure* – IRAP que mensura o tempo médio de latência em respostas e tarefas relacionais (BARNES-HOLMES et al., 2010).

1.1 Sobre o *Implicit Relational Assessment Procedure* (IRAP) na avaliação de vieses atitudinais sobre questões socialmente relevante.

As tarefas apresentadas pelo IRAP são compostas de um estímulo-alvo que aparece no centro da tela do computador, logo abaixo um estímulo-rótulo e duas opções de respostas relacionais são apresentadas em concordância e discordância ao par de estímulos. As/os respondentes devem ora concordar com a relação entre estímulo-alvo e rótulo, ora discordar da relação. Exemplo: como estímulo-alvo (A) figura masculina e (B) figura feminina; como estímulos-rótulo palavras impressas “engenharia, tecnologia” (C), e “enfermagem e fisioterapia”(D); como respostas relacionais ‘aperte “d” para concordo’ e ‘aperte “k” para discordo’. As respostas de pressão a teclas do computador podem ou não variar de posição ora “d” e “k” refere-se a concordâncias ora a discordâncias. As/os participantes devem responder de acordo com duas regras que se alternam entre os blocos de tarefas, regra 1 “homens combinam com engenharia e tecnologia e mulheres combinam com enfermagem e fisioterapia” e regra 2 “homens combinam com enfermagem e fisioterapia e mulheres combinam com engenharia e tecnologia”. De acordo com as regras socialmente estabelecidas engenharia e tecnologia são estímulos relacionados a homens, e enfermagem e fisioterapia estímulos relacionados a mulheres. A partir da literatura sobre responder relacional aplicado em contextos sociais (BARNES-HOLMES et al., 2006; BARNES-HOLMES et al., 2010; BARNES-HOLMES et al.,

2017) verificou-se que as pessoas respondem mais rápido (latência curta) em relações conhecidas e convencionais/consistentes com as relações instituídas pela cultura (e.g., homens/engenharia e mulheres/enfermagem) (FLEMING; FOODY; MURPHY, 2020).

O IRAP oferece uma medida dos vieses pró e anti relações consistentes e inconsistentes. Isto é feito por meio da comparação entre as diferenças no tempo médio de latência em tarefas relacionais a partir de quatro condições arranjadas experimentalmente: pró-consistente, anti-inconsistente, anti-consistente, pró-inconsistente (HUSSEY; THOMPSON; McENTEGGAR; BARNES-HOLMES; BARNES-HOLMES, 2015). De acordo com o modelo da *Relational Elaboration Coherence (REC*) as médias entre as latências de respostas em blocos com tarefas consistentes e inconsistentes podem diferir devido à história pré-experimental das/os participantes com as relações entre os estímulos (BARNES-HOLMES; et al., 2010), respondendo mais rápido a relações entre estímulos anteriormente estabelecidas.

Barnes-Holmes et al. (2006) apresentaram três estudos com objetivo de verificar a aplicabilidade do IRAP em medir atitudes implícitas sobre três tipos de relações: (a) flores-prazerosas e insetos-desprazerosos (Estudo 1), (b) Transtorno do Espectro Autístico-Dificuldades e Desenvolvimento Normal (Estudo 2), e (c) nacionalidade-simpatia/antipatia[28] (Estudo 3). Um dos objetivos dos estudos foi comparar as relações entre os resultados a partir de medidas explícitas com o IRAP. Aqui, destaca-se o Estudo 3, neste a medida explícita evidenciou uma forma de preferência/viés (africanos mais simpáticos que americanos), contudo, as medidas implícitas apresentaram um resultado inverso (americanos mais simpáticos que africanos). Os autores discutiram que as medidas de atitudes humanas estariam em um *continuum* entre diretas e indiretas; o IRAP corresponderia a uma medida mais indireta entre estes extremos. Até o momento o uso

[28] As nacionalidades foram irlandeses, escoceses, americanos e africanos.

do IRAP mostrou-se eficaz para medir vieses raciais (MIZAEL; de ALMEIDA, 2019), vieses de gênero (CRAVO, MORAES, ALMEIDA-VERDU, 2021; FARREL; McHUGH, 2017; RABELO; BORTOLOTI; SOUZA, 2014), predição de orientação sexual gay e heterossexual de homens (TIMMINS; BARNES-HOLMES; CULLEN, 2016), vieses gordofóbicos (RODDY, STEWART; BARNES-HOLMES, 2010).

Cullen e Barnes-Holmes (2008) investigaram participantes autodeclarados heterossexuais e homossexuais acerca de vieses de preconceito contra orientações sexuais por meio de avaliação implícita com o IRAP. As palavras gay e heterossexual foram os estímulos-alvo, e os estímulos-rótulo palavras positivas (e.g., *decent*; *safe*) e negativas (*dangerous*, *offensive*). Todos os participantes responderam rapidamente confirmando as relações "hetero-positivo" e "gay-positivo" e negando a relação "hetero-negativo". Contudo, os grupos apresentaram vieses discordantes frente a relação "gay-negativo", participantes heterossexuais confirmaram a relação rapidamente e participantes não-heterossexuais negaram a relação rapidamente com latências mais curtas.

Em um estudo recente Teixeira, de Almeida, Bortoloti e Huziwara (2021) investigaram as diferenças entre avaliações explícitas e implícitas para fotografias de casais heterossexuais e homossexuais. Participaram da pesquisa 35 homens com idades entre 18-36 anos (18 homossexuais e 17 heterossexuais) os quais responderam a quatro escalas explícitas de diferencial semântico. Em seguida passaram por um IRAP com fotos de um casal heterossexual e um casal gay em situação romântica como estímulos-alvo; os estímulos-rótulo foram compostos palavras positivas (e.g., agradável, normal) e negativas (e.g., ruim, anormal). As medidas explícitas apresentaram vieses neutros e positivos para as relações heterossexuais e homossexuais. Os resultados do IRAP indicaram vieses positivos ao estímulo "casal gay" (i.e., responderam rapidamente confirmando a relação gay-positivo e negando a relação gay-negativo) por ambos os

grupos. O grupo de participantes gays indicou viés neutro para foto de casal heterossexual, isto é, não houve diferença significativa entre responder confirmando a relação heterossexual-positivo e negando a relação heterossexual-negativo. Identificou-se que nesta pesquisa (a) houve pouca caracterização dos participantes (i.e., marcadores sociodemográficos), (b) os estímulos eram fotos de casais brancos e adultos, (c) avaliou-se somente homens e (d) não se mediu vieses frente a casais lésbicos.

Contingências sociais e históricas cisheterossexistas relacionam gêneros e orientações sexuais com estímulos positivos quando as pessoas correspondem ao modelo tradicional, binário, cisgênero e heterossexual. Porém, dissidências das normas cisheterossexuais são relacionadas a estímulos negativos. Para além das relações de estímulos, tais contingências tornam pessoas LGBTQIAPN+ vulneráveis e passíveis de serem vítimas de violências. A partir deste contexto histórico e social, mediado pelas contingências cisheterossexistas, se produz e controla um conjunto de comportamentos preconceituosos, dentre eles pode-se verificar respostas relacionais positivas ou negativas a relações heterossexuais e homossexuais.

Investigações têm apresentado resultados indicativos de preconceito contra gays e lésbicas com universitários (HÉRNANDEZ et al., 2021; SANTOS; SANTOS, 2020; NIETO-GUTIERRES et al., 2018; GUSMÃO et al., 2016), o que pode implicar em atuações profissionais enviesadas. Contudo, as pesquisas encontradas em revisões de literatura (CRAVO; BENTO, 2022; GASPODINI, FALCKE, 2019) ainda que tenham universitários como participantes não especificam os resultados de estudantes de Psicologia. A preocupação com estudantes de Psicologia advém dos resultados pesquisas com profissionais que identificaram atitudes preconceituosas (GASPODINI; FALCKER, 2018) e crenças em práticas psicoterapêuticas com objetivo de modificar comportamentos homossexuais (VEZZOSI; RAMOS; ALMEIDA-SEGUNDO; COSTA, 2019). Estes

resultados contrastam com as explícitas normativas e resoluções do Conselho Federal de Psicologia (1999; 2018), e com a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2014).

Diante desta miríade de questões, o objetivo deste estudo foi avaliar e caracterizar vieses implícitos a relações lésbicas, gays e heterossexuais em estudantes de Psicologia. Em seguida buscou-se comparar vieses implícitos e explícitos de acordo com os marcadores sociais das/os participantes.

2. MÉTODO

Esta pesquisa consiste em um estudo quantitativo e qualitativo, transversal e exploratório de avaliação de atitudes sobre relações heterossexuais e homossexuais (i.e., lésbicas e gays) por meio de instrumentos de medida explícita e implícita.

2.1 Participantes

As/os participantes (n=55) declararam estar regularmente matriculadas/os no curso de Psicologia de uma Universidade privada no interior do estado de São Paulo. O convite foi enviado por meio de grupos de estudantes no *Whatsapp*®. Esta pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP-Bauru (CAAE: 48002521.5.0000.5398, nº do parecer 4.903.8849) (ANEXO A). Após responderem um questionário sociodemográfico, as/os participantes foram distribuídas/os aleatoriamente em dois grupos “IRAP-Lésbicas” (n=28) e “IRAP-Gay” (n=27). Os dois grupos “IRAP-Lésbica” e “IRAP-Gay” não correspondem às identidades e orientações sexuais das/os participantes, mas às relações avaliadas pelos IRAP. Após aplicação dos critérios de inclusão dois grupos foram constituídos: IRAP-Lésbicas (n=14) e IRAP-Gay (n=14). A Tabela 4 apresenta a descrição sociodemográfica das/os participantes selecionadas/os para esta pesquisa.

Tabela 4 - Caracterização sociodemográfica das/os estudantes de Psicologia distribuídas/os em dois grupos.

	IRAP-Lésbica	**IRAP-Gay**
Total	14	14
Idade	24,1	21,4
Gênero		
Feminino	8 (57,1%)	8 (57,1%)
Masculino	5 (35,7%)	6 (42,8%)
Não-binarie	1 (7,1%)	-
Orientação sexual		
Homossexual	2 (14,2%)	1 (7,1%)
Heterossexual	7 (50%)	10 (71,4%)
Bissexual	3 (21,4%)	2 (14,2%)
Assexual	-	1 (7,1%)
Pansexual	2(14,2%)	-
Raça/etnia		
Branca	13 (92,8%)	10 (71,1%)
Preta	-	1 (7,1%)
Parda	1 (7,1%)	2 (14,2%)
Amarela	-	1 (7,1%)
Semestre		
1-5	11 (78,5%)	11 (78,5%)
6-10	3 (21,4%)	3 (21,4%)
Sem crença religiosa	6 (42,8%)	6 (42,8%)
Com crença religiosa	8 (57,1%)	8 (57,1%)
Religião		
Sem religião	7 (50%)	6 (42,8%)
Católica	3 (21,4%)	1 (7,1%)
Evangélica Tradicional	1(7,1%)	2 (14,2%)
Evangélica Pentecostal	1(7,1%)	1 (7,1%)
Espírita Kardecista	1 (7,1%)	2 (14,2%)
Umbandista	1 (7,1%)	1 (7,1%)
*Outras****	-	1 (7,1%)

***Respostas como “amor universal” “wicca”.

2.2 Condições e equipamentos

A coleta de dados se deu em duas fases. A primeira fase foi *online*, as/os participantes tiveram acesso ao TCLE (Termo de Compromisso Livre e Esclarecido), e responderam ao Questionário Sociodemográfico e a Escala Multidimensional de Preconceito Sexual (EMPS) (FREIRES et al., 2019) através da plataforma

GoogleForms® por meio de seus dispositivos móveis. Ao final dos questionários havia a opção para participar da segunda fase da pesquisa realizada presencialmente em uma sala de aula. Na sala permaneceram somente pesquisador e participantes, de modo que o pesquisador não via as respostas do participante até o final da coleta. Foi utilizado notebook com o *software* Go-IRAP configurados para dois tipos de tarefas: IRAP-Lésbicas e IRAP-Gay.

2.3 Instrumentos

Questionário Sociodemográfico elaborado com 17 perguntas censitárias (e.g., idade, remuneração, mora com quem, estado civil, gênero, orientação sexual, raça/etnia). Tratando-se de uma pesquisa sobre preconceito sexual e de gênero perguntou-se sobre a presença ou não de crença e prática religiosa (APÊNDICE A).

Escala Multidimensional de Preconceito Sexual (EMPS) foi validada para amostra brasileira e aplicação *online* por Freires et al., (2019). Este instrumento baseia-se na proposta de Massey (2009) sobre a multidimensionalidade do preconceito sexual e averigua aspectos de preconceito tradicional por meio dos fatores "aversão a homossexuais" (α [29]= 0,94) e "heterossexismo" (α = 0,97), e preconceito moderno por meio dos fatores "negação da homofobia" (α = 0,49) e "resistência a heteronormatividade" (α = 0,91). Nesta pesquisa interpreta-se o fator "crenças positivas sobre a homossexualidade" (α = 0,89) de acordo com a leitura apresentada no estudo 4 desta tese. Nesta atual interpretação as respostas afirmativas no fator "crenças positivas sobre a homossexualidade" foi compreendida como uma forma de preconceito moderno. Esta leitura é diferente da interpretação de Freires et al., (2019) e Massey (2009) porque as afirmativas da escala correspondentes a este fator apresentam diferenças entre pessoas heterossexuais e homossexuais frente habilidades e características generalistas (e.g., "ser

[29] O Alfa de Cronbach foi a medida de consistência interna utilizadas pelos autores Freires et al., (2019)

gay pode fazer um homem mais compassivo"; "ser lésbica pode fazer uma mulher mais autossuficiente"). (A EMPS pode ser lida integralmente no ANEXO B).

Implicit Relational Assesment Procedure (IRAP) – O *software Go-IRAP* é de uso livre e seu *download* é gratuito através do site https://balc-i.net/go-irap/(MURPHY; BARNES-HOLMES, 2017). Este *software* permite a pesquisadoras/es programar dois grupos de tarefas relacionais. Nesta pesquisa comparou-se gay e heterossexuais (nomeado como IRAP-Gay) ou lésbicas e heterossexuais (IRAP-Lésbica). O programa registra os tempos de latências e acurácia em todas as condições e tarefas. Por fim, o *software* gera uma planilha com os cálculos para todas as tentativas Dentre as medidas encontra-se o *D-IRAP-score* que representa às médias necessárias para verificação dos vieses positivos, negativos ou neutros.

2.4 Procedimentos

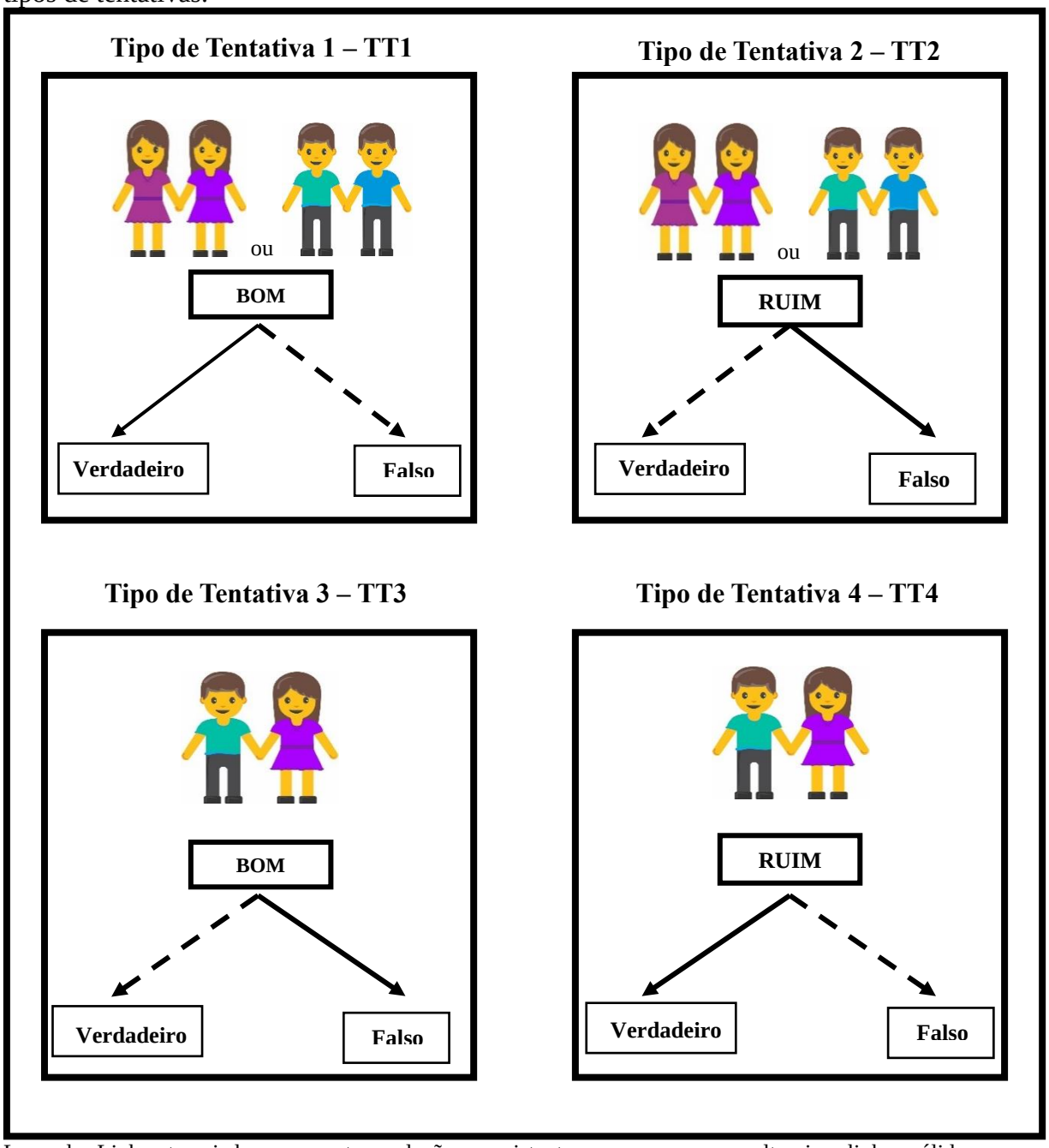
Os dois IRAPs foram desenvolvidos especificamente para esta pesquisa sendo IRAP-lésbica (estímulos-alvo um emoji com casal de mulheres) e IRAP-gay (estímulos-alvo um emoji com casal de homens). A única diferença entre eles é um dos estímulos-alvo (i.e., gay ou lésbica). Em cada tentativa do IRAP um estímulo-alvo aparecia no centro da tela, sendo uma figura de casal homem e mulher (categoria heterossexual), uma figura de um casal com duas mulheres (IRAP-lésbicas), e uma figura de um casal com dois homens (IRAP-gay). Nos dois IRAPs a segunda categoria de comparação era a figura de casal heterossexual. Abaixo do estímulo-alvo havia um estímulo-rótulo textual de valência positiva (i.e., bom, agradável, certo, normal, bonito) ou negativa (i.e., ruim, desagradável, errado, anormal, feio). Por fim, duas opções de respostas relacionais apareciam no canto da tela; do lado esquerdo "verdadeiro - aperte d" e do lado direito

“falso - aperte k”; essas opções não se alteravam durante as tentativas. Cada participante passou somente por um IRAP sendo lésbica ou gay.

A medida obtida pelo IRAP é a diferença entre as médias de latência das respostas nos blocos conscientes e inconsistentes[30] de acordo com as regras programadas. Blocos consistentes apresentavam a regra “combine heterossexuais com qualidades boas e gays com qualidades ruins” (i.e., vieses pró-hetero e anti-gay/lésbica) e blocos inconsistentes apresentavam a regra “combine heterossexuais com qualidades ruins e gays com qualidades boas” (i.e., vieses pró-gay/lésbica e anti-hetero). Blocos consistentes e inconsistentes apareciam de modo alternado entre participantes, randomicamente controlados pelo *software Go-IRAP*. Além da regra textualmente apresentada, as/os participantes eram instruídas/os a responderem o mais rápido e correto que conseguissem. A Figura 7 apresenta de forma ilustrativa as tarefas nos blocos e suas condições.

[30] Relações consistentes e inconsistente são nomeadas desta forma de acordo com a compreensão de que as relações “consistentes” são as mais frequentes e as relações “inconsistentes” pouco ou não frequentes nas práticas culturais. É fatídico que no caso do estudo sobre vieses preconceituosos essas relações violam os direitos humanos e suas consistências devem ser combatidas por meio de ações e políticas afirmativas.

Figura 6 – Representação das tarefas apresentadas pelo IRAP desta pesquisa nos quatro tipos de tentativas.



Legenda: Linhas tracejadas representam relações consistentes com as normas culturais e linhas sólidas representam relações inconsistentes com as normas culturais. Figura inspirada em Moreira, de Almeida e de Rose (2021)

2.5 Procedimentos de coleta de dados

Após responderam ao TCLE, ao Questionário Sociodemográfico e a EMPS, as/os participantes foram contatadas/os individualmente e agendou-se local e horário para

coleta de dados. Nesta pesquisa não houve blocos de pré-treino convencionalmente aplicados em pesquisas que utilizam o IRAP.

A coleta de dados era iniciada com o pesquisador lendo em voz alta a descrição das tarefas que estavam textualmente na tela do computador para as/os participantes:

> "Nesta tarefa serão apresentadas imagens no topo e palavras logo abaixo. Você terá que relacionar as palavras de acordo com a regra inicial. "As opções "VERDADEIRO" e "FALSO", não irão trocar de posição. Para escolher a da direita, pressione "k" e para escolher a da esquerda pressione "d" Antes de cada bloco uma regra aparecerá. Responda de acordo com a regra. Se você errar, será apresentado um X. Para continuar você deve pressionar a tecla correta. Responda com a maior precisão que você puder e então naturalmente conseguirá responder mais rápido".

Ao final perguntava-se as/os participantes sobre eventuais dúvidas. Dava-se início aos blocos de treino que consistiu na apresentação de 20 tentativas consistentes (viés pró-hetero anti-lésb/gay – exemplos de tipo de tentativas (TT): tarefas com as linhas tracejadas na Figura 6) e 20 tentativas inconsistentes (viés pró-gay/lésb e anti-hetero – exemplos de tipos de tentativas (TT): tarefas com as linhas contínuas na Figura 7). A ordem de apresentação de blocos consistentes e inconsistentes foi contrabalanceada entre participantes pelo *software Go-IRAP*. Durante todas as tarefas foram disponibilizadas consequências para erros que consistiam na presença de um "X" vermelho no centro da tela até que a/o participante emitisse a resposta correta. Respostas corretas não eram seguidas de consequências programadas. Ao final de cada bloco de tentativas foi apresentado os valores em acurácia e precisão na tela do computador para as/os participantes.

Foram estabelecidos no máximo quatro blocos de treino e três blocos de teste; a/o participante só avançava para os blocos de teste se tivesse atingido os critérios de 80% de

acurácia e latência das respostas ≤ 2000ms (BARNES-HOLMES et al., 2010) em no mínimo dois blocos consecutivos de treino. Blocos de treino e teste eram idênticos. Para que os dados fossem considerados válidos as/os participantes precisavam manter a acurácia e velocidade das respostas estáveis nos blocos de teste de acordo com os mesmos critérios dos blocos de treino. Ao finalizar os blocos de testes uma mensagem na tela do computador informava sobre o encerramento da atividade. O pesquisador era chamado, encerrava a atividade e tirava as dúvidas que surgissem acerca do procedimento.

2.6 Procedimentos de análise de dados

Um plano de gestão de dados foi elaborado para a condução desta pesquisa. Todos os dados foram extraídos do *software Go-IRAP* e organizados em planilhas no *MicrosoftExcel*®. Estatísticas descritivas e inferenciais foram realizadas no *software* SSPS – *Statistical Package of the Social Science*® e pelo *software JASP*®.

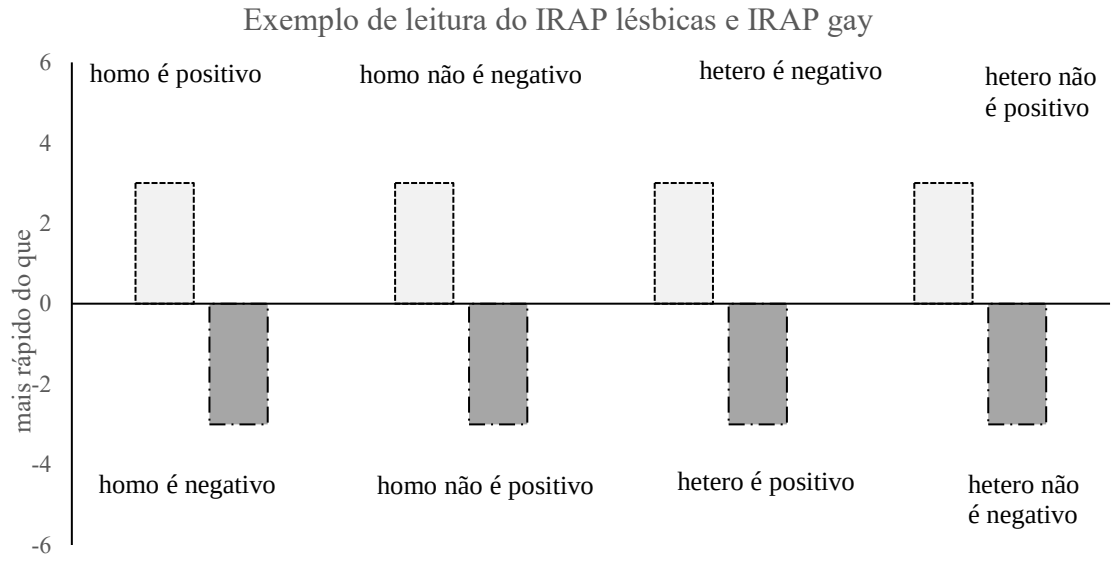
Para análise do resultado da EMPS utilizou-se *teste-t (t)* para comparação de médias entre os grupos com base nas categorias gênero (masculino e feminino), crenças religiosas (com crenças e sem crenças) e orientações sexuais. Os constructos que não apresentaram distribuição normal foram analisados por meio do teste não-paramétrico de *Wilcoxon* (W).

As análises dos resultados do IRAP foram executadas pelo *software GO-IRAP* em seis passos (HUSSEYet al., 2015): passo 1 – definiu-se o tempo de latência de respostas corretas as relações como alvo; passo 2 – excluiu-se respostas muito rápidas (<300ms); passo 3 – excluiu-se respostas muito lentas (>10.000ms); passo 4 – calculou-se quatro valores de *score* D, que referiram-se às médias da latência de respostas nas quatro tipo de tentativas do IRAP; passo 5 – dados de participantes que não mantiveram acurácia e

precisão nos blocos de teste foram excluídos; passo 6 – calculou-se a média entre os quatro *scores D* nos quatro pares de blocos.

A Figura 7 ilustra uma forma de organização e leitura ilustrativa dos dados desta pesquisa. As orientações das barras (para cima ou para baixo) foram produzidas por meio de dados genéricos para representar a rapidez média das/os participantes em concordar ou discordar com as relações apresentadas em cada tentativa. O IRAP é programado com quatro tipos de tentativas (TT) de acordo com as regras para cada bloco (consistente e inconsistente), chamadas aqui de TT1, TT2, TT3 e TT4. Assim na TT1 respostas na direção positiva indicam que a/o participante respondeu mais rápido frente a relação homossexual/positivo e a barra negativa significa o oposto, isto é, respondeu mais rápido na relação homossexual/negativo. As outras tentativas seguem a mesma racional.

Figura 7 – Representação didática para leitura de possíveis resultados do IRAP com base nas configurações desenvolvidas para esta pesquisa.



Por fim o tratamento estatístico foi calculado por meio do software *JASP*® de modo que: (a) todas as médias foram calculadas para verificação de distribuição normal entre elas, (b) Testes *t* (*One-Sample*) diferentes de 0 foram calculados para cada grupo (IRAP gay e IRAP lésbicas) em cada uma das tentativas, isto significa que nestas

tentativas p <0,05 indica significância estatística para o tipo de tentativa calculado, e ANOVAS foram realizadas para verificar a significância estatística entre os diferentes tipos de tentativas.

3. RESULTADOS

Para análise dos resultados das avaliações com a EMPS e com os dois IRAPs, por meio de estatísticas inferenciais e com base no número de participantes, optou-se por dois agrupamentos sendo orientação sexual, heterossexuais e não-heterossexuais, e, gênero, masculino e feminino. Uma pessoa não binária não foi contada no grupo gênero devido a impossibilidade de inseri-la em um grupo. Destaca-se que o grupo "não-heterossexuais" é heterogêneo uma vez que engloba múltiplas orientações sexuais. Esta limitação será discutida na próxima seção. Os resultados apresentados nesta seção correspondem aos dados dos/as 28 participantes selecionadas/os a partir dos critérios de inclusão e exclusão na avaliação implícita com o IRAP, e suas características sociodemográficas encontram-se na seção anterior na Tabela 3. Primeiramente será analisado os resultados de viés explícitos e depois os resultados de vieses implícitos.

Na Tabela 5 encontra-se uma síntese dos resultados da EMPS (FREIRES et al., 2019) na qual constam os cinco fatores avaliado pela escala, as médias gerais de respostas das/os 28 participantes, e as médias gerais com as estatísticas inferenciais de comparação entre os grupos. Os fatores heterossexismo e aversão a homossexualidade apresentaram distribuição anormal, portanto, seus dados foram tratados por meio do teste não-paramétrico *Wilcoxon*.

Pode-se observar que a única comparação que apresentou diferença estatisticamente significativa foi no fator "resistência a heteronormatividade", no qual o grupo não-heterossexual apresentou maior resistência (média 4,14, d.p. 0,50, t = 4,892, p = <0,001*) do que o grupo heterossexual (média 2,77, d.p. 0,97). Nos demais fatores os

grupos mantiveram resultados próximos nas médias de respostas. É importante observar que a EMPS se trata de uma escala Likert de 5 pontos, nos quais, pontos mais próximos de 5 indicam maior força/predominância naquele fator. Pode-se ler com atenção o fator "crenças positivas sobre a homossexualidade" que obteve médias gerais iguais e maiores a 2,3. Neste estudo, bem como no estudo 4 desta tese, o fator "crenças positivas sobre a homossexualidade" é compreendido como presença de preconceito sutil ou moderno. Assim os resultados observados pelas médias de respostas podem indicar moderada presença de concepções ainda estereotipadas sobre sexualidade e gênero. Destaca-se que o fator "aversão a homossexualidade" se refere a um conjunto de afirmativas com preconceito explícito contra gays e lésbicas, este foi o fator com menores médias.

De forma geral, os resultados obtidos com a EMPS indicam baixo viés preconceituoso explícito contra gays e lésbicas se considerarmos os resultados nos fatores "heterossexismo" e "aversão a homossexuais". Ao analisar o fator "resistência a heteronormatividade" vê-se que pessoas não-heterossexuais estão significativamente mais inclinadas a discordar das normais sexuais e de gênero.

Tabela 5 - Resultados nos cinco fatores avaliados pela EMPS das/os 28 participantes em 2021.

	Agrupamentos	**Média (D.P)**	**Estatística**	***p***
Heterossexismo	Geral	1,46 (0,80)		
	Ht	1,67 (0,97)	w = 285,000	0,073
	N-ht	1,15 (0,22)		
	Masc	1,19 (0,23)	w = 217,000	0,236
	Fem	1,64 (0,99)		
Aversão a homossexualidade	Geral	1,06 (0,24)		
	Ht	1,10 (0,00)	w = 268,000	0,306
	N-ht	1,0 (0,31)		
	Masc	1,01 (0,04)	w = 255,000	0,511
	Fem	1,09 (0,31)		
Resistência a heteronormatividade	Geral	3,31 (1,05)		
	Ht	2,77 (0,97)	t = 4,892	<0,001*
	N-ht	4,14 (0,50)		
	Masc	3,15 (1,1)	t = -0,619	0,541
	Fem	3,41 (1,0)		
Crenças Positivas	Geral	2,35 (0,82)		
	Ht	2,37 (0,81)	t = -0,113	0,911
	N-ht	2,33 (0,88)		
	Masc	2,52(0,81)	t = 0,809	0,426
	Fem	2,26 (0,84)		
Negação da homofobia	Geral	1,54 (0,60)		
	Ht	1,62 (0,65)	t = -0,881	0,387
	N-ht	1,41 (0,51)		
	Masc	1,58 (0,64)	t = 0,303	0,769
	Fem	1,51 (0,59)		

Fonte: Elaboração do autor, 2023.

Na sequência, serão analisados os resultados das medidas implícitas obtidas pelo IRAP-gay e IRAP-lésbica. Três agrupamentos foram feitos respeitando a exposição das/os participantes a cada IRAP. Assim, tem-se (1) resultados gerais das/os participantes no IRAP-gay e no IRAP-lésbica, (2) resultado a partir da categoria de gênero, masculino e feminino, e, (3) resultado por orientação sexual, heterossexual e não-heterossexual.

A Figura 8 apresenta de forma gráfica os resultados obtidos pelas/os 28 participantes sendo 14 em cada grupo. As barras representam o *D-IRAP-score* das/os participantes em cada um dos quatro tipos de tentativas. Os níveis de significância estatísticos (*) são obtidos por meio de teste *t* diferente de zero em cada um dos tipos de

tentativa. Observa-se que tanto o IRAP-gay, quanto o IRAP-lésbica apresentou resultados com significância estatística indicando viés pró-homossexual (gay e lésbica) no tipo de tentativa 1 (i.e., responder mais rápido confirmando "gay e lésbica é positivo", do que negando esta afirmativa). As demais tentativas (TT2, TT3 e TT4) não apresentaram D-IRAP-score significativo.

Os resultados obtidos a partir da divisão por gênero encontram-se na Figura 9 (excluiu-se a pessoa não-binaria das análises). Na parte superior da figura tem-se o gráfico de barras com o *D-IRAP-score* do gênero feminino. Observa-se que no IRAP-gay somente o tipo de tentativa 3 (heterossexual é positivo) foi verificado viés com significância estatística. No entanto, no IRAP-lésbica foi o tipo de tentativa 1 (lésbica é positivo) que houve significância estatística. Destaca-se que o grupo submetido ao IRAP-lésbica possuía 50% de participantes não-heterossexuais, enquanto o grupo submetido ao IRAP-gay possuía somente 28,5% de participantes não-heterossexuais. Nesta mesma figura nota-se que o tipo de tentativa 4 indicou a possibilidade de um viés anti-heterossexual, uma vez que a barra nestas tentativas estava no eixo positivo. Contudo, essa indicação é somente sugerida, uma vez que não há significância estatística para sustentar esta hipótese. O grupo formado masculino não apresentou nenhum viés com significância estatística em nenhuma das tentativas.

Por fim, a Figura 10 apresenta o resultado do agrupamento das/os participantes por orientação sexual. Na parte superior da figura vê-se os resultados de participantes heterossexuais e na parte inferior o resultado de participantes não-heterossexuais. Nos resultados do IRAP-gay destaca-se que o grupo heterossexual apresentou forte viés pró-hetero nos tipos de tentativa 3 e 4. No IRAP-lésbica o grupo heterossexual não apresentou viés com significância estatística em nenhum dos tipos de tentativas. O grupo de participantes não-heterossexuais, não apresentou viés com significância estatística no

IRAP-gay. No IRAP-lésbica o grupo não-heterossexual apresentou viés com significância estatística somente no tipo de tentativa 1 (lésbica é positivo). As Tabelas 6 e 7 foram feitas para apresentar os resultados numéricos, as estatísticas, e os valores de significância que estão impressos nas Figuras 8, 9 e 10.

Figura 8 – Resultado do D-IRAP-score das/os 28 estudantes de Psicologia avaliadas/os pelo IRAP-gay à esquerda e pelo IRAP-lésbica à direita.

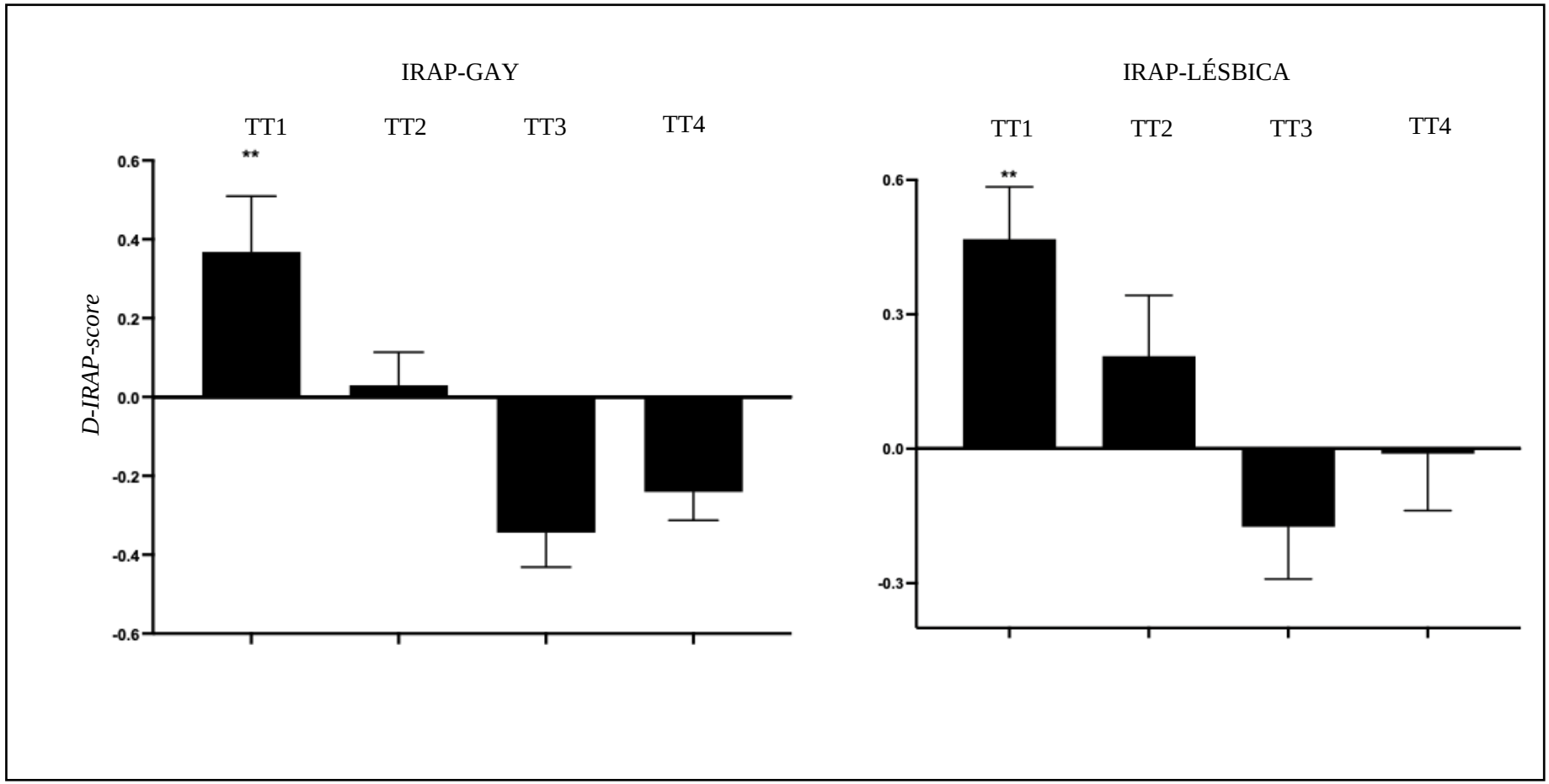


Figura 9 – Resultado do D-IRAP-score das/os 27 participantes divididas/os por gênero, feminino e masculino, e submetidas/os ao IRAP-gay (à esquerda) e ao IRAP-lésbica (à direita).

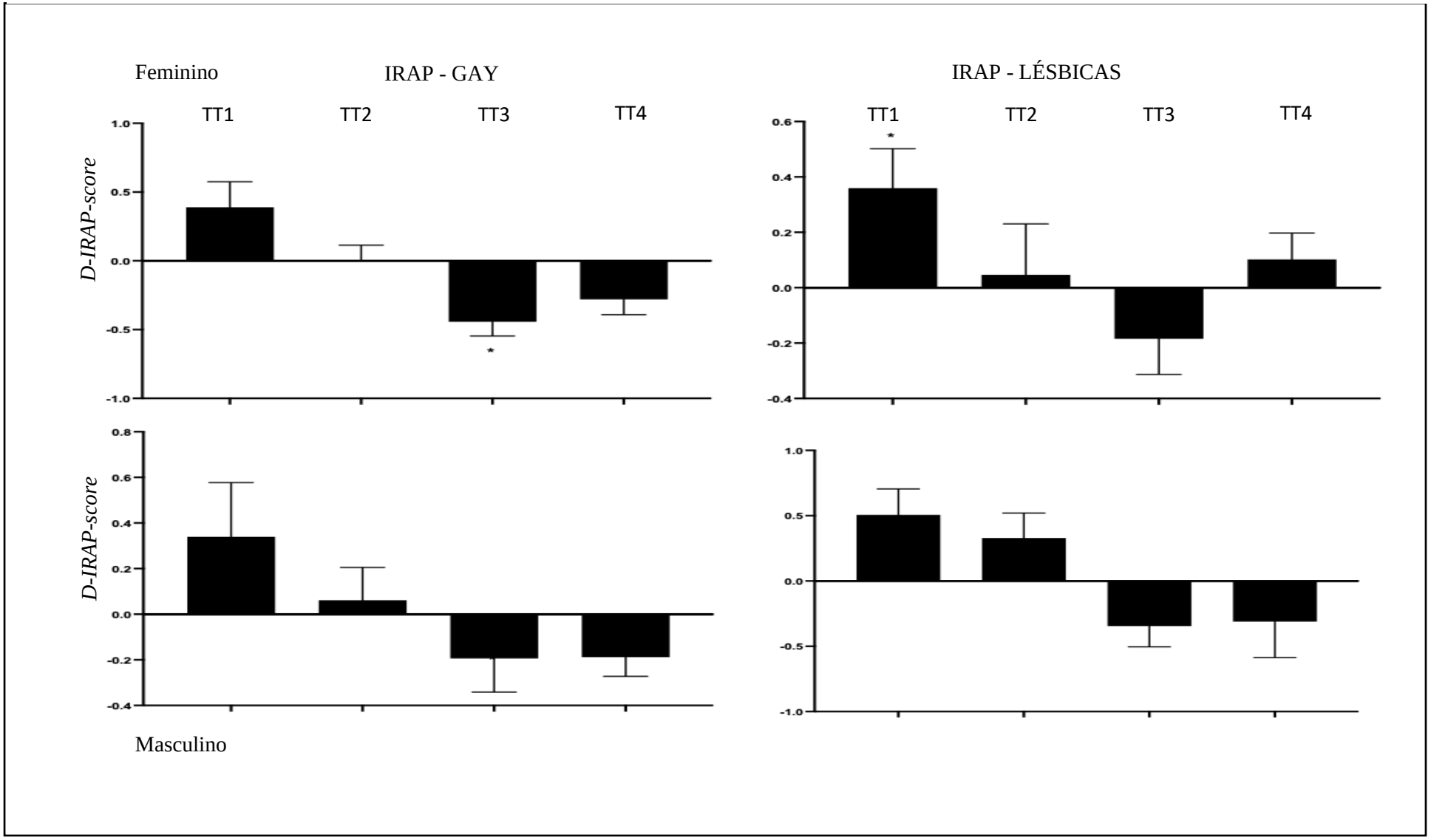


Figura 10 – Resultado do D-IRAP-score das/os 28 participantes divididas/os por orientação sexual e submetidas/os ao IRAP-gay (à esquerda) e ao IRAP-lésbica (à direita).

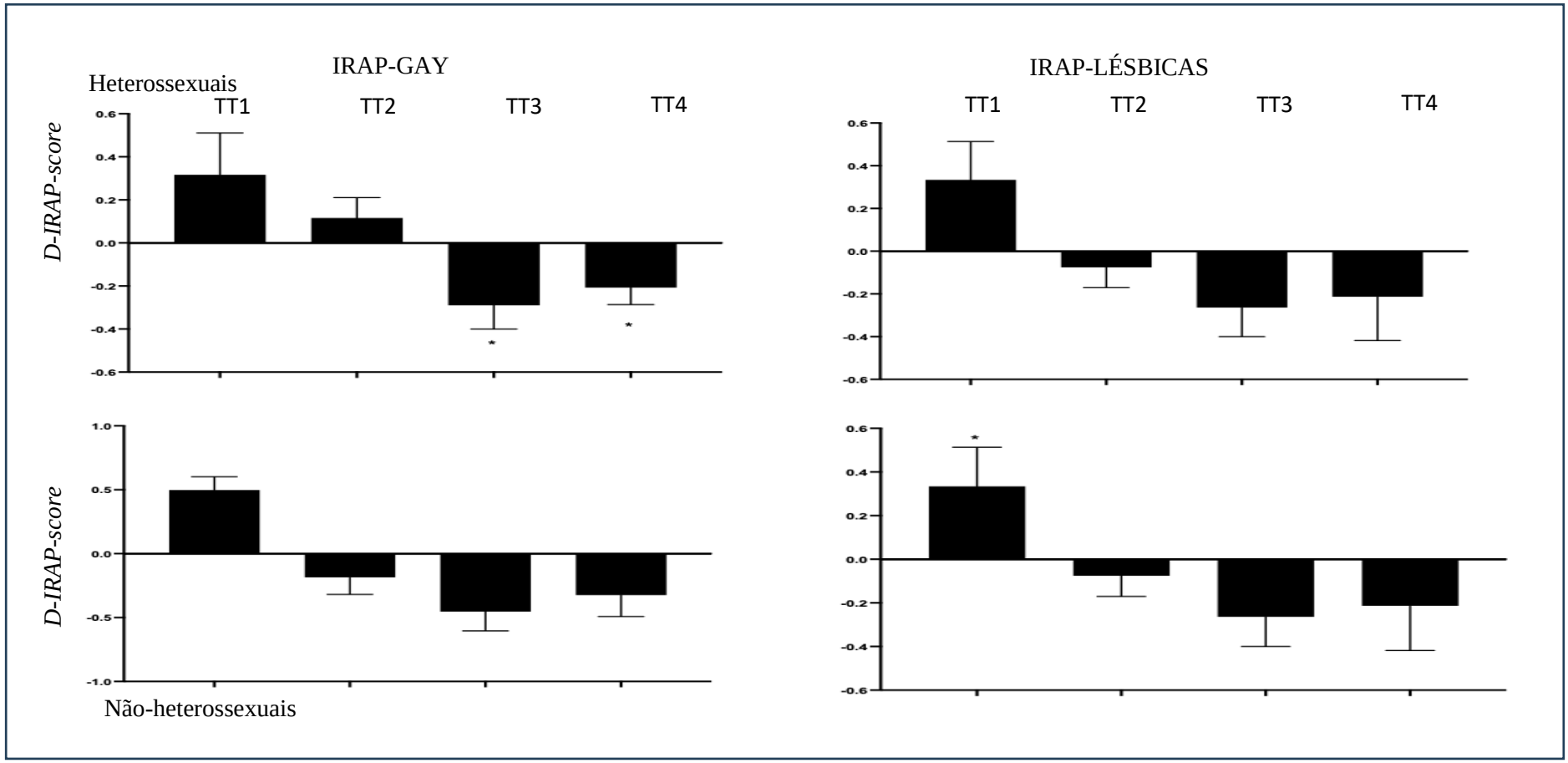


Tabela 6 – Resultados estatísticos obtidos pelo D-IRAP-score das/os 14 participantes submetidas ao IRAP-gay.

	n	**TT1**	**TT2**	**TT3**	**TT4**
Geral	14	t = 2.608, p .022*	t =0.3579 p .726	t = 3.938 p = .002**	t = 3.346
Masculino	5	p = .312	p = .>.999	p = .2312	p = .094
Feminino	5	p = .109	p = . 844	p = .016*	p = .078
Heterossexuais	10	t = 1.627 p = .138	t = 1,225 p = .252	t = 2.607 p = .028*	t = 2.622 p =.028*
Não-heterossexuais	4	p = .125	p = .250	p = .125	p = .250

Tabela 7 – Resultados estatísticos obtidos pelo D-IRAP-score das/os 14 participantes submetidas ao IRAP-lésbica.

	n	**TT1**	**TT2**	**TT3**	**TT4**
Geral	14	t = 3.070 p = .009**	t =1.794 p = .096	t =0.467 p = .648	t = 1.694 p = .114
Masculino	5	p = .062	p = .312	p = .062	p = .065
Feminino	8	p = .039*	p. = >.999	p = .250	p = .250
Heterossexuais	7	t = 1.627 p = .138	t = 1,225 p = .252	t = 2.607 p = .028*	t = 2.622 p = .028*
Não-heterossexuais	7	t=4.153 p = .006**	t=2.33 p = .059	t = 0.4412 p = .675	t = 1.59 p = .161

4. DISCUSSÃO

Dentre os efeitos da cisheteronormatividade, destaca-se os ataques sistemáticos aos direitos sociais da comunidade LGBTQIAPN+ que vão desde agressões físicas diretas a negligências, invisibilizações e ofensas verbais (BRASIL, 2016; 2018). A partir do conjunto social e histórico de práticas culturais cisheterossexuais surgem comportamentos preconceituosos baseados em normas de sexualidade e de gênero (ROSA, 2020). Neste estudo, o preconceito é compreendido como uma classe de comportamentos públicos e privados, ensinada e mantida por contingências sociais (FAZZANO; GALLO, 2015). Tais contingências estabelecem que pessoas e práticas cisheterossexuais possuem e são representadas por meio de estímulos positivos, e, pessoas não-cisheterossexuais são opostas às pessoas que cumprem e correspondem as regras sociais (TEIXEIRA et al., 2021; MIZAEL; DE ALMEIDA, 2019). O objetivo deste estudo foi avaliar vieses explícitos e implícitos sobre gays e lésbicas de estudantes de Psicologia. Ressalva-se que este estudo foi exploratório, deste modo, futuras pesquisas deverão seguir em busca de refinamentos metodológicos.

Em geral, os resultados desta pesquisa indicaram que (1) as características de agrupamento por meio dos marcadores sociais das/os participantes avaliadas/os tem relação com os vieses preconceituosos implícitos e explícitos, (2) existem semelhanças entre vieses implícitos para relações gays e lésbicas, (3) a orientação sexual das/os participantes parece ser uma variável crítica sobre a direção (i.e., mais ou menos preconceituoso) dos vieses medidos, (4) a quantidade de vieses neutros para as/os participantes desta pesquisa pode indicar que relações gays, lésbicas e heterossexuais tem se tornado equivalentes. Esta última proposição deve ser tomada com cautela e restringir-se aos participantes desta pesquisa. Isto porque, tal consideração exige pesquisas complementares com estudos de caso controle e aumento do número de participantes.

Adiante, uma síntese descritiva e interpretativa dos resultados será apresentada e discutida a partir de compreensões sobre comportamento simbólico e práticas culturais.

4.1 A orientação sexual como variável crítica sobre os vieses implícitos e explícitos.

As/os 28 participantes da pesquisa apresentaram um forte viés pró gays e pró lésbicas, sobretudo, nos tipos de tentativa 1 (TT1) do IRAP (e.g., gay/lésbica é positivo mais forte do que ga/lésbica é negativo). Além disso, identificou-se vieses neutros nos tipos de tentativa que avaliavam as relações heterossexuais. Pode-se entender que a característica mais saliente que une tais participantes frente aos resultados apresentados na Figura 9 são serem todas/os estudantes de Psicologia, fato que deve ser levado em consideração.

Sexualidade e gênero são temas ensinados nos cursos de psicologia de forma sistemática, por meio de componentes curriculares específicos[31], ou de forma transversal, por meio de discussões em diversos momentos da graduação. A exposição aos conteúdos curriculares do curso e as relações sociais propiciadas dentro da Universidade podem ter apresentado relações simbólicas positivas acerca de pessoas gays e lésbicas, e favorecido maior flexibilidade relacional nas tarefas apresentadas com o IRAP. De acordo com Herek (2009) conhecer e/ou ter proximidade com pessoas LGBT é um fator relacionado com menores índices de preconceito. Outras pesquisas também indicaram que conhecer pessoas LGBT (NIETO-GUTIERRES et al., 2018; HÉRNANDEZ et al., 2021) e a progressão dos estudantes em determinados cursos de graduação (SANTOS; SANTOS, 2020) são variáveis que diminuem escores de preconceito.

[31] As estudantes da Universidade na qual estavam matriculados possuem na grade curricular um componente sobre “sexualidade e gênero” chamado “Relações étnico-raciais, gênero e classe.

Outra variável que pode ter contribuído para os vieses positivos é a participação voluntária das/os participantes. Antes de responderem aos instrumentos houve clara descrição sobre o que seria investigado por esta pesquisa. Desta forma, as/os participantes que aceitaram ir até a universidade para realizar a avaliação implícita podem ser mais inclinadas/os aos temas sobre preconceito e comunidade LGBTQIAPN+. Esta afirmação se sustenta uma vez que a amostra da pesquisa não foi aleatória, mas sim por conveniência. Além de ser percebido significativo custo da resposta das/os participantes ao descolarem-se até a universidade em horários específicos para uma atividade sem consequências reforçadoras arbitrárias.

Embora, a síntese geral dos resultados IRAP identifiquem vieses pró-gay e lésbica, quando distribuímos os D-IRAP-scores das/os participantes de acordo com o gênero e a orientação sexual autodeclarada percebe-se que os resultados mudam acentuadamente. Analisando os resultados das/os participantes expostas/os ao IRAP-gay vê-se que as pessoas femininas apresentaram viés com significância estatística pró-heterossexual (tipo de tentativa 3, Figura 10). E as pessoas heterossexuais apresentaram viés estatisticamente significativo somente para as relações pró-heterossexuais (tipos de tentativa 3 e 4, Figura 11). Ou seja, na média geral do grupo houve vieses positivos sobre as figuras gays, contudo, quando se dividiu as/os participantes em novos grupos, as figuras gays obtiveram vieses neutros e as relações heterossexuais apresentaram vieses positivos.

Algo similar ocorre ao analisar os resultados do IRAP-lésbica, se de forma geral somente o viés pró-lésbica foi significativo (tipo de tentativa 1, Figura 9), este dado só se repete no grupo feminino e com o grupo não-heterossexual. Participantes masculinos e heterossexuais não apresentam vieses implícitos significativos. Outro destaque, é que 50% das/os participantes do IRAP-lésbica eram pessoas não-heterossexuais.

Em resumo, parece que o que se vê nos resultados gerais (Figura 9) do D-IRAP-score foram os efeitos significativos de pessoas LGBTQIAPN+ sobre os vieses positivos a gays e lésbicas. Tais resultados não se confirmam pelos grupos heterossexuais, ou do agrupamento por gênero masculinos e femininos, os quais mostraram vieses neutros a relações gays e lésbicas. Socialmente, vieses neutros podem ser interpretados como algo promissor, pois significa que não houve diferença significativa no tempo de latência para respostas pró e anti nas relações apresentadas. Metodologicamente, destaca-se que o uso de médias sem ponderações adicionais, sobretudo acerca dos marcadores sociais, pode influenciar na leitura dos resultados. Este apontamento é importante uma vez que revisões de literatura atuais (CRAVO, MORAIS, ALMEIDA-VERDU, 2022; CRAVO, ALMEIDA-VERDU; COSTA-JUNIOR, 2022; CRAVO; BENTO, 2023) tem indicado expressiva quantidade de estudos sobre preconceitos que não caracterizam seus participantes de modo refinado.

Parece coerente que cada grupo social apresente sobre seu próprio grupo um viés positivo quando comparado com outro grupo, uma vez que pertencer a um grupo (e.g., heterossexual ou LGBTQIAPN+) pode implicar em expor-se a contingências simbólicas específicas que sejam favoráveis sobre o próprio grupo. Esta situação é percebida quando se analisa os resultados do grupo “não-heterossexuais” que apresentou vieses neutros para as relações heterossexuais. O inverso também foi visto quando analisado o grupo “heterossexuais” houve vieses neutros para relações gays. A ausência de vieses implícitos negativos em todas as relações medidas pode ser uma indicativa de que mesmo dentro de diferentes grupos sociais (i.e., heterossexuais e não-heterossexuais), estes participantes não estão expostos a contingências com relações simbólicas negativas sobre o grupo oposto.

Outro dado que se soma a leitura do efeito grupal sobre os vieses foi o fator "resistência a heteronormatividade" na avaliação explícita pela EMPS (FREIRES et al., 2019). Este foi o único fator no qual viu-se diferença estatisticamente significativa pelos grupos heterossexuais (menos resistentes) e não-heterossexuais (mais resistentes). A existência de pessoas que se autodeclararam como "não-heterossexuais" em uma pesquisa científica, já é, *per se*, um fenômeno de resistência a heteronormatividade ao se levar em consideração os aspectos históricos de aniquilação e silenciamento desta população (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019; QUINALHA, 2022). Por outro lado, pessoas heterossexuais mostrarem-se resistentes à norma que os/as legitimam socialmente parece contraintuitivo, e, de fato, não foi verificado pela EMPS. Em outras palavras, pessoas LGBTQIAPN+ resistem a heteronormatividade, pois ceder a tais regras implicaria no aniquilamento destas pessoas e de suas práticas. Então, táticas de enfrentamento têm sido desenvolvidas há séculos por esta comunidade de pessoas para burlar, subverter e resistir às exigências normativas cisheterossexuais (SAXE, 2021; QUINALHA, 2022). A resistência LGBTQIAPN+ à cisheteronormatividade gera consequências sociais aversivas (ROSA, 2020). Os comportamentos "resistentes" passam a ser reforçados somente quando grupos de pessoas dissidentes sexuais e de gênero se apóiam mutuamente. Nesta direção, grupos funcionam como ambiente social reforçador e protetivo para pessoas que não correspondam às normas impostas pelas práticas culturais hegemônicas.

Por outro lado, pessoas cisheterossexuais que resistam a cisheteronormatividade estariam expostas a consequências sociais aversivas, comumente planejadas para controlar o comportamento da comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, pessoas cisheterossexuais talvez não obtenham reforçadores sociais de seus grupos identitários ao não corresponder com as normas sexuais e de gênero. Resistir a cisheteronormatividade

por parte de pessoas cisheterossexuais pode implicar em reflexões sobre suas próprias identidades sexuais e de gênero, contrárias ao que foram ensinadas (i.e., cisheterossexualidade é única, correta, sagrada e universal). Se para pessoas LGBTQIAPN+ fugir e se esquivar de reflexões sobre a cisheteronormatividade levam-nas para o apagamento e/ou assimilacionismo, para pessoas cisheterossexuais, talvez, fugir e esquivar-se destas reflexões sejam respostas positivamente reforçadas, pois mantém este grupo acessando a legitimidade de suas existências e seus privilégios sociais.

Entrar em contato de forma pública ou privada com dúvidas, questionamentos, e tensões, comumente gera estimulação aversiva, condição associada a respostas de fuga e esquiva. Deste modo, parece não haver condições sociais suficientes para que pessoas cisheterossexuais resistam à cisheteronomartividade, a não ser por empatia e compreensão com a comunidade LGBTQIAPN+. Estar associada/o a um grupo implica em se expor a contingências sociais e simbólicas que relacionam o próprio grupo a atributos positivos. Este é um fenômeno social conhecido e descrito pela psicologia social sobre autoconceito grupal (DESCHAMPS; MOLINER, 2009; GARTNER; DOVIDIO, 2009). Por meio deste estudo, não resistir às normas cisheterossexuais, não parece – neste contexto – implicar em preconceitos explícitos contra pessoas LGBTQIAPN+ uma vez que a média de respostas na categoria “aversão a homossexualidade foi muito próxima a 1 (i.e., ausência de preconceito).

De modo complementar, deve-se atentar para o fato de que sete questões que medem “resistência a heteronormatividade”, cinco iniciam-se com “sinto-me limitado pelo...”. Respostas a tais enunciados podem ser interpretadas como autotatos de eventos privados relativos ao sentimento/pensamento da pessoa sobre si própria, e não necessariamente indicativas de comportamentos negativos contra pessoas LGBTQIAPN+.

Outra possibilidade de leitura destas respostas é por meio da RFT, enunciados como "sinto-me limitado pelo..." são contextos para respostas relacionais dêiticas. De forma geral, respostas relacionais dêiticas caracterizam-se pela tomada de perspectiva baseada na história de reforçamento sobre o que seria "eu" e o "outro". É provável que frente às relações dêiticas oferecidas pela EMPS as/os participantes responderam de forma coerente com as relações simbólicas arbitrárias aprendidas em suas vidas (SILVEIRA; de ALMEIDA; PEREZ, 2022).

As relações dêiticas são desenvolvidas desde os primeiros anos de infância. Tais aprendizados integram uma rede de relações simbólicas que relacionam a palavra "eu" com um conjunto de estímulos verbais e não verbais, dentre os quais estão os estímulos generificados. Tais contingências favorecem a criação de narrativas (histórias) que compõem o repertório verbal das pessoas para referirem-se ao "eu"[32]. A comunidade verbal exige que este "eu", composto a partir de diversas relações simbólicas, seja coerente e fixo (HAYES; STROSAHL; WILSON, 2021). Logo, toda história que se conta sobre este "eu" fica sob controle de palavras (i.e, estímulos verbais) e contextos (i.e., há momentos específicos que estão discriminativamente relacionados à emissão de respostas relacionais) socialmente determinados. Por exemplo, dentro de uma relação dêitica "eu sou um homem heterossexual" existem relações simbólicas e verbais que vão desde regras de vestimenta até padrões de pensamento. Estereótipos generificados como cores: "meninos vestem azul e meninas vestem rosa" não são vistos como neutros, ao contrário azul **é de** meninos, e rosa **é de** menina, tornam-se estímulos coordenados/equivalentes a depender dos contextos relacionais. Negar ou não confirmar a relação simbólica socialmente instituída (cor-gênero) produz uma incoerência com as relações dêiticas (e.g.,

[32] Por uma questão pessoal prefiro não utilizar a expressão de língua inglesa "*Self*" frequentemente vista em textos de ACT (*Acceptance and Commitment Therapy*) e RFT sobre relações dêiticas e "*Self* conceituado e contextual".

"eu sou menino, heterossexual"). Tais relações simbólicas engendradas na constituição de repertórios comportamentais referentes a nomeações do "eu" tornam-se um problema social, sobretudo, quando explicitamente os grupos relacionam-se em oposição a outros grupos. Assim, todos os estímulos coordenados/equivalentes ao grupo oposto tornam-se negativos por derivação. Frequentemente, estímulos que foram direta ou indiretamente relacionados à estímulos aversivos eliciam e evocam respostas comportamentais de fuga, esquiva e contracontrole com a finalidade de eliminar/retirar tais estímulos do contexto.

Esta reflexão, a partir dos dados encontrados pelo IRAP e pela EMPS, não pretendem isentar a responsabilidade de pessoas cisheterossexuais (i.e., "passar pano") sobre o preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+. Até porque a representação negativa e os comportamentos de aniquilamento contra pessoas dissidentes sexuais e de gênero foi criado, e, é mantido por pessoas e instituições cisheterossexuais. Contudo, diante de um conjunto de comportamentos preconceituosos simbólicos e verbais, parece importante para análise do comportamento atentar-se para as variáveis controladoras, antecedentes e consequentes, das quais o comportamento é função. Esta leitura pretende ampliar a leitura maniqueísta de grupo A versus grupo B, e destacar quais as características das complexas contingências sociais relacionadas a constituição dos grupos e seus efeitos sobre comportamentos públicos e privados.

4.2 As práticas culturais e a formação de grupos no controle de respostas comportamentais com e sem viés preconceituoso.

É comum referir-se a relações *arbitrárias* entre estímulos quando diante dos estudos sobre os processos de aquisição e manutenção de repertórios simbólicos (SIDMAN, 2000; HAYES; BARNES-HOMES; ROCHE, 2001, de ROSE, 2016). Porém, o arranjo entre os estímulos é, frequentemente, feito por meio de contingências sociais não arbitrárias, e sim

intencionais. Ou seja, relacionar homossexuais ao pecado, sofrimento, crime, doença, e heterossexuais a virtude, felicidade, civilidade e saúde é intencionalmente planejado por grupos de pessoas com poder para controlar contingências sociais. Mais fortes são as contingências quando mantidas por agências de controle, as quais, por definição, possuem maior poder para estabelecer relações entre comportamento e consequências de grandes grupos sociais (SKINNER, 1953/2003; 1978). Por meio dos dados obtidos por relatórios oficiais (BRASIL, 2022) e pesquisas (SANTOS; SILVA, 2021) as agências de controle como religião, educação e família (SILVA; CARDOSO; CARDOSO; GONÇALVES0, 2021; ALMEIDA; SOARES, 2021; MATTA; TAQUETTE; SOUZA; MORAES, 2019, PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014) mantém-se eficazes em produzir contingências que relacionam pessoas LGBTQIAPN+ a estímulos negativos, além de reforçar comportamentos prejudiciais contra essas pessoas.

Outra observação é que na vida cotidiana as pessoas não são expostas naturalmente a procedimentos de *matching-to-sample* para aprenderem as relações simbólicas que compõem classes comportamentais preconceituosas. Ao contrário, é mais provável que este aprendizado ocorra de forma orgânica quando as pessoas entram em contato com as agências de controle. Ou seja, as contingências sociais que ensinam relações simbólicas preconceituosas são muitas e conspícuas (RUIZ, 2003; BUTLER, 2015), presentes desde "a hora que as pessoas se levantam até o momento que vão dormir". Piadas, filmes, livros, palestras, aulas na escola ou na universidade, conversas com colegas, relações de trabalho, fotos, comerciais de televisão, vitrines de lojas etc. Diversas condições sociais reiteram constantemente relações específicas entre estímulos generificado (RUIZ, 2003; COSTA; PERONI; BANDEIRA; NARDI, 2013).

Nos últimos anos tem-se observado, em alguns lugares do mundo, modificações em contingências sociais que relacionavam explicitamente pessoas e práticas não-

cisheterossexuais a estímulos negativos. Além disso, leis e políticas públicas e a mídia têm sido criadas em defesa de pessoas LGBTQIAPN+ frente aos efeitos históricos das opressões destinadas a elas (BRASIL, 2013; 2016; 2018; 2022; CUNHA; MARIANO, 2019). Contudo, as políticas e as práticas institucionais afirmativas não superaram, nem eliminaram, as contingências sociais controladoras de comportamentos preconceituosos. Ainda parece que por um tempo coexistirão contingências culturais pró e anti a comunidade LGBTQIAPN+.

Neste estudo, destaca-se que as/os participantes não apresentaram vieses considerados negativos a figuras gays e lésbicas, e os vieses positivos identificados parecem se referir a um efeito grupal, ou seja é de fato mais rápido relacionar seu grupo identitário com estímulos positivos do que com estímulos negativos. Mas o que garante que se estes participantes, futuras/os psicólogas/os, quando diante de pacientes gays ou lésbicas não atuarão de formas preconceituosas? Ou mais, no caso de escolherem ter filhas/os, aceitarão a orientação sexual e de gênero dissidente da norma? Diante de políticas afirmativas sobre cotas para pessoas transsexuais e travestis, estes efeitos grupais podem ou não levar a respostas públicas e privadas de raiva e "percepção de injustiça"? Estas questões visam elucidar que as medidas implícitas e explícitas são contextualmente controladas e precisam-se de estudos específicos para verificar se há ou não possibilidade preditiva de comportamentos preconceituosos especificamente contra a população LGBTQIAPN+

4.3 Limitações e proposições para futuros estudos

As limitações deste estudo apontadas a seguir referem-se, sobretudo, a questões metodológicas das características das/os participantes e das características dos instrumentos. Sugestões e alternativas para futuras pesquisas serão apontadas com vistas

a construir possibilidades investigativas sobre preconceito sexual e de gênero sob a perspectiva da análise do comportamento com relação direta aos estudos de gênero e com escolas de feministas transinclusivas e decoloniais.

4.3.1 Limitações metodológicas sobre participantes

Tratando-se de uma pesquisa na qual se utilizou medidas estatísticas a partir de valores de médias e medianas, é premente pensar a necessidade de aumentar a quantidade de participantes a fim de verificar a consistência e possíveis generalizações dos resultados. Isso porque os grupos de comparação formados por gênero e orientação sexual não foram equitativos, o que pode favorecer ou desfavorecer constatação de vieses. Logo, maiores amostras que representem cada grupo de comparação devem ocorrer em futuras pesquisas.

A partir da compreensão sobre a interseccionalidade das linhas de opressão (RIBEIRO, 2018), e das relações que grupos de pessoas com específicos marcadores sociais têm com os seus contextos culturais, é importante garantir a diversidade de pessoas, e que cada grupo tenha um número representativo de participantes. Sobre este aspecto, neste atual estudo, teve-se como limitação: (a) os dados de uma pessoa não-binária não foram analisados, (b) agrupou-se lésbicas, gays, bissexuais e pansexuais em um único grupo, (c) não houve a participação de pessoas autodeclaradas trans.

É notório a dificuldade em obter voluntariamente participação de quantidade expressiva de pessoas com características específicas, assim pesquisas interinstitucionais ou multicêntricas (respeitando os aspectos regionais, uma vez que o Brasil é um país de tamanho continental) podem produzir resultados mais abrangentes. Outra possibilidade é iniciar pesquisas fora do ambiente universitário, acessando pessoas em outras áreas e funções da vida social (e.g., professores, policiais, profissionais da saúde, comunidades

religiosas). Isto porque revisões de literatura sobre preconceito sexual e de gênero (CRAVO; BENTO, 2023; SOBRAL, SILVA; FERNANDES, 2019; GASPODINI; FALCKER, 2019) apontam para o expressivo número de pesquisas com universitárias/os, e alertam para os vieses que tais estudos apresentam pela não representatividade social das/os participantes.

4.3.2 limitações metodológicas sobre os instrumentos

A escolha pela Escala Multidimensional sobre Preconceito Sexual – EMPS, pareceu interessante uma vez que o instrumento foi validado para aplicação *online* e com o objetivo de verificar cinco fatores frequentemente presentes em classes comportamentais preconceituosas. Contudo, a discordância com a leitura dos autores da escala sobre o fator "crenças positivas sobre a homossexualidade" torna este instrumento carente de revisões. Além disso, não se obteve distribuição normal dos dados nos fatores "heterossexismo" e "aversão à homossexuais", tanto no estudo 4 como no estudo 5 desta tese, é possível haver necessidade de revisão dos parâmetros psicométricos da escala.

Complementar as observações psicométricas da escala, a partir de uma ótica analítico-comportamental ressalvas sobre respostas verbais devem ser feitas, pois o comportamento verbal é multideterminado (SKINNER, 1957) assim não é possível saber se as/os participantes podem estar sob controle (1) dos enunciados, (2) do contexto de aplicação, e/ou (3) das expectativas sobre a interpretação do pesquisador. Ademais, as relações verbais apresentadas na escala referem-se a respostas relacionais dêiticas o que abre espaço para outras formas de interpretação dos dados.

Além disso, as perguntas da EMPS, assim como de diversas outras escalas, exigem das/os respondentes, refinado repertório de auto-observação e autodescrição que são dependentes dos contextos socioverbais nos quais se desenvolveram, e, dos quais a/o

pesquisador/a não tem acesso. Esses questionamentos não visam a invalidar ou rechaçar o uso de escalas explícitas para mensuração de atitudes, ao contrário, pretendem-se contextualizar seus resultados e incentivar possíveis refinamentos destes instrumentos para alinhar os objetivos da avaliação com as respostas comportamentais de fato avaliadas.

Talvez, junto desta, ou de outras escalas que medem preconceito, possam ser utilizadas estratégias metodológicas como situações-problemas (i.e., apresentação de contextos por meio de textos, imagens, vídeos) e entrevistas semiestruturadas. Tais instrumentos podem aumentar o nível de refinamento sobre os dados avaliados. Nesta direção, propõem-se o uso de métodos mistos sugeridos por Creswell (2010) diante de problemas investigativos socialmente complexos.

Dentre as limitações advindas do uso do IRAP a primeira se refere a necessidade de verificar a clareza e precisão dos estímulos-alvo utilizados. Isso porque neste estudo utilizou-se emojis representativos de um casal gay, lésbico e heterossexual, com vistas a eliminar possíveis vieses de raça e padrão fenotípico (i.e., pessoas gordas, magras, socialmente consideradas bonitas e/ou feias, entre outros). Os contextos nos quais os emojis são utilizados e suas características, ainda que socialmente compartilhadas e conhecidas, podem não estar relacionados diretamente para as/os participantes às classes de estímulos sobre homossexualidade e a heterossexualidade. Sugere-se que futuras pesquisas tenham como objetivo comparar os resultados entre o uso de estímulos como emojis, fotos de casais em situações românticas como beijos e abraços (controlando aspectos raciais e fenotípicos) e palavras impressas como “GAY”, LÉSBICA” HETEROSSEXUAL”. Além disso, uma vez que o preconceito sexual é produzido pelo sistema cisheterossexual, aspectos de gênero também podem ser controlados para verificar seus efeitos. Isto é, características efeminadas ou masculinizadas presentes nos

estímulos podem ser úteis para identificar as relações entre cumprimento de normas de gênero e preconceito contra identidades sexuais.

Uma segunda limitação desta pesquisa foi não ter utilizado blocos de pré-treino anteriores aos blocos de treino oficiais. Esta decisão pode estar relacionada com a perda de participantes que não cumpriram os critérios mínimos de inclusão (80% de acurácia, com precisão <2000ms). Além disso, as/os participantes desta pesquisa passaram somente por um IRAP limitando a comparação entre os vieses. Futuras investigações podem aplicar os dois IRAPs (i.e., gay e lésbica) em sequência. Por fim, novas pesquisas poderão verificar os efeitos da relação entre as pessoas e seus grupos de modo mais minucioso. Uma opção seria avaliar pessoas com altos índices de "homofobia" (preconceito sexual e de gênero) internalizado (ANTUNES, 2017). Uma vez que o preconceito internalizado está relacionado com a confirmação direta ou indireta de que seus próprios atributos sexuais e de gênero são negativos frente as demandas da norma cisheterosseuxal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de avaliar e caracterizar preconceito sexual e de gênero por meio de instrumentos explícitos e implícitos, esta pesquisa identificou que as características grupais, pertencer ou não a comunidade LGBTQIAPN+, é um fator preponderante sobre os vieses de estudantes de psicologia. Além disso, apresentou-se a possibilidade de interpretar as respostas relacionais explícitas e implícitas sob uma perspectiva analítico-comportamental. Este projeto coaduna-se com as indicações recentes sobre a necessidade da Análise do Comportamento enquanto comunidade científica engajar-se em investigações e proposições afirmativas (BAIRES; KOCH, 2019; SZABO; 2020). Espera-se que futuras investigação ampliem a relação entre Análise do Comportamento

e Estudos de Gênero, bem como utilizem refinamentos metodológicos para pesquisas sobre preconceito sexual e de gênero.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L., SOARES, R. R. Narrativas de mulheres lésbicas sobre as vivências no cotidiano e no período escolar. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, p. 1-14, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n167625

ANTUNES, P. P. S. **Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo.** São Paulo: Annablume, 2017.

BAIA, F. H. O lugar das regras na análise das práticas discriminatórias. IN: MARTINS, M. R.; CILLO, E. N. (orgs.). **Ciência do comportamento – Conhecer e Avançar**. Santo André: ESETec, 2007.

BAIRES, N. A.; KOCH, D. S. The female is female (and behavior analysis): a behavioral account of sexism and how bahevior analysis is simultaneously part of the problem and solution. **Behavior Analysis in Practice**. v. 13, n. 1, 253-262, 2019. Doi: https://doi.org/10.1007/s40617-019-00394-x

BARNES-HOLMES, D.; BARNES-HOLMES, Y.; LUCIANO, C.; McENTEGGART, C. From the IRAP and REC model to a multi-dmensional multi-level framework for analyzing the dynamics of arbitrarily applicable relational responding. **Journal of Contextual Behavior Science**. v. 6., p. 434-445, 2017. Doi: https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2017.08.001

BARNES-HOLMES, D.; BARNES-HOLMES, Y.; POWER, P.; HAYDEN, E.; MILNE, R.; STEWART, I. Do you really know what you believe? Developing the implicit relational asssessment procedure (IRAP) as a direct measure of implicit beliefs. **The Irish Psychology**. v. 32, n. 7,169-177, 2006.

BARNES-HOLMES, D.; BARNES-HOLMES, Y.; STEWART, I.; BOLES, S. A sketch of the implicit relational assessment procedure (IRAP) and the relational elaboration and

coherence (REC) model. **The Psychological Record,** 60, 527-542, 2010. https://doi.org/10.1007/BF03395726

BRASIL. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Violência LGBTfóbica no Brasil: dados de violência**. Documento eletrônico, Brasília DF. 2018. Disponível em: https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/MDH_violencia_2018.pdf

BRASIL. SECRETÁRIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DAS MULHERES, DE IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013.** Brasília, 2016. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioViolenciaHomofobicaBR2013.pdf

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Direitos das pessoas LGBTQQIAP+. **Cadernos de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: concretizando direitos humanos**. [recurso eletrônico] Brasília: STF:CNJ, 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2015.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Conselho Federal de Psicologia, Brasília: CFP, 2019.

CORRELL, J.; JUDD, C. M.; PARL, B.; WITTENBRINK, B. Measuring prejudice, stereotypes and discrimination. IN: DOVIDIO, J. F.; HEWSTONE, M.; GLICK, P.; ESSES, V. N. (ed.). **The SAGE Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination**, SAGE Publications Ldt: Londres, 2010.

COSTA, A. B. PERONI, R. BANDEIRA, D. NARDI, F. C. Homophobia or sexism: A systematic review of prejudice Against nonheterosexual orientation in Brasil. **International Journal of Psychology**. v. 48, 1-10, 2013. Doi: https://doi.org/10.1080/00207594.2012.729839

COSTA, A. B.; NARDI, H. C. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. **Temas em Psicologia**. v. 23, n. 3, p. 715-726, 2015. Doi: http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-15

COSTA, A. B.; PERONI, R. O.; CAMARGO, E. S.; PASLEY, A.; NARDI, H. C. Prejudice toward gender and sexual diversity in Brazilian public university: prevalence, awareness, and the effects of education. **Sex res Soc Policy**, v. 12, p. 261-272, 2015. DOI: https://link.springer.com/article/10.1007/s13178-015-0191-z

CRAVO, F. A. M.; ALMEIDA-VERDU, A. C.; COSTA-JUNIOR, F. M. Revisão da literatura da produção analítico-comportamental brasileira sobre gênero e sexualidade. **Revista Perspectivas em Análise do Comportamento.** n.13, v. 2, p. 247 – 265, 2022. Doi: https://doi.org/10.18761/a52affa6

CRAVO, F. A. M.; BENTO, P.V. Caracterização dos estudos sobre preconceito sexual e de gênero no Brasil. **Psicologia Argumento.** v. 41, n. 114, p. 3702 – 3728, 2023. DOI: https://doi.org/10.7213/psicolargum.41.114.AO14

CRAVO, F. A. M.; MORAIS, M. A. S.; ALMEIDA-VERDU, A, C. M. O uso do "implicit relacional assessment procedure" na investigação sobre gênero: revisão sistemática. **Perspectivas em Análise do Comportamento.** v. 13, n. 1, 213-232, 2022. DOI: https://doi.org/10.18761/VEEM.011.nov21

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

CULLEN, C.; BARNES-HOLMES, D. Implicit pride and prejudice: a heterossexual phenomenon? In: MORRISON, M.; MORRISON, T. G. (orgs.). **The Psychology of Modern Prejudice.** Nova Science Publishers, Inc. 2008.

CUNHA, A. M.; MARIANO, M. R. C. o discurso de empoderamento LGBTQ na mídia: estudo semiótico e argumentativo de um comercial da Natura. **Boletim Historiar**. v. 5, n. 1, 46-55, 2019.

de ROSE, J. C. A Importância dos Respondentes e das Relações Simbólicas para uma Análise Comportamental da Cultura. ***Acta Comportamentalia.*** *v. 24, n.* 2, 201–220, 2016.
DESCHAMPS, J.; MOLINER, P. A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais. Petrópolis: Vozes, 2009.

DIXON, M.; LEMKE, M. Reducing prejudice toward Middle Eastern persons as terrorists. **European Journal of Behavior Analysis.** v. 8, n. 1., p. 5-12, 2007. Doi: https://doi.org/10.1080/15021149.2007.11434269
DOVIDIO, J. F.; HEWSTONE, M.; GLICK, P.; ESSES, V. N. (ed.). **The SABE Handbook of Prejudice, Stereotyping and Discrimination**, SAGE Publications: Londres, 2010.

FARREL, L.; MCHUGH, L. Examining gender-STEM bias among STEM and non-STEM students using the implicit relacional assessment procedure (IRAP). **Journal of Contextual Behavioral Science.** v. 6, n. 1, 80-90, 2017. Doi: https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2017.02.001

FAZZANO, L. H.; GALLO, A. E. Uma análise da homofobia sob a perspectiva da análise do comportamento. **Temas em Psicologia**. v. 23, n. 3, p. 535-545, 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3.02

FLEMING, K.; FOODY, M.; MURPHY, C. Using the implicit relational assessment procedure (IRAP) to examine implicit gender stereotypes in science, technology, engineering, and maths (STEM). **The Psychological Records**. v. 70, 459-469, 2020. Doi: https://doi.org/10.1007/s40732-020-00401-6

FREIRES, L. A.; LOURETO, G. D.; MENDES, L. A.; REZENDE, A. T.; SANTOS, W. S.; GOUVEIA, V. V. Escala multidimensional de preconceito sexual: propriedades psicométricas para o contexto brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 39, n. 3., p. 222-235, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003228490

GAERTNER, S. L.; DOVIDIO, J. F. A common ingroup identity: a categorization-based approach for reducing intergroup bias. IN: NELSON, T. D. (ed.). **Handbook of prejudice, stereotyping and discrimination.** New York: Psychological Press, 2009.

GALLO, A.; MORAIS, A. O.; FAZZANO, L. H.; SANTOS, S. J. Psicologia para quem? Uma discussão analítico-comportamental do feminismo, homofobia e racismo. IN LUZIA, J. C (org.). **Psicologia e Análise do Comportamento: Pesquisa e Intervenção.** Londrina: UEL, 2019.

GASPODINI, I. B.; FALCKE, D. Estudos psicológicos brasileiros sobre preconceito contra diversidade sexual e de gênero. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**. v. 10, n.2, p. 59-79, 2019. DOI: https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n2p59

GOFFMAN, E. **Estigma: notas da identidade deteriorada**. São Paulo: LCT, 1981/2003.

GUERIN, B. Attitudes and beliefs as verbal behavior. **The behavior Analyst**. v. 17, n. 1., 155-163, 1994. Doi: https://doi.org/10.1007/bf03392661

GUSMÃO, E. E. S.; NASCIMENTO, B. S.; GOUVEIA, V. V.; FILHO, L. G. F.; COSTA, K. M. R.; MOURA, H. M.; MONTEIRO, R. P. (2016). Valores Humanos e Atitudes Homofóbicas Flagrante e Sutil. **Psico-USF**, v. 21, n. 2, p. 367-380, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-82712016210213

HAAS, A P. et all. Suicide and suicide risk in lesbian, gay, bissexual, and transgender population: review and recommendations. **Journal of Homossexuality**. v. 58, p. 10-51, 2011. DOI: https://doi.org/10.1080/00918369.2011.534038

HAYES, S.; BARNES-HOLMES, D.; ROCHE, B. (Eds.). **Relational frame theory: a post-skinnerian account of language**. Plenun, 2001.

HEBL., M.; LAW, C. L.; KING, E. Heterosexim. IN: DOVIDIO, J. F.; HEWSTONE, M.; GLICK, P.; ESSES, V. M. (org.). **The SAGE book of prejudice, stereotyping and discrimination**. Londres: SAGE publication, 2010.

HEREK, G. Sexual Prejudice. IN: NELSON, T. D. (org.). **Handbook of prejudice, stereotyping and Discrimination**. Psychology Press: Nova Iorque, 2009.

HERNÁNDEZ, F. J.; LÓPEZ, M. A.; NAVARRO, V. N.; CORONA, L. C.; CALIXTO, D. A. Relación entre actitud havia la homosexualidad y características personales de estudiantes universitários de enfermeira. **Revista Cubana de Enfermería**, v. 36, n. 3., p. 1-8, 2020.

HUSSEY, I.; THOMPSON, M.; MCENTEGGART, C.; BARNES-HOLMES, D.; BARNES-HOLMES, I. Interpreting and inverting with less cursing: a guide to interpreting IRAP data. **Journal of Contextual Behavioral Science.** v. 4, n. 3,157-162, 2015. https://doi.org/10.1016/j.jcbs.2015.05.001

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. **Retratos da Escola**. v. 7, n. 13, 2013. Doi: https://doi.org/10.22420/rde.v7i13.320

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**. v. 9, n. 3., p.401-411, 2004. Doi: https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002

MATTA, T. F.; TAQUETTE, S. R.; SOUZA, L. M. B. M.; MORAES, C. L. Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. 1-13, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00330820

MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P. Homicídios das populações lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 25, n. 5., p. 1709-1722, 2020. Doi: https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33672019

MIZAEL, T. M. Perspectivas Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: análise da produção científica. **Perspectivas em Análise do Comportamento.** v. 9, n. 1, 15-28, 2018. Doi: https://doi.org/10.18761/PAC.2017.011

MIZAEL, T. M.; de ALMEIDA, J. H. Revisão dos estudos do implicit relational assessment procedure sobre vieses raciais. **Acta Comportamentalia**. v. 27, 437-461, 2019.

MIZAEL, T. M.; SANTOS, S. L.; de ROSE, J. C. Contribuições do paradigma de equivalência de estímulos para o estudo das atitudes. **Interações em Psicologia**. v. 20, n. 2, 124-134, 2016. Doi: http://dx.doi.org/10.5380/psi.v20i2.46278

MYERS, D. G. **Psicologia Social**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

NIETO-GUTIERREZ, W. et alli. Factores asociados a la homofia em estudiantes de medicina de once universidades peruanas**. Revista Colombiana de Psiquiatría**, v. 48, n. 4, p. 208-214. 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1016/j.rcpeng.2018.01.003

NOSEK, B. A.; HAWKINS, C. B.; FRAZIER, R. S. Implicit social cognition: from measures to mechanisms. **Trends Cogn Sci.**, v. 15, n. 4, p. 152-159, 2011. Doi: https://doi.org/10.1016%2Fj.tics.2011.01.005

OLSON, M. A. Measures of prejudice. IN: IN: NELSON, T. (org.). **Handbook of Prejudice, Stereotyping, and Discrimination**. New York: Psychology Press, 2009.

PERUCCHI, J., BRANDÃO, B. C., VIEIRA, H. I. S. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia**, v. 19, p. 67-76, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000100009

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RABELO, L. Z.; BORTOLOTI, R.; SOUZA, D. H. Dolls are for girls and not for boys: evaluating the appropriateness of the implicit relational assessment procedure for school-age children. **The Psychologycal Records.** v. 64, 71-77, 2014.

RAMOS, A. L. B. et alli. Análise da saúde mental da população LGBTQIA+ frente à pandemia de COVID-19. **Research, Society and Development.** v. 11, n.12. p. 1-10. Doi: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34687

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

RODDY, S.; STEWART, I.; BARNES-HOLMES, D. Anti-fat, pro-slim, or both?: Using two reaction-time based measures to assess implicit attitudes to the slim and overweight. **Journal of Health Psychology**, v. 15, n. 3, p. 416–425, 2010.

ROSA, E. B. P. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-filosofia**. v. 18, p. 53-103, 2020.

RUIZ, M. R. B. F. Skinner's radical behaviorismo: historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. **Psychology of Women Quarterly**. v. 19, 161-179, 1995. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1995.tb00285.x

RUIZ, M. R. Inconspicuous sources of behavioral control: the case of gendered practices, **The Behavior Analyst Today**. v. 4, n. 1, 12-16, 2003. DOI: http://dx.doi.org/10.1037/h0100005

SANTOS, E. J.; SILVA, C. A L. Quem a homotransfobia matou hoje? Uma leitura comparada dos relatórios de mortes violentas de LGBT+ (2011-2019). **Diversitas Journal**. V. 6., n. 1., p. 1220 – 1242, 2021. Doi: https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v6i1-1725

SANTOS, J. J.; SANTOS, E. C. Prejudice against sexual and gender diversity and beliefs about sex education among university students. **Estudos de Psicologia**, v. 39, p. 391-412, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200017

SAXE, F. **Disidencias sexuales: um sistema geoplanetario de distúrbios sexo-subversivos-anales-contra-vitales**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** v. 15, p. 2, 71-99, 1990/1995.

SIDMAN, M. Equivalence relations and the reiforcament contingency. **Journal of Experimental Analysis of Behavior**. v. 74, n. 1, 127-146, 2000. DOI: https://doi.org/10.1901%2Fjeab.2000.74-127

SILVA, J. C. P.; CARDOSO, R. R.; CARDOSO, Â. M. R.; GONÇALVEZ, R. S. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciência e Saúde Coletiva.** v .26, p.2643-2652, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08332021

SILVEIRA, C. C.; de ALMEIDA, J. H.; PEREZ, W. F. Compreendendo a perspectiva de outros: contribuições e aplicações da ciência comportamental contextual. IN:PEREZ, W. F. et al., (orgs.). **Teoria das Molduras Relacionais (RFT): conceitos, pesquisas e aplicações**. São Paulo: Centro Paradigma Ciências do Comportamento, 2022.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. São Paulo: Martins fontes, 1953/2003.

SKINNER, B. F. **Reflexions on behavior and Society**. Prentice-Hall: New York, 1978.

SKINNER, B. F. **Verbal behavior.** Prentice-Hall, New York, 1957.

SOBRAL, H. S., SILVA, M. L. V., FERNANDES, S. C. (2019). Homofobia: o que a psicologia brasileira tem a dizer? Artigo de revisão. **Revista CES Psicologia.** v. 12, n. 3, p. 20-34, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.21615/cesp.12.3.2

SWIM, J. K.; AIKIN, K. J.; HALL., W. S.; HUNTER, B. A. Sexism and racism: old-fashioned and modern prejudices. **Journal of Personality and Social Psychology**. v. 68, n. 2, p. 199-214, 1995. DOI: https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0022-3514.68.2.199

SZABO, T. G. Equity and diversity in behavior analysis:lesson from Skinner (1945). **Behavior Analysis in Practice**. v. 13, n. 2, 375-385, 2020. Doi: https://doi.org/10.1007/s40617-020-00414-1

TEIXEIRA, M. K.; ALMEIDA, J. H.; BORTOLOTI, R.; HUZIWARA, E. Comparação entre medidas implícitas e explícitas na avaliação de casais homoafetivos e heteroafetivos. **Revista Perspectivas em Análise do Comportamento**. v. 12, n. 1, 235-248, 2021. Doi: https://doi.org/10.18761/PAC.2021.v12.RFT.08

TIMMINS, L.; BARNES-HOLMES, D.; CULLEN, C. Measuring implicit sexual response biases to nudes male and female pictures in androphilic and gynephilic men. **Achives of Sexual Behavior**. v 45, p. 829-841, 2016. Doi: https://doi.org/10.1007/s10508-016-0725-3

WATT, A.; KEENAN, M.; BARNES, D.; CAIRNS, E. Social categorization and stimulus equivalence. **The Psychologycal Records.** v. 1, n. 41, p. 33-50, 1991.

CAPÍTULO 6

A MAÇÃ EM FRENTE AO MEU ROSTO: NOTAS *BICHAS* DE UMA ANALISTA DO COMPORTAMENTO SOBRE O PRECONCEITO E RELAÇÕES SIMBÓLICAS.

Algo sempre me encantou ao observar as obras de René Magritte. De longe, o quadro que mais chama minha atenção é "*Le fils de l'homme*" (O filho do homem em tradução livre)[33]. Nesta pintura, eu vejo um homem vestindo um casaco preto longo, camisa branca, chapéu-coco e gravata vermelha. Ao fundo, o mar e o céu tomam forma através do degradê que, de baixo para cima, inicia-se no azul mais escuro do mar e vai perdendo-se em branco. As nuvens acinzentadas no céu proporcionam parcial profundidade à paisagem. Os braços e as mãos do homem seguem em linha reta bem junto ao corpo, porém sua mão esquerda está um pouco recuada, tornando-a mais escura ao fugir do foco da luz. Observo uma pequena mureta baixa de pedras retangulares atrás do homem na altura de sua cintura. Um retrato comum, quase como uma foto, a não ser pela maçã verde que cobre parte significativa do rosto do homem. A maçã é o ponto focal, e talvez o elemento chave desta pintura.

Embora eu tenha começado a descrição a partir das características de vestimenta do homem e dos elementos da paisagem, é na maçã que está o foco da minha atenção. Exige-me muito abstrair a maçã deste quadro para observar os outros elementos. A maçã chega primeiro à vista. Ela está "fora do lugar", embora seja o lugar exato no qual ela deveria estar. Não sou crítico de arte, e esta tese não tem nada a ver com interpretação de pinturas surrealistas (poderia ter?!). Busquei, entender o porquê deste quadro me chamar tanta atenção precisamente enquanto escrevia este capítulo, e calhou de os eventos terem

[33] Devido ao fato da obra *Le fils de l'homme* pertencer a um acervo particular optei por não a inseri-la na Tese para não entrar em conflito com políticas de direitos autorais. Contudo, a obra, ainda que com pouca qualidade de reprodução pode ser facilmente encontrada em sites de busca.

uma relação. Incorro na possibilidade de um erro primitivo, decorrente do fato de que, na busca por encontrar um motivo, eu acabar criando uma narrativa que o produza. Mas ao fim, neste contexto de finalização da tese, me valem as duas possibilidades.

A maçã: gênero, sexualidade e relações simbólicas na encarnação do preconceito

Como percebido, neste capítulo final, declino da escrita em terceira pessoa. Tomo essa decisão com base no efeito autoclítico de impessoalidade deste estilo discursivo. Assumo aqui a primeira pessoa do singular: **Eu**! Faço isso como uma posição teórica e política de afirmação acerca da pessoa que escreveu esta tese. Pretendo descrever os motivos científico-pessoais, ou pessoais-científicos, que se entrelaçaram e atravessaram o meu corpo. Escrevo com e a partir de uma maçã verde em frente ao meu rosto. Além disso, esta tese é um texto transversal inserido em uma linha temporal de 32 anos de vida, assim minhas considerações finais parecem mais revelar as proposições iniciais de toda minha pesquisa.

Sou um homem gay, branco, e de classe média.

Talvez, não muito homem, segundo os padrões hegemônicos de masculinidade, mas com certeza demasiada e orgulhosamente gay. Meu primeiro contato direto com o ato de pesquisar se deu na graduação em Psicologia na PUC-Minas entre 2010 e 2015. Em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) investiguei sobre as representações sociais de pessoas religiosas acerca da homossexualidade masculina (CRAVO; TRINDADE, 2016). Os resultados coletados nesta pesquisa impactaram-me demais. Lembro que os questionários fechados que eu utilizei tiveram seus versos utilizados por participantes que desejavam expressar o ódio que sentiam. Escrevi o TCC pensando sobre nunca mais escrever sobre este tema. Hoje percebo que meu encantamento com os estudos

sobre comportamento simbólico tem relação com as questões deixadas em aberto no final da graduação.

Meu TCC foi orientado por uma professora de Psicologia Social[34], e fiquei intrigado quanto a natureza comportamental do pensamento e da linguagem, sobretudo quando estes comportamentos privados estão relacionados a gênero e sexualidade. Até aquele momento (2014-2015) eu nunca tinha lido algo sobre sexualidade e análise do comportamento (somente no mestrado acessei pela primeira vez o texto de Mallot (1996)). Além disso, lembro-me do desconforto produzido nas rodas de conversas com outros estudantes, colegas e amigos de graduação, quando surgiam reflexões sobre "sexualidade e gênero". "Estes temas são abordados com profundidade somente pela psicanálise", eles diziam. Na opinião dos meus pares, e as vezes em meus pensamentos, a Análise do Comportamento (AC) tinha pouco com o quê contribuir. Embora, fossem rodas de conversas estudantis, e nem de longe consistentes para afirmações categóricas, havia uma clara representação sobre os temas que poderiam, e os quais não poderiam ser trabalhados pela AC. Enquanto colegas simpatizantes da AC se perguntavam como eles (colegas de outras abordagens) não viam como a AC poderia ser útil e refinada, através de seu modelo explicativo funcionalista, eu me questionava sobre o que as/os analistas do comportamento tinham/temos feito para contribuir ou refutar as representações de insuficientes na compreensão de temas tão caros a mim?

Bem meu segundo interesse durante a graduação foi a área educacional e escolar. Fui bolsista de extensão por quatro anos, trabalhando diretamente com crianças em

[34] Agradeço imensamente à professora Ellika Trindade que aceitou me orientar em uma pesquisa quanti e quali acerca das representações sociais da homossexualidade. Sua trajetória acadêmica tem forte vínculo com o método fenomenológico existencial. Desde que eu entrei no curso tive desenvolvi significativo afeto por esta professora. Suas aulas sem slides, sem recursos performáticos excessivos, sem "frescura", texto, quadro e movimento. Vestida de um modo autêntico e modesto, séria e disposta a elaborar boas perguntas, Ellika me sensibilizou no caminho por buscar respostas, mesmo quando estas são provisórias.

vulnerabilidade social. Esta experiência favoreceu minha escolha pelo mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem na UNESP. Além disso, o TCC tinha me deixado marcas doloridas após a análise dos resultados (in)esperados. Creio que foi necessário tomar um bom fôlego antes de retornar a este tema.

Durante o mestrado me aventurei em pesquisar as condições para o desenvolvimento da linguagem, comportamento verbal e comportamento simbólico a partir da Teoria das Relações de Equivalência de Sidman (2000). As/os participantes da minha pesquisa eram crianças com pouco ou nenhum repertório verbal, seja vocal, escrito ou auditivo. Utilizei o procedimento de *matching-to-sample* para ensino de repertórios expressivos com crianças usuárias de implante coclear. Além da análise sobre as condições sob as quais os repertórios de leitura e nomeação são adquiridos, aprendi analisar as condições nas quais funções de estímulos são transferidas, e também transformadas. Pude mergulhar "um pouquinho mais fundo" nas investigações sobre comportamento simbólico, e ao final acabei por me interessar pela Teoria das Molduras Relacionais (TMR). Compreender a teoria das molduras relacionais, em um primeiro momento, me pareceu um tanto quanto rebuscado demais. A quantidade de novos termos técnicos me incomodou, e fui por um tempo cético sobre a necessidade de utilizar a TRM. Além disso, todos os textos eram em inglês. Eu entendo a necessidade de proficiência no idioma estrangeiro, mas me incomoda demais ter que aprender assuntos novos numa língua que eu não sinto. Sim, tenho para mim que eu só consigo sentir em português, embora eu possa falar em outras línguas! (Recentemente tive acesso ao um livro "Teoria das Molduras Relacionais [RFT]: conceitos, pesquisa e aplicações (PEREZ; KOVAC; de ALMEIDA, de ROSE, 2022)". Senti inveja e felicidade por meus estudantes terem acesso a um material em língua portuguesa que explicasse de forma clara a TMR e suas implicações teóricas, experimentais e aplicadas). Por fim, a utilização do paradigma das

relações de equivalência e da teoria das molduras relacionais ficaram muito mais claras quando percebi “na carne” o fenômeno por elas descrito.

Isto é, me percebi constituído a partir de infindáveis contingências que estabeleceram os contextos, as funções de estímulos e respostas relacionais implicadas em ler uma maçã em meu rosto. No final do mestrado comecei a visualizar a possibilidade de estudar preconceito, gênero e sexualidade humana por meio da TMR e o paradigma das relações de equivalência. Fôlego recuperado, ingressei no doutorado. Minhas questões e problemas de pesquisa iniciados na graduação começaram a vislumbrar possibilidades factíveis de investigação.

***

Fui por muitos anos vinculado a uma religião monoteísta, cristã e conservadora. A contrapelo dos meus desejos infantis, aprendi que como um “filho de deus[35]” eu seria herdeiro do seu reino se, **e somente se[36]**, eu merecesse. As expectativas que os “homens de bem” diziam ter o senhor deus sobre mim sempre me pareceu, um tanto quanto, irrealizáveis e incoerentes. A herança das terras celestes, prometida a mim e a todos os santos filhos de deus, só seria recebida por meio de uma cobrança desproporcional de atitudes e comportamentos que violam o direito filial sobre herança estabelecido, claramente, nas leis mortais. Como cristão, o mito de início do mundo, pôs-me diante do fantástico poder da graça divina e de um *suposto* amor paternal infinito. Concomitante ao evento da criação de um mundo perfeito por amor aos seus filhos, há na estória do Gênesis uma descrição sobre as consequências direcionadas à mulher e ao seu esposo que comeram de um fruto **intencionalmente** posto ao alcance deles. Uma cobra falante

[35] Intencionalmente a palavra “deus” será grafada em letra minúscula.
[36] Utilizarei negrito no corpo do texto para produzir efeitos autoclíticos de ênfase, ou para indicar as relações entre estímulos frequentemente descritas e estudadas por meio da Teoria das Molduras Relacionais.

instigou a mulher a transgredir. Cobra criada e também colocada neste Éden. A mulher comeu do fruto e copiou a cobra incitando o ingênuo e carente marido para que também violasse a regra dietética do paraíso. O fruto proibido foi representado alegoricamente por muitos como uma maçã. Uma representação arbitrária, uma vez que pouco se sabe das características genotípicas, fenotípicas e frutíferas do fruto produzido pela "árvore-do-conhecimento-do-bem-e-do-mal". Comer do fruto culminou na expulsão do casal do paraíso. Além disso, ambos receberam como punição dor, sofrimento e trabalho. De acordo com o mito, "A queda" inaugurou o ciclo de vida e morte entre nós humanos. O erro que cometeram foi tão grave que as consequências se estendem a todos os desterrados filhos destes pais pecadores. Destaco que, em minha opinião, Eva e a cobra falante foram além do bem e do mal ao desafiar o senhor deus em seu próprio território.

Maravilha e assombro numa mesma estória contada há milênios. Gosto desta relação paradoxal, barroca, antinômica entre luz e sombra, revelação e ocultação, pecado e virtude. Percebo o uso desta figura de linguagem em textos sobre a TRM quando alguns autores se referem aos efeitos da linguagem na história evolutiva dos humanos. A linguagem nos propiciou criar um mundo artificial e cultural capaz de transformar a natureza e elaborar condições sofisticadas de sobrevivência (HARRIS, 2009; HAYES; STROSAHL; WILSON, 2021). Ao mesmo tempo, esta grandiosa criação humana, nos lançou para as psicopatologias e aos sofrimentos sociais, exponencialmente mais violentos que a própria natureza.

A maçã, ou o fruto, me salta aos olhos tanto na alegoria bíblica quanto na pintura de Magritte. Parece que a presença da maçã faz com que se oblitere o ser humano por traz dela. Embora a maçã pareça estar fora do lugar, é por ela estar onde está que se pode estranhar a presença humana que almeja revelar-se. Desconforto, desejo e curiosidade (i.e., operações estabelecedoras) são alguns efeitos sobre mim leitor/vidente, tanto da

maçã de Eva quando da maçã de Magritte. A maçã que parece primeiramente em frente ao rosto do homem do quadro e a maçã suculenta comida por Eva e seu esposo, de repente salta das obras e se põe diante do meu rosto. Há um efeito de espelho que somente através da linguagem (maravilhosamente assombrosa), por meio dos complexos processos comportamentais de aprendizagem, consegue me mobilizar.

Durante anos, as pessoas me viam a partir de uma "maçã" que me adiantava a mim mesmo nas interações sociais. Gestos, tom de voz, preferências musicais, posturas, modo de andar, roupas, corte de cabelo, trejeitos, aptidão para estudar – um conjunto de comportamentos topograficamente diferentes precediam minha autoapresentação como um, dentre tantos Felipes no mundo. De pronto, uma maçã me tampava a mim mesmo com tantos nomes quanto qualquer fruto sem árvore pode ter: bicha, *viadinho*, boiola, maricona, menininha entre outros. Talvez, por estar tão perto do meu nariz demorei muito tempo para eu mesmo ver a maçã, ou, quiçá, vendo eu a maçã tão de perto, iludido, pensei ser possível me esconder atrás dela.

Os anos de *bullying* que ocorreram dentro da escola, e, os anos de alienação e violência simbólica dentro da igreja tomam um significativo lugar em minhas memórias da infância e adolescência. Ao tentar desviar da maçã, negá-la, ocultá-la, disfarçá-la, sem saber ao certo que maçã era essa, eu a amplificava. Tão breve quanto uma espiração, dezoito anos de minha vida foram um sopro profundo e contínuo na tentativa de afastar a maçã, ou para me esconder dela, atrás dela mesma. Sem saber, o sopro a inflava cada dia mais.

Fui expulso de uns paraísos. "Caí em pecado"! Igreja, escola, "amigos", cada espaço ao seu modo tentou me revelar por meio da maçã. De certa maneira conseguiram, ou não? A maçã, para eles, dizia tudo sobre mim. Além disso, ao mesmo tempo que me nomeavam, eles/as também recebiam seus nomes por não terem uma maçã frente aos seus

rostos (ou tinham?). Ao ser eu um pecador, os diferentes de mim tornavam-se sagrados; eu indigno e eles dignos; eu sujo e eles asseados, eu pecador e eles virtuosos, eu *viado* e eles santos.

Hoje percebo que nunca houve um paraíso. Todo mito da criação era um cenário ficcional. As relações sociais que tive por muitos anos eram esteticamente estéreis, empobrecidas, treinadas unicamente para vigilância de uns aos outros e para confabulações de narrativas mágicas. Todas e todos buscavam incansavelmente eliminar a maçã que tampava o próprio rosto, através da eliminação da maçã do rosto alheio. É interessante perceber que eu sou só mais um dentre tantos outros que possuem diversas formas de maçãs em frente ao rosto, cada uma com seus nomes e cujas funções são infindáveis como a imaginação pueril.

O que tudo isso tem a ver com análise do comportamento, preconceito sexual e de gênero e um capítulo final desta tese? Tentarei utilizar as relações simbólicas aprendidas em minha história, meu interesse por *Les fils de l'homme* e os contextos nos quais cresci para explicar os processos comportamentais do preconceito. Alinhavarei estas considerações com os resultados dos estudos apresentados nos capítulos anteriores.

De forma direta, o fruto (A^{37}) comido por Eva foi relacionado a uma maçã (B) por justaposição e contiguidade com a finalidade de ilustrar a transgressora cena adâmica. A maçã (B) (e/ou fruto diante da relação simétrica estabelecida) foi relacionada ao pecado original (C). Esta segunda relação também se deu por contiguidade, ao repetirem a estória diversas vezes, e a maçã comida ser sempre seguida da punição celeste ao casal faminto. Até aqui uma relação de equivalência/coordenação clássica. Dado um estímulo A

[37] Adoto aqui a notação convencionada nos estudos sobre comportamento simbólico para exemplificar classes de estímulos que são diferentes em suas características físicas, porém, tornam-se relacionados após específicas condições de ensino.

relacionado a um estímulo B, e o estímulo B a um estímulo C, assegurando as propriedades de reflexividade, simetria e transitividade, tem-se uma classe de equivalência de estímulos. Pecado, fruto e maçã tornaram-se intercambiáveis em determinados contextos simbólicos.

Entretanto, "pecado" advém do verbo *peccare* que significa, dentre tantas possibilidades exegéticas, errar. No contexto religioso cristão, pecar corresponde a errar perante as leis de deus. Um possível antônimo para pecado seria virtude. Assim como na Grécia Clássica de Platão e Aristóteles, tornar-se virtuoso seria desvencilhar-se da natureza humana-animal, para uma natureza humana-transcendental. Neste caso uma nova relação aparece pecado (C) é **o oposto**[38] de virtude (D).

As regras acerca de quais são os pecados, e quais as consequências para cada um deles, são dignas de teses para as ciências de religião. Neste texto cabe somente uma reflexão sobre as relações entre estímulos estabelecidas no contexto religioso. "Maçã/fruto" e pecado tornam-se estímulos equivalentes ou coordenados, já pecado e virtude relacionam-se por oposição.

Na igreja também aprendi que há duas categorias de pessoas: 1º as que não pecam, ou que pecam e se arrependem. Estas pessoas serão salvas e viverão em um lugar sem sofrimento chamado de "céu" (E); 2º as pessoas que pecam e não se arrependem, as quais não serão salvas e sofrerão pela eternidade num lugar chamado "inferno" (F). A divisão é clara (embora, os meios pelos quais se chegará no denominador da distribuição das pessoas aos lugares de destino me pareçam dúbios), há pessoas que vão para um lugar **melhor** e pessoas que vão para um lugar **pior.** Percebe-se uma relação de hierarquia (i.e., primeiro e segundo), bem como uma relação de preferência, uma vez que é preferível um

[38] Utilizarei negrito para destacar efeitos autoclíticos de ênfase ou para indicar as relações entre estímulos frequentemente descritas e estudadas por meio da Teoria das Molduras Relacionais.

lugar eternamente sem sofrimento a um lugar com sofrimento. Esta distribuição dos lugares para vida *post-mortem* acontecerá **depois** de um evento nomeado como Juízo Final (G). Assim, **antes** do juízo final todas/os devem evitar pecar, afastarem-se do pecado ou arrependerem-se dos pecados. Antes e depois indicam que o evento Juízo Final estabelece uma relação de temporalidade com a vida e a prática ou não de pecados.

As imagens do Juízo Final geralmente são compostas por representações artísticas. Michelangelo em seu afresco na Capela Sistina[39] representou este mítico evento futuro. Depois dele, tantas outras obras servem para entender as sensações eliciadas ao pensar em pecado[40]. Atentando para a parte inferior do afresco colossal de Michelangelo, vê-se uma legião de desgraçados, mortos, doentes, desalmados, alguns buscando se esconder, outros tentando serem salvos. Bizarramente vê-se figuras esverdeadas com chifres e orelhas pontudas (talvez, anacronicamente, sejam comunistas?[41]) divertindo-se da dor dos pecadores. Na parte superior do afresco à direita há aquelas/es que conseguiram se salvar, pessoas que se desvencilharam do mundo pecador e observam o pandemônio reservado aos que falharam. Emoções como medo e nojo podem não ser facilmente eliciadas apenas por palavras, contudo ao usar imagens (H), músicas (I), encenações (J), tais efeitos emocionais tornam-se mais prováveis. Com frequência lembro-me de que as descrições de céu e inferno eram seguidas ou por cantos doces com melodias suaves, reverentes ou exultantes sobre o céu, ou tristes, melancólicas e excruciantes sobre o inferno. Se antes as palavras "céu" e "inferno" eram somente encadeamentos fonéticos relacionados a imagens pitorescas, após frequentes pareamentos

[39] O afresco de Michelangelo encontra-se na parede atrás do altar da Capela Sistina. Pode-se ver em alta definição com zoom o afresco no link https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/18/Last_Judgement_%28Michelangelo%29.jpg

[40] Outra obra interessante para analisar os possíveis estímulos coordenados ao inferno é "Os quatro cavaleiros do Apocalipse, gravura de Albrecht Dürer.

[41] Contém ironia neste comentário, além de indicar possíveis estratégias políticas utilizadas para produzir uma caricatura demoníaca a posições ideológicas não liberais.

de estímulos, elas (palavras e imagens) tornam-se estímulos condicionados para respostas de aproximação ou afastamento diante das emoções eliciadas por derivação de emparelhamentos sucessivos entre estímulos condicionados e incondicionados.

Outro lugar muito proficiente no ensino de relações simbólicas preconceituosas foi na escola. Diferentemente da igreja, as relações escolares eram mais diretas esdrúxulas, sem enrolações ou eufemismos. Violências tinham (e ainda parecem ter) um papel aceitável, sobretudo na socialização masculina. As palavras "bicha, *viado*, boiola" dirigidas a mim não guardavam um referente facilmente identificável para o Felipe de seis para sete anos. Nas primeiras etapas do ensino fundamental estas palavras serviam de contexto para risadas, ridicularizações, humilhações e, muito rapidamente, tornaram-se contextos que me eliciavam respostas de medo, tristeza e vergonha. Uma vez que eram os meninos que produziam este contexto aversivo, comecei a evitar jogar bola ou a me expor nas aulas de Educação Física. Misteriosamente, minhas habilidades desportivas são insípidas. Desta feita, passei a ser o **último** chamado para formar times nas obrigatórias e indigestas aulas. Respostas de fuga e esquiva tornaram-se mais frequentes em meu repertório, "dores de cabeça", "lições para fazer", e por fim simplesmente eu dizia que "não 'tava afim!".

É interessante notar que frente a incontrolabilidade da minha exposição aos contextos aversivos, todos meus comportamentos emitidos antes das ofensas passaram a ser condições discriminadas por mim como inadequadas. Ocorre que falar, gesticular, andar, olhar para algum local, respirar de forma mais forte, fazer perguntas na sala de aula, foram comportamentos que diminuíram de frequência. Pouco adiantou para as ofensas pararem, contudo, comportamentos alternativos como estudar, ler, escrever e imaginar tornaram-se repertórios mais refinados por meio de reforçamento intrinseco.

Professora alguma pediu para que os meninos parassem com as ofensas, tampouco vieram a mim para explicar o que se passava. Talvez, também lhes tenham sido aversivas as situações, talvez tivessem medo do que meus pais achariam, ou talvez achassem que eu realmente deveria aprender algo com a violência. Eu realmente tinha comportamentos muito efeminados com referência ao padrão de masculinidade hegemônica. Nossas práticas culturais colônias tendem a facilitar a discriminação, e a indicar vítimas como as culpadas pela violência do agressor. As professoras, ao contrário de me defenderem ou ajudarem-me a saber como eu mesmo poderia me defender, reforçavam amplamente meu empenho e dedicação nos estudos. Acredito que por modelação aprendi a ignorar as ofensas, ou a fingir que estava as ignorando. Quanto a estimulação ao estudo e aos comportamentos de fuga/esquiva das ofensas favoreceram-me até esta tese?

Se na igreja as contingências sociais preconceituosas indicavam que os "pecados da carne" tinham como referência a danação no inferno com medo, pavor e ameaças de expulsão do seio da comunidade, na escola eram outras as consequências para os meninos "não meninos o suficiente". Humilhação e ridicularização estavam atreladas ao "jeitinho" efeminado que eu apresentava, nestas condições as respostas emocionais oscilavam entre raiva, medo e vergonha. As vezes numa mesma situação lembro-me de sentir tudo junto.

Muitas e refinadas são as formas explícitas de preconceito, incluirei mais uma para ilustrar o quadro relacional que estou rascunhando. Tomemos à consciência os programas de televisão da década de 90 e 2000 que eu assistia em casa. "Zorra Total" e "A Praça é Nossa" tinham personagens gays e travestis sempre tratados/as com deboche, exageros, com caricaturas vazias e estereotipias descontextualizadas. As personagens faziam as pessoas rirem somente por existirem (i.e., gestos, tom de voz, roupas, modo de andar, eram contextos para risadas antes mesmo de algo de fato engraçado ser performado) tal qual eu fazia os estudantes rirem na sala de aula após as zoações. Destaco

que eu nunca ri das situações de *bullying*, e até hoje sou um pouco difícil de rir de situações em geral sem ter que me forçar um pouco para isso. Num dos quadros de Zorra Total[42](K), semanalmente aparecia a relação de um pai Alfredão (interpretado por Jorge Dória) e um filho, Alfredinho (interpretado por Lúcio Mauro Filho). Alfredinho, assim como eu, tinha um "jeitinho efeminado". As interações entre eles eram sempre rasas e insonsas com duplos sentidos pífios, por vezes vulgares, com objetificações do corpo das mulheres, sexo e "pegação" heterossexual. Ao final de todo esquet,e quando Alfredinho já tinha emitido diversas vocalizações agudas e contrárias aos anseios do pai, Alfredão, religiosamente, repetia com um olhar decepcionado e enraivecido "onde foi que eu errei?" (L).

...

Haviam errado comigo, ou eu era um erro?

Faço essas reflexões hoje escrevendo uma tese de doutorado, e é sabido que analisar eventos pretéritos é sempre mais fácil do que os ler enquanto estão em trânsito. Lembro-me que à época meus pensamentos não tinham tanta clareza. Na verdade, julgo até que naqueles momentos eu somente sentia vergonha e medo de forma generalizada, pois não conseguia discriminar exatamente os antecedentes sociais das minhas emoções, nem moldar meus comportamentos de forma suficiente para evitar as ofensas.

Como tentei descrever até este ponto, na minha história de vida nenhuma dessas relações entre pecado-imoralidade-vergonha-culpa, e, por conseguinte, homossexualidade, teve ensino direto por meio de procedimentos como modelagem, *matching-to-sample*, tentativa e erro, dentre outros. Ao contrário, o estímulo fruto (escrito e falado) e o estímulo maçã (figura) tornaram-se relacionados por emparelhamento S-S.

[42] Para assistir a um dos esquetes acessar ao link https://globoplay.globo.com/v/2589728/

Os estímulos pecado, virtude, céu, inferno, Juízo Final, imagens, músicas, encenações, programas de televisão, expressões populares, piadas, passaram a compor um pitoresco quadro de relações de estímulos que eliciavam respondentes como medo, vergonha, temor, raiva, e operantes como preocupações, ruminações, autodepreciação, e uma vasta classes de comportamentos de evitação. Sobretudo, estas relações entre estímulos, respostas e consequências construíram o que cotidianamente chama-se de significado da palavra “gay, viado, bichinha, baitola” e sinônimos.

É importante destacar que maçã, pecado, “jeitinho efeminado”, inferno, humilhação, medo, repertório comportamental restritivo passam a compor uma rede de relações sob específicos contextos, ou seja, uma rede simbólica contextualmente controlada (PEREZ et al., 2023). Isso porque sempre comi maçãs sem ter em mim qualquer reação associada ao pecado. Mas não seria estranho se esta não fosse minha fruta preferida. No contexto social religioso, bem como em contextos nos quais eu precisasse responder de modo hermenêutico ou exegético, aí sim emergiam as relações entre maçã e pecado. Do contrário, maçã era somente uma maçã.

Enfim, retornemos ao quadro de Magritte, o qual sempre me provocou uma vontade imensa de conhecer o olhar por traz da maçã, e ao fracasso de concluir de que não existe a possibilidade de a maçã não estar exatamente no lugar em que está. Nesta moldura de coordenação maçã-pecado-inferno, é bem possível que, por meio da minha história de vida, a palavra gay, bicha, viadinho, além das sensações de medo e temor, também passaram a compor, em certos contextos, as relações arbitrárias estabelecidas na escola dominical, na escola regular e ao assistir televisão. Assim, no momento que entendi o estranhamento pelo quadro, creio ter compreendido um pouco mais sobre teoria das molduras relacionais, e como o responder relacional arbitrariamente aplicável e

estimulações aversivas relacionadas operam em meu próprio corpo por trás, por dentro e por meio de uma maçã.

***

Outro contexto no qual as maravilhas e assombros dos efeitos da linguagem e do responder relacional pode ser observado é por meio das relações dêiticas e do autotato de eventos privados. A partir do treino/ensino, sistemático e assistemático, por múltiplos exemplares que aprendemos a discriminar contextos e nomes. Emerge destes contextos uma forma de responder relacional derivado que se refere a perspectiva da/o falante. O/a falante aprende que assim como ela/e vê e ocupa o mundo "de um ponto" no espaço e no tempo, outras pessoas também veem e ocupam o mundo a partir "de outro ponto" (SILVEIRA; de ALMEIDA; PEREZ, 2022). Estas relações são aprendidas ao responder desde tenra infância a frases como "o neném está com dor!", "o que você comeu ontem", "amanhã você e eu vamos brincar", "você gostou desse brinquedo", "você está vendo a mamãe lá na frente?". Deste modo, eventos privados como sentimentos, pensamentos, memórias, dentre tantos outros comportamentos encobertos passam a estar relacionados a um "eu" que emerge como "estável", "contínuo", "(im)permanente". Por meio de arranjos autoclíticos infindáveis podemos "caminhar" com este "eu" para um tempo passado ou futuro.

Ocorre que este "eu", do modo como compreendemos hoje, foi desenvolvido e consolidado na Modernidade. A busca iluminista pela libertação dos seres humanos de seus enredamentos históricos e sociais culminou na criação de um "eu" interno narrado como universal (TOURINHO, 2009)[43]. Desde então, as contingências sociais nos

[43] Vale destacar que o projeto iluminista concretiza o processo de centralização dos seres humanos como medida e medidores da vida, deslocados da História e dos condicionantes sociais iniciados séculos antes. Neste conjunto de práticas sociais, um "eu iniciador" interno e inviolável, tornou-se importante para fomentar a acumulação de riquezas a despeito dos valores religiosos abnegados da Idade Média. A partir

enlaçam numa busca incansável pelas “verdades” ocultas sob a pele para revelar o “eu” verdadeiro. Bem, o que podemos aprender por meio da TMR e do comportamentalismo radical é que “a verdade” deve ser pragmática e funcional. Logo, parece que o que socialmente chamamos de “eu” é produto de contingências sociais entrelaçadas que nos permitem emoldurar a realidade por meio das relações aprendidas. Logo, um “eu” emerge enquanto uma relação derivada após incontáveis treinos discriminativos.

Para algumas pessoas afirmar a própria identidade sexual em uma tese de doutorado pode parecer exagerado, desnecessário, não-científico, “uma maçã fora do lugar”. Geralmente, tais julgamentos advêm daqueles/as que nunca precisaram – e talvez não precisem durante suas vidas – dizer sobre a própria identidade sexual, de gênero, racial, étnica, entre outras. Isso acontece porque algumas pessoas possuem características socialmente compreendidas como a norma sociocultural de referência. Assim suas características são o óbvio, o natural, o correto, a verdade, a virtude. Por meio das contingências de coordenação/equivalência as características destas pessoas são a referência de normalidade. Assim, a partir de uma história de condicionamento aprende-se relações dêiticas tais como “eu **sou** minhas ‘características’”, “eu **sou** a minha ‘identidade’”, logo, é provável que emerjam derivações como “eu sou a norma, o natural, o correto, a verdade”. Note-se que não há intencionalidade na emergência destas relações

disso, a figura do “herói aventureiro” que na Idade Clássica grega era inspiração irrealizável e funcionava como balança moral estética nas contingências culturais, torna-se um imperativo a todo homem (e crivo homem porque mulheres não atendiam aos critérios de perfeição iluminista para além da função reprodutiva) que pretendia ser senhor de si mesmo e desbravador do mundo criado para seu uso. As práticas de violência colonial e a exploração abjeta da natureza são permitidas e incentivadas posto que o “eu iniciador” possui uma “natureza” não-natural e dominante. Até os dias atuais nossa linguagem é permeada de pseudoexplicações mentalistas, vastamente criticadas pelo comportamentalismo radical, acerca de ações, sentimentos, memórias, desejos, e tantos quantos forem os comportamentos humanos sob a pele. Estas explicações populares atribuem a um “eu” interno a causa para todos os comportamentos humanos. Oblitera-se, por meio das práticas verbais da cultura, a constituição do “eu” como um repertório relacional emergente de condições sociais. O problema do “eu iniciador Moderno” está em limitar a busca científica de explicações contextuais, e ao contrário, incentivar práticas culturais autodestrutivas em função da manutenção dos privilégios adquiridos na vida de cada pessoa.

derivadas de coordenação ou dêiticas. A emergência de relações entre estímulos é função das contingências de reforçamento social.

Algumas relações aprendidas constituem, em si mesmas, problemas sociais. Principalmente quando se aprende que pessoas e grupos sociais diferentes da(s) norma(s) são opostos e hierarquicamente inferiores a pessoas ou grupos que representam a norma. O modo como uma pessoa se relaciona com as próprias características torna-se um entrave social, pois para manter as relações entre características e adjetivos positivos, tudo que é diferente passar a receber (in)diretamente adjetivos negativos.

Foi possível verificar esse efeito com os resultados apresentados no capítulo cinco desta tese. As/Os estudantes cisheterossexuais apresentaram níveis neutro ou positivos no IRAP que media as relações entre estímulos positivos e os emojis com as identidades sexuais que representavam heterossexuais. Este mesmo efeito foi verificado com o grupo LGBTQIAPN+ acerca de avaliações positivas para as relações entre estímulos positivos e emojis correspondentes a gays e lésbicas. Ambos os grupos apresentaram ausência de viés (viés neutro) quando avaliaram grupos diferentes aos seus.

De fato, se somente adjetivos negativos fossem o problema, facilmente se resolveria a situação do preconceito. Ocorre que dado condições específicas como vimos acima palavras, sentimentos, memórias, comportamento público, tornam-se todos estímulos intercambiáveis e/ou relacionados entre si. Posso não ter aprendido diretamente a regra “afaste-se de gays e dos sentimentos homoafetivos”, mas aprendi que “gays não são sagrados, corretos, normais”. Além disso, aprendi que devo me afastar de tudo que não é sagrado, correto e normal. Aprendi que devido ao fato de eu apresentar comportamentos topograficamente identificados como “de bicha” eu poderia ser submetido a preconceitos, sentimentos de vergonha, medo e raiva generalizados em

situações sociais. E como disse Hilda Hilst, “tu podes ir e ainda que se mova o trem tu não te moves de ti.” (p. 10, 2004).

Junto às relações aprendidas entre os estímulos socialmente relevantes para identificar a homossexualidade, nomear-me “eu” e descrever os eventos privados sob a minha pele, foram repertórios afetados (in)diretamente. Logo, emergiram as relações eu-pecado, eu-imoral, eu-debochável, eu-último, eu-inferno... eu-maçã. Os sentimentos de medo, nojo, desapontamento, desconforto, ansiedade social tornaram-se também função dos estímulos e contextos relacionados a mim mesmo. Um “eu” emergente que, ao “se pôr no mundo”, automaticamente está relacionado a diversas condições inóspitas! Um “eu” considerado não digno de existir. Portanto, para mim, expressar a minha própria identidade representa uma possibilidade de rearranjar as relações estabelecidas entre “eu” e estímulos sociais negativos, adicionando novos estímulos na arquitetura das relações simbólicas.

É possível que “silenciar a própria identidade em uma tese de doutorado” esteja sob controle social: o que dirão? Com base em tudo que já disseram, declarar-se publicamente desviante de alguma norma não parece fácil. Esta é uma justificativa compreensível do meu ponto de vista, nunca sabemos qual será a estimulação aversiva que não conseguiremos nos recuperar. Grande parte do nosso repertório verbal está sob controle de ambientes sociais, logo, respondemos frequentemente sob o controle de contingências de reforçamento negativo e coerção (SIDMAN, 1989; SKINNER, 1953, 1957, 1978). Honestamente, criamos um mundo social, inabitável para uma quantidade infindável de seres humanos e outros animais. Embora digamos que preferimos “a verdade”, geralmente algumas “verdades” são passíveis de punição. Por vezes, quando precisei dizer minha identidade sexual sentia que a audiência queria mais confirmar suas próprias crenças sobre o rosto atrás da maçã, do que de fato ver quem estava ali.

***

Eu me lembro da primeira vez que tive coragem de dizer em voz alta a frase “eu sou gay!”. Eu olhava fixamente para uma janela entreaberta. A sala mantinha-se iluminada pelos raios de sol que passavam pela suave trama de fios de uma cortina branca. Eu disse “eu sou gay” em voz alta, sem olhar nos olhos da minha interlocutora. A psicóloga me ouviu em silêncio, enquanto eu falava chorando: “eu sou gay”!

Ouvi a mim mesmo, e muitas lágrimas acompanharam um riso frouxo desesperado. Eu queria a todo custo me esquivar da sensação que vinha ao concatenar a frase “eu sou gay”. Naquele momento toda a rede de relações simbólicas que a palavra gay possuía presentificou-se junto das relações de autoconceito estabelecidas como um “eu” que aprendi desde a infância. Após tantos anos evitando a maçã, de repente toquei-a e a comi. Uma estranha conhecida sensação de que eu estava erradamente certo.

O comportamento verbal é sempre multideterminado (SKINNER, 1957). Questiono-me se a minha autorrevelação foi uma resposta ao que eu sentia. Ou, se respondi ao que a psicóloga esperava. Talvez, eu tenha respondido atrasado àqueles/as que determinaram a relação entre a palavra “gay” e todas as equivalências (in)imagináveis que eu representava. Respondi a mim mesmo para dar contorno àquilo que não tinha forma? Por fim, acho que o estímulo que mais exerceu controle sobre meu comportamento verbal foram os raios de sol que entravam já cansados na sala ao fim da tarde. Eu também estava cansado! Choveu muito no final desta tarde, ou era eu quem chorava?

A questão comportamental desta cena de autorrevelação, o tato puro sobre a maçã que me cobria, por que uma frase, gramaticalmente simples, sujeito+verbo+predicativo do sujeito – “eu + sou + gay” – me tomou de assalto com sensações tão difíceis? Por que,

dizer de mim mesmo sobre a maçã que há tempos era vista por todos, me implicou numa dolorida reação emocional?

Pode-se compreender que na frase “eu sou gay” há uma coordenação do estímulo verbal “gay” com o estímulo verbal “eu”. Sendo “eu” uma resposta verbal complicada como descrita em parágrafos acima. A narrativa que criamos sobre um “eu” é reforçada socialmente. Quando a narrativa correspondente ao que o grupo social espera, a comunidade verbal libera reforços positivos. Porém, se a narrativa apresenta quaisquer variações da norma esperada, consequências punitivas são aplicadas. Assim, uma narrativa alternativa pode passar a ser reforçada negativamente (e.g., tatos distorcidos) para evitar as punições sociais de um autotato refinado. De qualquer modo, embora a noção de “eu” nos proporcione sensações de um mundo privado coerente, parece razoável dizer que, o grupo social tem muito poder sobre a narrativa que construímos sobre nós mesmos.

Após dizer “eu sou gay”, minha primeira reação foi: o que vão pensar de mim?! Somente a psicóloga e eu estávamos na sala, porém eu fugia meu olhar para o horizonte com medo de ver a quantidade incontável de pessoas que me ouviram naquele momento. Um novo estímulo verbal passou a compor minha narrativa de mim mesmo. A palavra “gay” adquiriu função discriminativa favorável para tatos auto-descritivos inerentes à consciência de mim mesmo.

Acredito que estas cenas que apresento a partir de um caleidoscópio discursivo foram preponderantes para minhas questões científicas-políticas-pessoais sobre o preconceito e linguagem. Embora este seja o último capítulo de uma tese que levou quatro anos para ser escrita, digo, sem pretender soar hiperbólico, que me sinto a cada dia mais distante de responder estas questões. Como a linguagem e o pensamento tornam-se tão fortes a ponto de me afogar por anos em um silêncio cego e doloroso? (Propositalmente

elaborei esta questão de modo mais poético do que o que seria aceito como um problema de pesquisa científico, mas garanto que discrimino os contextos verbais para elaborações de problemas de pesquisa e os capítulos desta tese são uma constatação disso).

O desconforto que senti ao dizer a palavra "gay" junto da palavra "eu" talvez possa ser um efeito parecido com àquele descrito pelo paradigma das relações conflitantes. Isto é, após anos de exposição a punições (suprimindo respostas), reforçamento negativo (aumentando a frequência de respostas que evitavam estimulações aversivas) e regras (i.e., *pliance* – sob controle de consequências fornecidas por um falante específico ou uma autoridade) de que "eu" não poderia acompanhar o adjetivo "gay", mas sim o adjetivo "hétero", surgiu uma forte rede de relações. Experimentalmente, de acordo com o paradigma das relações conflitantes, vê-se que mesmo em condições controladas é difícil ensinar novas relações entre estímulos quando as novas relações são contrárias às previamente aprendidas e com alto valor social (MIZAEL, de ALMEIDA, 2021). Futuras pesquisas podem explorar experimentos sobre as relações conflitantes por meio de questionários e entrevistas, bem como medir respostas eletrofisiológicas (e.g., N400, N170 potenciais relacionados a eventos que refletem processamentos neuronais de eventos simbólicos discrepantes e familiares) ou imagens de tomografia computadorizada como nos estudos de Amodio (2014) sobre ativação de áreas especificas de cérebro frente a tarefas sobre preconceito. Além deste olhar neurobiológico pesquisas culturo-comportamentais também podem contribuir ao descrever as práticas sociais que mantém grupos e pessoas em oposição umas às outras através do controle simbólico.

Para além de um capricho estilístico, assumir-me eu, foi, e tem sido, um desafio. Colocar-me, a mim mesmo diante das pessoas enquanto um homem gay exigiu, e ainda exige, considerável repertório discriminativo sobre como, quando, onde, para quem. (Quantas pessoas cisheterossexuais já tiveram que pensar alguma vez sobre as

consequências na família, escola, trabalho, que terão ao dizer o nome da pessoa pela qual estão apaixonadas? Talvez, por isso elas não tenham nada a assumir, a declarar. Pessoas cisheterossexuais com seus desejos e características são esperadas e tem seus comportamentos reforçados socialmente).

Tenho o privilégio de estar frequentemente em espaços nos quais não há nenhum tipo de preconceito explícito contra mim. Nestes lugares tendo a assumir uma postura extremamente austera e firme, bichíssima! Sim, superlativamente bicha. Não deixo brechas para dúvidas. A maçã já foi por muito tempo fetichizada pelas pessoas. Hoje eu mesmo ponho um holofote sobre ela. A maçã é minha e sou eu quem a mantém no lugar que ela deve estar. Minha audiência tem interpretado esta postura de múltiplas formas, desde o extremo "muito empoderado", no qual se desconhece minhas vulnerabilidades e incertezas, ao outro extremo "arrogante-que-defende-a-ditadura-gay" (sim, já tive estudantes que fizeram comentários como este numa avaliação institucional). De qualquer modo, o que controla meus comportamentos nestes contextos, ainda que privilegiados, é assumir que grande parte das pessoas simplesmente não gostam de gays, de lésbicas, de travestis, de bissexuais, de pessoas trans, não-bináries, queers e afins. Somos ainda uma maçã que perturba a legibilidade de um quadro social. Ainda não somos vistos como partes indissociáveis da obra.

"- Ah! Felipe, isso é exagero da sua parte! "

"- São crenças limitantes! "

"- Autorregras disfuncionais. "

Bem, faz sentido as possíveis interpelações. Porém, embora seja eu quem pensa e assume deliberadamente que os outros não gostam de quem e do que sou, e claramente esta resposta é uma generalização descabida, não passei a me comportar assim "do nada".

Ocorre que meus pensamentos foram, e são, cocriados a partir da discriminação dos contextos sociais nos quais me desenvolvi, e dos quais até hoje participo. Eu não derivei deliberadamente relações de medo e ansiedade sobre pessoas e contextos sociais. A narrativa criada sobre mim, e por mim, é fruto de um processo histórico no qual muitos passaram a me habitar. Assim, diante de um/a gay, uma lésbica, uma travesti, uma pessoa não-binarie, ou qualquer outra pessoa da comunidade LGBTQIAPN+ que apresente um comportamento combativo/afirmativo, meu convite é: "mentalmente", de modo encoberto, imaginar quais as contingências que as levaram a este momento.

Parece-me claro que muitas pessoas toleram pessoas LGBTQIAPN+s. Na verdade, toleram mais LGBs que correspondam as expectativas culturais de gênero. Além disso, há uma expectativa social para que nós sejamos alegres e façamos todos rirem. Que nós nos "casemos" (sem ser na Igreja que seria uma afronta, e, de preferência sem a necessidade de um documento). Devemos, segundo as regras sociais, assumir um estilo de vida "bem *normalzinho*". Respeitando o padrão normativo podemos chegar na cena do Juízo Final mais tranquilos, e talvez passemos despercebidos pelos anjos arrebatadores em direção a um lote celestial.

Um alegórico exercício encoberto para compreender sobre o que falo, quando me refiro categoricamente ao fato de que a sociedade majoritariamente tolera LGBs, pode ser: imagine que uma visita vai à casa de um casal cisheterossexual que acabou de ter um filho, chamado: Jesus. Você ouve enquanto uma das visitas fala graciosamente com uma voz açucarada, comum nas interações com recém-chegados ao mundo: que gracinha, tomara que seja Jesus encontre um namorado ou namorada quando crescer!

Isso é estranho?

Mas se esta mesma visita falasse, vai ser um "*homão*", "um sucesso com as meninas". Isso parece mais comum? Pensemos em outras conversas sobre o mesmo Jesus em desenvolvimento. " Já pensou que lindo se ele se namorar com amigo Pedro? São tão lindos juntos" (não entrarei no mérito sobre a inadequação ética em comentários acerca de relações romântico-sexual infantis). Como soa tal especulação? Que tal outros comentários como: "Já pensou em colocar Jesus no ballet?", "eu acho que rosa fica muito bem nele!", "comprei esse conjunto de bonecas, porque lembrei que Jesus gosta tanto de vestir seus brinquedos com roupinhas que ele costura", "que tal a festa de aniversário de um aninho dele ser da Pequena Sereia, ou melhor, da Cinderela?"

Além desta visita ficcional ser muito invasiva (chata!), pensemos que se ela falasse, "já pensou em por ele no futebol"? "Ele fica ótimo de azul", "comprei este jogo de super-heróis para o Jesus, já que ele adora brincar com "hominhos", "que tal uma festa do Batman, ou melhor do Corinthians". Tais verbalizações soam menos estranhas, mesmo que tais frases sejam invasivas? Todas estas frases contêm relações de coordenação entre Jesus estímulos generificados. Porém, parece que o problema de violar o papel de gênero está em implicitamente violar também o papel sexual esperado. Pois bem, tolera-se pessoas LGBQTAIPN+, mas não se espera que existamos! Mesmo que haja uma maçã imensa na frente do rosto da criança, do/a adolescente, de pessoas adultas, idosas, ignora-se, oblitera-se, disfarça-se, e quando as amarras sociais não dão conta de conter aniquilasse o quadro todo.

> "*y dentro de la lógica de nuestra humanidade, nos creemos la mentira y nadie aguanta la verdade"* (Calle 13 – El Aguante).

Crescer como "uma criança *viada*", por mais que haja demasiado amor e carinho dentro de casa, na intenção de não notar a maçã verde imensa na frente do rosto da pequena criatura, não se eliminam todas as relações sociais desenhadas para que a maçã

simplesmente suma ou faça-se sumir àquilo que ela esconde! Frente a impossibilidade de tirar a maçã de seus rostos muitas pessoas LGBTQIAPN+s tiram a própria vida. E, por mais que o suicídio seja um tabu em alguns contextos, será que significativa parcela da sociedade brasileira sente algum pesar quando uma gay do interior se mata? Ou culpa-se a ela mesma pelo fato de ter escolhido a danação do pecado ao arrependimento libertador?

As relações dêiticas aprendidas forjam um ambiente interno pelo qual é possível experienciar e organizar-se no mundo, porém quando este ambiente interno é nomeado como pecador, imoral, sujo, desviante, risível, anormal, como se habitar a si próprio? Por que tive vergonha ao dizer para minha psicoterapeuta o que eu sentia? Porque agora escrevendo este capítulo meus olhos marejam, sinto certo tremor, acelera-se meu coração. Por que nossas interações sociais produzem "maquinicamente" estas sensações? Meu corpo se desconforta diante destas palavras que são genuínas e estão descrevendo realmente o que penso. Encobertamente, me veem vozes ouvidas no curso de meu desenvolvimento "o que penso é errado!", "eu deveria suprimir essa parte", "ater-me somente aos dados", "faltam-me mais e melhores citações". Um conflito em meu mundo interno produzido por contingências que não estão mais vigentes em meu cotidiano. São "vozes" de alteridades pretéritas, "fantasmas", que se somam a minha própria voz-pensamento e voz-escrita numa tentativa de descartar o eu por trás da maçã. Como isso ocorreu? Que sociedade é esta que produziu contingências tão sofisticadas para nos colocar nestas situações? Enquanto escrevo sinto vergonha, medo, desconforto, raiva, mesmo que só haja a folha em branco e as letras digitadas em minha frente. Note, que eu reitero estes sentimentos em diversos momentos para dar destaque ao efeito destes respondentes dentro das redes simbólicas. Pessoas cisheterossexuais não sentem tais reações, e não necessitam afirmarem-se em diversos contextos enquanto cisheterossexuais, porque não há contingências sociais que exija delas que se nomeiem.

Elas são esperadas “naturalmente”. Não se declaram em teses, tal qual não se declaram em episódios sociais. A cisheterossexualidade estrutura a gramática de nossa linguagem, assim todas as relações simbólicas de coordenação, hierarquia, e dêiticas já estão organizadas afirmando-a.

O comportamento do cientista é produto das contingências sociais às quais ela/ele/elu esteve e está submetida/o/e. Comigo, não foi diferente! Estudar e investigar sobre preconceito sexual e de gênero pode ter parecido, ao longo das páginas anteriores, um esforço para compreender fenômenos externos a mim. Mas, não foi bem assim, ou não foi limitado somente a isso. Cada passo adiante que dei em direção a uma leitura teórica e das medidas diretas e indiretas do preconceito, caminhei o dobro “dentro de mim” revisitando os efeitos deste fenômeno sobre meu corpo através da minha história.

***

Nem tudo me foram desgraças e infortúnios. Para completar o quadro dos estímulos relacionados a maçã devo inserir a importância da comunidade LGBQTAIPN+ e da produção cultural (contracultural) produzida e compartilhada socialmente. Isto porque após a frase “eu sou gay” ter se assentado e perturbado todas as relações entre estímulos relacionadas a mim, como disse, eu fui expulso de uns “paraísos”. Desarranjado, de fora para dentro e de dentro para fora. Mas a vida continuou, mesmo que “embaixo d’água por encanto, sem sorriso, e sem pranto, sem lamento e sem saber o quanto este momento poderia durar. Mas tinha que respirar” (Debaixo d’água – Arnaldo Antunes[44]). É preciso respirar!

[44] Sugiro escutar a interpretação de Maria Bethânia disponível em https://www.youtube.com/watch?v=emSP3WTxEig

Tudo que eu conhecia sobre as homossexualidades estava preconceituosamente relacionado a aspectos negativos. Em busca por reforçadores sociais, e por maior compreensão sobre mim mesmo, me aproximei de pessoas e grupos LGBTQIAPN+ (M) e da vasta quantidade de artigos culturais como músicas, romances, teatro, poesias, filmes (N) afirmativos. Nestes contextos, e a partir destes estímulos novas relações simbólicas emergiram paulatinamente. É certo que no início os filmes que eu tive acesso eram trágicos com assassinatos (O segredo de Brokeback Moutain – dir. Ang Lee), HIV- Aids (Philadélfia – dir. Jonathan Demme), abusos sexuais (Mysterious Skin – dir. Gregg Araki), preconceito (Minha vida em cor de rosa – dir. Alan Berliner), e suicídio (Orações para Bobby – dir. Russell Mulcahy). Embora fossem bons contextos para me reconhecer como parte de um grupo maior e compreender que meus sofrimentos estavam conectados com os de uma expressiva comunidade, penso que atualmente as séries (e.g., Heartstopper – dir. Euro Lyn, Andy Newbery) e filmes afirmativos (e.g., Hoje eu quero voltar sozinho – Daniel Ribeiro) com enredos positivos sejam melhores estímulos para compor as relações de identidades sexuais e de gêneros. Além disso, as representações que eu tinha eram as estereotipadas caricaturas cômicas da televisão (as quais não devem ser lidas em si mesmas como negativas, o problema eram as exposições ao ridículo perpetradas contra as personagens). Estas referências limitavam minhas possibilidades de identificação e de composição de um espaço autêntico e seguro em mim mesmo. Logo, conhecer pessoas famosas LGBTs (O) como Alan Turing, Lili Elbe, Ney Matogrosso, Cazuza, Marsha P. Jonhnson ampliaram-me as possibilidades de existir.

Além das personagens representativas da cultura, cerquei-me de pessoas que me viam com a maçã no rosto sem julgá-la como errada, disfuncional, fora do lugar, ou em busca de algo a mais. Ao contrário, estas pessoas me liam como um todo possível e digno. Sejamos honestos ao olhar *Les fils de l'homme* a maçã toma menos de 1/10 da obra.! Estas

novas relações sociais possibilitaram a ampliação da rede de estímulos “gay”. E digo ampliar, porque não há possibilidade tecnológica, até o momento, de eliminar relações simbólicas aprendidas previamente, porém é muito possível estabelecer e fortalecer novas relações.

Parece importante aqui comentar mais um pouco sobre os resultados dos estudos quatro e cinco nos quais avaliei preconceitos sexuais e vieses pró e anti casais gays e lésbicos. De alguma forma uma maçã simbólica tampa às vistas de alguns participantes ao verem casais gays e lésbicas apresentados junto de palavras positivas. Muitos participantes demoraram mais tempo para apertar teclas de um teclado de computador quando precisaram confirmar relações positivas e negar relações negativas diante de um emoji de gays e lésbicas. Parece ser mais difícil relacionar representações LGBTs com estímulos verbais positivos. Abordar estes resultados do ponto de vista comportamentalista radical não implica em buscar culpa nos participantes pela dificuldade relacional apresentada. Ao contrário, busca-se compreender como e quais as contingências sociais que produziram esta dificuldade.

Do mesmo modo que eu cresci enredado em contingências sociais preconceituosas, é muito possível que minhas/meus participantes também tenham crescido em contingências similares ou piores. A diferença nos resultados do IRAP entre o grupo de pessoas não-cisheterossexuais e pessoas cisheterossexuais do estudo cinco, talvez seja produto de contingências que não relacionam estímulos positivos com estímulos da comunidade LGBTQIAPN+. Embora, no estudo cinco a diferença deu-se entre os grupos (i.e., cishetero e não-cishetero) é possível que para muitas pessoas LGBTQIAPN+ ainda não haja contextos nos quais elas podem verificar relações positivas entre suas características e a vida (ANTUNES, 2017).

O fato das/os participantes serem estudantes de psicologia implica em mais uma expectativa social de “desconstrução”, quase que compulsória, destas/es futuras/os profissionais (quem nunca ouviu nas conversas familiares “nossa, mas você é psicóloga/o não deveria pensar/agir assim!). Faz-se necessário sublinhar que todas as pessoas estão inseridas/os/es em contingências culturais complexas que relacionam a comunidade LGBTQIAPN+ a uma minoria. O próprio conceito de minoria configura-se como uma moldura relacional que implica na atribuição de valor de grandeza para pessoas a partir da quantidade numérica de pares com características semelhantes (e.g, cor, etnia, condição física, gênero, poder/força, classe etc.). Embora, existam significativas ações do Conselho Federal de Psicologia (1999; 2019) para mudar este quadro preconceituoso dentro e fora da comunidade psicológica, entendo que as práticas culturais possuem um elemento geracional, uma transmissibilidade incontrolável das relações aprendidas pelos que já estavam aqui aos recém-chegado ao mundo. Coabitamos mundos sociais diversos que ora tocam-se ora distanciam-se, e assim não garantimos diálogos para além dos microgrupos sociais que formamos. Isto implica na verificação de vieses pró gays e lésbicas somente em participantes autoidentificados como pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. As medidas obtidas pelo IRAP no estudo cinco tornam-se relevantes ao aferir, não só os vieses positivos a conjuntos de estímulos, mas também a força dos vieses negativos e neutros, ainda que a medida seja obtida por meio dos valores médios de um grupo. Acredito que a parte mais interessante dos dados é que não houve vieses negativos aos estímulos gays e lésbicas, e dados as condições culturais isso pode ser um avanço, ainda que limitado às características amostrais.

A sociedade atual conectada em rede ampliou o acesso a diversas fontes de estimulação. Isso faz com que redes relacionais aprendidas ampliem-se. Porém, a ampliação de redes simbólicas não nos diz sobre quais relações estão se fortalecendo, e

quais estão enfraquecendo. Ao mesmo tempo que vemos leis aprovadas em defesa da comunidade LGBTQIAPN+ há discursos de ódio dentro da Câmara dos Deputados, e ambos os discursos são divulgados como equivalentes possibilidades da liberdade de expressão. Desta forma, há pessoas que tomam estas relações pró e anti LGBTQIAPN+ como discursivamente idênticas.

Nos dias atuais, o cenário sociocultural apresenta diversas ferramentas que controlam opiniões e relações simbólicas. Neste contexto pós-moderno, pós-industrial, pós-pandêmico e de informação via *web*, a investigação científica deve atentar-se para os efeitos destas ferramentas na construção de representações identitárias intra e extragrupais. A questão que se levanta a partir dos movimentos afirmativos é que há discursos que estabelecem relações simbólicas que inviabilizam pessoas LGBTQIAPN+ de habitarem tanto o mundo social quando o mundo sob a própria pele. Está inviabilização é injusta, uma vez que politicamente a população LGBTQIAPN+ tem menos poder para controlar contingências culturais e simbólicas, bem como menor poder beligerante de defesa.

Devemos pensar sobre os efeitos dos diversos discursos sobre gênero e sexualida. Destaco discursos no plural para se referir a um conjunto de estímulos que compõem redes de relações simbólicas que vão desde a fala oralizada a músicas, filmes, piadas, imagens, brincadeiras. Junto da diversidade estímulos há um vasto conjunto de comportamentos topograficamente distintos que implicam no preconceito contra a pessoas não-cisheterossexuais. Há pelo menos dois séculos a comunidade LGBTQIAPN+ luta publicamente contra esse "regime de símbolos" e de contingências culturais coercitivas que visam seu aniquilamento. Recentemente tem-se visto a nova roupagem do preconceito com os discursos de tolerância, os quais preservam o "DNA" discriminatório e visam pacificar os movimentos sociais fagocitando as lutas afirmativas

em práticas de consumo capitalistas. Dentre as novas estratégias do preconceito, podemos notar que a escala que utilizei no estudo quatro agrupou como “crenças positivas sobre a homossexualidade” um conjunto de afirmações claramente estereotipadas sobre gays e lésbicas.

A falta de clareza sobre as variáveis de controle do comportamento em geral, e dos comportamentos preconceituosos em específico, amplificam o efeito perturbador e nocivo de maçãs que, neste contexto, ocultam violências. Por isso, tratei nesta tese do preconceito sexual e de gênero não como “homofobia”, termo que semanticamente leva a compreensões equivocadas sobre a ódio às sexualidades e gêneros dissidentes. As respostas das/os participantes são produtos de suas interações sociais e das seleções ontogenéticas de comportamentos preconceituosos. Contudo, a similaridade e a regularidade do fenômeno indicam às práticas culturais, e não as contingências ontogenéticas, como preponderantes sobre o preconceito.

Pensar a Análise do Comportamento, enquanto uma ciência socialmente comprometida, pode movimentar, tanto as/os pesquisadoras/es quanto as/os profissionais, no planejamento de estratégias efetivas para diminuição de comportamentos preconceituosos tendo em vistas as contingências que os controlam. Nos estudos dois e três desta tese apresentei duas revisões de literatura nas quais pretendi explorar o olhar da análise do comportamento sobre gênero e sexualidade. Na primeira revisão apresentada no busquei identificar as características dos estudos sobre vieses implícitos sobre gênero que utilizaram o IRAP (*Implicit Relacional Assessment Procedure*) e o potencial deste instrumento para construção de conhecimento acerca do comportamento simbólico. A segunda revisão descreve as produções analítico-comportamentais brasileiras sobre gênero e sexualidade, classificando-as quanto ao objeto de estudo, tipo de pesquisa.

Destaca-se que os estudos brasileiros, até o momento, descrevem sexualidade e gênero a partir de uma perspectiva contextual e funcional.

***

A Análise do Comportamento tem sido convocada a contribuir com temas socialmente relevante desde sua formação (SKINNER, 1953; BAER; WOLF; RYSLEY; 1968; HOLLAND, 1989). Atualmente, perfilam dentre os temas de pesquisa, a necessidade de investir em estudos sobre gênero e sexualidade de uma perspectiva afirmativa (BAIRES; KOCH, 2019; SZABO; 2020; CAPRIOTTI; DONALDSON, 2022). O destaque para as questões de gênero e sexualidade se dá porque na década de 1970 renomados analistas do comportamento (e.g., David Barlow, O. Ivar Lovaas) publicaram em renomadas revistas científicas (e.g., *Behavior Therapy*, *Journal of Applied Behavior Analysis*) experimentos violentos que visavam modificar comportamentos de pessoas devido a inconformidade de seus pais (quando crianças eram as participantes das pesquisas) e dos cientistas, acerca dos comportamentos que as/os participantes apresentavam (COSTA-JUNIOR, 2020). Tão logo as publicações foram divulgadas, artigos de repúdio e crítica vieram à tona (e.g., WINKLER, 1977; NORDYKE et al., 1977). Contudo, depois destes exemplos de posturas antiéticas dos cientistas, houve significativo hiato de publicações sobre os temas (de CARVALHO; da SILVEIRA; DITTRICH, 2011; MIZAEL, 2018). Somo a esta lacuna a falta de pesquisas que considerem os feminismos, as relações étnico-raciais, o classismo e o colonialismo. Referi-me a um hiato no sentido de pouquíssimas e esparsas publicações, não significando categoricamente que não houve publicações. Mas, as poucas publicações existentes foram insuficientes para inaugurar linhas de pesquisa voltadas à tais temas. Possivelmente esta lacuna teve impacto na representação da Análise do Comportamento como uma ciência politicamente inoperante no que se refere a sexualidade e gênero.

Recentemente, foi publicada uma nota da editora no JABA (LeBLANC, 2020). Nesta nota foram revisitadas as publicações dos experimentos de reversão, com ênfase ao artigo de Rekers e Lovaas (1971). LeBlanc (2020) afirmou que o JABA apresenta hoje uma posição contrária a quaisquer formas de violências baseadas em sexualidade e gênero. Porém, para mim, o editorial poderia ser mais contundente e desvencilhar, de vez, a possibilidade de seu posicionamento representar a caricatura da/o cientista em uma Torre de Marfim popularmente atribuída às ciências, e em específico as ciências do comportamento.

Em meu ponto de vista devemos esclarecer e defender que tentativas experimentais de reversão e controle da sexualidade e de comportamentos generificados foram inadequações éticas uma vez que o Ocidente já não estava na Idade Média. Ora, em 1970 já estavam estabelecidos os princípios básicos do comportamentalismo radical, da análise experimental e aplicada do comportamento e dos processos de aprendizagem. Nenhuma pesquisa com objetivo de modificar comportamentos de gênero por meio de procedimentos aversivos, reforçamento diferencial ou *fading out* pretendia algo, se não responder ao "desejo" cristão e moral de controle dos corpos. Não havia interesse em descobrir novos procedimentos ou verificar novos efeitos dos procedimentos e delineamentos experimentais. Até porque, se o interesse de fato fosse entender comportamentos sexuais e generificados, as pesquisas também lançariam mão de modificar comportamentos considerados cisheterossexuais em crianças e adultos cisgêneros. O foco foi restritamente pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, sujeitos experimentais escolhidos intencionalmente. A mim, me parece clara a anuência dos pesquisadores com pressupostos religiosos e morais, e não com as ciências comportamentais. Ademais, os estudos foram realizados no Norte-global, local à época palco de diversos movimentos afirmativos na cena cultural, política e científica. As

manifestações sociais indicavam explicitamente a inconsistência das práticas repressivas contra corpos que não atendiam as expectativas culturais (QUINALHA, 2022; BORILLO, 2016). Ademais, o próprio Skinner, um cânone nas ciências do comportamento, não foi claro quanto a sua posição acerca das sexualidades e dos gêneros (VILLA; de MELLO, 2021), fato que pode ter servido de contexto para equívocos conceituais sobre o tema. Penso ser importante revelar e frisar esta situação, para que "o futuro não repita o passado". O resgate histórico e a postura afirmativa assumida por analistas do comportamento, como Capriotti e Donaldson (2021) e Conine, Campau e Petronelli (2021) faz-se importante, pois ao mesmo tempo em que se reconhece os erros, as/os autoras/es indicam a necessidade de mudanças ostensiva na prática científica. Esta tese visa somar e propor adicionais características para uma agenda analítico-comportamental em consonâncias com as pautas afirmativas.

Quando comecei a estudar na graduação análise do comportamento fui a Congressos e Jornadas de Análise do Comportamento (JACs) todos os anos, e nada sobre gêneros e sexualidades! Nada de pessoas *enviadadas*! Nada de temas como preconceito, discriminação, colonialismo, classicismo, relações sociais opressivas. Talvez, pessoas cisheterossexuais, ou mais próximas do padrão normativo possam ler meu incômodo como um "*mi mi mi*". (Gosto desta expressão "*mi mi mi*", penso que uma pessoa ou grupo que descreve um problema social com uma onomatopeia revela o tamanho de seu repertório cognitivo e de sua capacidade de articular ideias). Nos anos que seguiram a graduação, nos quais não havia para mim referências bibliográficas e pessoais sobre sexualidades e gêneros desviantes na AC, deparei-me com os artigos internacionais de tratamento de reversão das décadas de 70 e 80. Enquanto eu lia os artigos lembrei-me fortemente de como a igreja que frequentei por anos me tratou ao descobrirem minha sexualidade. Lembrei-me das estratégias pedagógicas estabelecidas na escola, na rua, em

casa para controle e apagamento daquilo que é errado, sujo, vergonhoso, pecaminoso. Eu estava em um Programa de Pós-Graduação, estudando Análise do Comportamento, e descobri que a mediação teórica que eu escolhi me trataria de forma violenta caso eu tivesse nascido 40 anos antes. É uma extensão metonímica (SKINNER, 1957) inadequada, tomar pelas publicações de pesquisas específicas conclusões sobre a ciência comportamental como um todo. Mas, sabemos que tais extensões verbais, bem como as relações derivadas, emergem sem treino direto, e infelizmente, na ausência de expressivas publicações contrárias o pareamento S-S estava feito.

É evidente que minha experiência não pode ser tomada como universal, mas acredito que não é um fenômeno pontual. Isso porque no ano de 2023 junto de outras/es/os analistas do comportamento criamos o Coletivo Vale da Análise do Comportamento (CVAC)[45]. O coletivo realizou seu primeiro evento em julho de 2023 apresentando comunicações orais sobre gênero e sexualidade a partir de uma perspectiva comportamentalista. Hoje, o CVAC conta com a colaboração de diversas pessoas do Brasil, desde estudantes a profissionais que possuem em comum o interesse em Análise do Comportamento e nos estudos sobre gêneros e sexualidades. Em muitos encontros e conversas com as pessoas do coletivo, eu pude notar que o incômodo que eu sentia era compartilhado pelos meus pares. Penso que mulheres, pessoas pretas, pessoas indígenas, quilombolas, dentre outros grupos, também podem se sentirem deslocadas/es/os frente as lacunas existentes na AC. Positivamente, tem-se acompanhado uma crescente movimentação brasileira sobre pautas afirmativas com vistas a dar novos rumos à nossa ciência (e.g., coletivo “Maria e Amélias”[46], os dois volumes de “Debates sobre feminismo e análise do comportamento” (PINHEIRO; MIZAEL, 2019; MIZAEL; PINHEIRO,

[45] https://www.instagram.com/coletivovaleac?igsh=MXN6bm9nYm5uYWxuag==
[46] https://www.facebook.com/MariasAmelias?mibextid=hIlR13

2023), publicações sobre negritude e Análise do Comportamento (JARDIM; GIOIA, 2022)).

Neste contexto um dado interessante apresentado na revisão do capítulo três refere-se à ausência de artigos analítico-comportamentais brasileiros com posturas preconceituosas e discriminadoras contra pessoas LGBTQIAPN+. Isso me parece indicar que nós, do Sul-global, temos mérito em ao menos não publicizar experimentos cruéis atrelados à Análise do Comportamento. O que não significa que não haja psicólogas/os que produzam pseudopsicoterapias de conversão (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019). Porém, academicamente essa postura não foi, e ainda não é aceita, sobretudo por não se basear nos princípios éticos e teóricos de uma ciência comprometida com a transformação social (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999, 2019).

Mesmo que as pesquisas encontradas não apontem um viés preconceituoso, devemos levar em consideração que uma parcela significativa de analistas do comportamento no Brasil possui a formação em Psicologia. E há dados indicando que considerável parcela de psicólogas/os acredita e trabalha na direção de adequar pessoas aos seus desejos e crenças pessoais (VEZZOSI; RAMOS; ALMEIDA-SEGUNDO; COSTA, 2019). Sabendo que anualmente uma quantidade expressiva de novas/os profissionais pode atuar como psicóloga/o (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2022), os estudos quatro e cinco tiveram como participantes estudantes de graduação em Psicologia. Isso porque é importante planejar e acompanhar a formação universitária se se pretende posturas profissionais afirmativas sobre a diversidade sexual e de gênero.

Uma vez que a Análise do Comportamento e a Psicologia estão intimamente relacionadas pelas vias legais da profissão Psicologia, imprime-se a necessidade de respaldar o trabalho de comportamentalistas radicais aos pressupostos éticos e legais da Psicologia, os quais explicitamente indicam a necessidade de utilizarmos a ciência para

transformar a sociedade. Holland (1989) e Ruiz (1998; 2003) fizeram indicações claras sobre a necessidade de, enquanto analistas do comportamento, assumirmos o compromisso social para com as pessoas vítimas dos sistemas de exploração culturalmente estabelecido como regra no Ocidente. Baseando-se em considerações da Psicologia Social Crítica latino-americana vê-se hoje como compatível a relação entre Análise do Comportamento e uma posição de resistência a quaisquer formas de violações dos direitos humanos (FLORES-JUNIOR; CÓRDOVA, 2019; CARRARA, 2023). Aventuro-me em destacar que mesmo o Brasil, enquanto um país com expressiva significância na produção analítico-comportamental internacional, parece estar em falta com uma leitura orgulhosamente latino-americana sobre a Análise do Comportamento. Talvez, um comportamentalismo Pindorama seja possível. Esta reflexão não visa a fragmentar a ciência, mas sim reivindicar nosso local enquanto inovadores e criadores de ciência. Afinal, não publicamos experimentos de reversão e artigos revisados apresentaram leituras transdisciplinares sobre sexualidade e gênero. Há uma curva de aceleração encontrada pela revisão (Figura 6, estudo três) que indica crescente número de publicações sobre a temática (CRAVO, ALMEIDA-VERDU, COSTA-JUNIOR, 2022). Uma vez que a norma é a produção do Norte-global, tudo ao Sul do equador parece carente de validação científica, movimentos que parecem inovadores lá, as vezes podem já ter espaço e desenvolvimento aqui.

Indicar lacunas não significa dizer que a análise do comportamento é preconceituosa. Pessoas são preconceituosas, e, pessoas se comportando criam e mantém práticas culturais e agências de controle como as instituições científicas. Observar as lacunas pode favorecer para que se note a importância de pesquisas sobre alguns temas para a autoidentificação e o sentimento de pertencimento com a Análise do Comportamento por pessoas que não correspondem aos padrões hegemônicos. Assim,

observar as lacunas deixadas pelos pesquisadores e assumindo a visão de mundo deste referencial teórico, apoiei-me em pesquisas existentes para a análise conceitual apresentada nesta tese (estudo 1). Esta análise soma-se por um lado, e pode fomentar por outro, a expansão das ciências comportamentais em contato com as necessidades humanas e grupais contemporâneas.

Na sequência, a revisão de literatura sobre o uso do IRAP para investigar vieses de gênero localizou dez artigos, e somente um reportava uma pesquisa brasileira[47]. O Estudo cinco desta tese visa a expandir essa literatura. Majoritariamente, as pesquisas foram realizadas com participantes adultos e universitários, e apenas duas pesquisas utilizaram figuras, e não palavras impressas, representativas de estímulos generificados como estímulos-alvo para medir vieses. Em todas as pesquisas encontradas os vieses mais fortes sobre estereótipos de gênero foram obtidos por participantes masculinos, indicando o possível efeito da exposição que este grupo tem à relação entre os estímulos generificados (e.g., homem – forte, mulher -fraca, homem – engenharia, mulher – profissões de cuidados) e reforçadores sociais. As pesquisas encontradas não apresentaram índices preditivos sobre comportamentos preconceituosos e discriminatórios fora das tarefas experimentais. Esta característica pode vir a ser estudada de forma mais acurada em futuras pesquisas. Por exemplo, estudos com o IRAP em homens que cometeram violência contra mulheres ou violências contra a pessoas trans, travestis gays lésbicas e outres/os podem identificar índices passiveis de comparação com outros grupos.

As investigações científicas com o uso de medidas como o D-IRAP *score*, podem ser complementadas com dados neurofisisiológicos e dados culturais. Talvez, o desafio

[47] Após a revisão ser submetida a revista novos artigos foram publicados sobre vieses de gênero medidos pelo IRAP com amostra brasileira.

para refinar e compreender as características do responder relacional e do comportamento simbólico presente nos episódios preconceituosos (como exemplificados no capítulo um), esteja na necessidade de articular dados que usualmente são dispostos em áreas afastadas como a neurobiologia e os estudos culturais. A Análise do Comportamento a partir de sua postura selecionista identifica que as características filogenéticas, ontogenéticas e culturais são interdependentes, o que exige das/os pesquisadoras/es um trabalho complexo para articular tais dados.

Além disso, a amostra utilizada nos estudos de avaliação de preconceito (estudos quatro e cinco) foi pequena e por conveniência. Esta característica deve ser lavada em consideração na leitura dos resultados e a lacuna aqui deixada carece de futuros aprofundamentos. As características dos estímulos utilizados no IRAP (e.g., emojis, palavras-impressas) e a EMPS (e.g., frases afirmativas) também precisam de observações cuidadosas e replicações sistemáticas. Nestas futuras pesquisas deve-se ter como foco as propriedades psicométricas de ambos os instrumentos frente aos estímulos que os compõe. Este rigor metodológico pode ser alcançado por meio do diálogo com novas tecnologias que permitem gerenciamento e processamento de dados em larga escala. Análises de rede e análises de correlações podem fornecer aspectos mais cuidadosos sobre as variáveis que controlaram as direções e forças dos vieses explícitos e implícitos. Nesta direção, parece clara a necessidade de articulação multicêntrica como realizado pelos membros do INCT-ECCE na investigação sobre o comportamento simbólico. Este grupo de pesquisadores utilizam diversas estratégias, populações e objetivos de pesquisa, de forma a somarem-se para construção do conhecimento.

Ainda que eu tenha apresentado sínteses dos resultados dos capítulos da tese no interior deste texto permeado de notas sobre meu percurso pelo doutorado, acredito ser importante destacá-los de forma objetiva e sumarizada. Portanto, a Figura 11 serve como

um “retrato-síntese” dos resultados que obtive. Aponto algumas relações estabelecidas com a AC, sugestões para futuras investigações e implicações para o estabelecimento de um programa de pesquisa. Este programa pode somar-se a outros em desenvolvimento e contribuir com a agenda de pesquisa básica e aplicada proposta por Conine et al. (2022). Esta proposta visa estimular a construção coletiva de conhecimento acerca do comportamento verbal e social sobre preconceito contra a população LGBTQIAPN+. Além do conhecimento teórico e conceitual devemos, enquanto analistas do comportamento, planejar intervenções que favoreçam o desenvolvimento de práticas parentais, pedagógicas, institucionais e sociais afirmativas com o objetivo de proteger pessoas dos efeitos deletérios do preconceito. A Figura 12 na sequência é um esboço a partir das relações simbólicas apresentadas até o momento neste capítulo com base em minha história.

Figura 11 - Sumarização dos resultados encontrados e indicações para futuros avanços nas pesquisas sobre sexualidade e gênero a partir de uma perspectiva analítico-comportamental.

Capítulo 1 – Uma interpretação analítico-comportamental do preconceito sexual e de gênero.		
Resultados encontrados	**Implicações para Análise do comportamento e/ou para Psicologia**	**Indicações para futuras pesquisas**
Apresenta um texto adicional a anteriores publicações de analistas do comportamento sobre o uso da tríplice contingência como instrumento para compreensão do preconceito sexual e de gênero. Há compatibilidade em utilizar o paradigma das relações de equivalência e da Teoria das Molduras Relacionais com os estudos sobre preconceito sexual e de gênero.	Extensão do uso do paradigma das relações de equivalência e da Teoria das Molduras Relacionais para investigações sobre preconceito sexual e de gênero. Utilização do comportamentalismo radical e da ciência comportamental como alternativa complementar aos estudos sobre preconceito.	• Articulação entre os dados da Psicologia Social, Antropologia Cultural, Ciências Políticas, Estudos de Gênero e Estudos *Queers* com a Análise do Comportamento. • Aprofundamento sobre as similaridades e dissimilaridades nas contingências que mantém o preconceito sexual e gênero e outras formas de preconceito (e.g., racial, étnico, religioso). • Investigações sobre fortalecimento de redes simbólicas afirmativas para diminuição de vieses preconceituosos.
Capítulo 2 – O uso do "Implicit Relational Assessment Procedure" na investigação de viés de gênero: revisão de literatura		
Resultados encontrados	**Implicações para Análise do comportamento e/ou para Psicologia**	**Indicações para futuras pesquisas**
Pequena quantidade de investigações sobre vieses de gênero (n=10), sobretudo de estudos brasileiros (n=1).	Inserção da Análise do Comportamento em investigações sobre preconceito e atitudes, temas usualmente relacionados à Psicologia Social.	• Criar condições para que novas pesquisas sobre vieses de gênero sejam desenvolvidas. Faz-se importante dar ênfase a temas

Participantes autoidentificados como homens apresentaram, em todas as pesquisas, maiores e mais fortes vieses de preconceito contra mulheres e/ou estímulos generificados femininos. 80% das pesquisas utilizaram os parâmetros psicométricos para o IRAP estabelecidos em Barnes-Holmes et al., (2010). Predominante uso de estímulos textuais (i.e., palavras impressas) nas tarefas relacionais do IRAP. Somente uma pesquisa mediu os vieses antes e depois de uma intervenção para modificação de atitudes implícitas de gênero. Baixa representatividade amostral (e.g., universitárias/os, amostra por conveniência, ausência de minorias sociais).	Utilização de um instrumento desenvolvido a partir da Teoria das Molduras Relacionais. Possibilidade de utilizar os pressupostos analítico-comportamentais e medidas objetivas de repertório simbólicos.	como violência intrafamiliar e violência contra as mulheres. • Medir vieses implícitos dos agressores sobre estereótipos de gênero. • Delinear e implementar intervenções e programas psicoeducativos para modificação dos vieses estereotipados e sexistas de gênero em homens. • Planejar práticas culturais que favoreçam novas relações entre estímulos femininos e outros estímulos para além dos estereótipos de feminilidade convencionados pelo sistema patriarcal. • Metodologicamente, utilizar estímulos não-textuais, e mais próximos do cotidiano em pesquisas com o IRAP (e.g., figuras, fotos). Guardando os cuidados necessários referentes ao controle de estímulos. • Buscar refinamento das propriedades psicométricas do instrumento (e.g., critérios de inclusão e exclusão), e

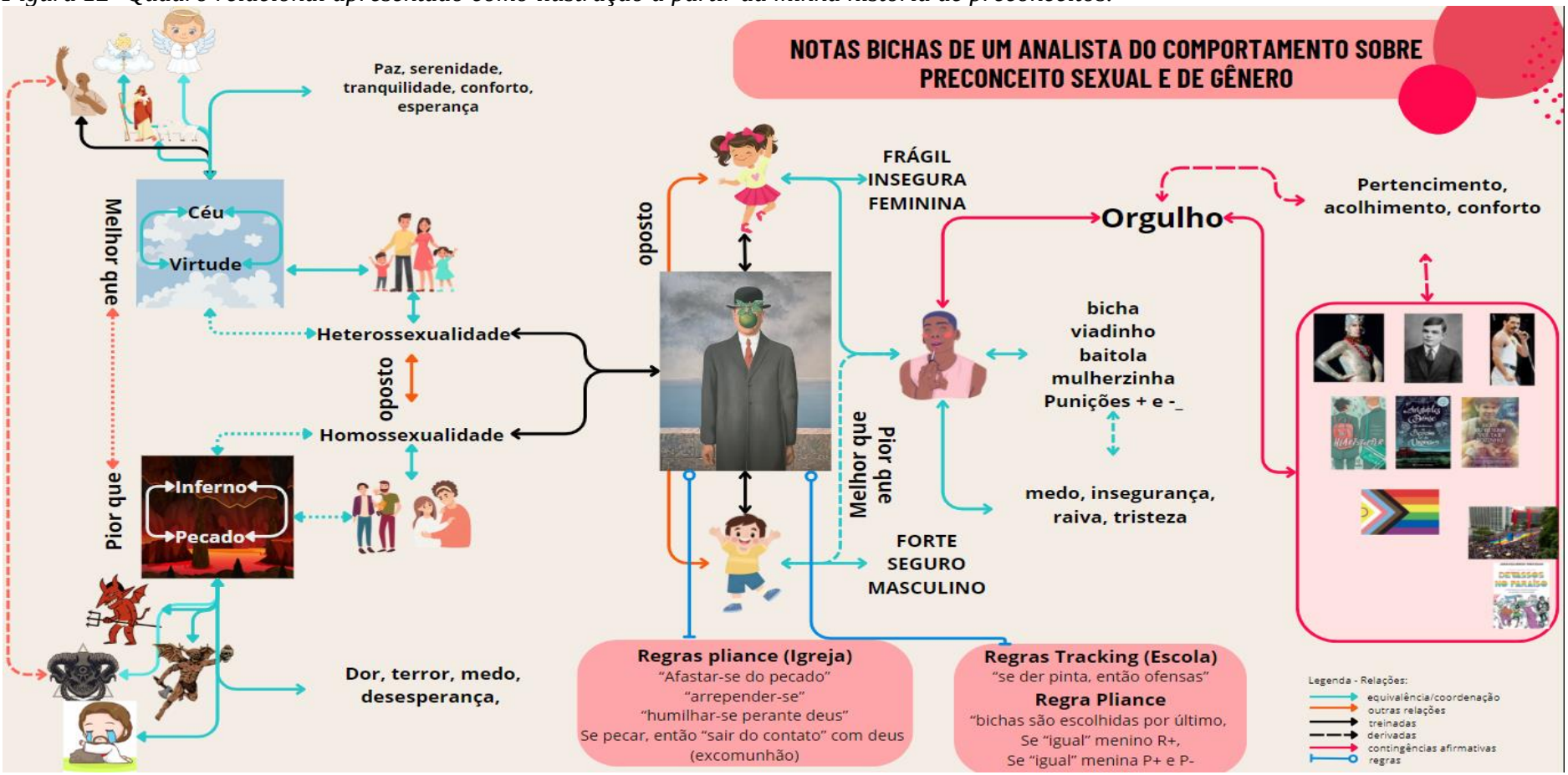
		correlações com estudos neurofisiológicos.
Capítulo 3 – Revisão de literatura da produção analítico-comportamental brasileira sobre gênero e sexualidade.		
Resultados encontrados	**Implicações para Análise do comportamento e/ou para Psicologia**	**Indicações para futuras pesquisas**
Aumento da quantidade de publicações brasileiras analítico-comportamentais sobre gênero e sexualidade nos últimos cinco anos. Articulação entre Análise do Comportamento e áreas como História, Antropologia, Sociologia, Filosofia, Estudos de Gênero. Todos os estudos apresentaram uma visão afirmativa sobre sexualidades e gêneros não cisheterossexuais. Ademais as/os pesquisadoras/es estabeleceram claras relações entre comportamentos sexuais e de gêneros e as práticas culturais. As 13 pesquisas teóricas encontradas parecem criar condições para uma compreensão analítico-comportamental brasileira sobre gênero e sexualidade. Nenhuma das pesquisas investigou saúde sexual da mulher, enquanto três trataram questões de saúde sexual de homens (e.g., ejaculação precoce). Número ainda pequeno de publicações, sobretudo de estudos experimentais, estudos de caso e documentais**.**	Os dados encontrados favorecem a modificação da representação da Análise do Comportamento referente às práticas de pesquisas de reversão desenvolvidas na década de 70 no Norte-global. Possibilidade de inserção da análise do comportamento como disciplina passível de interpretar fenômenos relacionados a sexualidade e gênero no currículo de Psicologia. Bem como, possibilidade de inserir nos currículos de formações em Análise do Comportamento os estudos sobre sexualidade e gênero.	• Desenvolver pesquisas multicêntricas sobre sexualidade e gênero a partir da Análise do Comportamento. Utilizar metodologias experimentais, estudos de caso e documentais, bem como análises de práticas culturais. • Estabelecer relações com leituras feministas, estudos *Queers*, estudos decoloniais, estudos raciais e estudos sobre povos indígenas para atualizar as ciências comportamentais a partir do Sul-global. (Evidentemente, que nesta proposta respeita-se as dinâmicas epistemológicas, históricas e conceituais de todas as áreas. A indicação faz-se dentro de uma visão contemporânea de conhecimento em rede e das necessidades de articulações transdisciplinares frente a

		complexidade dos fenômenos culturais). • Desenvolver pesquisas sobre saúde da mulher relacionadas à Análise do Comportamento. • Aumentar a divulgação das ciências do comportamento e suas leituras sobre sexualidade e gênero para fora dos círculos comportamentalistas.
Capítulo 4 – Preconceito sexual a lésbicas e gays em estudantes de Psicologia.		
Resultados encontrados	**Implicações para Análise do comportamento e/ou para Psicologia**	**Indicações para futuras pesquisas**
Ampliação do uso da escala EMPS em participantes cursando a graduação em Psicologia Ausência de preconceito explícito medido pelo fator "aversão à homossexualidade". Diferenças entre pessoas cisheterossexuais e pessoas LGBTQIAPN+ nos fatores "heterossexismo" e "resistências a heteronormatividade. Pessoas LGBTQIANP+ apresentaram maiores médias resistentes à heteronormatividade, e pessoas cisheterossexuais maiores médias no fator heterossexismo. O fator "crenças positivas sobre a homossexualidade" foi interpretado como uma forma de preconceito sutil/moderno. Esta interpretação é inédita e não foi prevista pelos autores da escala. Em geral obteve-se respostas médias elevadas neste fator por ambos os grupos.	Necessidade de revisão da EMPS a partir das considerações feitas acerca do fator "crenças positivas sobre a homossexualidade". Desenvolvimento e utilização de escalas de preconceito sexual e de gênero que também contemplem outras identidades como pessoas trans e travestis, pessoas não-binárias, queers, assexuais, pansexuais, intersexuais e outras. Atenção as propostas curriculares dos cursos de Psicologia, bem como os cursos de formação em Análise do Comportamento acerca do preconceito sexual e de gênero.	• Implementar e acompanhar os efeitos de currículos com explícito planejamento pedagógico, os quais visem desenvolver competências e habilidades afirmativas e não preconceituosas nos cursos de Psicologia. • Ampliar o diálogo entre minorias sexuais e de gênero (bem como quaisquer outras minorias sociais) nos cursos de psicologia. • Utilizar referências bibliográficas, estudos de casos, materiais didáticos e paradidáticos referentes ao preconceito sexual e de gênero.

Não houve diferenças nas médias de respostas entre estudantes calouros e veteranos. Este resultado merece cautela uma vez que a distribuição dos grupos não foi homogênea. Amostra por conveniência e baixa representatividade de pessoas LGBTQIAPN+.		
Capítulo 5 – Avaliação de preconceito sexual e de gênero explícito e implícito em estudantes de Psicologia.		
Resultados encontrados	**Implicações para Análise do comportamento e/ou para Psicologia**	**Indicações para futuras pesquisas**
Ausência de vieses implícitos preconceituosos (anti-gay e anti-lésbica). Quando plotado os resultados gerais das/os participantes verificou-se vieses pró-gay e pró-lésbica, e vieses neutros para relações heterossexuais. As variáveis sociodemográficas de grupo "orientação sexual" e "gênero" estão relacionadas aos efeitos dos vieses implícitos. Quando divididas/os em grupos por gênero e orientação sexual as/os participantes apresentaram vieses positivos e neutros frente aos estímulos correspondentes aos seus respectivos grupos. E vieses neutros ao grupo contrário. Os resultados do D-IRAP score foram diferentes para emojis representativos de relacionais gays e lésbicas. O grupo de participantes não-cisheterossexuais apresentaram maiores médias no fator resistência a heteronormatividade.	Possibilidade de medidas implícitas sobre preconceito sexual a partir do IRAP. Ao utilizar o IRAP com uma nova amostra brasileira pode-se ampliar a quantidade de dados sobre as características psicométricas do instrumento. Estende-se a utilização do instrumento para contextos diferentes (i.e., preconceito sexual e de gênero).	• Ampliar o número de participantes, além de seguir as indicações de revisões de literatura sobre a necessidade de investigar preconceito sexual e de gênero com participantes não universitários. • Implementar análises de correlações, análises de rede e estudos de caso controle para aprofundar a compreensão sobre a relação entre as variáveis dependentes e independentes. • Articular medidas de preconceito explícito e medidas de preconceito implícito. • Desenvolver intervenções psicossociais para diminuição de vieses preconceituosos. • Comparar os efeitos *d-IRAP score* frente a estímulos

		figurativos (e.g., emojis e fotos) e estímulos textuais (palavras impressas, palavras faladas). • Investigar relações entre os efeitos do d-IRAP score e medidas complementares como N400, N170.

Figura 12- Quadro relacional apresentado como ilustração a partir da minha história de preconceitos.



Entender-me como analista do comportamento, e poder neste momento, a partir e por meio da minha maçã, escrever e desenvolver uma tese de doutoramento soma-se positivamente às relações dêiticas estabelecidas para a frase “eu sou gay”, dita anos atrás em um consultório de psicologia... curiosamente hoje faz sol!

A tese que defendo construiu-se a partir da hipótese de que é possível estudar o preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+, de maneira completa e radical, por meio do conjunto de conhecimentos teóricos, aplicados e experimentais analítico-comportamentais. Destaco a possibilidade desta mediação teórica em estabelecer uma leitura afirmativa e inclusiva. Pretendi somar à literatura a possibilidade de interpretar o preconceito sexual e de gênero enquanto uma classe de relações simbólicas derivadas, as quais são culturalmente permitidas e incentivadas.

Por fim, apresentados os resultados, as discussões, as referências, as propostas e as hipóteses, sinto certo apego ao texto sem o qual parte significativa da minha vida será modificada. Encerrar esta tese implica também dar conforto a criança que eu fui, aos medos e fantasias criadas e necessárias para sobreviver ao preconceito. Para mim a arte sempre apareceu como uma alternativa e ouço ao fundo uma música que me ajuda a encerrar momentos, ciclos, e porque não, uma tese...

“És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo, tempo, tempo, tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo, tempo, tempo, tempo
Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Entro em um acordo contigo
Tempo, tempo, tempo, tempo”
(Oração ao Tempo – Caetano Veloso)[48]

[48] Minha versão favorita desta música é cantada por Maria Bethânia https://www.youtube.com/watch?v=jHTcEj_Am2E

REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. P. S. **Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo.** São Paulo: Annablume, 2017.

BAER; D. M.; WOLF; M. M.; RYSLEY, T. R.;; Some current dimensions of Applied behavior analysis. **Journal of Applied Behavior Analysis**. v.1., n..1, 91- 97, 1968. DOI: https://doi.org/10.1901%2Fjaba.1968.1-91

BAIRES, N. A.; KOCH, D. S. The female is female (and behavior analysis): a behavioral account of sexism and how bahevior analysis is simultaneously part of the problem and solution. **Behavior Analysis in Practice**. v. 13, n. 1, 253-262, 2019. Doi: https://doi.org/10.1007/s40617-019-00394-x

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CAPRIOTTI, M. R.; DONALDSON, J. M. "Why don't behavior analysts do something?"1 Behavior analysts' historical, present, and potential future actions on sexual and gender minority issues. **Journal of Applied Behavior Analysis.** v. 55, n.1, p. 19-39, 2022. DOI: https://doi.org/10.1002/jaba.884

CARRARA, K. Martín-Baró, Abib e Holland às voltas com uma cidadania legítima para as Américas. **Revista Perspectivas em Análise do Comportamento**. v. 14, n. 1, p. 59-66, 2023. DOI: https://doi.org/10.18761/JADA0330009

CONINE, D. E.; CAMPAU, S. C.; PETRONELLI, A. K. LGBTQ+ conversion therapy and Applied behavior analysis: a call to action. **Journal of Applied Behavior Analysis.** v. 55, n. 1, 6-18, 2022. https://doi.org/10.1002/jaba.876

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Conselho Federal de Psicologia, Brasília: CFP, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro.** Conselho Federal de Psicologia: Brasília, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual**. 1999. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

COSTA-JUNIOR, F. M. Sexualidade, diversidade sexual e ética na psicoterapia comportamental de queixas sexuais. IN: BORTOLOZI, A. C.; CARVALHO, L. R; COSTA, T. (orgs.). **Saberes e atuações em sexualidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

CRAVO, F. A. M.; BENTO, P.V. Caracterização dos estudos sobre preconceito sexual e de gênero no Brasil. **Psicologia Argumento.** v. 41, n. 114, p. 3702 – 3728, 2023. DOI: https://doi.org/10.7213/psicolargum.41.114.AO14

CRAVO; F. C.; TRINDADE, E. “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”: as representações sociais da homossexualidade masculina por religiosos. **Revistas PRETEXTOS.** v.1, n. 1, p. 20-33, 2016.

FLORES-JUNIOR, C. R. CÓRDOVA, L. F. Por uma práxis comunitária em análise do comportamento. **Acta Comportamentalia.** v. 24, n. 4, p. 527-544, 2019.

GASPODINI, I. B.; FALCKE, D. Estudos psicológicos brasileiros sobre preconceito contra diversidade sexual e de gênero. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**. v. 10, n.2, p. 59-79, 2019. DOI: https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n2p59

GASPODINI, I. B.; FALCKE, D. Relações entre preconceito e crenças sobre diversidade sexual e de gênero em psicólogos/as brasileiros/as. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 38, n. 4, p. 744-757, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703001752017

GUSMÃO, E. E. S.; NASCIMENTO, B. S.; GOUVEIA, V. V.; FILHO, L. G. F.; COSTA, K. M. R.; MOURA, H. M.; MONTEIRO, R. P. (2016). Valores Humanos e Atitudes Homofóbicas Flagrante e Sutil. **Psico-USF**, v. 21, n. 2, p. 367-380, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-82712016210213

HARRIS, R. **ACT made simple**. New Harbinger Publications: Oakland, 2009.

HAYES, S. C.; BARNES-HOLMES, D.; ROCHE, B. **Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition**. New York: Kluwer Academic, 2001.

HAYES; S. C. STROSAHL, K. D.; WILSON, K. G. **Terapia de aceitação e compromisso: o processo e a prática da mudança consciente**. Artmed: Porto Alegre, 2021.

HERNÁNDEZ, F. J.; LÓPEZ, M. A.; NAVARRO, V. N.; CORONA, L. C.; CALIXTO, D. A. Relación entre actitud havia la homosexualidad y características personales de estudiantes universitários de enfermeira. **Revista Cubana de Enfermería**, v. 36, n. 3., p. 1-8, 2020.

HILST, H. **Tu não te moves de ti.** São Paulo: Globo, 2004.

HOLLAND, J. G. Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? ***Journal of Applied Behavior Analysis***. *v. 11, n.* 1, 163–174, 1978. Doi: https://psycnet.apa.org/doi/10.1901/jaba.1978.11-163

LEBLANC, L. A. Editor's note: societal changes and expression of concern about Rekers and Lovaas' (1974) behavioral treatment of deviant sex-role behaviors in male child. **Journal of Applied Behavior Analysis.** v. 53, n. 4, 1830-1836, 2020. Doi: https://doi.org/10.1901/jaba.1977.10-553

MALLOT, R. W. A behavior-analytic view of sexuality, transsexuality, homossexuality and heterossexuality. **Behavior and Social Issues**. v. 6, n. 2., 127-140, 1996. DOI: https://doi.org/10.5210/bsi.v6i2.286

MIZAEL, T. M.; ALMEIDA, J. H. Uso do paradigma de equivalência de estímulos no estudo do preconceito: uma revisão dos estudos na área. IN: KIRCHNER, L. F.; SOUZA, P. C.; KANAMOTA, P. C. C. **Diálogos em análise do comportamento: volume II**. Brasília: Instituto Walden 4, 2021.

NIETO-GUTIERREZ, W. et alli. Factores asociados a la homofia em estudiantes de medicina de once universidades peruanas**. Revista Colombiana de Psiquiatría**, v. 48, n. 4, p. 208-214. 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1016/j.rcpeng.2018.01.003

NORDYKE, N. S.; BAER, D. M.; ETZEL, B. C.; LEBLANC, J. M. Implications of the stereotyping and modification of sex role. **Journal of Applied Behavior Analysis.** v. 10, n. 3, 553-557, 1977. Doi: https://dx.doi.org/10.1901%2Fjaba.1977.10-553

PEREZ; W. F.; KOVAC; R.; de ALMEIDA, J. H.; de ROSE, J. C. (orgs.). **Teoria das molduras relacionais [RFT]: conceitos, pesquisa e aplicações.** São Paulo: Centro Paradigma Ciências do Comportamento, 2022.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RUIZ, M. Inconspicous source of behavioral control: the case of gendered practices. **The Behavior Analyst Today.** v. 4, n. 1, 12-16, 2003. Doi: http://dx.doi.org/10.1037/h0100005

RUIZ, M. Personal agency in feminist theory: evicting the illusive dweller. **The Behavior Analyst.** v. 21, 179-192, 1998. Doi: https://doi.org/10.1007/BF03391962

SANTOS, J. J.; SANTOS, E. C. Prejudice against sexual and gender diversity and beliefs about sex education among university students. **Estudos de Psicologia**, v. 39, p. 391-412, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200017

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. Campinas: Editora Livro Pleno, 1989.

SIDMAN, M. Equivalence relations and the reiforcament contingency. **Journal of Experimental Analysis of Behavior**. v. 74, n. 1, 127-146, 2000. DOI: https://doi.org/10.1901%2Fjeab.2000.74-127

SILVEIRA, C. C.; de ALMEIDA, J. H.; PEREZ, W. F. Compreendendo a perspectiva de outros: contribuições e aplicações da ciência comportamental contextual. IN: PEREZ; W. F.; KOVAC; R.; de ALMEIDA, J. H.; de ROSE, J. C. (orgs.). **Teoria das molduras relacionais [RFT]: conceitos, pesquisa e aplicações.** Centro Paradigma Ciências do Comportamento: São Paulo, 2022.

SKINNER, B. F. **O mito da liberdade**. São Paulo: Summus, 1972.

SKINNER, B. F. **Reflexions on behavior and Society**. Prentice-Hall: New York, 1978.

SKINNER, B. F. **Verbal behavior.** Prentice-Hall, New York, 1957.

SZABO, T. G. Equity and diversity in behavior analysis:lesson from Skinner (1945). **Behavior Analysis in Practice**. v. 13, n. 2, 375-385, 2020. Doi: https://doi.org/10.1007/s40617-020-00414-1

TOURINHO, E. **Subjetividade e relações comportamentais.** São Paulo: Centro Paradigma Ciências do Comportamento, 2009.

VEZZOSI, J. I. P.; SOARES, M. M.; ALMEIDA-SEGUNDO, D. S.; COSTA, A. B. Crenças e atitudes corretivas de profissionais de psicologia sobre a homossexualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão.** v. 39, n. especial, p. 174-193, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003228539

VILLA, C. P.; de MELLO, C. M. Um mapeamento da sexualidade em B. F. Skinner. **Acta Comportamentalia**. v. 29, n.4, p. 115-131, 2021.

WINKLER, R.C. What types of sex-role behavior should behavior modifiers promote? **Journal of Applied Behavior Analysis.** v. 10, 549-552, 1977. Doi: https://dx.doi.org/10.1901%2Fjaba.1977.10-549

ANEXO A

Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa da UNESP-Bauru (CAAE: 48002521.5.0000.5398, nº do parecer 4.903.884)

UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS CAMPUS BAURU - JÚLIO DE MESQUITA FILHO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ATITUDES IMPLÍCITAS E COMPORTAMENTO SIMBÓLICO CONSTITUINTES DA HOMOFOBIA EM UNIVERSITÁRIOS

Pesquisador: Felipe Augusto Monteiro Cravo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 48002521.5.0000.5398

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.903.884

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de doutorado intitulada "ATITUDES IMPLÍCITAS E COMPORTAMENTO SIMBÓLICO CONSTITUINTES DA HOMOFOBIA EM UNIVERSITÁRIOS", que tem como objetivo "investigar a relação entre atitudes implícitas e explícitas homofóbicas em universitários. As atitudes implícitas são comportamentos de avaliação, julgamento e caracterização que aprendemos durante a vida e não temos total consciência sobre tais comportamentos". Há previsão de 80 sujeitos, os quais participarão da pesquisa

respondendo a dois questionários online. Após, será agendado um encontro presencial ou online para a realização da avaliação das atitudes implícitas que se prevê que levará cerca de 45 minutos, por meio remoto em atividade síncrona.

A condição online ou presencial será de acordo com a preferência dos sujeitos e atenderá as diretrizes sanitárias vigentes decorrente da pandemia de Sars-Covid-19.Há possibilidade de ocorrência da avaliação de forma presencial, na universidade.

Nos questionários os sujeitos responderão a perguntas sobre as suas

características e condições individuais como, gênero, orientação sexual, curso em que

está matriculado/a e seus recursos financeiros. O último questionário será específico sobre as relações homossexuais, ou seja, relacionamentos afetivos e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Durante as atividades de avaliação das atitudes implícitas o sujeitos responderão apertando teclas do computador "d" e "k" frente a tarefas de relacionar imagens de casais heterossexuais e

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)3103-9400 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** cepesquisa.fc@unesp.br

homossexuais a palavras positivas e negativas. Ora se relacionará heterossexuais com palavras positivas, ora o inverso (40 fotos).

Objetivo da Pesquisa:

- "Investigar a relação entre atitudes implícitas e explícitas homofóbicas em universitários. As atitudes implícitas são comportamentos de avaliação, julgamento e caracterização que aprendemos durante a vida e não temos total consciência sobre tais comportamentos".

- " Investigar os efeitos da sua história pessoal em avaliar relacionamentos homossexuais e heterossexuais. Pretende-se investigar como
suas percepções prévias afetam o ensino de classes de equivalência entre fotos
representativas de casais homossexuais e heterossexuais a adjetivos positivos e neutros. Classes de equivalência é o nome dado para um fenômeno comportamental no qual vários estímulos (figuras, textos, sons) compartilham a mesma função".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os TCLE 1 e 2 explicitam de forma clara as temáticas que serão abordadas e
apresentam as formas que serão utilizadas para a realização da pesquisa, qual seja, por meio de questionários e avaliação na qual as respostas serão dadas, acionando teclas do computador. A pesquisa apresenta risco mínimo para o participante, tais como cansaço e desconforto frente as alternativas.

"Como benefício o participante poderá interagir com atividades avaliativas acerca de suas atitudes sobre a homofobia, participar de amostra para pesquisa científica e ler com antecedência os resultados obtidos...".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de cunho experimental com universitários, sobre relações de equivalência, abordando a problemática da homofobia

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os dois termos atendem a resolução n.

No TCLE 2, há necessidade de melhor explicitar como ocorrerá a fase de "aprendizagem", entre a primeira e a segunda avaliação/fase.

Este texto em especial:

"Depois desta fase você será ensinada/o a relações entre as fotos, estímulos abstratos e palavras positivas, negativas e neutras. Essa fase deve durar aproximadamente 40 minutos e ao final você será avaliada/o se aprendeu ou não as relações que estabeleci. Depois da fase de aprendizagem

UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS CAMPUS BAURU - JÚLIO DE MESQUITA FILHO

Continuação do Parecer: 4.903.884

novamente você receberá as trinta fotos para avaliação". Será uma exposição, uma explicação, uma aula?

Recomendações:

Melhorar no TCLE 2, a explicação para o participante sobre as atividades experimentais, antes da realização da segunda avaliação para verificação se houve
assimilação das relações ensinadas pelo pesquisador.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto considerado "aprovado" por estar em conformidade com os parâmetros legais, metodológicos e éticos analisados pelo colegiado deste CEP - Comitê de Ética em Pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1770115.pdf	11/06/2021 13:34:38		Aceito
Folha de Rosto	folhaderostofelipecravo.pdf	11/06/2021 13:34:08	Felipe Augusto Monteiro Cravo	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	07/06/2021 07:07:38	Felipe Augusto Monteiro Cravo	Aceito
Outros	escalamultidimensionaldepreconceitosexual.pdf	07/06/2021 07:06:33	Felipe Augusto Monteiro Cravo	Aceito
Outros	questionariosocioeconomico.pdf	07/06/2021 07:06:01	Felipe Augusto Monteiro Cravo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle2.pdf	07/06/2021 07:05:18	Felipe Augusto Monteiro Cravo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle1.pdf	07/06/2021 07:05:12	Felipe Augusto Monteiro Cravo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	atitudesimplicitasecomportamentosimbolicodahomofobia.pdf	07/06/2021 06:58:14	Felipe Augusto Monteiro Cravo	Aceito

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)3103-9400 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** cepesquisa.fc@unesp.br

UNESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS CAMPUS BAURU - JÚLIO DE MESQUITA FILHO

Continuação do Parecer: 4.903.884

Investigador	atitudesimplicitasecomportamentosimbolicodahomofobia.pdf	07/06/2021 06:58:14	Felipe Augusto Monteiro Cravo	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

BAURU, 13 de Agosto de 2021

Assinado por:
Mário Lázaro Camargo
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº 14-01
Bairro: CENTRO **CEP:** 17.033-360
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)3103-9400 **Fax:** (14)3103-9400 **E-mail:** cepesquisa.fc@unesp.br

ANEXO B

Escala Multidimensional de Preconceito Sexual – EMPS

Referência: Freires, L. A., Rezende, A. T., Loureto, G. D. L., Santos, W. S. D., Mendes, L. A. D. C., & Gouveia, V. V. (2019). Escala multidimensional de preconceito sexual: propriedades psicométricas para o contexto brasileiro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *39*, 222-235.

INSTRUÇÕES. Indique seu grau de concordância com as afirmações abaixo. Circule a nota que melhor expressa a sua opinião. Quanto maior for a nota, maior será a sua concordância, sendo **1** a nota que indica a sua **discordância total** e **5** a nota que não indica a sua

1	2	3	4	5
Discordo Totalmente	**Discordo**	**Indiferente**	**Concordo**	**Concordo Totalmente**

	1	2	3	4	5
1. O comportamento homossexual entre dois homens é simplesmente errado.					
2. Se duas pessoas realmente se amam, então não deveria importar se são um homem e uma mulher, duas					
mulheres ou dois homens.					
Item 2					
3. É importante que gays e lésbicas sigam seus sentimentos e desejos.					
4. A ideia de um casamento homossexual masculino me parece ridícula.					
5. Em média, as pessoas da nossa sociedade tratam os gays e os heterossexuais igualmente.					
6. A maioria das lésbicas e gays não sofrem mais de discriminação.					
7. A sociedade alcançou o ponto onde gays e heterossexuais têm oportunidades iguais de crescimento.					
8. É raro ver gays e lésbicas sendo tratados de forma homofóbica na televisão.					
9. A discriminação contra gays e lésbicas não é mais um problema no Brasil.					
10. Lésbicas e gays muitas vezes perdem bons empregos devido à discriminação.					
11.Muitas lésbicas e gays ainda perdem o emprego e promoções devido à sua orientação sexual.					
12. Eu tentaria evitar contato com um gay					
13. Ficaria chateado se descobrisse que fiquei sozinho com um gay.					
14. Penso que gays são nojentos.					
15.Gays não podem ter comportamentos masculinos.					
16. Lésbicas não são mulheres de verdade.					
17. Tento evitar contato com lésbicas.					

18. Ficaria chateado (a) se descobrisse que fiquei sozinho(a) com uma lésbica.					
19. Se minha filha dissesse que talvez seja lésbica, eu a encorajaria a explorar este aspecto dela.					
20. Se meu filho dissesse que talvez seja gay, eu a encorajaria a explorar este aspecto dele.					
21.Vejo o movimento gay e lésbico como algo positivo.					
22. Sinto-me limitado pelo rótulo de gênero que as pessoas atribuem a mim.					
23. Sinto-me limitado pelo rótulo sexual que as pessoas atribuem a mim.					
24. Sinto-me limitado pelos comportamentos sexuais que são esperados de mim.					
25. Sinto-me limitado pelas regras e normas sexuais da sociedade.					
26. Sinto-me limitado pelas expectativas que as pessoas têm de mim em função do meu gênero.					
27. Preocupo-me quanto a privilégios que recebo da sociedade em função da minha orientação sexual.					
28.Acredito que a maioria das pessoas e basicamente bissexual.					
29.Os gays são mais acessíveis emocionalmente do que os homens heterossexuais.					
30. Ser gay pode fazer um homem mais compassivo.					
31.Homens heterossexuais tem muito o que aprender com os gays sobre moda.					
32.Homens gays são mais criativos que os heterossexuais.					
33. Ser lésbica pode fazer uma mulher mais autossuficiente.					
34.As lésbicas têm muito o que ensinar a outras mulheres sobre ser independente.					
35. Penso que as lésbicas são mais disponíveis emocionalmente que as outras mulheres.					

APÊNDICE A

Questionário sociodemográfico

1. Nome completo
2. Idade
3. Como você identifica sua orientação sexual
    a. Homossexual
    b. Heterossexual
    c. Bissexual
    d. Assexual
    e. Pansexual
    f. Outros
4. Como você classifica sua identidade de gênero
    a. Feminina
    b. Masculina
    c. Não-binarie
    d. Outra
5. Você se identifica como
    a. Preta/o
    b. Parda/o
    c. Branca/o
    d. Amarela/o
    e. Indígena
    f. Outro
6. Quantos semestres do curso você já concluiu
7. Você mora
    a. Sozinha/o
    b. Com parceira/o
    c. Com amigas/os
    d. Com família
8. Você exerce alguma atividade remunerada (trabalho)
    a. Sim
    b. Não

9. Sua renda pessoal é de
    a. Não tenho renda pessoal fixa
    b. Menor que R$ 500,00
    c. Entre R$ 500,00 e R$ 1.000,00
    d. Entre R$1.001,00 e R$ 2.500,00
    e. Entre R$2.501 e R$5.000,00
    f. Maior que R$ 5.000,00
10. Estado civil
    a. Casada/o
    b. Viúva/o
    c. Solteira/o
    d. Divorciada/o
11. Você possui crenças religiosas
    a. Sim
    b. Não
12. Dentre as doutrinas religiosas mais presentes no Brasil você compartilha/segue/acredita nos princípios?
    a. Católicos
    b. Evangélicos Tradicionais (Luteranos, Presbiterianos, Batistas, Metodistas e Adventistas)
    c. Evangélicos Pentecostais (Universal, Assembléia de Deus, Mundial da Graça, Renascer em Cristo, outras)
    d. Espiritas kardescistas
    e. Espiritas umbandistas
    f. Candomblé
    g. Não tenho/compartilho de crenças religiosa